

PUCRS

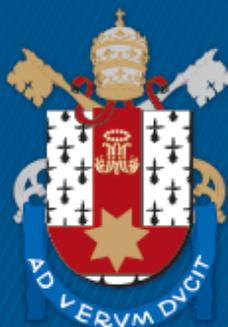
ESCOLA DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

CÉSAR AUGUSTO CICHELERO

**O BRASIL NÃO PODE PARAR: ACELERAÇÃO, ALIENAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO
DA PANDEMIA DE COVID-19**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS
DOUTORADO

CÉSAR AUGUSTO CICHELERO

**O BRASIL NÃO PODE PARAR: ACELERAÇÃO, ALIENAÇÃO E VIOLÊNCIA NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Porto Alegre

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS
DOUTORADO

CÉSAR AUGUSTO CICHELERO

**O BRASIL NÃO PODE PARAR: ACELERAÇÃO, ALIENAÇÃO E VIOLÊNCIA NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Ciências Criminais.
Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza.

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

C568b Cichelero, César Augusto

O Brasil não pode parar : aceleração, alienação e violência
no contexto da pandemia de Covid-19 / César Augusto Cichelero.
– 2023.

206 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências
Criminais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza.

1. Aceleração Social. 2. Alienação. 3. Ressonância. 4. Pandemia.
5. Covid-19. I. Souza, Draiton Gonzaga de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

Para os meus pais, Anelise e Flavio

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos orientadores que acompanharam a trajetória dessa tese: o professor Emil Albert Sobottka, a professora Ruth Maria Chittó Gauer e, em especial, o professor Draiton Gonzaga de Souza. Agradeço pelas palavras de incentivo e pelas horas dedicadas a este trabalho.

Aos demais professores do Programa e da Universidade um sincero agradecimento pelas proveitosas aulas. Gostaria de agradecer, sobretudo, aos professores Nythamar de Oliveira, José Carlos Moreira Da Silva Filho, Ricardo Timm de Souza e Teresa Cristina Schneider Marques pelo brilhantismo e energia que conduzem sua profissão.

Agradeço aos meus colegas de turma. Em particular Luiz, Jadia e Laura, otimista que os vínculos se estendam para além dos prédios da PUC-RS.

Agradeço, ainda, aquelas que trabalham diariamente neste Programa de Pós-Graduação, em especial a Marcia e o Cristiano, pelo auxílio neste período. Com certeza, as ações de vocês, para além de uma mera observância às obrigações do trabalho, ajudam a construir um ambiente incrível para fazer pesquisa nesta Universidade. Devo mencionar um agradecimento ao apoio da CAPES pelo financiamento dos estudos.

Agradeço aos meus amigos de infância e sócios, Rodrigo e Jordano, por compreenderem a ausência nas reuniões e demais encargos do nosso escritório. Na certeza que vocês serão ainda mais compreensivos no pós-doutorado (é sério).

Agradeço carinhosamente meus familiares, em especial aos meus pais, por me ensinarem, diariamente, quais são as conquistas importantes nesse mundo. Peço desculpas pela ausência em alguns momentos, mas confiante que vocês compreendem que essa conquista é de vocês. Muito obrigado.

Por fim, à Gabriela. A você, meu amor, eu agradeço todo apoio e cobrança pela conclusão dessa tese (não dissertação). Agradeço os momentos felizes necessários para respirar dos livros. E, principalmente, agradeço cantar a vida comigo – nem sempre no mesmo ritmo ou no mesmo tom – mas sempre com o coração.

*“Em cada esquina, um amigo
Em cada rosto, igualdade”*

RESUMO

Este trabalho possui como tema a relação entre as categorias aceleração, alienação e ressonância no contexto brasileiro no início da pandemia de Covid-19, com delimitação especial na violência fruto da estratégia do governo federal ao optar por estimular os imperativos aceleratórios. Diante disso, o primeiro objetivo é investigar as características da sociedade moderna, usando como chave de leitura o livro “*Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*” de Hartmut Rosa, com isso apontando a teoria da aceleração social como ferramenta para o diagnóstico da modernidade tardia. Em um segundo momento, busca-se realizar uma investigação dentro da teoria crítica sobre as relações dos sujeitos com o mundo. Primeiramente, o foco é nas relações de alienação (relações de ausência de relacionamento), fazendo uso da obra “*Alienation*” de Rahel Jaeggi como guia. Após, busca-se abordar as possibilidades de outras formas de se relacionar com o mundo, abordando a categoria ressonância, o outro da alienação, de Hartmut Rosa – e seu livro “*Resonance: a sociology of our relationship to the world*”. Desse modo, ao analisar a teoria da ressonância se pretende vislumbrar uma forma de se relacionar com o mundo diversa dos pressupostos aceleratórios, e apontar que entre alienação e ressonância existe uma dialética que é desequilibrada pela aceleração. Por último, em um terceiro momento, pretende-se diagnosticar de que forma a pandemia de Covid-19 ocasionou, primeiramente, uma suspensão da aceleração para, posteriormente, levar a um estímulo para a retomada da velocidade. Dentro disso, o objeto é opção por aceleração no contexto brasileiro da pandemia, ou seja, investigar se o governo federal brasileiro agiu estimulando aceleração, produzindo alienação e violência. Portanto, a tese que se almeja defender é que a violência estrutural da modernidade, fruto do desequilíbrio da dialética entre alienação e ressonância gerado pela aceleração (dessincronização), é agravada e explicitada no contexto da pandemia de Covid-19. O propósito final é vislumbrar, que essa violência, dentro do contexto brasileiro da pandemia, é decorrência da forma dos atores sociais se relacionarem com o mundo (alienação ou ressonância), e que a opção política do governo federal pela aceleração social nos primeiros meses dessincronizou sujeitos e mundo produzindo mais violência na pandemia.

Palavras-chave: aceleração social; alienação; ressonância; violência; pandemia; Covid-19.

ABSTRACT

This work has as its theme the relationship between the categories of acceleration, alienation and resonance in the Brazilian context at the beginning of the Covid-19 pandemic, with a special delimitation in the violence resulting from the federal government's strategy in choosing to stimulate the accelerating imperatives. Thus, the first objective is to investigate the characteristics of modern society, using Hartmut Rosa's book "Social Acceleration: a new theory of modernity", thereby pointing to the theory of social acceleration as a tool for diagnosing the late modernity. In a second moment, the objective is to investigate within the critical theory about the relations of subjects with the world. Firstly, the focus is on alienation relationships (relation of relationlessness), using Rahel Jaeggi's work "Alienation" as a guide. Afterwards, we seek to address the possibilities of other ways of relating to the world, addressing the category resonance, the other of alienation, in Hartmut Rosa's book "Resonance: a sociology of our relationship to the world". Thus, when analyzing the theory of resonance, it is intended to envision a way of relating to the world that is different from accelerating assumptions, and to point out that between alienation and resonance there is a dialectic that is unbalanced by acceleration. Finally, in a third moment, it is intended to diagnose how the Covid-19 pandemic caused, firstly, a suspension of acceleration to, later, lead to a stimulus for the resumption of speed. Within this, the object is an option for acceleration in the Brazilian context of the pandemic, that is, to investigate whether the Brazilian federal government acted by stimulating acceleration, producing alienation and violence. Therefore, the thesis that aims to be defended is that the structural violence of modernity, the result of the dialectic imbalance between alienation and resonance generated by acceleration (desynchronization), is aggravated and made explicit in the context of the Covid-19 pandemic. The final purpose is to envision that this violence, within the Brazilian context of the pandemic, is a result of the way social actors relate to the world (alienation or resonance), and that the political option of the federal government for social acceleration in the first months desynchronized subjects and world producing more violence in the pandemic.

Keywords: social acceleration; alienation; resonance; violence; pandemic; Covid-19.

RIASSUNTO

Questo lavoro ha come tema il rapporto tra le categorie di accelerazione, alienazione e risonanza nel contesto brasiliano all'inizio della pandemia di Covid-19, con una delimitazione speciale nella violenza derivante dalla strategia del governo federale nella scelta di stimolare gli imperativi di accelerazione. In considerazione di ciò, il primo obiettivo è quello di indagare le caratteristiche della società moderna, utilizzando come chiave di lettura il libro "Social Acceleration: a new theory of modernity" di Hartmut Rosa, indicando così la teoria dell'accelerazione sociale come strumento per la diagnosi della tarda modernità. In un secondo momento, cerchiamo di svolgere un'indagine all'interno della teoria critica sui rapporti dei soggetti con il mondo. In primo luogo, l'attenzione si concentra sulle relazioni di alienazione (relazioni di mancanza di relazione), utilizzando come guida l'opera di Rahel Jaeggi "Alienation". Successivamente, cerchiamo di affrontare le possibilità di altri modi di relazionarci con il mondo, affrontando la categoria risonanza, l'altro dell'alienazione, di Hartmut Rosa – e il suo libro "Resonance: a sociology of our relationship to the world". Così, nell'analizzare la teoria della risonanza, si intende immaginare un modo di rapportarsi al mondo diverso dalle assunzioni acceleranti, e rilevare che tra alienazione e risonanza c'è una dialettica che è sbilanciata dall'accelerazione. Infine, in un terzo momento, si intende diagnosticare come la pandemia di Covid-19 abbia causato, dapprima, una sospensione dell'accelerazione per poi determinare uno stimolo alla ripresa della velocità. All'interno di questo, l'oggetto è un'opzione per l'accelerazione nel contesto brasiliano della pandemia, ovvero indagare se il governo federale brasiliano abbia agito stimolando l'accelerazione, producendo alienazione e violenza. Pertanto, la tesi che si vuole difendere è che la violenza strutturale della modernità, frutto dello squilibrio dialettico tra alienazione e risonanza generato dall'accelerazione (desincronizzazione), si aggrava e si esplicita nel contesto della pandemia di Covid-19. Lo scopo finale è immaginare che questa violenza, nel contesto brasiliano della pandemia, sia il risultato del modo in cui gli attori sociali si relazionano con il mondo (alienazione o risonanza), e che l'opzione politica del governo federale per l'accelerazione sociale nei primi mesi ha desincronizzato soggetti e mondo, producendo più violenza nella pandemia.

Parole chiave: accelerazione sociale; alienazione; risonanza; violenza; pandemia; Covid19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O processo de modernização.....	32
Figura 2 – O círculo aceleratório.....	49
Figura 3 – Forças motrizes externas da aceleração	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A MODERNIDADE EM ACELERAÇÃO: A SOCIOLOGIA DO TEMPO DE HARTMUT ROSA	23
2 ALIENAÇÃO E RESSONÂNCIA: A SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES COM O MUNDO DE RAHEL JAEGGI E HARTMUT ROSA.....	73
3 ACELERAÇÃO, ALIENAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO DA PANDEMIA DE COVID-19.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	194

INTRODUÇÃO

Portando como título “O Brasil não pode parar: aceleração, alienação e violência no contexto da pandemia de Covid-19”, a presente tese possui como tema a relação entre as categorias aceleração, alienação e ressonância no contexto brasileiro no início da pandemia de Covid-19, com delimitação especial na violência fruto da estratégia do governo federal ao optar por estimular os imperativos aceleratórios. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é propor uma tese que vislumbre que a violência estrutural da modernidade, fruto do desequilíbrio da dialética entre alienação e ressonância gerado pela aceleração social (dessincronização), é agravada e explicitada no contexto brasileiro da pandemia de Covid-19. Mais precisamente, propõe-se que essa violência, dentro do contexto brasileiro da pandemia de Covid-19, é decorrência da forma dos atores sociais se relacionarem com o mundo, e que a opção política do governo federal pela aceleração social nos primeiros meses dessincronizou sujeitos e mundo produzindo mais violência na pandemia.

Em dezembro de 2019 foi registrado o primeiro caso de uma nova síndrome respiratória aguda grave causada por um coronavírus (SARS-CoV-2) na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Esta nova cepa do coronavírus ainda não possui procedência totalmente esclarecida, porém, existem fortes indícios de que tenha sua origem em animais silvestres (possivelmente um morcego) vendidos e consumidos no mercado dessa cidade. Importante frisar que não se trata de um vírus desconhecido: os primeiros coronavírus humanos foram analisados pela primeira vez ainda em 1937. Sendo, em 1965 nomeado como coronavírus em razão de sua imagem no microscópio ser semelhante a uma coroa¹.

Para ser mais preciso, é relevante citar a reportagem do jornal South China Morning Post, a jornalista relata, com base em dados do próprio governo chinês, que a primeira pessoa possivelmente infectada (o chamado paciente zero) foi um homem de 55 anos, atendido no dia 17 de novembro de 2019. Assim, contando deste paciente, o governo chinês demorou 47 dias para informar a Organização Mundial da Saúde (OMS) o surgimento da nova doença. Interessante ver a escalada do espalhamento do vírus na região, em primeiro de janeiro, o governo chinês contabilizava 381 pessoas infectadas. Dez dias depois, 11 de janeiro, foi

¹ MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. COVID-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada?. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade* - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-10, jan./dez. 2020.

confirmada a primeira morte. No final do mês de janeiro já haviam 11.791 casos confirmados e apenas quinze dias depois, o número de infectados na China era de quase 70 mil, o que mostra o potencial de crescimento da doença².

De forma semelhante aos surtos causados por dois outros coronavírus respiratórios humanos patogênicos – entre 2002 e 2003, o coronavírus da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV) e desde 2012, o coronavírus da síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) –, o SARS-COV-2, de 2019, é transmitido de humano para humano e capaz de causar doença respiratória grave. Contudo, ao contrário dos coronavírus anteriores, ele se distingue pela capacidade de transmissão a partir de indivíduos assintomáticos. Desse modo, é extremamente difícil conhecer o número correto de pessoas contaminadas que não desenvolvem manifestações da doença, sendo esse um dos principais fatores que afetam a capacidade de contenção da propagação do vírus³.

Claro que, doenças infecciosas emergentes não são fruto de paranoias (como algumas pessoas insistem), elas ocorrem e veem ocorrendo a milhares de anos, por exemplo temos: peste bubônica, cólera, gripe espanhola, AIDS, entre tantas outras⁴. Bem colocado por Cueto⁵, as epidemias regressam a cada certo tempo para que a humanidade recorde da sua vulnerabilidade. Uma vulnerabilidade ante a enfermidade e ante o poder. Especialmente esta que em poucos meses se transformou de uma aparente catástrofe na distante China para uma tragédia cotidiana nos grandes centros do Brasil.

A doença causada pelo SARS-CoV-2 foi posteriormente denominada pela Organização Mundial da Saúde de Covid-19 (doença de coronavírus 2019). Desde então, segundo dados compilados mais de 182 países confirmaram casos de Covid-19, com 3.833.957 pessoas contaminadas até o momento. Uma das questões para compreender a velocidade do

² MA, Josephine. Coronavirus: China's first confirmed Covid-19 case traced back to November 17. *South China Morning Post*, Hong Kong, 13 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/society/article/3074991/coronavirus-chinas-first-confirmed-covid-19-case-traced-back>>. Acesso em 13 abr. 2020.

³ CRODA, Julio Henrique Rosa; GARCIA, Leila Posenato. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. *Epidemiologia e Serviço de Saúde*, v. 29, n. 1, 23 mar. 2020.

⁴ MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. COVID-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada?. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade* - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-10, jan./dez. 2020.

⁵ CUETO, Marcos. O Covid-19 e as epidemias da Globalização. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 2020. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/o-covid-19-e-as-epidemias-da-globalizacao/>>. Acesso em: 12 abr. 2020b.

espalhamento desse vírus pelo mundo é, como aponta Teixeira⁶, a disponibilidade da malha aérea global. A rápida conexão proporcionada por aeronaves capazes de prover ligações com qualquer parte do planeta em praticamente um dia é um dos fenômenos mais evidentes do processo que popularmente passou a ser conhecido como globalização. A título comparativo, é necessário lembrar que em 1894, teve início em Hong Kong a terceira pandemia de peste bubônica: foram necessários cinco anos para que chegasse ao Brasil. Desta vez, bastaram alguns poucos meses para a chegada dos primeiros casos suspeitos⁷.

Devido a rápida disseminação, já estavam presentes todas as condições para a OMS declarar uma pandemia: o que aconteceu no dia 11 de março de 2020, quando os números já alcançaram a surpreendente marca 126.214 infectados ao redor do mundo. Interessante apontar que estudos de modelagem apontaram a possibilidade, na ausência de intervenções em larga escala, da ocorrência de surtos independentes e autossustentáveis da COVID-19 nas principais cidades do mundo, haja vista a exportação substancial de casos pré-sintomáticos⁸. Em razão desses estudos e da rápida evolução da doença pelo cenário global, com elevado número de contaminados pelo vírus, foram adotadas, como resposta, uma série de medidas de restrição de circulação da população em vários países ao redor do mundo. Os objetivos eram conter o espalhamento do vírus e impedir que os sistemas de saúde fossem rapidamente sobrecarregados pela demanda de pacientes (principalmente os leitos de tratamento intensivo, com os tão necessários respiradores para pacientes com doenças respiratórias).

Infelizmente, nem todas as respostas foram suficientes, o que é resultado de anos de respostas insuficientes aos problemas de saúde como um todo. Como no passado, a ausência de liderança de governantes, assim como a xenofobia, a desinformação, o pânico, a desordem e o caos também agravaram a calamidade sanitária da pandemia da Covid-19⁹. Nesse sentido, a enfermidade revelou a torpeza dos governos autoritários populistas que atacaram a ciência e a

⁶ TEIXEIRA, Vinícius Modolo. O impacto da crise da covid-19 no setor aeronáutico. *Boletim De Conjuntura*. ano II, vol. 2, n. 4, Boa Vista, 2020.

⁷ MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. COVID-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada?. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade* - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-10, jan./dez. 2020.

⁸ CRODA, Julio Henrique Rosa; GARCIA, Leila Posenato. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. *Epidemiologia e Serviço de Saúde*, v. 29, n. 1, 23 mar. 2020.

⁹ CUETO, Marcos. O que um historiador da saúde tem a dizer sobre a pandemia do novo coronavírus (Covid-19)? Entrevista de Marcos Cueto a Bruno Leal. *Café História: história feita com cliques*. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/umhistoriador-da-saude-fala-sobre-novo-coronavirus/>>. Acesso em: 12 abr. 2020a.

saúde pública – para que seus seguidores não pensem racionalmente – e criaram as condições para o desespero, a desinformação, o estigma e o caos¹⁰.

Dentro dessa realidade, as respostas da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) à epidemia da Covid-19 foram, em certa medida, ágeis. Ainda no dia 3 de janeiro, a partir da detecção de rumores, foram acionados os Pontos Focais Nacionais do Regulamento Sanitário Internacional da OMS (PFN-RSI/OMS). Após avaliação de risco, o evento foi incluído pelo Comitê de Monitoramento de Eventos em 10 de janeiro. Em 22 de janeiro, foi acionado o Centro de Operações de Emergência (COE) do Ministério da Saúde, coordenado pela SVS/MS, para harmonização, planejamento e organização das atividades com os atores envolvidos e o monitoramento internacional. Em 27 de janeiro, foi ativado o plano de contingência e, em 3 de fevereiro a epidemia foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).¹¹ Ou seja, foram tomadas medidas anteriores ao país ter registrado os primeiros casos.

Parecia, portanto, naquele momento que existia a possibilidade do Brasil, ser um país referência no combate à pandemia – ou pelo menos, sofrer o mesmo destino de todos os países que aderiram às orientações das organizações internacionais e dos manuais científicos. Não foi o caso, hoje se sabe que o Brasil, que está próximo da marca de setecentas mil mortes foi um dos grandes epicentros da doença, sendo considerado inclusive um dos párias do planeta pela forma que geriu a doença em seu território. Por essa razão, entende-se pertinente aprofundar os estudos em torno da pandemia no que diz respeito a violência, entendida em sentido amplo, produzida neste contexto histórico na modernidade tardia. A pandemia é momento chave na história para vislumbrar como a modernidade impulsiona por meio de seus pressupostos aceleratórios um projeto alienante e violento. Assim, as discussões sobre a pandemia são feitas a partir do binômio alienação e ressonância – e como a modernidade em aceleração desequilibra esse binômio produzindo violência. É na tentativa de enxergar além da violência óbvia da pandemia, ocasionada pelos efeitos primários da doença nos sujeitos e os efeitos secundários na sociedade, que se pode colocar como objeto de estudo a violência do ideário moderno que é agravada pela pandemia.

¹⁰ CUETO, Marcos. O Covid-19 e as epidemias da Globalização. *Revista História, Ciências, Saúde* – Mangueiras. 2020. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/o-covid-19-e-as-epidemias-da-globalizacao/>>. Acesso em: 12 abr. 2020b.

¹¹ CRODA, Julio Henrique Rosa; GARCIA, Leila Posenato. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. *Epidemiologia e Serviço de Saúde*, v. 29, n. 1, 23 mar. 2020.

A importância das discussões em torno da pandemia de Covid-19 ganhou força desde o seu início, no final do ano de 2019, e, de certo modo, saturaram o ambiente acadêmico. Como aponta o professor José Carlos, a pandemia é um fato incontornável ao pensamento e à prática cotidiana devido à sua contundência.¹² Do mesmo modo, para o professor Rodrigo Azevedo, é inegável que o impacto da Covid-19 abriu um novo período, com consequências importantes, sendo fundamental produzir diagnósticos sobre esse novo contexto, capazes de mapear a dimensão da crise nas diversas áreas da vida social.¹³ O aumento expressivo dos casos na China e a consequente limitação dos direitos levaram muitos estudiosos, em um primeiro momento, a questionar a ameaça das liberdades individuais frente aos desmandos autoritários do Estado asiático. Situação semelhante viria a se repetir nos países da Europa e da América, sendo possível apontar o italiano Giorgio Agamben como um forte crítico das práticas estatais frente à pandemia. Aqui parece ser possível aproximar a questão da violência do soberano (violência estatal) em relação ao indivíduo na pandemia.

Em um segundo momento, quando os efeitos da pandemia se tornaram inquestionáveis para a comunidade científica, os estudos passaram a discutir as formas de engenharia estatal necessária para lidar com a questão. Em linhas gerais, a questão seria como dimensionar a liberdade individual, em sua visão liberal, e coerção estatal de modo aceitável visando o bem-comum. Neste mesmo segmento, entram discussões sobre o dever, a necessidade e a possibilidade de serem restringidos setores inteiros da economia e qual o papel do Estado frente a isso. Neste ponto, parece ser possível aproximar a questão da violência dos imperativos aceleratórios da modernidade que se colocam sobre os sujeitos na pandemia.

Nem caracterizando um terceiro momento, existe uma série de observações feitas por estudiosos de um fenômeno que despertou o interesse das ciências jurídico-sociais: a distorção da realidade da pandemia, sendo possível citar, a prioristicamente, os casos da Nicarágua, do Turcomenistão e da Bielo-Rússia como os mais caricatos, Ou seja, nesses países a pandemia ou seria algo visto como uma doença qualquer, sem importância (diminuição dos fatos) ou como uma invenção, algo que não existe (negação da realidade). E, por fim, parece que neste aspecto

¹² SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

¹³ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. Pandemia, encarceramento e democracia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

é possível aproximar algo como uma violência da forma de se relacionar/perceber o mundo sobre os sujeitos na pandemia, uma violência da alienação.

Em pesquisa prévia, em bancos de dados como a *Scielo*, *BDTD*, *Google Scholar*, entre outros, constatou-se, especialmente o lapso temporal, que ainda engatinham pesquisas de fôlego sobre a relação entre os conceitos de aceleração, alienação, ressonância, violência e pandemia nos termos propostos. Quando há artigos publicados eles tratam basicamente do debate que se instaurou no primeiro momento, acerca da violência estatal que restringe a liberdade dos sujeitos e, mais recentemente, acerca do segundo momento e da dicotomia que se colocou em alguns países entre a liberdade econômica individual e a proteção da saúde coletiva.

Além disso, quando os estudos buscam uma explicação oculta para o impacto da pandemia, eles acabam ou focando nas relações intersubjetivas (crise na democracia ou crise da ética), ou em problemas de relação com os fatos e a ciência (crise da educação, crise na ciência, crise na epistemologia) ou, ainda, problemas relacionados com a desigualdade e falta de acesso a recursos (crise da economia, crise do capitalismo). Não parece ser o bastante olhar para apenas um desses fenômenos, visto que na modernidade ocidental existe, *a priori*, um autor capaz de unificar e explicar a forma dos sujeitos e das instituições se relacionarem com o mundo, e também, com a pandemia: a teoria da aceleração social e da ressonância de Hartmut Rosa.

Portanto, justifica-se a produção de uma tese que tenha como objeto essa temática, visto que se trata de um momento histórico recente com impactos ainda não mensuráveis na sociedade atual. No contexto brasileiro, a justificativa se torna ainda mais explícita em razão das políticas adotadas pelo governo nacional (e pelo presidente) que permitem inferir preliminarmente as violências sofridas pelos sujeitos em razão dos imperativos aceleratórios, instando-os a viver normalmente apesar da pandemia, e, também, em razão da forma de perceber o mundo, instando-os à desinformação dos riscos que correm na pandemia. Assim, quando se apontou a necessidade de reverter a violência da pandemia (a doença infecciosa) com o uso de desaceleração dos processos sociais, tornou-se possível vislumbrar que a sociedade em aceleração (que transforma as formas de vida da existência humana) é, em certa medida, mais violenta que qualquer pandemia.

Claro, que escrita logo após a crise pode errar o foco sobre o problema. Como aponta Patricia Manrique¹⁴, pensar filosoficamente sobre um evento, como é o caso da pandemia exige, antes de tudo, tempo. É necessário deixar que a novidade do que está acontecendo tenha tempo para que se explicita o que novidade oportuniza ser. Quando se acelera as conclusões existe o risco de desconsiderar fatores importantes, exagerar no alcance de alguns fatos, entre tantos erros que a pressa ocasiona. Ainda assim, as hipóteses que se pretende confirmar ao longo desse trabalho são de que quando se considera a modernidade tardia como o desdobramento de uma lógica aceleratória da sociedade, acaba-se entendendo que o futuro se torna indeterminado, há uma forte base de insegurança social e subjetiva. Assim, busca-se verificar que a teoria da aceleração social traz avanços ao conceito de alienação, especialmente no que se refere a relação do sujeito com o mundo. Nessa perspectiva, a teoria da ressonância de Hartmut Rosa se destaca na teoria social ao alargar as possibilidades de entendimento do papel dos conceitos *ressonância* e *alienação* na forma como os sujeitos se relacionam com o mundo. A hipótese é que há um certo equilíbrio entre ressonância e alienação que quando perturbado pela escalada da aceleração na modernidade acaba tornando a alienação a relação padrão do indivíduo com o mundo.

Assim, pretende-se apontar como os sujeitos que vivem sobre os pressupostos aceleratórios se relacionam com o mundo de uma forma alienada e alienante, ou seja, de uma forma intrinsecamente violenta na modernidade. Além disso, surge uma hipótese que, além de um respeito ao ritmo da vida, existe uma necessidade de uma percepção adequada do mundo, que não perturbe a dialética entre alienação e ressonância. Portanto, a pandemia de Covid-19, ao forçar uma parada abrupta de grande parte dos sistemas sociais, permite observar com mais clareza a crise da modernidade diante da suspensão da aceleração social, porque permite ver melhor a dessincronização. A hipótese final é que existiu na pandemia uma pressão dos pressupostos aceleratórios por mais velocidade, pela necessidade de retomada da aceleração: nessa lógica, o governo federal brasileiro desequilibrou a dialética entre alienação e ressonância, fomentando os pressupostos aceleratórios frente à pandemia, produzindo deliberadamente mais violência.

A tese proposta deve vislumbrar que a violência estrutural da modernidade, fruto do desequilíbrio da dialética entre alienação e ressonância gerado pela aceleração social

¹⁴ MANRIQUE, Patricia. Hospitalidad e inmunidad virtuosa. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 145-162.

(dessincronização), é agravada e explicitada no contexto da pandemia de Covid-19. Em especial, a tese busca iluminar a relação dialética entre alienação e ressonância, que permite tanto criticar o descompasso para a alienação e para a violência produzido pela aceleração social, quanto registrar, como caráter propositivo, uma diferente forma de se relacionar com o mundo. Desse modo, a forma que os sujeitos se relacionam com o mundo leva, ao mesmo tempo, à criação, suspensão e aceleração de um tipo de violência estrutural melhor observada na pandemia de Covid-19. Em outras palavras, a violência, dentro do contexto brasileiro inicial da pandemia de Covid-19, é decorrência da forma dos atores sociais se relacionarem com o mundo, é uma opção política do governo federal pela aceleração social que acaba produzindo violência.

O primeiro capítulo irá tratar de investigar as características da sociedade moderna, usando como chave de leitura o livro *“Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade”* de Hartmut Rosa. Objetiva-se expor a teoria da aceleração social de Rosa como ferramenta para o diagnóstico da Modernidade Tardia. Com isso, pretende-se basear uma investigação que permita entender a modernidade como um projeto aceleratório que não realiza um ideal de relações não-alienantes com o mundo.

O segundo capítulo busca realizar uma investigação dentro da teoria crítica acerca das relações dos sujeitos com o mundo. Primeiramente, partindo dos achados do primeiro capítulo, o foco é nas relações de alienação (relações de ausência de relacionamento), fazendo uso da obra *“Alienation”* de Rahel Jaeggi como guia. Após, busca-se abordar as possibilidades de outras formas de se relacionar com o mundo que não sob as bases aceleratórias, focando, principalmente, na teoria da ressonância, o outro da alienação, de Hartmut Rosa – e seu livro *“Resonance: a sociology of our relationship to the world”*. Desse modo, ao analisar a teoria da ressonância se pretende: (1) vislumbrar uma forma de se relacionar com o mundo diversa dos pressupostos aceleratórios, e (2) apontar que entre as experiências de alienação e as experiências de ressonância existe uma dialética em equilíbrio desequilibrada progressivamente pela aceleração social.

No terceiro e último capítulo, pretende-se diagnosticar de que forma a pandemia de Covid-19 ocasionou, primeiramente, uma suspensão da aceleração social para, posteriormente, levar a um estímulo para a retomada dessa aceleração social, ao mesmo tempo que gerava um estímulo para a alienação. Dentro disso, o foco está na demanda por mais aceleração ou retomada da aceleração anterior no contexto brasileiro dos primeiros meses da pandemia: o objetivo é investigar se o governo federal brasileiro agiu perante a pandemia buscando uma

maior aceleração social, causando dessincronização entre sujeitos e mundo, desequilibrando as possibilidades de experiência alienantes e ressonantes, produzindo mais violência. Pretende-se, nesse capítulo, exercer um pensamento capaz de lidar com o real, de com ele dialogar e negociar, como coloca Edgar Morin.¹⁵

Para este trabalho, quanto aos elementos teóricos, para a compreensão das categorias *modernidade, violência, alienação, aceleração e ressonância* adota-se o método analítico. O caráter qualitativo da pesquisa fica demonstrado pela análise do objeto (pandemia) a partir destas categorias teóricas: a teoria é capaz de situar as tensões existentes na realidade, permitindo um melhor diagnóstico e propiciando a inferência de proposições novas. Pode-se dizer que a pesquisa será exploratória, na medida em que procura realizar um levantamento acerca dos processos sociais que se desenrolam durante este período. Ela será também explicativa, pois os conceitos serão apresentados para explicar as tendências observadas no diagnóstico, principalmente no que se refere à motivação das decisões do governo federal em relação à pandemia. Portanto, os dados obtidos pela revisão bibliográfica fornecem as ferramentas para a compreensão das categorias, sendo possível a partir delas a compreensão da produção de violência em razão dos pressupostos aceleratórios na pandemia.

As categorias objeto basilares deste projeto – aceleração, modernidade, violência, alienação, ressonância – são conceitos que se alastram por todas as áreas do conhecimento, especialmente a filosofia, as ciências jurídicas e as sociais, o que fornece ao trabalho um cunho especialmente interdisciplinar. Uma vez que inexiste a compreensão da totalidade, pode-se ao menos utilizar a interdisciplinaridade para aproximações, fazendo uso do entrelaçamento entre as categorias e a observação empírica. Claro que tal estudo não é apenas contemplativo, uma vez que se pretende não apenas compreender, mas sim ressoar esses conceitos conjuntamente com o objeto *pandemia de Covid-19*. Em outras palavras, o transitar dos conceitos entre as áreas e por dentro da pandemia permite que eles sejam utilizados para iluminar a fronteira entre o contingente e o necessário neste momento da história. No que toca os conceitos *aceleração e ressonância* tal qual conceituados por Hartmut Rosa, o método se apresenta como uma revisão sistemática da literatura produzida até então. Para tanto, pretende-se incluir na revisão todo material que possa ter algum impacto na conclusão da análise destas categorias, revisando-os e analisando-os de modo crítico.

¹⁵ MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulinas, 2005.

Quanto ao procedimento acerca do estudo das recentes experiências nacionais em razão da violência produzida na pandemia, trata-se de uma pesquisa *ex-post facto*, analisando o acontecimento passado buscando identificar suas origens, desdobramentos e consequências. O método deve priorizar que o objeto (aceleração/violência/alienação/ressonância) seja situado em um contexto (primeiros meses da pandemia de Covid-19 no Brasil) e que as ações dos atores em torno desse objeto possam ser compreendidas em razão desse contexto. Para tanto, o levantamento da bibliografia utilizada compreende tanto fontes jornalísticas, quanto acadêmicas. Em razão do curto espaço temporal do objeto se entende adequado não limitar as fontes bibliográficas a um determinado grupo de canais jornalísticos ou fazer uso de bases de dados específicas. Em outras palavras, o material bibliográfico produzido ao longo da pandemia se encontra disperso e em constante revisão, parecendo inadequado limitá-lo.

O propósito é dar à pesquisa a ser desenvolvida um cunho eminentemente técnico e científico, sem, contudo, abdicar de opiniões pessoais se, assim entendido, pertinentes. A técnica para o tratamento dos dados obtidos através deste procedimento é a análise de conteúdo, uma vez que pretende compreender o pensamento dos autores através do conteúdo expresso no texto. A pesquisa, quanto à abordagem, é qualitativa, pois não se preocupa com a dimensão numérica dos efeitos da pandemia, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão da violência produzida pelos imperativos aceleratórios nessa pandemia. Em outras palavras, reputa-se desnecessário demonstrar de forma quantitativa a existência do grande número de óbitos e sobreviventes com sequelas de Covid-19 no país, uma vez que já é notória a grave afetação da pandemia nos corpos e nas mentes da população brasileira.

Em relação à análise do objeto, pandemia, com as categorias estudadas nos dois primeiros capítulos, entende-se recomendável a utilização de fundamentos da dialética. A dialética tem como um dos seus objetivos interpretar os fenômenos sociais com o objetivo de contextualizá-los. A dialética se dá no sentido de entender os fenômenos estruturais da sociedade. Esta se constitui como um método adequado para compreender a sociedade, ao empreender-se uma investigação analítica dos fenômenos estudados, relacionando estes fenômenos com as forças sociais que os provocam. Sem ser (in)diretamente hegeliano como Axel Honneth, ainda assim persiste a ideia de fazer uso de um método que tenha como objetivo a compreensão da realidade, que se fundamente entre as circunstâncias sócio-históricas e as considerações racionais. Como coloca Eduardo Bittar:

Uma boa teoria crítica será tanto mais útil quanto mais puder favorecer a efetividade da crítica, ampliar sua capacidade interpretativa no sentido de conferir maior “poder” sobre a realidade, daí a importância de encontrar as formas de descrever e explicar a crise e do uso de uma linguagem adequada. O que passa por definir os contornos da crise, oferecer uma imagem de o que está em crise para favorecer a imaginação de formas de lidar com ela.¹⁶

Para tanto, a ciência do direito não pode excluir a filosofia e a sociologia, pois a crença do pensamento ocidental de que o conhecimento evolui dentro de posições rigidamente delimitadas é uma ilusão. Com esta metodologia será possível desenvolver a reflexão e análise da violência gerada pela aceleração social no contexto brasileiro da pandemia.

Quanto à sua natureza, a pesquisa é básica já que busca gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, ainda que sem aplicação prática prevista. Seu objetivo é explicativo, pois visa identificar os pressupostos teóricos que explicam o porquê acontecem alguns fenômenos de violência durante a pandemia. Assim, pretende-se aprofundar o conhecimento da realidade social e os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência destes fenômenos. Após esse caminho, espera-se ter elementos para demonstrar que a os pressupostos aceleratórios da modernidade durante o pandemia de Covid-19 levaram a uma produção de violências, sem deixar de ressaltar as experiências ressonantes de superação desses fundamentos.

A posição adotada, segundo a divisão apresentada por Andrade Neto, é a do observador, pois o que se pretende é uma explicação extrajurídica dos fenômenos, observando o Direito externamente. Deve-se ressaltar que a adoção da posição de observador ainda que ressalte o aspecto descritivo, não afasta o prescritivo. Em sintonia com essa posição, neste trabalho se adota o sentido de Direito como sendo um sistema de regras cuja observância e prática está vinculada à existência de instituições especializadas apropriadas¹⁷.

Por fim, resta salientar que esta pesquisa se encontra inserido na linha de pesquisa “Violência, Crime e Segurança Pública”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, visto que a pesquisa busca debater criticamente a violência em seu sentido mais amplo, analisando as relações ressonantes e alienantes, com a pretensão de compreender a

¹⁶ MAIA, Felipe. O que pode a crítica diante da crise? Um ensaio sobre tendências de crise, pandemia e modos de reflexividade. *REALIS*, v. 10, n. 02, jul./dez. 2020, p. 12.

¹⁷ ANDRADE NETO, João. Participante ou observador? Uma escolha entre duas perspectivas metodológicas de estudo e aplicação do direito. *Revista Direito GV*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 869-891, set./dez. 2016.

relação entre a modernidade ocidental e a reprodução da violência na contemporaneidade decorrente do fenômeno da aceleração social. Da mesma forma, engloba o estudo da violência produzida nas e pelas instituições responsáveis pelo seu controle, sob uma ótica interdisciplinar: jurídica-política, sociológica e filosófica, afinal uma pandemia não é apenas um problema médico, mas também político, jurídico, sociológico e filosófico.

1 A MODERNIDADE EM ACELERAÇÃO: A SOCIOLOGIA DO TEMPO DE HARTMUT ROSA

*Preso no trânsito de astros imóveis
Faço as contas na ponta do lápis
E nada faz sentido.*

Normalmente, a expressão Modernidade faz referência, em sentido geral, às instituições e modos de comportamento estabelecidos na Europa depois do feudalismo, e que ao longo do século XX se tornaram, quase que inteiramente, mundiais. Um dos eixos da modernidade é o industrialismo, que se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção. Uma segunda dimensão é o capitalismo, sistema de produção de mercadorias que envolve mercados competitivos de produtos e a mercantilização da força de trabalho. Também é preciso pontuar as instituições de vigilância: o controle e a supervisão de populações submissas, ou uso da informação para coordenar atividades sociais. Além disso, é necessário lembrar que a modernidade produziu formas sociais distintas, das quais a mais importante é o estado-nação.¹⁸ Algo parece faltar nessa forma de ver o mundo moderno, algo que Giddens aponta na abertura de suas conferências, publicadas como o livro *O mundo na era da globalização*: há uma ideia de que estamos a viver num mundo em processo de mudança acelerada¹⁹. Porém, Giddens acabou por não focar seus estudos *na aceleração*, mas sim *no que mudava de forma acelerada*.

Henry Adams, algumas décadas antes, já havia esboçado algo como uma “lei da aceleração”, para concluir que a exploração de novas fontes de energia estava causando uma acentuada aceleração da mudança da história. Interessante que, já naquela época, Adams era cauteloso em não declarar aceleração como progresso, ressaltando que isso traria consequências desconhecidas para a humanidade (uma visão do Carro de Jagrená?)²⁰. Ainda assim, houve uma certa demora em entender como o ritmo da história natural estava sendo sugado para dentro do ritmo acelerado da história humana²¹. O mundo de hoje se apresenta sob o signo da velocidade: o triunfo da técnica, a onipresença da competitividade e o deslumbramento com a instantaneidade se conectam para que a ideia de velocidade esteja presente em todos os espíritos

¹⁸ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002, p. 21.

¹⁹ GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

²⁰ WILLIAMS, Rosalind. O apocalipse incessante da história contemporânea. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 45-80.

²¹ *Ibid.*

e a sua utilização seja uma espécie de tentação permanente. Ser atual ou eficaz é considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude.²² Em outras palavras, a Modernidade, como coloca Berardi, forma com a projeção progressiva do futuro uma unidade indivisível. Ser moderno é viver o tempo como progresso rumo à perfeição ou, pelo menos, a uma condição cada vez melhor, mais feliz, mais rica, mais plena, mais justa²³. Ou seja, há uma visão da Modernidade difundida como direcionada e capaz de fornecer mais, cada vez mais rápido. Nesse sentido, é interessante recordar do *Manifesto Futurista* de Filippo Tommaso Marinetti, no qual ele declara a magnificência de um mundo enriquecido por uma nova beleza, a beleza da velocidade²⁴.

Anthony Giddens, na obra *As consequências da Modernidade*, sugere ver a Modernidade como um Carro de Jagrená, uma máquina de enorme potência, que coloca o mundo em movimento, esmagando tudo que resiste em seu caminho sem direção determinada. Para Giddens, os seres humanos podem, coletivamente, conduzir o veículo até certo ponto, com a ameaça constante de perder o controle e se espatifar. Giddens lembra que a viagem no Carro de Jagrená pode até ser agradável, trazer recompensas e uma esperança do caminho a ser tomado no futuro. Contudo, até onde durarem as instituições da modernidade, não será possível controlar nem o caminho e nem o ritmo da viagem. Os sujeitos, então, sentirão a ambiguidade de coexistirem sentimentos de segurança ontológica e ansiedade existencial²⁵.

Essa ansiedade existencial é uma percepção muito difundida para entender qual a experiência predominante da Modernidade, especialmente a partir do século XX. Baumer afirma que o mundo ocidental ingressou em uma era qualitativamente diferente da Era da Religião ou da Era da Ciência. Para o historiador, o século XX carece da convicção e certeza das duas épocas que ele substituiu. Comparado com o "mundo diurno" dos séculos XVIII e XIX, é um "mundo noturno", uma "era de ansiedade". Ansiedade no sentido de denotar um estado de espírito que combina solidão com perda de controle. Ao contrário do burguês confiante do século passado, o indivíduo agora muitas vezes sente que perdeu o controle sobre seu destino particular. Da mesma forma, a nação e os atores coletivos não mais controlam

²² SANTOS, Milton. *Elogio Da Lentidão*. Folha de São Paulo. 11 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

²³ BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

²⁴ MARINETTI, Filippo Tommaso. The New Religion-Morality of Speed. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 77-111.

²⁵ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

completamente seu destino político e econômico. Nessa circunstância, o indivíduo simplesmente vagueia, esperando ansiosamente o choque dos acontecimentos que determinarão seu amanhã. Tendo abolido grandes referências, como o Cristianismo, ele vive sem um padrão de valores ao qual possa se referir, tornando-se presa fácil a ser guiada por um Führer (traduzido literalmente como *condutor*). Para Baumer, as raízes da ansiedade moderna podem ser encontradas nas expectativas criados pelo século XIX, que quando não cumpridas fez com que a desilusão contaminasse pela sociedade como um vírus. A ansiedade, portanto, permeia o pensamento moderno em todos os seus aspectos: em psicanálise freudiana, na filosofia existencialista, na poesia e no romance, na religião, nos livros de história e, também, nos movimentos políticos.²⁶

Interessante como, já entre Marinetti e Baumer, brota uma percepção dual da virada século XIX para o século XX, um sentimento de euforia pela velocidade e de ansiedade pela falta de controle. Hartmut Rosa inicia sua obra *Aceleração* com uma frase que, provocando por outra ótica, resume de forma bastante precisa a experiência de viver na modernidade ocidental contemporânea, “não dispomos de tempo, embora o ganhemos em abundância”²⁷. Desse modo, o autor consegue abordar um assunto que até mesmo um sujeito com uma leitura menos acadêmica encontrará ali um paradoxo: de que dispor de tecnologias para fornecer mais tempo em quase todos os campos da vida social não cumpre com o seu objetivo, uma vez que a sensação da falta de tempo é praticamente incontestável. Diante disso, Rosa assume a necessidade de compreender a modernidade ocidental olhando para as estruturas temporais. De modo mais preciso, o propósito do professor Rosa é decifrar a *lógica da aceleração*, que estaria por detrás desse paradoxo.

Para tanto, é necessário entender que os horizontes e as estruturas temporais são constitutivos para como fundamentos da orientação de ação e para relações consigo mesmo. Para Rosa, as estruturas temporais constituem o ponto central para a coordenação e integração de projetos de vida individuais. Assim, a questão relativa ao tempo é uma questão política: estruturas temporais definem como os sujeitos vivem, elas possuem um caráter normativo. Ou seja, em outros termos, as estruturas de tempo de uma sociedade possuem um vinculativo caráter cognitivo e normativo que ancora o *habitus* social dos indivíduos. A pergunta sobre

²⁶ BAUMER, Franklin Le Van. *Main currents of western thought: readings in western European intellectual history from the middle ages to the present*. 3 ed. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1970, p. 623-625.

²⁷ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. LIV.

como os sujeitos querem viver nas sociedades ocidentais modernas, para Rosa, se iguala à pergunta sobre como eles querem despende de seu tempo. Para compreender de que forma esses horizontes e estruturas temporais moldam a nossas orientações de ação Rosa aponta quatro formas de consciência temporal, *como percebemos o tempo* e, também, quatro perspectivas estruturais temporais, *como estamos no tempo*.²⁸

As formas de consciência temporal, que sobrepõem e se transformam conforme mudam as estruturas sociais e modelos culturais, são: (1) a *consciência temporal ocasional*, que se entende por divisão simples entre o “agora” e o “não-agora”, na qual passado e futuro se fundem como o Outro do presente; (2) *consciência temporal cíclica*, onde o tempo é vivenciado em ciclos, e passado e futuro seriam idênticos, levando a uma igual entre o recordar e o prever; (3) *consciência temporal linear*, aqui o tempo é entendido como uma linha reta irreversível que vem do passado, passa pelo presente e se dirige ao futuro, aqui é fácil visualizar um *telos* histórico (como no cristianismo ou marxismo); por fim, a (4) *consciência temporal linear com futuro aberto*, que segundo Rosa é a predominante na Modernidade, nessa consciência que se assemelha a anterior ainda persiste um movimento ao futuro, mas que perdeu qualquer direcionamento a um objetivo já determinado²⁹.

Além disso, é interessante compreender, para Rosa, as quatro diferentes perspectivas e estruturas temporais que unidos definem o que é *estar no tempo*, de sua integração no mundo: (1) *da vida cotidiana*, que é facilmente compreendido com perguntas como, quando ir ao mercado, que horas dormir, etc., é a rotina diária e seu caráter altamente repetitivo e cíclico como forma de reprodução das estruturas sociais; (2) *da vida como um todo*, dentro dessa perspectiva o sujeito reflete sobre o seu tempo de vida, as perguntas são quando casar, ter filhos, se aposentar, etc.; (3) *do tempo da época*, o tempo se apresenta como significativo para o sujeito, seu tempo de época marca a forma que ele deve *agir-estar-no-mundo*, aqui se notam afirmações como “no meu tempo isso não era assim” ou “não se fazem mais coisas como antigamente”; (4) de um *tempo sacro*, que estabelece um princípio e um fim para como o sujeito está no mundo, elevando as história da vida humana para uma percepção maior. A ideia de Rosa é que esses quatro níveis são definidos socioestruturalmente, possuindo seus próprios ritmos e perspectivas temporais. Assim, o ritmo e a velocidade das atividades dos sujeitos são raramente determinados por si mesmos, mas sim pelos modelos temporais coletivos. Essas

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.* p. 11-12.

quatro formas de *estar no tempo e no mundo* ressaltam a natureza coletiva dos modelos temporais: os sujeitos orientam suas ações em função de como seus parceiros de cooperação também estão situados no tempo.

O significa de passado, presente e futuro (perspectiva temporal) e os modelos temporais de nossas ações, que juntos determinam o modo do nosso “estar no tempo”, são, portanto, sempre o produto complexo tanto de relações estruturais e culturais quanto de sua refração secundária na perspectiva dos respectivos sujeitos envolvidos na ação³⁰.

Não se quer dizer com isso que Rosa pretendeu escrever algo como uma “sociologia do tempo”, o que ele pretende é uma teoria crítica da modernidade que questiona o papel das condições temporais na determinação da concepção e da realização da (boa) vida pelos sujeitos. Em outras palavras, ainda que para estudar a natureza dinâmica e processual do mundo social, o *tempo* passe a ser uma categoria-chave nesses estudos, Rosa se coloca fora dessas discussões exclusivas sobre uma sociologia do Tempo, da Modernidade ou da Aceleração, seu ponto é reconceitualizar a teoria social contemporânea, ainda que para realizar um *diagnóstico do presente* deva ser realizado um *diagnóstico do tempo*. Importante frisar, também, que Rosa não pretende escrever uma história universal do tempo ou conceber um conceito de tempo social a-histórico, mas sim apreender a essência e a dinâmica do desenvolvimento da Modernidade que segue os modelos ocidentais³¹.

Porém, será que a sociedade moderna está em aceleração? Rosa aponta dois sentimentos, duas percepções que se apresentam ao *cientista social sensível*: de que na Modernidade tudo está se movendo cada vez mais rápido, ou seja, acelerando e de que tudo na Modernidade está cada vez mais preso em uma *jaula de ferro*. É possível referir desde o século XVIII escritos impregnados de perplexidade sobre a enorme aceleração do tempo e da história, que apenas aumentaram com as conquistas da Revolução Industrial, do mesmo modo que é possível encontrar trabalhos que abordam um tempo sem escape, um mundo sem mudança e sem possibilidade de realização de novas utopias. O que importa realmente para Rosa é que ambos diagnósticos – da aceleração social e do enrijecimento social – são apenas à primeira vista contrários. Rosa está convicto que na Modernidade as forças de aceleração e de desaceleração não se equilibram: as tendências à inércia, ao enrijecimento, são residuais ou uma

³⁰ *Ibid.* p. 22.

³¹ *Ibid.*

mera reação ao processo de aceleração – a desaceleração é secundária à aceleração. E aqui o exemplo dado pelo autor, da existência de uma “intoxicação histórica”, é acurado:

Historical underdosing: viver em uma época em que nada parece acontecer. Principal sintoma: vício em jornais, revistas e notícias televisivas. *Historical overdosing*: viver em uma época em que parecem acontecer coisas demais. Principal sintoma: vício em jornais, revistas e notícias televisivas.³²

Ou seja, tanto o diagnóstico subjetivo de viver em um período estagnado ou acelerado se traduz em um recurso por mais formas de se conectar ao fundo, seja para fugir da estagnação ou para acompanhar a aceleração.

Rosa observa, dentro desse embate entre aceleração e estabilização, a existência de uma certa “luta cultural”, implementada sempre que desenvolvimentos tecnológicos aceleratórios surgem. Dessa percepção Rosa coloca três conclusões sobre a “luta cultural” em torno das tecnologias aceleratórias: (1) o processo tecnológico de aceleração não ocorre de modo linear e uniforme na história, mas sim em saltos, encontrando obstáculos, resistência e reações, que podem retardá-lo, interrompê-lo e, até mesmo, inverter o impulso; (2) ao impulso aceleratório quase sempre se segue um apelo à desaceleração; (3) apesar da hegemonia na alta cultura dos discursos *desaceleradores*, a vitória sempre terminou do lado do discurso *acelerador*. A ideia que Rosa consegue extrair nesse primeiro momento é de que a cultura popular em geral é entusiasta de um mundo cada vez mais veloz³³.

A solução para melhor compreender esses diagnósticos contrários é desenvolver o conceito de aceleração social a partir de um pensamento sobre a transformação da Modernidade à Modernidade Tardia. A ideia é elevar tal conceito como a chave de leitura do processo de modernização. A hipótese inicial de é de que a experiência de modernização é uma experiência de aceleração, é a característica central da transformação das estruturas temporais e uma força fundamental na Modernidade. Aceleração que deve ser aqui entendida como *aumento de quantidade por unidade de tempo*³⁴. Contudo, a aceleração sozinha não basta para explicar o paradoxo constatado nas primeiras linhas: de as pessoas possuírem cada vez menos tempo disponível ao mesmo tempo em que surgem cada vez mais novas técnicas de aceleração. É

³² COUPLAND, 1991, apud ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 93.

³³ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

³⁴ *Ibid.* p. 129.

necessário somar à aceleração uma ideia de *crescimento*. Esclarecendo, *o princípio do crescimento e a lógica da aceleração* são fundamentais para compreender a transformação sistemática e constante das relações sociais. Para o primeiro, não dúvidas de que as sociedades modernas sempre se apresentaram como sociedades de crescimento: elas buscam aumentar continuamente sua produção e produtividade nacional, o contrário do crescimento é a crise. Isso está em todos os discursos de cúpulas do G8, BRICS e qualquer outra reunião de países industrializados, há um objetivo comum - o *telos* universal do estímulo global ao crescimento econômico. A ideia de que tudo deve ser feito para impulsionar o crescimento econômico é defendida por republicanos e democratas, por socialistas e liberais, pela esquerda e pela direita. Há uma espécie de totalitarismo de crescimento, que não considera quaisquer necessidades materiais reais. Assim, independentemente do volume real da produção nacional, ela nunca pode chegar a uma conclusão, uma vez que no ano que vem terá que ser maior. Este imperativo inevitavelmente tem um efeito sobre os atores que se adaptam quase que inconscientemente ao *ethos* do produtor de sucesso, do consumidor viciado e do acumulador. Da outra parte, a lógica da aceleração implica cada vez mais coisas acontecem mais rápido: há uma lógica de escalada. A velocidade crescente, em aceleração, representa uma característica de todas as sociedades modernas, tão insolúvel quanto o crescimento³⁵.

Ao crescimento e à aceleração, soma-se também o *adensamento de inovações*, que será formulado mais à frente. Essa tríade faz parte do imperativo do aumento, que gera a estabilização dinâmica presente nas sociedades modernas: uma lógica de crescimento exponencial (na reprodução do capital e na ampliação das experiências) que acompanha a lógica de aceleração técnica. Em outras palavras, as opções de experiência crescem mais rápido que a velocidade de vivenciar as experiências. Aqui se apresenta outro conceito importante para entender o paradoxo da modernidade, a *ampliação do horizonte de possibilidades*: a aceleração na Modernidade entrega uma promessa de que caso os sujeitos vivam uma vida cada vez mais acelerada será possível a eles a realização de milhares de possibilidades, seu alcance sobre o mundo aumentará. Contudo, é evidente que tal ideia “tudo deve andar o mais rápido possível para que eu tenha mais tempo”³⁶ quando pensada em um nível coletivo se mostra totalmente contraditória. Esse crescimento exponencial, portanto, é um traço constitutivo da experiência

³⁵ DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut. *Sociology, capitalism, critique*. New York: Verso, 2015.

³⁶ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 35.

moderna do tempo. A sociedade acelera porque o imperativo de crescimento sempre ultrapassa a aceleração dos meios técnicos. Não importa quanto os meios técnicos acelerem, o imperativo de crescimento vencerá a corrida: o tempo disponibilizado pelas novas tecnologias não se transforma em tempo livre (tempo ocioso), mas em mais tempo a ser utilizado. Enfim, é possível colocar que a sociedade acelerada é uma sociedade da saturação de experiências³⁷. Desse modo, é possível dizer que uma sociedade se acelera quando, em um determinado processo, as taxas de crescimento superam as taxas de aceleração. Segundo Rosa, sua hipótese é de que a sociedade moderna pode ser entendida como “sociedade da aceleração” no sentido de que ela contém em si (através de inúmeros pressupostos estruturais e culturais) uma tendência à aceleração e ao crescimento³⁸.

O nascimento da Modernidade, portanto, foi a emancipação do tempo em relação ao espaço, fato que está no princípio do processo de aceleração. A modernidade é um processo, um persistente processo de dinamização (sempre em um movimento mais veloz). Afinal, para Rosa o que distingue as sociedades modernas é o fato de que elas só se estabilizarem e se reproduzirem dinamicamente, ou seja, por meio do movimento. Uma sociedade é moderna apenas quando consegue se estabilizar dinamicamente; quando é sistematicamente disposta ao crescimento, ao adensamento de inovações e à aceleração, como meio de manter e reproduzir sua estrutura. A tese central do autor é que “não há, na Modernidade, analogamente à aceleração, um momento de transformação espacial autônomo; a mutação das estruturas espaçotemporais é impulsionada, de forma primária, pela sua dinâmica transformacional temporal”³⁹. Dessa forma, o verdadeiro motor da história (moderna) parecer ser não o desenvolvimento das forças produtivas (ainda que estas estejam intimamente ligadas com a aceleração), mas sim o *aumento da velocidade*⁴⁰.

Para Rosa, a percepção da aceleração como constitutiva da Modernidade já encontrada nos clássicos da sociologia. Sua ideia é de que os diagnósticos clássicos da Modernidade podem ser reconstruídos também como diagnósticos da aceleração, ocorre que isso teria relegado ao esquecimento em função de uma certa “amnésia sobre o tempo” nas ciências sociais, com a preferência por modelos estáticos. Essa ideia de, em certa medida, unificar os clássicos já estava em Giddens, quando ele se pergunta:

³⁷ *Ibid.*

³⁸ *Ibid.* p. 135.

³⁹ *Ibid.* p. 59.

⁴⁰ *Ibid.* p. 185.

Vivemos numa ordem capitalista? (Marx). É o industrialismo a força dominante que modela as instituições da modernidade? (Durkheim). Deveríamos ao invés olhar para o controle racionalizado da informação como a principal característica subjacente? (Weber). Devo argumentar que estas questões não podem ser respondidas desta forma — quer dizer, não devemos encarar estas caracterizações como mutuamente exclusivas. A modernidade, sugiro, é multidimensional no âmbito das instituições, e cada um dos elementos especificados por estas várias tradições representam algum papel⁴¹.

De certa forma respondendo por meio de sua teoria da aceleração social Rosa, coloca que, por exemplo, Marx defende uma concepção dinâmica da história que se consuma pela interação dialética entre as forças de produção em contínuo desenvolvimento e as relações de produção em contínua alteração. Além disso, ele também aponta que o tempo é um recurso dentro do processo de produção capitalista, ou seja, é um bem escasso. Por outro lado, em sua análise do *éthos* capitalista, Max Weber aponta que o imperativo categórico da ética protestante consiste na obrigação de usar o tempo tão intensamente quanto possível. O desperdício de tempo seria o primeiro, e mais mortífero, de todos os pecados. Assim, a disciplina temporal se apresenta não apenas como um pressuposto cultural, mas como uma consequência estrutural do capitalismo. Em Weber, também, está a ideia de racionalização como a capacidade de alcançar mais em menos tempo (e com menor esforço). Em Durkheim, ainda que de forma menos direta, Rosa identifica a anomia social como consequência das transformações sociais em ritmo cada vez mais acelerado: a mudança social e a crescente diferenciação não são problema da sociedade, mas da alta velocidade. Já para Georg Simmel sempre esteve claro que o ritmo da vida aumenta de forma violenta e incessante na sociedade moderna, é do clássico autor alemão que vem a diferenciação da Modernidade entre a *cidade rápida* ou *campo lento*, *entendimento móvel* ou *vida sentimental estática*, *individualismo dinâmico* ou *estrutura coletiva*. Para Simmel, o que conectava essas tendências era a economia monetária: as transações em moeda facilitam, multiplicam e aceleram transações sociais e econômicas⁴².

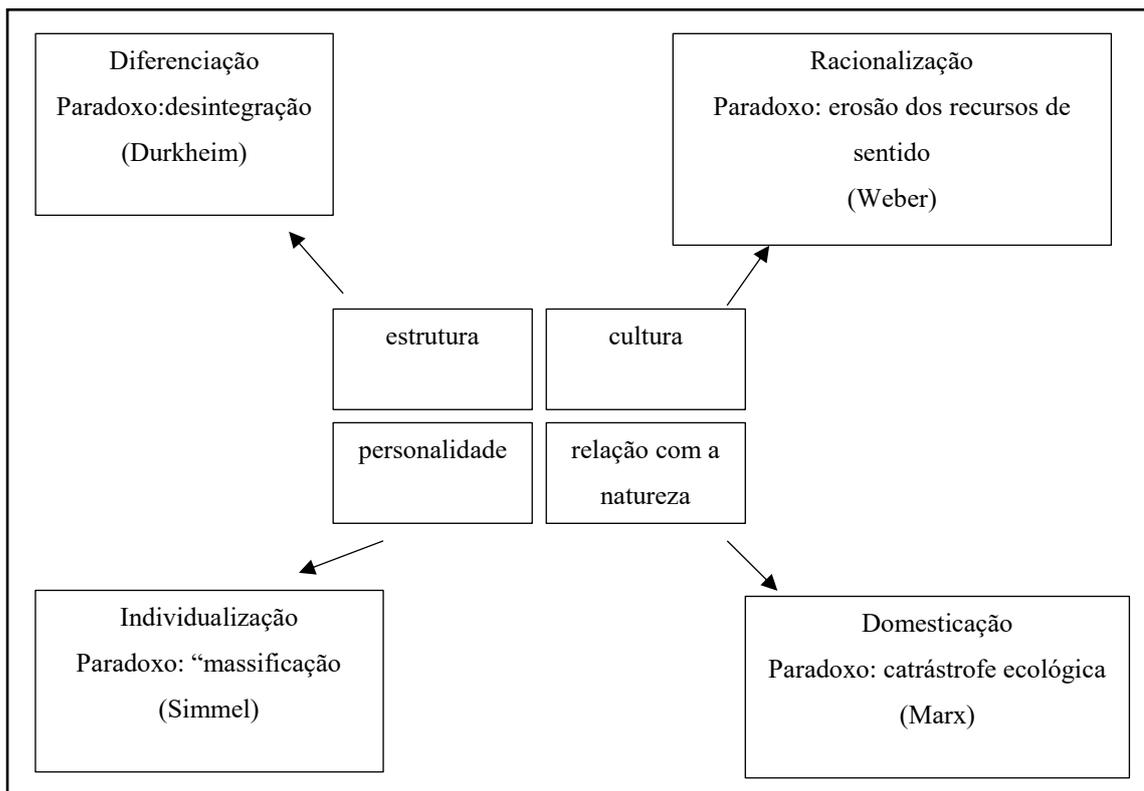
Pela leitura dos clássicos, percebe-se como o processo de modernização foi interpretado, de modo correto, *culturalmente* como *racionalização*; *(socio)estruturalmente* como *diferenciação*, em face das relações do sujeito consigo mesmo, como *individualização*;

⁴¹ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

⁴² ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

e, com respeito à relação com a natureza, como *instrumentalização* ou *domesticação*⁴³. Assim, Hartmut Rosa aponta que em Max Weber a modernização é um processo de racionalização (como em Habermas). Em Durkheim, mas também na teoria dos sistemas de Luhmann, está presente a divisão do trabalho e a diferenciação funcional. A individualização está tanto nos diagnósticos de Simmel, quanto em Ulrich Beck. E a transformação da natureza pela instrumentalização está em Marx, assim como na crítica de Adorno e Horkheimer. Entretanto, nas mesmas quatro dimensões se apresentam também quatro paradoxos, ou consequências colaterais não desejadas da aceleração social: o abandono da autonomia racional como resultado da “temporalização do tempo”; a desintegração social como consequência da crescente dessincronização; a perda da individualidade qualitativa como subproduto do aumento do ritmo da vida; e a destruição ambiental em razão da sobrecarga no ciclo de regeneração da natureza⁴⁴.

Figura 1 – O processo de modernização



Fonte: ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 117.

⁴³ *Ibid.* p. 117.

⁴⁴ *Ibid.* p. 123.

A ideia do professor Rosa, portanto, é de que não é possível compreender adequadamente a natureza e o caráter da modernidade e a lógica de seu desenvolvimento estrutural e cultural, sem adicionar a perspectiva temporal na análise. A dimensão temporal atravessa as quatro dimensões materiais da sociedade (Figura 1) e não pode ser separada delas em termos fenomenológicos. Em outras palavras, não existe algo como um “tempo social” independente dessas dimensões. Desse modo, as mudanças dominantes nessas dimensões estão intimamente ligadas a uma mudança cardinal nos padrões de tempo (aceleração), que aparece, alternadamente, as vezes como sua causa, outra vezes como efeito. Mas como se apresenta efetivamente a aceleração social? Será uma aceleração da própria sociedade ou apenas processos de aceleração dentro de uma sociedade estática?⁴⁵

Para compreender como a aceleração social se apresenta na sociedade moderna, Rosa recorre a uma divisão em três dimensões fundamentais: aceleração técnica, aceleração do ritmo da vida e aceleração das mudanças sociais. A primeira delas, a aceleração técnica, é a mais fácil de ser percebida, medida e verificada, como no caso da aceleração dos transportes e das comunicações no último século. Ela ocorre no desenvolvimento tecnológico que possibilita reduzir o intervalo temporal necessário para realizar alguma atividade. Ela é uma aceleração intencional de processos direcionados a um objetivo, por exemplo viajar mais rápido. Muitas dessas inovações são consideradas as principais responsáveis pelos teóricos pelo que costuma se denominar de “aniquilação do espaço pelo tempo”. Como Virilio mostra, a consciência espacial está ligada ao modo como o sujeito se desloca pelo espaço, há um desaparecimento progressivo do espaço de referência antropológico-geográfico em favor de uma mera pilotagem visual, que criarão um novo horizonte de experiência humana: “não admiraremos mais a paisagem, apenas assistiremos nossas telas e monitoraremos nossa trajetória interativa - ou seja, uma jornada sem distância, um tempo de viagem sem uma passagem real do tempo”⁴⁶, ou ainda

enquanto nos locomovemos a pé, percebemos o espaço de forma direta em todas as suas qualidades; nós o sentimos, o cheiramos, o ouvimos e o vemos. Com a construção de ruas inicia-se a planificação do terreno, a eliminação de obstáculos, a manipulação da qualidade espacial; não mais vagamos através dele, nós o atravessamos de forma objetiva.⁴⁷

⁴⁵ ROSA, Hartmut. Social Acceleration: Ethical and Political Consequences of a Desynchronized High-Speed Society. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 77-111.

⁴⁶ VIRILIO, Paul. *Polar inertia*. London: Sage Publications, 2000.

⁴⁷ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 194.

Assim, a revolução do transporte levou as pessoas ao mundo, a revolução da transmissão levou o mundo (virtual) às pessoas. As relações com o espaço, com outras pessoas e com estruturas materiais do mundo das coisas se fluidificam para usar um termo de Bauman, ou seja, tornam-se transitórias, rapidamente mutáveis e contingentes. A aceleração técnica modificou fundamentalmente o *estar no mundo* do sujeito, a forma de se relacionar com os outros e, também, como interpretar o eu e o mundo, influenciando profundamente a configuração da subjetividade e da sociedade⁴⁸. A aceleração técnica representa, portanto, uma base material e uma condição de possibilidade da pluralidade de processos aceleratórios sociais que fundamentam as transformações vivenciadas na Modernidade, ao mesmo tempo que são as mudanças sociais que impulsionam o processo de aceleração tecnológica, motivando novas formas de tecnologias e inovações.⁴⁹

A aceleração da transformação social se refere à velocidade na qual, de um lado, práticas e orientações de ação, e, de outro, estruturas associativas e modelos de relação se modificam⁵⁰. Estes índices de transformação se transformam a si mesmos, ou seja, se aceleram. Ou seja, ela trata dos índices de transformação social em relação a estruturas associativas, a conjuntos de conhecimento e às orientações e formas de ação da sociedade. Este não é um processo intencional e significa, por exemplo, a transformação acelerada da moda, dos estilos de vida, das relações de emprego, e dos vínculos políticos.

Para entender melhor essa dimensão, Rosa faz uso do conceito de *contração do presente*. A contração do presente é o processo da diminuição da extensão de espaços de tempo para os quais os sujeitos podem calcular, com alguma constância, suas condições de vida. O presente seria o período de estabilidade no qual o espaço de experiência e horizonte de expectativa não foram modificados. O passado representa tudo aquilo que não vale mais, e o futuro o que ainda não vale. Assim, a aceleração da mudança social pode ser definida como um aumento das taxas de prescrição de experiências e expectativas orientadoras da ação, e pelo encurtamento dos intervalos de tempo que podem ser entendidos como sendo *o presente*.⁵¹ Diante disso, o presente se torna cada vez menor e mais restrito, sofrendo pressão de acontecimentos do passado e, especialmente, dos que rapidamente virão do futuro. Contração

⁴⁸ *Ibid.* p. 189.

⁴⁹ *Ibid.* p. 208.

⁵⁰ *Ibid.* p. 147.

⁵¹ *Ibid.* p. 152.

do presente ou aceleração social significam que passado e futuro têm que ser reescritos nas mais diversas áreas sociais em intervalos cada vez menores.

Talvez seja mais adequado esclarecer ainda mais o conceito fazendo uso da explicação Hermann Lübbe. Primeiro se deve ter em mente que é a quantidade de inovações por unidade de tempo em ritmo mais acelerado na sociedade que comprime o presente. A contração do presente significa que, em uma civilização dinâmica, devido ao aumento considerável no número de inovações por unidade de tempo, a ideia do que é presente reduz. Ou seja, o número de anos ao longo dos quais os sujeitos podem olhar para trás sem ver um mundo estranho ao que se apresenta no presente diminui: “o mundo que vemos, em vez disso, representa um passado que se tornou estranho, até mesmo incompreensível, para nós”⁵². Além disso, da mesma forma e direcionado ao futuro, a contração do presente implica no encurtamento do número de anos futuros para os quais os sujeitos podem inferir. Para além desses anos, o futuro não pode mais ser comparado em seus aspectos essenciais às atuais condições de vida. Em suma, a contração do presente acarreta um processo pelo qual o espaço de tempo para o qual os sujeitos podem referenciar sua vida no passado ou calcular as condições no futuro é encurtado. A título de exemplo, o espaço de experiência com o qual os pais basearam suas condições de vida se torna progressivamente menos qualificado como base para os julgamentos que os filhos fazem (ou terão que fazer)⁵³.

A tese de uma aceleração da mudança social dentro da Modernidade pode ser, então, desenvolvida ao observar a crescente rapidez dessa transformação. Primeiramente havia uma velocidade intergeracional no início da Modernidade, passando por uma fase de certa sincronização com a sequência geracional na “Modernidade Clássica” e, em seguida, a uma velocidade que na Modernidade Tardia se tornou tendencialmente intrageracional⁵⁴. Mais fácil compreender com o seguinte exemplo: no início da Modernidade, as estruturas profissionais e ocupacionais apresentavam uma estabilidade suprageneracional, o emprego da família transmitido por gerações. Na Modernidade Clássica, se apresenta uma estabilidade geracional: o mantra de cada sujeito encontrar a profissão da sua vida. Agora, na Modernidade Tardia, as

⁵² LÜBBE, Hermann. The Contraction of the Present. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 159-177, p. 159.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 212.

profissões raramente possuem a duração de uma vida. Assim, ao se definir a contração do presente como a redução geral da duração temporal na qual existe uma segurança de expectativa com relação à estabilidade de condições de ação, reconhece-se imediatamente em que medida tal forma de instabilidade profissional podem ser interpretada como sintomas da aceleração da mudança social.⁵⁵ Claro que, o “presente”, o intervalo de estabilidade, é diferente para cada âmbito social. Por exemplo, mais longo em relação ao parceiro amoroso que em relação à moda do vestuário. A tese de Rosa aponta, no entanto, para contração dessa estabilidade em todos os âmbitos ou, ao menos, nos mais relevantes. O risco é que quando a mudança social atinge uma velocidade intrageracional se pode esperar amplas consequências para as possibilidades e formas de integração social e reprodução cultural.

Esse interessante conceito de contração do presente permite uma diferenciação do presente em diferentes âmbitos e, com isso, a introdução da outra ideia igualmente interessante: da *não contemporaneidade do contemporâneo*. O que é presente em um determinado espaço geográfico ou social, já se tornou passado em outro e em um terceiro ainda está no horizonte do futuro. Um exemplo fácil é a ideia de que jovens e idosos vivem cada vez mais em submundos isolados entre si. A contração progressiva do presente implica que não apenas uma, mas sim duas ou mais linhas de cisão etária se formem, atualmente os jovens de 25 anos já não falam a mesma língua dos jovens apenas cinco anos mais jovens. Dentro desse exemplo, a relação entre gerações manifesta não apenas a não-contemporaneidade do contemporâneo, mas também, da dessincronização social: transforma-se o *status* da velhice na sociedade: a instituição dos “velhos sábios” praticamente desapareceu, os idosos são, ao contrário, estigmatizados por não conseguirem acompanhar seu tempo. A imagem ideal do idoso não é mais aquela do “velho sábio”, mas sim aquela do ainda jovem, do ativo, do *não-realmente-velho*, que não teme adaptações ao novo⁵⁶. Isso faz sentido, quando se percebe em conversas com todos, mas especialmente com idosos, um medo de ficar para trás, de ser considerado antiquado⁵⁷.

Assim como a aceleração técnica, também a aceleração da mudança social causa um forte impacto na forma de “estar no mundo”. É gerado um sentimento existencial na Modernidade e intensificado na Modernidade Tardia no qual todas as áreas da vida estão

⁵⁵ *Ibid.* p. 221.

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ CRARY, Jonathan. 24/7: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 54.

marcadas sob a percepção de se estar em um declive escorregadio: “os atores sociais operam sob condições de mudança permanente e multidimensional que fazem da inércia pela não ação ou não decisão algo impossível”.⁵⁸ Em outras palavras, os sujeitos diante de um presente cada vez mais contraído e de uma sociedade cada vez mais acelerada necessitam (devem) tomar decisões cada vez rápidas para, no mínimo, acompanhar as mudanças.

Isso leva a uma terceira dimensão da aceleração social, que é a aceleração do ritmo da vida. Essa dimensão se caracteriza pela reação subjetiva a percepção de escassez de recursos temporais (livres). Ela se manifesta tanto pela experiência de “falta de tempo” e de “estresse”, quanto pelo aumento do número de episódios de ação e vivência por unidade de tempo⁵⁹. Essa terceira forma de aceleração pode ser definida por meio de um componente objetivo e um componente subjetivo. De forma objetiva, a aceleração do ritmo de vida implica em um encurtamento ou um adensamento de episódios de ação, que Rosa afirma poder ser verificado em estudos, mas que é facilmente confirmado em observações pessoais, como a diminuição do tempo de refeições, de sono, ou de conversa no interior das famílias, executa-se tarefas em um tempo menor, acelerando os processos ou encurtando o tempo disponível. A aceleração do ritmo de vida implica, também, na redução do intervalo de tempo entre o término de uma atividade e o início de outra (eliminação de tempo livre), ou pela sobreposição simultânea de tarefas (*multitask*).⁶⁰ Por outro lado, subjetivamente, ela se manifesta em um aumento do sentimento de falta de tempo, de pressão temporal, da estressante obrigação por mais aceleração, além do medo de não conseguir acompanhar o ritmo do mundo. É interessante que a própria escassez dos recursos temporais causa a sensação de que o tempo passa mais rápido, renovando o ciclo.⁶¹

A aceleração do ritmo da vida compreende, assim, tanto um aumento da velocidade agregada da ação quanto a transformação da experiência temporal da vida cotidiana.⁶² O próprio agir pode ser acelerado (andar, mastigar, ler), as pausas e tempos vagos podem ser reduzidos ou eliminados, atividades lentas podem ser substituídas por outras mais rápidas, diversas ações podem ser executadas simultaneamente e pode-se reduzir o tempo para atividades que não

⁵⁸ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 228.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ *Ibid.* p. 155-156.

⁶¹ *Ibid.* p. 157.

⁶² *Ibid.* p. 240.

podem ser por si aceleradas (dormir menos). Como expresso no conceito, o ritmo da vida não é definido apenas pelo número de episódios de ação, mas também pela quantidade de episódios de experiência. A realização do maior número de episódios de experiência pelo sujeito no menor intervalo de tempo parece ter se tornado a máxima cultural da sociedade Tardo Moderna. Muito oportunas e facilmente observáveis na realidade as seguintes passagens da obra *24/7* de Jonathan Crary: dormir menos é uma forma de experienciar mais oportunidades, de *viver a vida ao máximo*, ou ainda, que no paradigma neoliberal atual, *dormir é para os fracos*. Ou seja, há todo “um conjunto de forças que valorizam o sujeito constantemente envolvido, operando, interagindo, comunicando, reagindo ou processando”⁶³.

Rosa aponta que o encurtamento e adensamento de episódios de experiências podem conduzir a uma transformação significativa da experiência do tempo e à percepção de seu decorrer acelerado. Uma vez que as taxas de crescimento de opções de experiência estão acima das taxas de aceleração das possibilidades de realização de experiências isso leva a um escasseamento dos recursos de tempo e, com isso, uma elevação ainda maior do ritmo da vida: por exemplo, quero ler um livro hoje e apenas hoje foram lançados mil livros novos no mundo, torna-se impossível acompanhar. Essa elevação é impelida ainda pelo aumento constante da demanda de tempo para a tomada de decisões, o que resulta quase sempre em um sentimento de insatisfação em razão de: escolhas tomadas com base em informações insatisfatórias (talvez exista outro livro melhor em outra livraria); informar-se demais pode levar a sensação de ter desperdiçado tempo (poderia já ter comprado o primeiro livro e não perder tempo lendo esses resumos); abrir mão da decisão permanecendo com o que já se tem (não vou perder tempo comprando um livro novo e vou reler algum outro).

Claro que a aceleração técnica e da mudança social não obrigam a um aumento do ritmo de vida, mas modificam as medidas de tempo que embasam a decisão de ações e planos dos sujeitos⁶⁴. Mas, como colocado acima, o aumento de quantidade de ações ultrapassa o aumento da velocidade de realização. Subjetivamente, na experiência temporal dos sujeitos essa escassez de recursos temporais se reflete em um sentimento da passagem mais veloz do tempo e, sobretudo, na experiência de uma ausência de tempo e estresse. Essa pressão temporal, tão conhecida na Modernidade, manifesta-se sobre os sujeitos, principalmente, de duas formas: (1)

⁶³ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 24.

⁶⁴ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 253.

o medo de perder oportunidades; e, (2) a compulsão a adaptação. Do primeiro, deriva o desejo de elevar o ritmo de vida – é a ideia de usufruir de forma cada vez mais acelerada das opções do mundo, aumentar as experiências, uma ideia de aproveitar a boa vida. Aqui se percebe a promessa cultural da aceleração, os sujeitos desejam viver mais rápido, porque é a melhor forma de se viver.⁶⁵ O segundo motivo é inverso. Ele transmite aos sujeitos o sentimento de estar constantemente escorregando, ele se vê constantemente atrasado, desatualizado, necessitando se adaptar. Sob esse ponto de vista, os sujeitos não apenas “querem” viver mais rápido, eles “precisam”. É a tirania do momento, mesmo nos momentos em que julga estar livre do trabalho, sente-se pressionado pelo atraso, “sou obrigado”, “é meu dever”, “tenho um prazo”⁶⁶. A compulsão à adaptação é uma consequência da aceleração da mudança social, como escrito anteriormente. A transformação acelerada transmite aos sujeitos o sentimento existencial de *estar sobre declives escorregadios*, quase todo conhecimento e conquista está sob a ameaça da obsolescência. Dessa forma, os sujeitos têm de viver mais rápido apenas para manter o lugar que já ocupam.

Entretanto, apenas essas percepções subjetivas não bastariam e, como Rosa coloca, é necessário reconhecer que na Modernidade a pressão temporal possui uma conotação positiva dentro do reconhecimento social: não ter tempo sinaliza ambição e produtividade, de modo que a escassez temporal é um fenômeno reforçado, se não até mesmo gerado, comunicativamente⁶⁷. Rosa também aponta, que, pela via reversa, está sendo gerada uma característica distintiva na Modernidade Tardia, a lentidão: aquele que pode se dar mais tempo, controlar sua acessibilidade para os outros e ter recursos temporais livres é que está em vantagem.⁶⁸ Ambas percepções serão tratadas novamente.

Aqui, também, apresenta-se uma grande contradição em relação à ideologia dominante da liberdade individual e ao código ético minimamente restritivo da sociedade moderna. Os indivíduos tratam de suas atividades frequentemente como algo obrigatório: as atividades se mostram mais dominadas pela semântica do dever do que pela semântica da livre escolha, o que aparenta ser uma reação natural à situação do viver sobre declives escorregadios, torna-se cada vez mais difícil para o indivíduo moderno manter atualizado e livre em suas opções. Assim, a retórica da promessa da aceleração é cada vez mais substituída, tanto no plano

⁶⁵ *Ibid.* p. 268.

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ *Ibid.* p. 270.

⁶⁸ *Ibid.* p. 270.

individual quanto no político, pela retórica da compulsão à adaptação.⁶⁹ Somado a isso há uma percepção de que não há tempo para as atividades que realmente importam: uma vez que pequenas obrigações, relacionadas à tentativa de manter opções em aberto, constantemente são impostas aos sujeitos. O “poder do prazo” determina a sequência das atividades, todo mundo está constantemente “deixando para o último dia”, sem conseguir desenvolver, e muito menos seguir, objetivos de longo prazo, o que se exemplifica facilmente na imposição de escrever artigos de qualidade duvidosa e não sentar, com calma, para produzir um livro de relevância.

Por outro lado, percebe-se a existência de certo paradoxo: quando o sujeito não é desafiado pela dinamicidade da realidade ele sente um tédio crescente, quando é sobrecarregado reage com estresse e medo. A enorme ânsia por experiências intensas na sociedade da Modernidade Tardia pode fazer os conteúdos de vivências tenderem cada vez mais para extremos, o que poderia explicar a busca contínua pelo máximo de excitação e, associado a isso, possivelmente até mesmo o aumento à disposição à violência⁷⁰, um exemplo sombrio seria as pesquisas sobre os termos normalmente utilizados nos buscadores de sites pornográficos, que apontam para uma crescente necessidade de excitação pela via do abuso e da violência.

Essas mesmas imposições levam Rosa a afirmar que as gerações mais novas só se comprometerão com práticas desenvolvidas em longo prazo e que exigem altos investimentos prévios quando forem encorajadas a tal por relações estáveis de confiança e exemplos seguros, como, por exemplo, na carreira acadêmica. Não obstante, tais relações de confiança se desenvolvem, por sua vez, apenas a longo prazo. A imposição de “vencer na vida” em um ritmo mais acelerado pode explicar o “desencantamento” contemporâneo pelo ensino formal de longa duração nas universidades e pela busca de opções mais rápidas, que mais velozmente realizarão um sonho profissional dos sujeitos. Do mesmo modo, sob outra ótica, apenas quando a história contemporânea é percebida como um padrão de progresso é que faz sentido para o indivíduo (e para a sua família) investir no ensino superior, que proporcionará (em tese) um futuro econômico melhor. Agora, quando a história é percebida como um padrão de crises interligadas, a desconfiança nas instituições se torna desvinculada de quaisquer circunstâncias particulares e um campo livre para acusações permanente. Assim, quando o sentimento de previsibilidade é

⁶⁹ *Ibid.* p. 271.

⁷⁰ *Ibid.* p. 291.

ameaçado, quando a impressão é de que história não decorre como sempre decorreu, os indivíduos reagem intensamente, talvez até mesmo inconsequentemente⁷¹.

Além disso e conectado com isso, há uma descontextualização das experiências que com que o saber judaico-cristão segundo o qual “tudo tem seu próprio tempo” se torne obsoleto: muitas coisas se tornam permanentemente disponíveis e arbitrariamente combináveis entre si. É Walter Benjamin quem diagnostica uma progressiva perda da experiência na sociedade moderna, que resulta da incapacidade dos sujeitos em transformar as inúmeras vivências traumáticas do cotidiano em experiência genuína. O tempo moderno, para Benjamin, é vazio de experiências, consistindo em uma cadeia de vivências não cumulativas, desvinculadas entre si e tendentes ao choque, das quais não resulta nenhuma experiência, mas das quais os sujeitos, mais tarde, tentam se lembrar com a ajuda de *souvenirs*. Ou seja, é uma sociedade rica em vivências, porém vazia de experiências⁷².

Assim, a dinâmica aceleratória não modifica apenas o fazer, mas também o ser. Em outras palavras, as identidades e autorrelações subjetivas são sempre relações com o tempo: transformações nas estruturas e horizontes temporais da sociedade afetam inevitavelmente as estruturas temporais da construção e da manutenção identitária e é nesse, mais do que em qualquer outro ponto, que se pode entrever uma ruptura entre a modernidade “clássica” e o que se pode tratar como Modernidade Tardia. Tal perspectiva leva à tese de uma contração identitária: o *eu* é restringido a algo como uma “individualidade puntiforme” sem predicados, que não se identifica mais (inteiramente) com seus papéis e relacionamentos, ou com seus predicados identitários potenciais, adotando, antes, uma espécie de relação instrumental com eles. Assim, os sujeitos devem, desde o princípio, conceber-se como abertos, flexíveis e simpáticos a mudanças, caso contrário correm o risco de sofrer permanentes frustrações sempre que suas concepções identitárias ameaçarem fracassar em um ambiente em rápida transformação. Assim, é possível concluir que a aceleração se dá não apenas naquilo que os indivíduos fazem e vivenciam, mas também no que eles são.

Claro que é pouco científico afirmar que na Modernidade *tudo* se acelera, pois, um simples olhar basta para concordar com a, já relatada, segunda percepção de que são diversos

⁷¹ WILLIAMS, Rosalind. O apocalipse incessante da história contemporânea. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 45-80, p.70-71.

⁷² ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

os processos que se tornam mais lentos. Desse modo, uma teoria sistemática da aceleração deve servir tanto para explicar o que acelera quanto aquilo que resiste à aceleração e o que desacelera. Para Rosa, a teoria da aceleração deve ser capaz de definir empiricamente o valor sistemático dos *fenômenos de desaceleração*, de forma que eles se mostrem como residuais, como uma reação a processos primários de aceleração ou efeito colateral da aceleração. Assim, a existência de um número crescente de “vítimas da modernização”, obrigadas à desaceleração, não refuta sua tese de que a aceleração é uma característica definidora da modernização: não é porque grandes sistemas do mundo desaceleraram que a teoria da aceleração não está correta⁷³.

Assim, ao mesmo tempo, é preciso abordar como, para Rosa, a aceleração social também se apresenta em enrijecimento social, em inércia. Para o sociólogo alemão, existem cinco categorias de inércia dentro da teoria da aceleração social. O primeiro são os limites naturais de velocidade. É evidente que existem limites de velocidade físicos, biológicos e antropológicos que não podem ser manipulados ou só o podem sob um preço de uma massiva mudança qualitativa do processo a ser acelerado. Por exemplo, os limites do corpo humano em acelerar uma corrida, os limites de velocidade do cérebro, etc. Nesse sentido, “o tempo 24/7 é um tempo de indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada”⁷⁴. Em segundo lugar, as ilhas de desaceleração. Segundo Rosa, é possível encontrar nichos, tanto territoriais quanto sociais ou culturais, que são verdadeiros “oásis de desaceleração”. São locais que escapam total ou parcialmente dos processos aceleradores da modernidade, grupos marginalizados e excluídos socialmente ou comunidades Amish são bons exemplos. São verdadeiras ilhas desaceleradas que acabam sofrendo constantemente com uma pressão por mais aceleração⁷⁵. Percebe-se ainda com mais clareza, ao olhar para essas “ilhas de lentidão”, a imposição como verdade da premissa que ser um sujeito moderno em ritmo altamente acelerado é possível a todos. Contudo, lembra Santos, isso é apenas alcançado por um pequeno número de atores privilegiados. De fato, somente algumas pessoas e instituições são altamente velozes: o resto da humanidade, em todos os países, vive e produz de uma outra maneira⁷⁶, tentando sempre correr atrás. É a imposição da aceleração sobre esses “oásis”.

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 19.

⁷⁵ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

⁷⁶ SANTOS, Milton. *Elogio Da Lentidão*. Folha de São Paulo. 11 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Como terceira categoria de inércia surge a lentificação como efeito colateral disfuncional. É interessante como a lentificação e obstruções ocorrem na sociedade moderna em proporções cada vez maiores e mais frequentes como efeitos colaterais indesejados dos processos de aceleração. O exemplo mais conhecido e mais fácil de ser compreendido é o congestionamento do trânsito (todos dentro de seus carros querendo se locomover mais rapidamente, literalmente parados). Mas, também se pode falar aqui de adoecimentos depressivos, uma vez que, segundo Rosa, em fases da depressão o paciente é frequentemente confrontado com a impressão de que o tempo parou, enrijeceu-se. A lentificação ocorre não apenas como efeito imediato, mas também, em uma intensidade ainda maior, como efeito de fenômenos de dessincronização sob a forma do tempo de espera. Em outras palavras, a aceleração de um processo pode gerar uma dessincronização com outros processos que não aceleraram no mesmo ritmo, surgindo desse modo uma impressão de lentidão na espera por essa sincronização. O exemplo mais interessante é a impaciência gerada nos sujeitos em razão da demora de uma busca na internet, porque o computador é de uma geração inferior à alta velocidade do plano de internet contratado (uma lenta tortura, angustiante, por uma demora de no máximo poucos segundos).

Em quarto lugar, Rosa aponta duas formas de desaceleração intencional desaceleração como ideologia e desaceleração como estratégia de aceleração. O primeiro guarda a ideia de que é necessária uma convocação para uma desaceleração radical como crítica fundamental à Modernidade. Claro que, muitas vezes, as aspirações à desaceleração não são contra a sociedade moderna em aceleração, mas contra determinadas consequências específicas da modernidade. Esses movimentos a favor da desaceleração se guiam por um certo ideal romântico de um passado pré-moderno desejado. Alguns exemplos possíveis são determinados movimentos ambientalistas ou certos fanatismos religiosos. Por outro lado, a desaceleração como estratégia é a aposta de que para a funcionalidade das sociedades modernas são extremamente relevantes os processos e as instituições que objetivam desaceleração parcial e temporária. São estratégias de lentificação que se tornam quase que condições inevitáveis para a aceleração de outros processos. No plano individual, por exemplo, retiros espirituais, servem como oásis de desaceleração para “recarregar as baterias”, ou férias para “começar o ano com força total”. No plano coletivo, formas de moratória que possibilitam o ganho de tempo para a solução de problemas técnicos, sociais, jurídicos ou ambientais. Para Rosa, a aceleração só é possível pelo fato de que instituições sociais, como o Direito, foram inicialmente excluídas dessas transformações, criando segurança de expectativa, estabilidade e previsibilidade, que deve ser

contemplada como base da aceleração econômica, técnica e científica⁷⁷. A modernidade é, sobretudo, essa experiência híbrida e dissonante de viver intermitentemente no interior de espaços e velocidades modernizadas e, no entanto, ao mesmo tempo, habitar resquícios de mundos em outras velocidades⁷⁸

Por fim, como quinta categoria de inércia, apresenta-se o enrijecimento estrutural e cultural. Rosa observa que podem ser observados em íntima associação com os fenômenos da aceleração social a existência de teorias como a do “fim da história” (Fukuyama), do “esgotamento das energias utópicas” (Habermas) e da “utopia da opção nula” (Offe). Essas observações não se opõem à lógica da aceleração social, mas representam um elemento interno e um princípio complementar inerente ao processo de aceleração. Essa forma de desaceleração está presente na percepção cultural e filosófica que, apesar da dinamização constante das e nas sociedades modernas, persiste uma rigidez estrutural, uma cristalização dos movimentos, uma paralisação da história, que nenhuma aceleração será capaz de transformar⁷⁹. Há uma percepção do declínio de valores fortes que se desdobrou como angústia, opressão e insegurança: uma ideia de que o amanhã será pior do que hoje (não apenas igual). E isso é uma energia trabalhada pelos mercados, que se certificam que os sujeitos saibam que o “hoje” é tudo, o consumo imediato é a única certeza⁸⁰.

Um exemplo é o livro de Franco Berardi, *Depois do futuro*, publicado originalmente no centenário do Manifesto Futurista, com a intenção de comparar o espírito da época depressivo do século XXI ao espírito futurista (crença no futuro) que permeou profundamente a cultura do século XX. O autor aponta que, pelo menos até 1968, o futuro era imaginado de forma eufórica: uma fé na realização final da razão. A justiça social, a afirmação nacional, a democracia liberal e os avanços tecnológicos pareciam confirmar que o horizonte se avultava como brilhante, ainda que o caminho até ele passasse por sofrimento, miséria, dificuldades e luto. Claro que é possível a argumentação de que a vida melhorou em muitos sentidos na segunda metade do século XX. Entretanto, para Berardi, algo se quebrou na esfera psicossocial:

⁷⁷ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

⁷⁸ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 75.

⁷⁹ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

⁸⁰ CARAÇA, João. A separação de culturas e o declínio da modernidade. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 81-96, p. 92.

há um sentimento prevalecente de melancolia, a expectativa moderna de expansão constante das luzes (Iluminismo) foi substituída por outra, oposta, um “Iluminismo obscuro”, uma percepção do futuro como algo que ameaça o programa humanista, não mais fonte de esperança, como promessa de expansão e de crescimento⁸¹.

Para compreender melhor essa união dos contrários, Rosa propõe o uso do termo *paralisia frenética*, tradução alemã do conceito de “inércia polar” de Paul Virilio. Tudo está paralisado, ao mesmo tempo que em constante frenesi. Nos últimos anos, a percepção do “frenesi” e da “inércia” se radicalizaram a tal ponto que só podem ser compreendidos em uma teoria da aceleração, isto é, como, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade da Modernidade. Ou seja, para analisar uma sociedade em aceleração, não basta meramente inventar novos termos, como pós-modernidade. É preciso olhar para a natureza da própria modernidade, afinal, em vez de “estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”⁸². Isso que diferencia Modernidade e Modernidade Tardia, o “novo” está no fato de que a velocidade da transformação social ultrapassou um limiar crítico “além do qual não se pode mais preservar a ambição de sincronização da sociedade como um todo e da integração social”⁸³. A alta velocidade leva a uma não integração de acontecimentos paralelos, fragmentando, gerando perda de controle e capacidade de compreensão dos atores tanto no nível individual quanto no nível sociopolítico. Paralisia frenética significa, então, que nada permanece como é sem, no entanto, que haja a transformação de algo fundamental⁸⁴. Crary tem o mesmo diagnóstico quando afirma, olhando apenas para o capitalismo, que ele consiste na simulação contínua do novo, enquanto na prática as relações de poder e de controle permanecem as mesmas⁸⁵. É o movimento altamente dinamizado e carente de direção que provoca a impressão de inércia. Como coloca Virilio, existem piscinas com correntes artificiais, nas quais os nadadores permanecem estacionários: um rápido trecho de água impede que o nadador avance, as braçadas mais poderosas servem apenas para permanecer onde está. Quem se exercita assim, então, torna-se menos um corpo em movimento do que uma ilha, um polo de

⁸¹ BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

⁸² GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

⁸³ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 42.

⁸⁴ *Ibid.* p. 566.

⁸⁵ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 49.

inércia. Como no palco, tudo se concentra no local, tudo se passa no instante privilegiado de um ato, o instante imensurável que substitui a extensão e os prolongados períodos de tempo: o espaço não se estende mais à frente; o momento de inércia substitui o movimento constante⁸⁶.

Como visto, o desenvolvimento do processo de aceleração social avança por ondas buscando se estabilizar dinamicamente, porém ele entra em conflito com as quatro formas de consciência temporal e quatro perspectivas estruturais temporais, elencadas acima. Há um limiar crítico no processo de aceleração social que foi ultrapassado no final do século XX, nessa transição Modernidade → Modernidade Tardia, acarretando numa tripla crise da percepção do tempo e do agir no tempo: *desintegração*, os processos sistêmicos da sociedade moderna se tornaram rápidos demais para os indivíduos, ou de que, inversamente, os sujeitos são demasiadamente lentos para as exigências do tempo atual; *destemporalização*, como uma falta de consciência pessoal sobre o seu tempo, o sujeito não sabe o que o amanhã trará, levando à ruína da identidade pessoal⁸⁷, em outras palavras, uma percepção alienada do tempo, incapaz de integrar uma narrativa de vida nas referências do passado e no sentido do futuro; e *dessincronização*, uma erosão das mediações entre os sistemas nas estruturas temporais, gerando atritos entre sistemas mais velozes e os mais lentos, por exemplo, quando a economia e a ciência se tornam rápidas demais para a política e o direito. Para Rosa, é necessário desenvolver esses diagnósticos, afinal, uma teoria que se pretenda crítica deve obter medidas para um diagnóstico dos desenvolvimentos patológicos internos da sociedade.

A complexa interação entre as três formas vistas de aceleração é responsável pelo surgimento de um crescente e perigoso estado de carência temporal: uma crise de tempo que leva à percepção de um tempo de crise social que, por sua vez, propaga o sentimento paradoxal de que dentro da constante reconfiguração dinâmica da sociedade da aceleração se esconde, na realidade, uma profunda estagnação estrutural e cultural, na qual nada se modifica, não importando em qual velocidade as coisas mudem na superfície (paralisia frenética). Para Rosa, é possível pensar em novos modelos de identidade e novos arranjos sociopolíticos. Contudo, isso exigiria renunciar de forma profunda as convicções éticas e políticas da

⁸⁶ VIRILIO, Paul. *Polar inertia*. London: Sage Publications, 2000.

⁸⁷ TZIMINADIS, João Lucas Faco. Modernidade dessincronizada: aceleração social, destemporalização e alienação: uma entrevista com Hartmut Rosa. *Estudos de Sociologia*. Araraquara v.22, n.43, p.365-383, jul.-dez. 2017.

Modernidade⁸⁸. Por exemplo, o que será desenvolvido em breve, a aceleração social foi tamanha que afetou profundamente o processo de decisão política na democracia, a consequência é transferência de decisões para sistemas mais rápidos: judicialização, desregulação, privatização, prevalência do Executivo sobre o Legislativo. Com esse exemplo, fica mais fácil entender o conceito tão importante para Rosa da paralisia frenética, nada permanece como é no processo de decisão política (em constante alteração dinâmica) sem, no entanto, que haja a transformação de algo fundamental/estrutural⁸⁹.

Como dito anteriormente, não é tudo que se torna mais rápido na Modernidade, existem diversos fenômenos que mantêm sua velocidade e, inclusive, alguns outros que ficam mais lentos. Porém, para Rosa, não há equilíbrio entre a lentificação e a aceleração da sociedade. Ou seja, não há uma tendência contrária à dinâmica da aceleração na Modernidade que seja a ela comparável estrutural ou culturalmente. Desse modo, se “a aceleração está acelerando” é preciso buscar as causas de tal percepção histórica. Para o autor, a dinâmica da aceleração moderna pode ser identificada como um processo circular autopropulsionado (espiral aceleratória) por três motores “externos” de natureza econômica, cultural e socioestrutural.

Rosa propõe a tese de que a aceleração social na Modernidade se tornou um processo autopropulsor, que coloca as três áreas da aceleração (técnica, mudança social e ritmo da vida) em uma interação circular, na qual se relacionam em um sentido de aumento. Já presente naquele primeiro paradoxo levantado, percebe-se que a função social inicial da aceleração técnica, seu efeito imediato, é economiza tempo: novas tecnologias tornam processos mais rápidos. Exatamente por isso é que ela representa uma evidente resposta social ao problema da escassez temporal, que é, como pode-se observar, a causa para o aumento do ritmo da vida. Contudo, a demanda por técnicas e tecnologias aceleratórias se torna cada vez maior conforme os recursos de tempo se tornam mais escassos, ou seja, quanto maior for a aceleração do ritmo da vida.⁹⁰ Toda a sensação de estresse e de percepção de falta de tempo que pelos sujeitos e pela sociedade como um todo constituem um forte estímulo ao processo de inovação técnica e tecnológica para a aceleração de processos direcionados a um objetivo. Assim, a aceleração técnica é uma consequência direta do escasseamento de recursos temporais e com isso do aumento do ritmo da vida.

⁸⁸ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. LX.

⁸⁹ *Ibid.*.

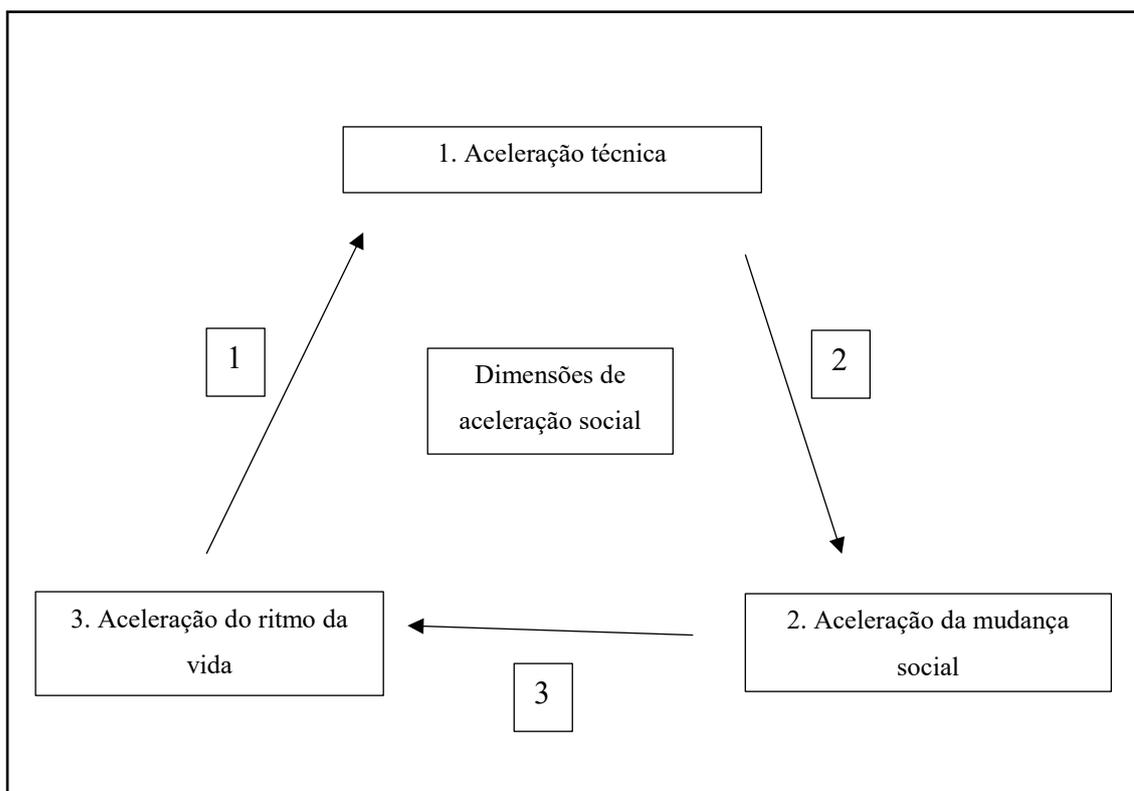
⁹⁰ *Ibid.* p. 303.

Por sua vez, a aceleração técnica atua como uma poderosa mola propulsora da aceleração da mudança social: não que a aceleração técnica seja a única causa da transformação social acelerada. Porém, a transformação das relações de trabalho e das relações sociais em função da aceleração dos processos pelo uso de novas técnicas e tecnologias conduz a uma constante transformação da sociedade – fala-se na era da velocidade, era dos automóveis, era da informação –, fato que é que a aceleração técnica conduz a uma constante transformação social nas orientações de ação dos sujeitos, das estruturas associativas e, até mesmo, nas autorrelações.

A aceleração da mudança social, também, leva a uma crescente dissociação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa e, assim, o encurtamento da estabilidade dos horizontes temporais, no sentido, já trabalhado, de uma “contração do presente”: quando as condições de ação perdem sua validade em intervalos cada vez mais curtos. Nesse contexto, a inércia se torna marcha retrocesso, não apenas na economia, mas em todas as dimensões da vida social: quem não anda, inevitavelmente acaba andando para trás. Assim, expande-se um universo de esforços de adaptação necessariamente obrigatórios aos sujeitos, tornando o tempo cada vez mais escassos para os atores (e sistemas) sociais. É essa escassez de recursos temporais que leva, necessariamente, a um aumento do ritmo da vida. A mudança social em aceleração, portanto, gera a aceleração do ritmo da vida.

Desse modo, ao longo da Modernidade e de forma mais explícita na Modernidade Tardia é que se observa como a aceleração social se converte em um processo autopropulsor. Aquilo que, de uma perspectiva micro aparenta ser a solução do problema da escassez temporal, por exemplo, a aceleração técnica de processos (criação de software para auxiliar na redação de artigos científicos, acelerando a produção acadêmica) se revela no plano macro, um elemento fundamental da aceleração da mudança social (aceleração da produção acadêmica como um todo) e, por sua vez do ritmo da vida (ler mais rápido os artigos produzidos para não ficar academicamente ultrapassado), que, por fim, levará ao desenvolvimento de uma nova aceleração técnica (softwares que fazem a leitura em voz alta dos artigos enquanto o sujeito realiza outra tarefa, por exemplo, dirige).

Figura 2 – O círculo aceleratório



Fonte: ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 312.

Conforme abordado e esclarecido na figura acima, é possível acreditar que seria viável modificar o círculo aceleratório – interrompê-lo ou, ao menos, controlá-lo. O modo mais natural para isso aparente ser influenciar no processo sinalizado pela seta 1, realizando uma intervenção no impulso para novas aceleração técnicas. Entretanto, para Rosa, o círculo aceleratório se mostra amplamente imune a tentativas de interrupções individuais, é apenas pelo caminho de intervenções políticas intencionais que se pode evitar que processos sociais sejam acelerados até seus limites, por exemplo, técnicos, financeiros ou ambientais. Mas, claro que não é tão simples realizar essa intervenção, o autor afirma que querer modificar a dinâmica do círculo aceleratório se demonstrou mais difícil do que os adeptos da ideologia da desaceleração acreditam, e isso por dois motivos⁹¹.

O primeiro deles é que o conceito de uma interrupção política intencional do círculo aceleratório se baseia na representação de um direcionamento político (preferencialmente

⁹¹ *Ibid.*

democrático, mas também possivelmente autoritário) do desenvolvimento social. Só que sua possibilidade não é isenta de pré-requisitos temporais: a autodeterminação democrática e sua forma específica de adesão social dependem de condições culturais, estruturais e institucionais que na Modernidade Tardia parecem desaparecer em razão dos efeitos da aceleração social. Interromper efetivamente a dinâmica do círculo aceleratório é, portanto, muito improvável. Essa intervenção necessita de uma mobilização de forças e motivos que constituem o próprio projeto da Modernidade, sobretudo em relação à promessa de autonomia (individual) e política⁹².

Em segundo lugar, está o fato de que a aceleração social é impulsionada, na Modernidade, não apenas por sua dinâmica própria interna, mas também por fatores culturais e estruturais, externos, ao círculo representado na Figura 2. Uma interrupção política intencional do círculo aceleratório deveria, portanto, ser capaz de confrontar não apenas sua dinâmica interna, mas também as forças aceleratórias que são independentes cultural e estruturalmente ao círculo.⁹³ Assim, não basta analisar apenas o círculo aceleratório, é preciso compreender as três forças sociais motrizes, externas, que podem ser ordenadas como motores primários de cada uma das três dimensões da aceleração: o motor econômico, o motor estrutural e o motor cultural.

O primeiro motor, o motor econômico representa a lógica de valorização do capital e sua tendência à transformação do tempo em um bem escasso. Não há como escapar da constatação que no último par de séculos o sistema da economia capitalista se converteu em uma condição que permeia as estruturas materiais da sociedade. É dentro do capitalismo que o conceito temporal “operativo” na sociedade moderna é cunhado e moldado de forma profunda pelas características da reificação e comoditização do tempo, ou seja, o tempo é transformando em bem escasso que deve ser administrado de forma eficiente. O capitalista, por esse entendimento, não compra mais o produto do trabalho de seus trabalhadores, mas sim o seu tempo. Quando tempo é dinheiro, e essa é uma frase onipresente na cultura popular, a velocidade se torna um imperativo absoluto e inabalável para os negócios. O tempo de trabalho se torna fator de produção decisivo: é transformado em valor e criador de valor. Desse modo, economizar tempo na produção se traduz imediatamente em lucro. Aumentar a produtividade, isto é, aumentar a quantidade de produção por unidade de tempo (acelerar) é um diferencial

⁹² *Ibid.* p. 318.

⁹³ *Ibid.* p. 318.

concorrencial no capitalismo. Seguindo o exposto por Virilio, é a vitória do mais veloz: a aceleração da produção se torna, assim, uma consequência da concorrência na economia capitalista de mercado. Desse modo, a economia capitalista tem como princípio a aquisição e utilização de vantagens temporais, que se convertem em vantagens competitivas⁹⁴. Para Santos, persiste uma necessidade de competir a todo instante por um mercado que está em permanente fuga para a frente, conduzindo ao endeusamento da técnica, autorizando os agentes vitoriosos a manter sua posição de superioridade sobre os demais. As grandes empresas, ao exercer a soberania da velocidade e do culto à tecnologia, auxiliam na catequização da fé pela velocidade⁹⁵.

Além disso, não é apenas a produção que acelera. Em segundo lugar está a disposição para a exploração de vantagens temporais que pode acontecer pela via da introdução de novas tecnologias produtivas para a geração de mais lucro: acelerar o desenvolvimento de máquinas que acelerarão, em seu turno, a produção. Nesse ponto, não precisa uma grande análise para perceber que este motor externo está intimamente ligado à aceleração técnica. E ocorre, também, a aceleração dos ciclos dos produtos, que levam ao fim acelerado de sua vida útil, a tão conhecida obsolescência programada. Dizer que uma sociedade está centrada na aceleração significa que ela busca organizar seus meios de produção e a sua indústria de consumo de massa sob a lei da obsolescência, da sedução e da diversificação, é uma sociedade que transmuda o meio econômico para um espaço permeado pela moda. Os atributos da moda acabam por intensificar os desejos individualistas. A obsolescência programada, em si, significa a redução da vida útil de um produto, o qual é projetado e fabricado de tal modo que a sua durabilidade seja reduzida, quando comparada à durabilidade que ele poderia ter. Isso acarreta na obrigação/necessidade dos consumidores terem que realizar outra compra em um espaço menor de tempo. Como coloca Arendt, “toda a nossa economia já se tornou uma economia de desperdício, na qual todas as coisas devem ser devoradas e abandonadas quase tão rapidamente quanto surgem no mundo, a fim de que o processo não chegue a um fim repentino e catastrófico”⁹⁶.

Esta redução artificial da durabilidade dos bens de consumo, para a indução dos consumidores a comprar produtos substitutos antes do necessário, pode ocorrer de três

⁹⁴ *Ibid.*

⁹⁵ SANTOS, Milton. *Elogio Da Lentidão*. Folha de São Paulo. 11 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

⁹⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 147.

diferentes formas. A primeira delas é a obsolescência em razão da qualidade, ela ocorre quando o produtor deliberadamente projeta o tempo de vida útil do produto de forma reduzida. Isso pode ocorrer pela utilização de técnicas ou materiais de qualidade inferior no processo produtivo, o que acarretará em um produto de qualidade inferior com maior probabilidade de quebra ou desgaste, visto que durabilidade foi reduzida. Um exemplo seria as lâmpadas incandescentes, que como é sabido, tiveram a sua durabilidade reduzida pelas grandes corporações. Em sequência, existe a obsolescência pela desejabilidade, a estratégia adota aqui para tornar o produto obsoleto é fazê-lo parecer velho, em decorrência da sua forma, design, cores, estilo, etc. Portanto, ao contrário da qualidade, nesta forma o produto está funcionando perfeitamente, ele deixa de ser considerado novo por questões estéticas que já não agradam mais os consumidores. O exemplo mais óbvio seria da indústria do vestuário, porém deve-se ressaltar que esta é a grande obsolescência que atinge a indústria automobilística. Por fim, a obsolescência planejada funcional faz menção à estratégia que torna um produto obsoleto em razão do lançamento de outro produto no mercado, ou ainda, do mesmo produto em uma versão com melhorias. É o caso, por exemplo, do telefone celular que vem substituindo o telefone fixo. Esta forma de obsolescência se confunde com a obsolescência adiada, que pode ser enquadrada como uma espécie de obsolescência funcional. O que ocorre neste caso é que a empresa opta por lançar no mercado um produto com qualidade tecnológica inferior ao que já foi desenvolvido nas pesquisas, ou seja, já no momento do lançamento o produto se encontra obsoleto, visto que já existe uma tecnologia superior já desenvolvidas⁹⁷.

Em terceiro lugar, está a aceleração da reprodução de capital investido, em razão do princípio dos juros, se torna, em um sistema econômico capitalista, uma necessidade do empreendimento. A aceleração da produção exige a aceleração simultânea da distribuição e do consumo. O tempo de circulação, segundo Marx, é um tempo de desvalorização – a compulsão aceleratória se efetua, aqui, com pressão especial. Aqui se exemplifica bem a tendência de a taxa de crescimento superar a taxa de aceleração: a aceleração da produção, por meio do crescimento da produtividade, leva ao aumento da quantidade de produtos, força, por sua vez, um aumento da quantidade de produtos (crescimento econômico). Esse crescimento só se

⁹⁷ CICHELERO, César Augusto. *Ética Democrática: a liberdade social no consumo para o enfrentamento da crise ambiental e a proteção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Caxias do Sul.

manterá no ano seguinte com uma produtividade ainda maior, com aumento da quantidade de produtos, ou seja, com mais aceleração.

Rosa aponta um triplo desacoplamento que aconteceu na Modernidade entre o tempo de trabalho industrial e vida cotidiana tradicional: (1) o tempo de trabalho remunerado foi vinculado ao relógio mecânico, dissociado dos ritmos da natureza. Esse desacoplamento se mostra, principalmente, no trabalho em turnos. O tempo, na economia capitalista, não possui qualidade, portanto, o impulso natural do capitalismo é se apropriar de trabalho durante todas as 24 horas do dia é, derrubando qualquer diferença entre tempo de trabalho e tempo livre; (2) ao mesmo tempo, desenvolve-se, com a industrialização, uma divisão temporal e espacial entre trabalho e tempo livre. Esta separação entre trabalho e vida privada conduziu a consequentes efeitos políticos, delimitando aquilo que se entende hoje por esfera pública e vida privada; (3) por fim, o tempo de trabalho se desacopla do objeto de trabalho. Quando se estipula o início e o fim do expediente por meio de horários determinados mecanicamente por um relógio, perde-se o referencial de o trabalho só encerrar com o fim da tarefa: o trabalho não vai se vincula ao objeto no qual se trabalha, mas ao tempo que se está disponível para o trabalho⁹⁸.

Assim, coloca Rosa, o tempo do capitalismo industrial se apresenta como linear, abstrato e polarizado: os relógios representam instrumentos de controle por excelência, rompendo os ritmos internos dos homens. O relógio e não a máquina a vapor, seria a máquina-chave da era industrial. Assim, como fator motriz primário e imediato das dimensões técnica e tecnológica da aceleração se encontra a lógica concorrencial temporal-econômica do capitalismo. Escondida atrás da dominante lógica da técnica da sociedade industrial está a lógica do relógio. Porém, na Modernidade Tardia, Hartmut Rosa, percebe uma inversão ocasionada pela aceleração, o volume de trabalho volta a ser ditado não pelo relógio, mas pelo objeto. O trabalho é levado para casa ou lá mesmo realizado. A fronteira entre tempo de trabalho e tempo livre se torna mais fluida, de modo a conduzir novas miscelâneas entre interesses público e privado, laborais e pessoais: uma dissolução das fronteiras entre tempo privado e profissional, entre trabalho e consumo⁹⁹. Se, por um lado, na Modernidade Clássica o objetivo era intensificar o trabalho desvinculando-o de questões subjetivas, potencialmente retardadoras, agora a economia de mercado busca gerar dinamismo por meio do processo contrário, isto é,

⁹⁸ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

⁹⁹ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 24.

de uma ressubjetivação do trabalho, e de uma “colonização” dos recursos e competências do mundo da vida, através da suspensão da divisão entre as esferas¹⁰⁰. Assim, a sociedade 24/7 é estruturada em torno de objetivos individuais de competitividade, promoção, aquisição, segurança pessoal e conforto às custas dos outros¹⁰¹.

O segundo motor externo do círculo aceleratório estudado por Rosa é o motor cultural. Para o sociólogo alemão, não faltam autores que defendam que o motor econômico é o único responsável pela tendência à aceleração na Modernidade. Contudo, não se pode assumir essa interpretação reducionista, já que ela se mostra insatisfatória por dois motivos: (1) não consegue esclarecer o processo de mediação entre os imperativos econômicos estruturais e os padrões de sentido subjetivos e culturais; e, (2) o desenvolvimento da dinâmica econômica não é isento de pressupostos culturais. Assim, Rosa conclui que a cultura da Modernidade também está orientada para a aceleração, ou, ao menos, compatibilizada com ela. Do mesmo modo que o primeiro motor se conecta com a aceleração técnica, este está mais ligada à aceleração do ritmo da vida¹⁰².

A cultura moderna está impregnada por uma poderosa proibição moral de desperdício de tempo, que é o *ethos* da ética protestante já abordada por Weber. Essa cultura se desenrola ao longo da Modernidade como um efeito racionalizador e disciplinador sobre as práticas temporais dos sujeitos. Assim, a ética protestante fornece à economia capitalista do tempo seu correlato cultural. Contudo, Rosa aponta, que a mera proibição moral do desperdício de tempo não basta para explicar o anseio por aceleração na Modernidade, e isso por dois motivos. Em primeiro lugar, proibições não criam ideologias motrizes, é preciso haver um mandamento moral adicional, uma ética, algo que torne desejado ganhar mais tempo. Rosa explica como os imperativos da ética protestante motivados pelo *medo* e pela *promessa*, funcionaram na Modernidade como molas propulsoras da ação subjetiva e do desenvolvimento da cultura. Agora, na Modernidade Tardia *medo* e *promessa* se conectaram princípio da eficiência temporal e às expectativas de aceleração¹⁰³. As expectativas não estão mais em um campo transcendente extrassocial, mas campo sistêmico-imanente da concorrência social. Assim, a inquietação

¹⁰⁰ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 344.

¹⁰¹ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 50.

¹⁰² ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

¹⁰³ *Ibid.* p. 358.

universal de se estar sobre declives escorregadios opera como medo fundamental na sociedade tardo-moderna. A promessa é a prosperidade e a riqueza, o dinheiro adquire uma função de substituto religioso e assume a função de transformar a complexidade indefinível em definível.

Em segundo lugar, a força moral e cultural da ética protestante se baseava em uma concepção temporal linear com futuro fechado, a preocupação do fiel é com a salvação da alma na vida pós-morte. Rosa observa que a necessidade de segurança na Modernidade entra em conflito com o desejo por aceleração: a moderna necessidade de segurança é sacrificada à escassez de tempo da necessidade de aceleração. Há sempre uma promessa latente e nunca realizada de salvação por meio da aceleração social. Na cultura ocidental moderna, a alternativa hegemônica como resposta ao problema da morte é, atualmente, *usufruir as opções terrenas em ritmo acelerado*, de modo mais claro, viver o máximo possível. A ideia de *boa vida* que corresponde àquela resposta, culturalmente dominante, à questão sobre a morte, consiste em conceituar a vida como única (e última) oportunidade. A vida é o único momento da existência que os sujeitos dispõem para fazer o uso mais intensivo e extensivo possível do mundo, antes que a morte coloque um ponto final definitivo. Assim, o aumento do ritmo da vida é como consequência quase natural: “por se poder realizar mais possibilidades quanto mais rapidamente cada estação, episódio e acontecimento passar, a aceleração representa a mais premente das estratégias, a única na verdade, para reaproximar, tendencialmente, tempo do mundo e tempo da vida”¹⁰⁴. Em resumo, Rosa percebe na Modernidade Tardia uma nova concepção de boa vida, um *éthos*, que indica que a aceleração se tornou um substituto da eternidade. Assim, esse motor fornece as bases para a promessa moderna de que o aumento do ritmo da vida conduz a uma vida plena, a aceleração seria a resposta moderna à morte¹⁰⁵. A morte, além disso, assume também outra faceta como um dos subprodutos da aceleração: quando os indivíduos já não têm mais nada a perder, sejam recursos ou força de trabalho, elas se tornam simplesmente descartáveis¹⁰⁶, quando eles não podem mais acelerar resta a inércia eterna da morte. Portanto, analisando esse segundo motor cultural se percebe com mais nitidez como, ao contrário do que muitos autores pretendem, a economia capitalista de mercado não aparece como causa principal da ideologia da aceleração, mas antes é seu instrumento.

¹⁰⁴ *Ibid.* p. 367.

¹⁰⁵ *Ibid.*

¹⁰⁶ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 59.

Por fim, o terceiro motor apresentado pelo autor é o motor socioestrutural, o qual está mais intimamente ligado com a aceleração da mudança social. Rosa afirma que para entender este motor é importante ter em mente a questão sobre em que medida o princípio da *diferenciação funcional* conduz ou obriga *por si próprio* a uma aceleração dos processos sociais. Em outras palavras, a diferenciação funcional teria uma lógica evolutiva aceleratória própria. A diferenciação funcional aqui pode ser compreendida como um mecanismo de aumento de velocidade dos processos produtivos e desenvolvimentos sociais, uma vez que, com e a partir dela, perspectivas externas ao sistema e tendências à inércia são eliminadas. Para os indivíduos incluídos nas diversas esferas funcionais, predomina o fato de serem obrigados a definir, segundo uma agenda, quanto tempo podem disponibilizar ou devem dispor em cada uma das esferas funcionalmente diferenciadas. Contudo, essa forma de diferenciação conduz também a uma escassez temporal, pois ela gera, para Rosa, um enorme aumento de complexidade. A sensação de “falta de tempo” surge justamente na diferença entre a complexidade do mundo, o horizonte de possibilidades e a capacidade de elaboração do sistema. A tentativa de temporalizar essa complexidade significa o esforço por meio sequenciamento de decisões para realizar sucessivamente mais relações do que seria possível de modo simultâneo e, também, optar por adiar escolhas e fazer uso de um futuro próximo como uma espécie de depósito para decisões a serem tomadas e ações a serem executadas mais tarde.

Diante da força desse motor socioestrutural, os sistemas sociais são pressionados de duas formas. A primeira delas, de forma *endógena*, aponta que a compulsão à aceleração surge do fato de que sistemas temporalizados são instáveis e só se estabilizam dinamicamente, o que já foi abordado. Em outras palavras, os sistemas são orientados a um processar ininterrupto: uma estabilidade não estática, mas dinâmica. Temporalizar a complexidade gera uma compulsão fundamental à ação e o tempo de cada sistema social compele os sujeitos a serem ativos a todo instante. Por outro lado, sob uma perspectiva, de forma *exógena*, o qual faz da aceleração nestes sistemas uma forma racional da experienciar o tempo: o futuro serve como horizonte de expectativa. A rápida mudança do ambiente sistêmico implica a transformação acelerada das condições seletivas e dos horizontes de expectativa, e força cada sistema diferenciado a aumentar sua velocidade de operação. Portanto, o fato de que as organizações e as instituições fazem reivindicações temporais “totais”, impõe exigências temporais “totais” configura, assim – ao lado da explicação econômica e cultural –, o terceiro motor para explicar

o porquê os sujeitos na Modernidade Tardia relatam o mesmo sentimento, de estarem “sob frenesi” constante e de não terem mais “tempo suficiente” para qualquer atividade¹⁰⁷.

Desse modo, por meio de um processo de diferenciação funcional, externalização e temporalização da complexidade, este motor leva a um aumento da velocidade de produção em todos os subsistemas. Um exemplo do resultado desse motor é a progressivo aumento de ações a serem tomadas no futuro pelos sujeitos. Surge como padrão temporal do futuro, o do jogador flexível, que decide o que, quando e por quanto tempo de acordo com a situação dada. Aparenta-se uma soberania temporal individual para todos, uma vez que o fundamento socioestrutural da tardo-modernidade é a derrubada de barreiras entre trabalho, tempo livre e vida. Porém, estes três motores quando postos em movimento, aumentando a capacidade de realização das ações pelos sujeitos, aumentam também o número e a variedade de opções a serem possíveis de realização. Assim, qualquer que seja a escolha do sujeito ela representará sempre e cada vez mais uma renúncia a um número crescente de alternativas, que apesar de negadas em um primeiro momento, estarão mantidas como opções em aberto, de modo que o sujeito a desejará realizar num momento posterior, retornando e sobrecarregando as decisões individuais¹⁰⁸.

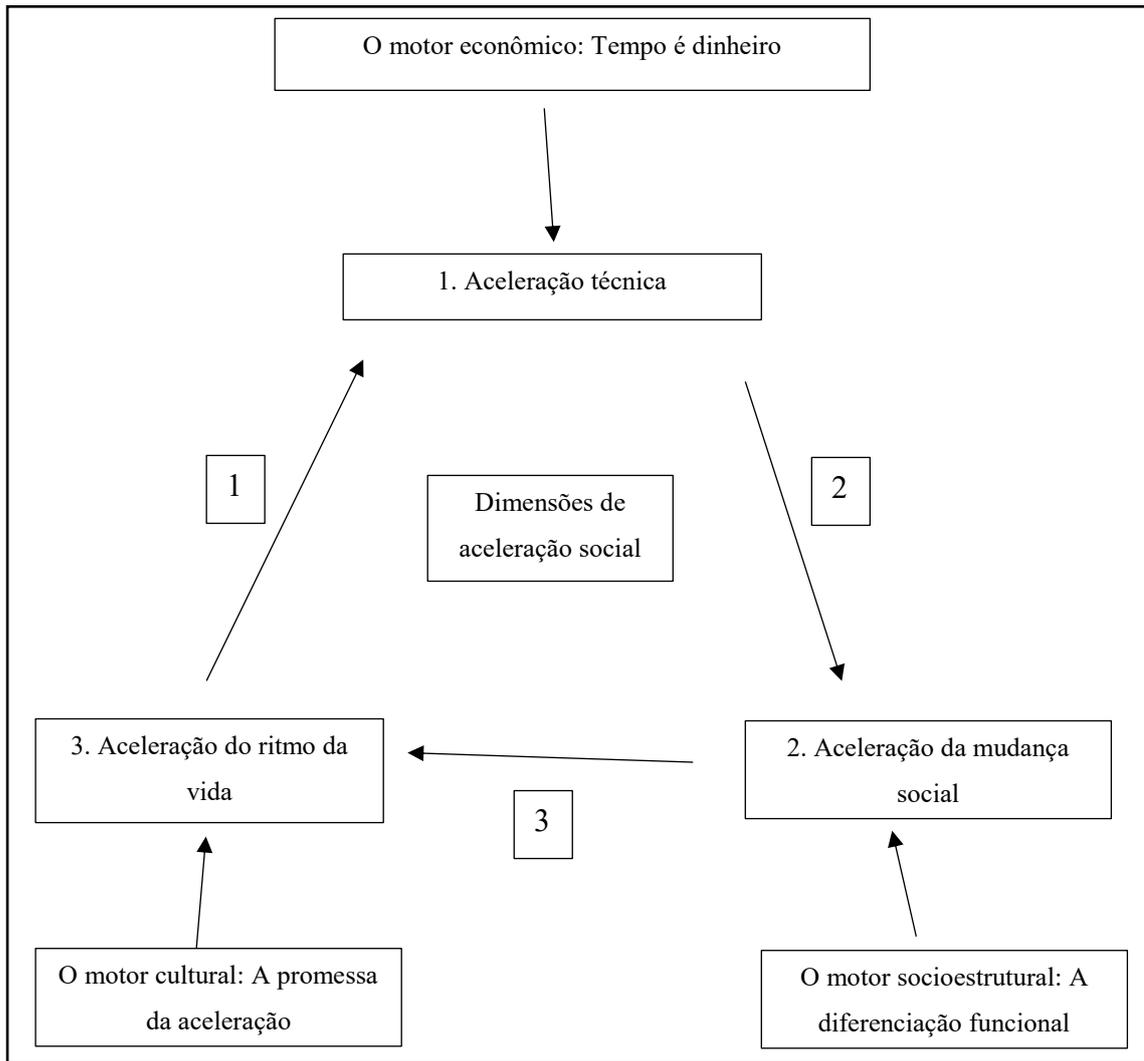
Enfim, por meio de sua investigação das causas da moderna dinâmica aceleratória para além da lógica do círculo aceleratório autopropulsionado, Rosa conclui que esses três motores são forças externas cuja atuação em conjunto explicam a relação escalar entre crescimento e aceleração. Essa relação se revela, primeiro, *economicamente*, como resultado da lógica de valorização do capital, *culturalmente*, como consequência de uma imagem de mundo na qual a aceleração se torna o substituto secular da ideia de eternidade e uma estratégia para o reajuste entre tempo do mundo e tempo da vida, e, por fim, *estruturalmente*, como ligação entre aumento e temporalização da complexidade. Como foi visto, cada um desses três motores está relacionado a cada uma das três dimensões aceleratórias, por óbvio que essa relação é mais exemplificativa, cada um dos três motores tem o potencial natural para impulsionar a espiral aceleratória como um todo. Assim, em resumo, a lógica econômica atua como acelerador primário para a aceleração técnica, a lógica escalar da cultura impulsiona a aceleração do ritmo da vida, e o princípio estrutural da diferenciação funcional acelera a mudança social¹⁰⁹.

¹⁰⁷ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 387.

¹⁰⁸ *Ibid.*

¹⁰⁹ *Ibid.*

Figura 3 – Forças motrizes externas da aceleração



Fonte: ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 393.

Hartmut Rosa alega que sua análise das causas de aceleração na Modernidade Tardia não estaria completa sem levar em consideração duas forças aceleradoras tradicionais: o Estado e o exército. Para o autor ambos representam fatores aceleratórios cardinais, influentes de um ponto de vista histórico. Historicamente, Rosa aponta que a aceleração de processos e transações sociais foi uma consequência da uniformização das condições de ação e desenvolvido no moderno Estado territorial. Foi o Estado que criou as condições para o planejamento seguro e para a previsibilidade a longo prazo. Afinal, foi apenas com o Direito moderno que foi possível uma adaptação dinâmica às necessidades, assim como as democracias

políticas se mostraram mais capazes de adaptação e reação que as monarquias tradicionais. Como Virilio demonstra, poder político é uma forma de poder de movimento: soberania significa sempre a soberania do mais rápido, do mais flexível. Assim, o Estado-nação moderno triunfou em parte por sua superioridade na manipulação da velocidade. Da mesma forma, o aparato militar desempenhou um papel relevante para a aceleração: foi instituição da caserna que representou para Foucault uma das mais importantes instituições educacionais da sociedade disciplinar, dentro da qual disciplina temporal moderna era inscrita de forma violenta no corpo humano. O setor militar, desse modo, representava o lugar paradigmático do desenvolvimento do abstrato regime temporal moderno, muito antes de sua generalização por meio da Revolução Industrial¹¹⁰.

Entretanto, parece que Estado e exército agora compartilham do destino de todas aquelas instituições da modernidade clássica que correm o risco de serem erodidas pelas forças aceleratórias que elas mesmas puserem em movimento. Nessa perspectiva, Estado e exército passaram de aceleradores a freios da velocidade. Por exemplo, no século XXI, a disciplina militar não contribui mais de modo relevante para a aceleração do ritmo da vida. Rosa aponta com perspicaz clareza que os recrutas, durante seu período de serviço militar, experimentam ociosidade e realização de tarefas singulares, na qual a densidade de episódios de ação e vivência por unidade tempo, comparada à vida cotidiana, antes diminui do que aumenta. Do mesmo modo, cadeias hierárquicas de comando do exército são lentas demais em relação à inovação, flexibilidade, produtividade e capacidade de adaptação às freneticamente exigências da Modernidade¹¹¹.

Ainda que não seja um consenso a tese de que o Estado nacional estaria em queda, perdendo cada vez mais de seu poder decisório, a maioria dos diagnósticos contemporâneos indica que os Estados continuam a ser os principais agentes da formação das regras do jogo ao redor do globo. Da mesma forma, o Estado nacional continua a ser o principal interlocutor das aspirações políticas dos cidadãos. Contudo, e esse é um ponto relevante e acertado por Rosa, a soberania dos Estados nacionais é cerceada por desenvolvimentos do direito internacional, pela cessão de direitos a instituições supranacionais e pela desregulação interna. É interessante observar como a questão da burocracia estatal, antigamente exemplo de eficiência e racionalidade temporal, passou a ser considerada exemplo máximo de ineficiência, lentidão e

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ *Ibid.*

inflexibilidade. E isso tudo exatamente pelos mesmos pressupostos pelos quais Weber identificava sua racionalidade e velocidade, como a protocolização de todos os processos, a obediência estrita às vias oficiais, a hierarquia unilinear, o estabelecimento de rotinas fixas de trabalho, etc. Sob essa ótica, Rosa consegue colocar a hipótese de que a crise do estatismo é sobretudo uma crise da administração burocrática, assim, a derrota do socialismo de Estado pelo capitalismo da economia privada pode ser compreendida como consequência natural do fato de que a capacidade de aceleração do controle estatal alcançou um limite e foi superada pela capacidade de aceleração da economia capitalista de mercado. Portanto, ao contrário do que se observou na Modernidade Clássica, a aceleração é obtida na Modernidade Tardia não mais por regulação estatal, mas sim pelo incremento de sua desregulação. No mesmo sentido, os processos democráticos de decisão e formação de vontade política que antes eram ferramentas flexíveis para compor o jogo da aceleração, hoje são, por si próprios, consumidores demasiados de tempo. Assim, não surpreende que o cerne da ideologia do neoliberalismo consista em uma política de desregulação, desburocratização e desconstrução do Estado, em suma: em uma ideologia do apolitismo¹¹².

Nesse contexto, é possível agregar o que Chari coloca como o surgimento de um certo "Estado de competição", em contraste com o Estado de bem-estar. Esse Estado de permanente concorrência, busca uma maior mercantilização a fim de tornar as atividades econômicas localizadas no território nacional mais competitivas em termos internacionais. Essa crescente mercantilização assume a forma de redução dos gastos do governo para promover o investimento privado, bem como a desregulamentação das atividades econômicas, principalmente financeiras. A chave de leitura é a maneira como essa mudança do Estado de bem-estar para o Estado de competição neoliberal afetou a relação entre economia e política: a desregulamentação não remove totalmente a influência do Estado na economia, mas torna a relação cada vez mais opaca. A desregulamentação não deve ser vista apenas como a revogação de regulamentações, mas também como a formulação de novos regulamentos que são projetados para aumentar o estado de competição. Além disso, essas novas estruturas regulatórias são projetadas, especialmente, para impor o comportamento econômico do

¹¹² *Ibid.*

mercado global em atores rígidos e inflexíveis do setor privado, bem como em atores e agências estatais¹¹³, (“amaciar os freios ou acelerar os inertes”).

Depois de analisar como a aceleração social se apresenta na Modernidade Tardia e quais as causas para que ela continue acelerando, resta para o professor Rosa desdobrar de modo mais sistemático as consequências dessa aceleração. Rosa primeiramente propõe que a crise do conjunto de instituições da Modernidade Clássica figura, normalmente, como resultado dos processos chamados de *globalização*. Contudo, no mundo global, o que há de novo e significativo não é a mera possibilidade do movimento de informação, dinheiro, mercadorias, pessoas, ideias e até de doenças através de longas distâncias, mas sim a velocidade e a ausência de resistência com que tais processos podem ocorrer na contemporaneidade, isso será retomado futuramente. E é dessa pressão da velocidade (e de dessincronização) que surgem as crises, por exemplo, o capital pode se movimentar de forma praticamente instantânea (atemporal) por todo o globo, ao passo que a mobilidade dos trabalhadores e suas capacidades de flexibilização e aceleração são menores que as do sistema financeiro. O autor aborda as consequências da aceleração sob dois vieses: da identidade situacional e da política situacional¹¹⁴.

“O sentido de quem se é não pode ser separado de quem se foi e de quem se será ou quem se quer ser”¹¹⁵, é uma frase que praticamente resume a primeira luz lançada por Rosa sobre as consequências da aceleração sobre a identidade. Nas sociedades tradicionais os sujeitos possuem uma identidade substancial *a priori*. Na Modernidade, entretanto, a própria identidade entra em movimento. Na comparação entre Modernidade Clássica e Tardia são apresentadas diferenças em relação a forma de liquefação e dinamização da identidade. Para Rosa, tal diferença aparece, especialmente, no fato de que a transformação das autorrelações e das relações com o mundo que se manifestam como *individualização*, levam, na Modernidade Clássica, a uma *temporalização da vida*, ou seja, a uma perspectiva da própria vida como um projeto a ser desenvolvido no tempo. Por outro lado, o mesmo processo produz, em sua fase tardo-moderna, uma definição da identidade como “destemporalizada”, situacional. Ao passo que aumenta o grau de liberdade de realização individual, aumenta também a responsabilidade pela própria vida. Há uma irresistível ascensão da cultura da liberdade e, ao mesmo tempo do

¹¹³ CHARI, Anita Sridhar. *A political economy of the senses: neoliberalism, reification, critique*. New York: Columbia University Press, 2015, p. 28.

¹¹⁴ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

¹¹⁵ *Ibid.* p. 451.

empreendedorismo, fenômeno que se enraizou na cultura da individualização¹¹⁶, assim, a cultura do “primeiro, eu” é quase que predominante na sociedade. O primeiro mandamento da ética do empreendedor é “ajuda-te a ti mesmo”¹¹⁷.

Sob outra base teórica, mas com diagnóstico bem semelhante, Dardot e Laval, apontam que o neoliberalismo (faceta da sociedade em aceleração social) não destrói apenas regras, instituições, direito, mas também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, modifica como os sujeitos são instados a se comportar, uns com os outros e com eles mesmos. O neoliberalismo define, portanto para esses autores, certa norma de vida nas sociedades ocidentais modernas. Há uma imposição para que todos vivam em um universo de competição generalizada, uma luta econômica de todos contra todos, ordenando as relações sociais segundo o modelo do mercado, até o indivíduo é levado a conceber a si mesmo e a se comportar como uma empresa. Assim, a grande novidade está na modelagem que torna os indivíduos capazes de suportar estas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para replicar essas condições, tornando-as cada vez mais duras e mais perenes. Ou seja, há uma certa “reação em cadeia” (que é possível associar ao círculo aceleratório de Hartmut Rosa), produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram¹¹⁸.

Desse modo, a individualização designa o processo moderno de criação de alternativas substanciais de ação e de vida. *Quem alguém é* não pode mais ser determinado externamente, mas cada vez mais é determinado por uma configuração da qual o próprio sujeito participa. Individualização significa a possibilidade, mas, sobretudo, também a tarefa de determinar, por si mesmo, os papéis e as relações formadores de identidade: o *eu* é um projeto reflexivo. Fica clara aqui a diferença entre a identidade “clássico-moderna”, uma identidade aparentemente estável *a posteriori*, uma vez que a tarefa delegada aos sujeitos era encontrar o seu lugar no mundo, estabelecer a identidade da sua vida, uma identidade *geracional*. Ao passo que, na Modernidade Tardia há uma grande explosão de possibilidades de escolha e as formas de

¹¹⁶ CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 23.

¹¹⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹¹⁸ *Ibid.*

diferenciação: os componentes identitários se tornam livremente combináveis e revisáveis, a identidade se torna transitória, ela se transforma ao bel prazer dos sujeitos, ela possui um intercâmbio e uma velocidade *intrageneracional*¹¹⁹. Da mesma para Giddens, na ordem pós-tradicional da modernidade, a identidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado. O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular, a tradição perde seu domínio, a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global e os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. Ao mesmo tempo, existem também influências padronizadoras — particularmente na forma da mercadoria. No entanto, por causa dessa "abertura" (poderia se ler aceleração) da vida social de hoje, com a pluralização dos contextos de ação e a diversidade de autoridades, a escolha de estilo de vida é cada vez mais importante na constituição da identidade e da atividade diária¹²⁰.

Interessante notar que essa identidade situacional da Modernidade Tardia possui uma mínima ligação narrativa entre passado, presente e futuro. Bem como, uma identidade genuinamente contemporânea, talvez até pós-moderna, se caracteriza exatamente pela inexistência da sensação de uma obrigação interior a um estilo unificado: o sujeito pode ser muitos *eu* diferentes, a identidade é um mosaico de opções (ateu na academia, cristão na família, budista nas redes sociais). Claro que essa pluralização interna que se torna problemática quando o sujeito é obrigado a definir relevâncias e prioridades. Torna-se, com o perdão da expressão, uma verdadeira “salada de frutas” de identidades e culturas: e como é possível em sociedade em aceleração, um indivíduo pode, por exemplo, mudar da racionalidade (na política) para os domínios da obscuridade em apenas um clique e permitir o ressurgimento da ignorância¹²¹. Outro ponto importante é a relação com objetos que circundam os sujeitos, ocupando lacunas de identidades temporalmente mais estáveis, servindo como uma pedra fundamental sobre as

¹¹⁹ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

¹²⁰ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002, p. 12-13.

¹²¹ CARAÇA, João. A separação de culturas e o declínio da modernidade. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 81-96.

quais os sujeitos edificam e dão coerência para a transitoriedade de suas identidades¹²². Desse modo, os ritmos de consumo tecnológico são inseparáveis das exigências de autoadministração contínua, uma vez que o principal fio condutor história de vida dos sujeitos são as mercadorias eletrônicas e os serviços de mídia por meio dos quais toda experiência é filtrada, gravada ou construída. Ao ponto de o trabalho mais duradouro para alguns indivíduos é elaborar sua relação com os dispositivos¹²³. Assim, na sociedade 24/7, qualquer forma de sociabilidade que ultrapasse o mero interesse individual está condenada ao desaparecimento, as relações intersubjetivas que constituem o espaço público se tornam irrelevantes no moderno isolamento digital. Chega-se ao ponto de a sociedade em aceleração exigir que o indivíduo invente uma concepção de si que otimize sua participação em ambientes e velocidades digitais¹²⁴.

A ideia, portanto, é que quanto mais indiferença os sujeitos sentirem por *conteúdos*, pelo Outro, melhor poderão se adaptar às exigências aceleratórias e flexibilizatórias. Há uma certa vantagem competitiva nesse desapego pela continuidade, mas também uma notável contradição entre um ganho de soberania temporal na vida prática e, por outro lado, a sensação de perda de autonomia e controle sobre a própria vida. Em outras palavras, todo o tempo disponibilizado ao sujeito por deixar “a vida o levar” é imediatamente subtraído quando “a vida leva ele”. O preço de uma identidade situacional consiste na perda da autonomia e de qualquer pretensão de ser diretor da própria vida. A vida não se move em direção a lugar nenhum, ela apenas anda em alta velocidade sem nunca sair do lugar. “É nesse sentido que a *temporalização do tempo* implica a *destemporalização da vida*”¹²⁵.

Indo além, para Rosa, essa sistemática imposição do presente gera fatalmente patologias sociais: devido à ausência de perspectiva narrativa e da redução dos horizontes de futuro e de passado, assim como devido à indiferença estrutural, há um acúmulo de energias psíquicas não direcionadas nos sujeitos que podem ser liberadas em atos de violência sem motivação aparente. O ponto é que a destruição do duradouro desorienta, a longo prazo, toda ação... sem perspectiva de horizonte futuro não há vínculo entre confiança e dever, nem formação da autoestima. Assim, Cray aponta como por muitos meios diferentes valores como

¹²² ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

¹²³ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 67.

¹²⁴ *Ibid.* p. 109.

¹²⁵ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 495.

coletividade e cooperação são atacados pela ideia de a liberdade é estar livre de qualquer dependência em relação aos outros, enquanto que, na verdade, o que se vive é uma sujeição de todos ao que o autor chama de liberdade do mercado, mas que o correto seria, imposição da aceleração no mercado. Crary chega ao ponto de afirmar, dentro desse contexto, que a verdadeira religião norte-americana é “ser livre de outras pessoas”¹²⁶, há uma ilusão coletiva que transforma a experiência da solidão e da impotência individuais em algo aparentemente natural. A produção contínua da solidão é, de certo modo, tanto um lastro fundamental do capitalismo, mas especialmente de uma sociedade Tardo Moderna dinamicamente estabilizada.

A depressão, portanto, pode ser compreendida como uma patologia do tempo uma vez que: (1) ela pode ser uma consequência de sucessivas imposições temporais indesejadas; (2) uma reação psíquica que leva o sujeito a perceber o tempo como paralisado e sua vida carente de perspectivas de futuro; e, (3) é, por excelência, o mal da Modernidade Tardia, tanto pela explosão de diagnósticos nos últimos anos, quanto por aparentar incorporar e confirmar a experiência subjetiva da *paralisia frenética*¹²⁷. Para Berardi, por isso, o suicídio agressivo não deve ser visto apenas como um fenômeno de desespero e de agressão, mas sim como uma declaração do fim. A onda de suicídios parece sugerir que o gênero humano está fora do tempo máximo, e o desespero tornou-se o modo predominante de se pensar sobre o futuro¹²⁸. O exemplo maior para Rosa é a síndrome de *burnout*, que não é apenas produto de simplesmente ter muito trabalho a fazer, nem da compulsão para correr mais rápido, mas sim da total ausência de quaisquer objetivos de longo prazo no horizonte individual. Ou seja, o fato de que alguém ter que correr mais rápido apenas para ficar no mesmo lugar literalmente deixando as pessoas doentes. As vitórias diárias dos sujeitos não são mais reconhecidas ou celebradas, mas vistas como mera intermediação para um ganho no final da estrada que nunca chega. Rosa firma que até agora foi possível evitar um desgaste completo da sociedade pois existe um conforto na ideia de que esse estado de crise é temporário. Porém, cada dia mais, a cultura ocidental percebe a ilusão: nada está melhorando. Nessa perspectiva, que será abordada posteriormente nesse trabalho, o *burnout* é uma forma extrema de alienação¹²⁹.

¹²⁶ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 124.

¹²⁷ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

¹²⁸ BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

¹²⁹ DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut. *Sociology, capitalism, critique*. New York: Verso, 2015.

Claro que nem todos os sujeitos são vítimas da síndrome de *burnout* na Modernidade Tardia. Existem três padrões "alternativos" (problemáticos) de conduta de vida que podem ser identificados. O primeiro envolve o ideal moderno de autonomia, sendo substituído por um ideal de "surfista". O objetivo aqui não é mais encontrar um "porto seguro" ou uma ilha no oceano da vida para atracar, mas sim ficar em uma prancha de surfe enquanto faz o maior esforço possível para dominar as ondas, pulando de crista em crista e se mantendo por cima. Os surfistas são frequentemente considerados os vencedores dentro do sistema aceleratório, Rosa, no entanto, entende que são eles os mais suscetíveis ao esgotamento no futuro próximo, porque não estão mais conectados à sociedade. Um segundo tipo, são os sujeitos mais parecidos com jogadores de *pinball* do que com surfistas: eles mantêm a bola no jogo o maior tempo possível e esperam encontrar contatos e oportunidades vantajosos durante o jogo. Quem não consegue manter a sua "bola em movimento" acaba sendo jogado de um lado para o outro, passando a imagem de "vagabundo ou preguiçoso", incapaz de controlar, planejar ou dirigir sua vida. Por um fim, um terceiro tipo são aqueles que tentam ganhar estabilidade, orientação e perspectiva por meio de uma espécie de âncora transcendental, ou seja, adotar uma identidade religiosa ou política mais ou menos fundamentalista: Rosa coloca que, inclusive, parte dos apelos de certos grupos terroristas está em sua capacidade de articular precisamente esse "contra-horizonte" em oposição à lógica da aceleração¹³⁰.

Por outro lado, é preciso tratar das consequências políticas. Rosa inicia abordando que o projeto político da Modernidade se sustenta sobre duas suposições fundamentais: em primeiro lugar, de que a sociedade seria um projeto a ser construído politicamente no tempo, e, em segundo lugar, de que as estruturas temporais institucionalizadas da formação da vontade política são compatíveis com o ritmo e a velocidade dos desenvolvimentos sociais, de modo mais claro, as instituições estão sincronizadas com o avançar da sociedade. Contudo, fica evidente, especialmente a partir dos anos 1980, que os processos de aceleração social trazem consequências para o funcionamento e a eficiência do sistema político. A ideia de que a sociedade é uma missão a ser cumprida no tempo leva a uma ideia de *temporalização das utopias*: concepções políticas de uma sociedade melhor, alternativa, que não são mais projetadas em um futuro imaginado não realizável, mas sim em futuro a ser incluído no espaço da história e da política. A temporalização da utopia exige, por sua vez, que os sujeitos percebam a sociedade como estando em uma transformação direcionada. Contudo, Rosa aponta

¹³⁰*Ibid.*

que na Modernidade Tardia, manifesta-se uma crise temporal da política em razão da dessincronização entre o tempo interno da política e as estruturas temporais de outras esferas sociais (economia, por exemplo). A solução normalmente apresentada é de que menos política, no sentido de regulamentação democrática, resultaria em velocidades maiores e, por conseguinte a eliminação da dessincronização social¹³¹.

Do mesmo modo, há uma pressão aceleratória crescente sobre o sistema político para a expedição rápida de decisões. E, também, presencia-se uma pressão que leva a redução contínua dos recursos temporais que estão disponíveis para tal regulação política, por três motivos: (1) a política, por ser mais lenta, ou terá que se adaptar ao ritmo acelerado das inovações nas referidas esferas sociais ou acabará impondo aos demais sistemas o seu ritmo mais lento, uma espécie “ressincronização compulsória”, ainda que não pareça ideal, para aqueles que consideram que a solução está na desaceleração a democracia é a chave, pois ela exerce o poder lentamente; (2) aumenta gradativamente o número de sistemas sociais que demandam regulamentação política: isso leva, obviamente, a uma redução do tempo disponível para cada decisão do legislador em razão do crescimento da demanda; (3) a demanda por planejamento na medida inversa daquilo que é possível de ser planejado: como visto, o futuro previsível se contrai continuamente para mais perto de (futuro do) presente, presencia-se, como na vida privada, a política atuando de modo improvisado, marcada pela urgência dos prazos, pelas soluções temporárias e provisórias no lugar dos grandes projetos estruturais, motivo pelo qual os mesmos problemas sempre retornam à pauta legislativa (por exemplo as diversas reformas da previdência ao longo das últimas décadas). É assim, pela pressão aceleratória, que política perde a função de agente transformador e assume um status meramente reativo¹³².

O dilema do tempo na política é causado não apenas pela pressão aceleratória externa (sistemas mais acelerados impactado na política democrática mais lenta) mas também coexiste uma crescente incapacidade de aceleração e uma tendência à lentificação interna que parece acontecer, também, por três motivos: (1) há um aumento do alcance temporal do efeito das decisões políticas, a ideia aqui exposta é que, normalmente, quanto maior for o alcance de uma decisão, maior deveria ser o prazo para que ela possa ser tomada. Contudo, na contemporaneidade, o alcance das decisões parece aumentar à medida que os recursos

¹³¹ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 523.

¹³² *Ibid.*

temporais para tomar a decisão desaparecem, por exemplo, a aprovação de algo impactante como uma reforma da previdência em poucos meses; (2) no mesmo sentido, o gasto temporal para uma decisão política se torna maior mesmo onde o alcance das consequências não aumenta, ou seja, tomar uma decisão racional sobre a reforma da previdência leva muito mais tempo atualmente, do que há algumas décadas, sem que necessariamente tenha aumentado o alcance das consequências; (3) desse modo, os processos genuinamente políticos de articulação e agregação de interesses, bem como os de deliberação democrática, se tornam cada vez mais difíceis e, conseqüentemente, cada vez mais temporalmente custosos, por exemplo, a reforma da previdência não é debatida, modificada e aprovada no lento debate democrático, mas por meio de formas mais aceleradas¹³³.

Soma-se a isso, a transferência de questões políticas polêmicas à competência dos tribunais constitucionais (judicialização), à capacidade de autorregulação da economia (desregulação econômica) ou à esfera de responsabilidade individual (privatização ética). Persiste e acelera um contínuo deslocamento (esvaziamento), condicionado pela aceleração, das competências de decisão do Legislativo para o Executivo, ao mesmo tempo que a mesma aceleração force os tribunais constitucionais a tomarem decisões sobre os mesmos assuntos. Ou seja, a aceleração impõe uma decisão, não importa qual dos três poderes decida. Afinal, segundo Rosa, só é possível acelerar a formação participativa e deliberativa da vontade política apenas muito limitadamente e sob condições sociais específicas. Portanto, a política democrática corre o sério risco de se dessincronizar em relação às inovações sociais e econômicas mais facilmente aceleráveis. A democracia ficaria para trás, a aceleração clamaria por formas mais rápidas de conduzir a política. Talvez o desinteresse progressivo da participação eleitoral tradicional signifique, entende Rosa, não apenas uma decadência da consciência de dever cívico, mas também um fenômeno que demonstra uma racionalidade mais profunda dos eleitores, que expressam, por meio de sua abstenção, a crescente perda de sentido da política para o curso da história. Estudos recentes de orçamento de tempo confirmam a exatidão dessa afirmação, os sujeitos estão realmente muito ocupados, mas poucas horas são dedicadas às atividades políticas¹³⁴. Além disso, em uma sociedade que vive a necessidade de gerar e usufruir de experiências em um ritmo 24/7, pode ser atrofiada a paciência e a deferência individual –

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ SCHEUERMAN, William E. *Citizenship and Speed*. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 287-305.

essenciais a qualquer forma de democracia: “a paciência de escutar os outros, de esperar nossa vez de falar”¹³⁵.

Portanto, o que se percebe mais palpavelmente, a dessincronização entre política e economia, pode ser apenas um sintoma inicial (e já preocupante) de uma dessincronização mais profunda entre estrutura e cultura na Modernidade Tardia¹³⁶. A concepção histórica do mundo que emergiu no início do século XXI parece ser a de uma esperança hesitante no progresso que se mistura com a ansiedade crescente em torno de crises que se avistam e realizam. Nesse mundo, o progresso é cada vez mais definido apenas como mudança material, que acelera implacavelmente, em vez de progresso social, que parece mais lento do que nunca. Ao mesmo tempo, as crises continuam se reforçando umas às outras, em constante mutação e em aparente rescaldo¹³⁷. E, como coloca a professora Ruth Chittó Gauer,

Na realidade, a associação entre progresso e destruição é uma decorrência inevitável do modo como as organizações políticas e económicas, assim como o conjunto das nações, durante os séculos XVIII e XIX, foram usando os conhecimentos científicos como estratégia para inovações militares e burocráticas.¹³⁸

Na Modernidade Tardia, são tantas as experiências de transformações imprevisíveis, imobilizadas e não controláveis, que a *lei da aceleração* não pode mais ser entendida como uma *lei do progresso*. A aceleração social pode levar sociedades inteiras a retroceder, como resultado de rápidos processos de modernização e racionalização, a um estado de fatalidade apática e imobilidade (em razão de um processo grave de dessincronização), cuja superação foi justamente o motivo fundante dos processos modernizadores. Assim, Rosa coloca que o processo aceleratório, como núcleo da modernização, voltou-se contra o próprio projeto da Modernidade: foram as visões de progresso e as energias utópicas que impulsionaram a aceleração social na Modernidade nascente e na Modernidade Clássica. Agora, é quase com ironia que se pode classificar o próprio projeto da Modernidade na mesma categoria dos aceleradores clássico-modernos e freios tardo-modernos, como o Estado e o exército: o que

¹³⁵ CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016, p. 133.

¹³⁶ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 551.

¹³⁷ WILLIAMS, Rosalind. O apocalipse incessante da história contemporânea. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas económicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 45-80, p. 69.

¹³⁸ GAUER, Ruth M. Chittó. Conhecimento e aceleração: (mito, verdade e tempo). *Revista de História das Ideias*, v. 23, p. 85-96, 2002, p. 87.

antes era promessa, agora parece uma ameaça à aceleração¹³⁹. Da ótica individual, o impulso para a escalada serviu incipientemente (pelo menos em teoria) para adquirir e expandir espaços de autonomia (e protegê-los por meio do estado de bem-estar), com o objetivo de que cada indivíduo pudesse perseguir seus próprios planos de vida. Hoje, ao contrário, observa-se a completa rendição e até mesmo a reversão dessa relação: o projeto de vida individual serve ao jogo da escalada, de permanecer competitivo. As energias investidas em moldar a vida de uma pessoa são cada vez mais destinadas, individual e coletivamente, a manter a capacidade de acelerar. Assim, a promessa fundamental da modernidade está, portanto, sendo traída. Os espaços individuais e políticos de autonomia estão sendo drenados pela compulsão de acelerar e escalar¹⁴⁰.

Assim, nessa Modernidade Tardia na qual prevalece a paralisia frenética, a compulsão à aceleração obriga sujeitos, organizações e governos a se situarem de modo sempre reativo em vez de um conduzirem ativamente a vida individual e coletiva. Autodeterminação, por outro lado, requer que as opções de ação permaneçam estáveis por um determinado tempo, que as condições de ação sejam suficientemente duradouras para que possam ser compreendidas e que haja tempo suficiente para se configurar a vida e a sociedade. Fica claro, então, como a história da aceleração ultrapassou qualquer capacidade de estruturação e integração de sujeitos e sociedades, levando, assim, o projeto cultural e o processo estrutural de modernização a uma contradição insolúvel¹⁴¹. O aumento constante da aceleração estaria levando a nada mais do que a “liquidação do mundo”, para a realização da única ideia original que o Ocidente produziu: o nada, o vazio. Velocidade poderia ser compreendida como niilismo na prática: mais perturbador do que o excesso de poluição e a escassez de recursos naturais é, sem dúvida, o aumento constante de velocidades mais altas; aceleração é literalmente o fim do mundo!¹⁴²

Rosa, por fim, deixa duas perguntas em aberto. A primeira pergunta se refere ao potencial crítico de uma teoria da aceleração. A aceleração social oferece uma série de premissas para uma nova crítica à alienação baseada na teoria da aceleração que será

¹³⁹ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

¹⁴⁰ DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut. *Sociology, capitalism, critique*. New York: Verso, 2015.

¹⁴¹ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 590.

¹⁴² BREUR, Stefan. The Nihilism of Speed: On the Work of Paul Virilio. In: ROSA, Hartmut; SCHEURMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 215-241, p. 216.

desenvolvida a seguir. A ideia que se coloca, por enquanto, é que quão mais indiferentes os sujeitos se tornam em reação a conteúdos, tanto melhor poderão se adaptar às exigências aceleratórias e flexibilizadoras da Modernidade Tardia, mas também terão sua possibilidade de estabelecer conexões com o mundo mitigadas. Desse modo, a aceleração social desgasta tanto a capacidade de integração social, quanto a capacidade de reprodução cultural na modernidade ocidental.

Já a segunda pergunta se refere ao possível ou provável seguimento da história efetiva: como a história continua, como terminará a aceleração? Rosa entende ser possível conceber quatro cenários: (1) com criação de uma nova forma institucional de preservação e estabilização do processo de aceleração e, assim, com a criação de um novo equilíbrio, em um nível de velocidade mais alto. No entanto, ele alimenta essa esperança pelo fato de não ser possível prever como tais reformas poderiam resolver o problema da dessincronização; (2) na renúncia definitiva ao projeto da Modernidade, aceitando o surgimento de formas genuinamente “pós-modernas” de subjetividade e política, que ainda são muito difíceis de precisar teoricamente; (3) a imposição de uma pretensão em configurar as forças aceleratórias que se autonomizam, isso levaria a acionar uma espécie de “freio de emergência” que impediria que o ritmo social superasse o limite de velocidade a partir do qual ele não pode mais ser controlado política e individualmente. Rosa aponta que essa ideia teria custos econômicos e sociais imprevisíveis (possivelmente grandes demais para serem suportados), e, também acaba por elevar a ideia de progresso da Modernidade Clássica como solução, o que acaba sendo contraditório, já que ela mesma é um fundamento de toda aceleração social. Essa alternativa de lançar mão de um freio de emergência só poderia ser pensada de maneira consistente pela ótica de Walter Benjamin, como um rompimento radical e revolucionário, uma revolução contra o progresso e uma redenção em relação à própria Modernidade; (4) por fim, a possibilidade que Rosa entende por mais provável é o prosseguimento acelerado e sem freios em direção a um abismo representado, no plano lógico, pela realização da paralisia frenética e, no plano empírico, pelo colapso dos ecossistemas, da moderna ordem de valores, pelo favorecimento dos inimigos da própria Modernidade, cujo poder aumenta sob a pressão das crescentes patologias da aceleração¹⁴³.

Desse modo, parece necessário empreender um maior esforço para investigar as crescentes patologias da aceleração, uma delas em particular, a alienação (*Entfremdung*).

¹⁴³ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

Hartmut Rosa forneceu com sua teoria da aceleração social uma série de premissas para uma nova crítica à alienação. O objetivo é compreender mais sobre a categoria alienação em si – isso será feito no próximo capítulo de modo centrado na obra de Rahel Jaeggi, com quem Rosa estabelece frutífero diálogo sobre a categoria. Ou, como diz Amy Allen, na atualidade quem quiser pensar sobre o potencial radical da teoria crítica da Escola de Frankfurt, em particular, sobre o conceito alienação tem que levar em conta a obra de Rahel Jaeggi¹⁴⁴ Afinal, discorrer sobre o conceito de alienação implica levar em consideração séculos de escritas, pois quase não existe um filósofo moderno que não tenha retomado o conceito¹⁴⁵ já que a alienação é uma categoria basilar das grandes narrativas ou meta-relatos¹⁴⁶. A título de exemplo, as bases para o conceito – que não serão abordadas profundamente nessa tese – estão, por um lado, nas obras Fenomenologia do Espírito de Hegel, os Manuscritos Filosófico-Econômicos de Marx, a História e Consciência de Classe de Lukács e no Conceito de Homem de Fromm, sendo, nessa linha, a alienação (*Entfremdung*) um conceito que permeia a tradição teórica da Escola de Frankfurt desde a sua fundação. E, por outro lado, as bases da categoria também seguem uma tradição de caráter existencialista, como é possível ler nas obras de Heidegger e Kierkegaard¹⁴⁷.

¹⁴⁴ ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo. Introduction. In: ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo (ed.). From alienation to forms of life: the critical theory of Rahel Jaeggi, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018.

¹⁴⁵ MELO, Suzana Vasconcelos de. Alienação (*Entfremdung*) e Estranheza (*Fremdheit*): dois paradigmas culturais do Ocidente. *Pandaemonium*, São Paulo, n. 17, p. 1- 24, jul. 2011.

¹⁴⁶ *Ibid.*

¹⁴⁷ BURIL, Bárbara. Apropriação, articulação e volições de segunda ordem: sobre um sujeito de volta a si mesmo. *Kínesis*, v. 10, n. 22, p.1-12, 2018.

2 ALIENAÇÃO E RESSONÂNCIA: A SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES COM O MUNDO DE RAHEL JAECCI E HARTMUT ROSA

*Tudo depende da hora
Água, gelo ou vapor
Mas o sonho de mudar o mundo
Às vezes muda o sonhador.*

Neste capítulo se objetiva investigar dentro da teoria crítica, as relações dos sujeitos com o mundo. Primeiramente, partindo dos achados do primeiro capítulo, o foco é nas relações de alienação (relações de ausência de relacionamento), fazendo uso da obra “*Alienation*” de Rahel Jaeggi como guia. Após, busca-se abordar as possibilidades de outras formas de se relacionar com o mundo que não sob as bases aceleratórias, focando, principalmente, na teoria da ressonância, o outro da alienação, de Hartmut Rosa – e seu livro “*Resonance: a sociology of our relationship to the world*”.

Jappe e Rosa Filho apontam que em eventual estudo estatístico das ocorrências do termo “alienação” na história do pensamento crítico seria possível descobrir que a categoria ressuscitou depois de um período de esquecimento na década de 1920, especialmente pelo trabalho de Lukács, ainda que substituída por “reificação”¹⁴⁸. O conceito foi amplamente difundido nas décadas de 1960 e 1970 para além dos círculos críticos, ganhando um significado mais amplo e representando uma possibilidade de continuar à crítica do capitalismo, apesar do que se entendia na época como “integração do proletariado” na sociedade capitalista. Para o autor, isso caracterizou uma mudança na crítica social, do “paradigma da exploração” para o “paradigma da alienação”. Para Melo, esse uso inflacionário da categoria alienação até o final da década de 1980 levou ao seu desgaste como categoria filosófica, uma vez que o termo passou a ser utilizado para caracterizar uma diversidade de fenômenos, ou seja, denominava ao mesmo tempo tudo e quase nada além de uma insatisfação com um pano de fundo normativo e dogmático.¹⁴⁹

Como lembra Viana, o termo alienação inclusive já entrou para o vocabulário da sociedade: é comum a utilização do termo como um sinônimo para “estar fora da realidade”. Concepção que, inclusive, é próxima ao sentido psiquiátrico do termo. Ainda que, um pouco

¹⁴⁸ JAPPE, A.; ROSA FILHO, S. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Revista Limiar*, v. 1, n. 2, p. 4–29, 2014.

¹⁴⁹ MELO, Suzana Vasconcelos de. Alienação (Entfremdung) e Estranheza (Fremdheit): dois paradigmas culturais do ocidente. *Pandaemonium*, São Paulo, n. 17, 2011, p. 1-24.

diferente, seja o seu sentido jurídico, onde o ato de alienação é sempre um ato de perda de propriedade: alienar uma casa, por exemplo, significa transferi-la a outro. Em última análise, para Viana, a alienação é a negação da essência humana e, portanto, da humanidade. Ainda que ela não atinja todas as classes sociais da mesma forma, a existência da alienação e sua generalização produzem efeitos nocivos em todas as esferas, pois em uma sociedade repressiva e coercitiva, marcada pelo antagonismo, ninguém pode escapar de seus conflitos e de suas consequências¹⁵⁰. De modo geral, é possível dizer que o fenômeno da alienação simboliza o mal-estar moderno, é a doença que teria contaminado a modernidade¹⁵¹. Ou, pensando na etimologia alemã de *Entfremdung* – traz a ideia de se tornar estranho a si mesmo, conota uma perda (da essência), um esvaziamento visando um Outro ser, alheio, em que o sujeito não se reconhece, que lhe é apostado, é algo adverso.¹⁵²

Como dito acima, os pesquisadores do fenômeno da alienação costumam diferenciar entre duas correntes filosóficas: a filosofia existencialista e a filosofia social. Ainda assim, ambas as correntes surgem quando da recepção do conceito na obra de Hegel. Em linhas gerais, o que diferencia as correntes é o fato de que a primeira (existencial) compreende alienação como um fenômeno ético-ontológico – a alienação é inerente à natureza humana, sendo um elemento constitutivo da existência e, portanto, independente das condições sociais, Já a segunda, compreende o fenômeno da alienação como problema psico-sociológico – ela é uma consequência negativa das relações de sociais e de produção na sociedade capitalista moderna.¹⁵³

Ainda que não seja o objeto desse trabalho vale lembrar brevemente de Marx, segundo Mézáros¹⁵⁴, a alienação é um conceito histórico. É possível compreendê-lo em cada intervalo de tempo da sociedade. O autor coloca que, em Marx a alienação não se apresenta como inerente a natureza humana, mas sim é decorrente do processo social e econômico. Assim, a alienação humana está no fato de que dentro do processo de produção existe uma relação que causa estranheza no trabalho. Essa estranheza surge com a divisão social do trabalho, com a separação

¹⁵⁰ VIANA, Nildo. A Alienação como Relação Social. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais, v. 1, n. 2, p. 23-42, jul/dez, 2012.

¹⁵¹ MELO, Suzana Vasconcelos de. Alienação (Entfremdung) e Estranheza (Fremdheit): dois paradigmas culturais do Ocidente. *Pandaemonium*, São Paulo, n. 17, p. 1- 24, jul. 2011.

¹⁵² MENESES, Paulo. Entfremdung e Entäusserung. Síntese. v. 27, n. 89, p. 307-319, 2000.

¹⁵³ MELO, Suzana Vasconcelos de. Alienação (Entfremdung) e Estranheza (Fremdheit): dois paradigmas culturais do ocidente. *Pandaemonium*, São Paulo, n. 17, 2011, p. 1-24.

¹⁵⁴ MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

de burgueses e proletários. O trabalhador percebe o seu trabalho apenas como um meio para atingir certos fins, ele não determina o seu trabalho. Ele percebe o produto de seu trabalho como algo estranho e hostil, como algo já alienado¹⁵⁵. Segundo Viana¹⁵⁶, a característica da alienação em Marx é a heterogestão e o trabalho alienado pela direção do não-trabalhador sobre o trabalhador. A alienação é uma relação específica, marcada pela direção de um sujeito sobre outro e o trabalho alienado é caracterizado pelo domínio do burguês sobre o proletário no processo de produção. O conceito, na obra de Marx¹⁵⁷, faz menção tanto ao fato de que o sujeito está alienado da natureza (do produto do seu trabalho), está alienado de si mesmo (da sua atividade no trabalho) e está alienado dos outros, da comunidade (a alienação, o estranhamento, passa a ser uma condição humana na sociedade capitalista).¹⁵⁸

Outro autor que, rapidamente, menciona-se é Erich Fromm¹⁵⁹: ele compreende a alienação como uma experiência na qual a pessoa se sente estranha, alienada de si mesmo, ela não está no centro de seu mundo, não é criadora de seus próprios atos, mas é dominada por senhores. A pessoa alienada até percebe a si e aos outros, mas nunca constrói um contato profundo e produtivo, está sempre distanciada, isolada. Esse isolamento, inclusive, pode levar o indivíduo a buscar cada vez mais formas de submissão, pois ele não suporta a angústia de estar livre no sentido negativo-libertário do termo¹⁶⁰ (sozinho em certa medida). Enfim, é a vida econômica moderna que leva os indivíduos para uma forma de individualismo negativo que é contrária à realização da liberdade e da autenticidade.¹⁶¹

No prefácio do livro *Alienation* de Rahel Jaeggi, Axel Honneth¹⁶² afirma que nenhum conceito foi mais poderoso para definir o caráter das primeiras teorias críticas do que o da alienação. Interessante notar como que para os primeiros membros dessa tradição o conteúdo do conceito era tão evidente que não precisava de definição ou justificativa, servindo como pedra fundante das análises e críticas sociais. Por exemplo, Adorno, Marcuse e Horkheimer consideravam a natureza alienada das relações sociais um fato fora de qualquer dúvida. Para

¹⁵⁵ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹⁵⁶ VIANA, Nildo. A Alienação como Relação Social. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*, v. 1, n. 2, p. 23-42, jul/dez, 2012.

¹⁵⁷ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹⁵⁸ MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

¹⁵⁹ FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

¹⁶⁰ HONNETH, Axel. *O Direito da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

¹⁶¹ MACIEL, Fabrício. A patologia da normalidade: Erich Fromm e a crítica da cultura capitalista contemporânea. *aSociologias*, Porto Alegre, ano 22, n. 55, p. 262-288, set-dez 2020

¹⁶² HONNETH, Axel. Introduction. In: JAEGGI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

Honneth, o conceito de alienação (um fenômeno por excelência moderno) pressupõe uma concepção de essência humana, isto é, entende-se por alienado tudo o que é diagnosticado como afastado e alheio da verdadeira natureza ou essência do ser humano.

Assim, desde Hegel, passando por Marx e seus herdeiros, compreende-se a alienação na tradição crítica como uma ruptura na apropriação pelos seres humanos de suas próprias capacidades. Ruptura causada, especialmente, pela estrutura das sociedades, por exemplo, a estrutura econômica. Por outro lado, na tradição existencialista de Kierkegaard e Heidegger, a alienação é compreendida em termos de uma crescente impossibilidade de retornar do universal para uma individualidade autônoma e autêntica. Em ambas as tradições, Honneth aponta que é possível encontrar o mesmo núcleo conceitual da alienação: um núcleo que Rahel Jaeggi defende, uma "relação de ausência de relação", ou seja, uma relação defeituosa e perturbada com a relação – seja ela com os outros ou consigo mesmo - que constitui a natureza autêntica do ser humano. Portanto, para as tradições marxista e existencialista, uma concepção objetiva da essência humana serve como o fundamento normativo da crítica da alienação. Para ambos, a alienação consiste em uma relação humana anterior (no primeiro caso, uma relação de trabalho, no segundo caso, uma forma específica de interioridade) que foi perdida a tal ponto que não pode mais ser trazida de volta às práticas de vida.

Ainda que fosse importante e relevante investigar em diversos autores, de modo profundo, o conceito alienação será realizado, daqui em diante, com foco na reflexão sobre a alienação no debate contemporâneo em torno da obra de Rahel Jaeggi. A autora coloca que o conceito de alienação se refere a todo um acervo de categorias interligadas: alienação significa indiferença e divisão, mas também impotência em relação a si mesmo e a um mundo experimentado como indiferente e estranho, é a incapacidade de estabelecer uma relação com outros seres humanos, com as coisas, com as instituições sociais e consigo mesmo. Um mundo alienado se apresenta aos sujeitos como insignificante e sem sentido, como rígido e sem cor, um mundo que não é deles, ou seja, um mundo em que não se está "em casa" e sobre o qual se pode ter nenhuma influência. O sujeito alienado é um estranho para si mesmo, não se sente um sujeito capaz de dispor efetivamente do mundo, mas um mero espectador passivo à mercê de forças desconhecidas. A pessoa alienada, de acordo com Alasdair MacIntyre, é um estranho no mundo que ele mesmo criou.¹⁶³

¹⁶³ JAEGGI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

A alienação é interpretada aqui como uma relação inadequada que o sujeito estabeleceu consigo mesmo, com outros sujeitos ou com o mundo. O indivíduo, quando alienado, experencia sofrimentos como impotência, perda de controle, perda de autenticidade, conflitos internos e indiferença. Assim, uma forma de vida social é alienada (ou alienante) quando o indivíduo não pode se identificar com ela, quando não pode se realizar nela, quando não podem tornar essa forma de vida “sua”.¹⁶⁴ Segundo a autora, deve-se atentar que importa na alienação o fato do indivíduo vivenciar os acontecimentos como se fossem um filme – o indivíduo não é ator da sua vida, nada decide – isto seria explicado pela ideia de engano (*Täuschung*).¹⁶⁵ Alienação é um estado no qual o sujeito não pode se apropriar da própria vida ou dispor dos seus próprios atos – como seria o caso de uma pessoa que não sabe lidar com uma parcela profunda de estranheza na sua própria consciência.¹⁶⁶ Igualmente, um mundo alienado se apresenta aos sujeitos como insignificante e sem significado, como rígido e empobrecido, como um mundo que não é seu, um mundo onde não se está em casa e sobre o qual não se tem influência.

Para Hartmut Rosa e Klaus Dörre¹⁶⁷, experiências de alienação são como uma ruptura da relação dos sujeitos com o mundo. Ele lembra que o conceito de alienação é muito controverso na sociologia e quase foi abandonado, mesmo na teoria crítica. Seus detratores afirmam que a categoria pressupõe uma noção de essência do ser humano, ou ao menos algum tipo de forma ideal de vida que pode então ser realizada. Em contraste com isso, ele propõe o uso da categoria alienação como um termo geral para descrever a relação disfuncional dos sujeitos com o mundo. Esta relação com o mundo pode abranger várias dimensões, tanto individuais como coletivas. É possível se referir à relação com sujeitos próximos, com toda a sociedade, com o trabalho, com a natureza, com objetos e, também, no sentido de uma auto-alienação, com o próprio corpo, desejos íntimos e crenças pessoais. O termo, portanto, denota a ausência de relações constitutivas, autônomas e responsivas: em outras palavras, ausência de laços positivos com o mundo subjetivo, objetivo e social, que sirva de orientação para as ações do sujeito.

¹⁶⁴ BURIL, Bárbara. Apropriação, articulação e volições de segunda ordem: sobre um sujeito de volta a si mesmo. *Kínesis*, v. 10, n. 22, p.1-12, 2018.

¹⁶⁵ JAEGGI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

¹⁶⁶ MELO, Suzana Vasconcelos de. Alienação (Entfremdung) e Estranheza (Fremdheit): dois paradigmas culturais do ocidente. *Pandaemonium*, São Paulo, n. 17, 2011, p. 1-24, p. 10.

¹⁶⁷ DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut. *Sociology, capitalism, critique*. New York: Verso, 2015.

Em seu livro *Alienation*, que já pode ser considerado um clássico, Rahel Jaeggi se debruça sobre o problema em torno desse conceito. O objetivo da autora não é meramente atualizar o problema da alienação olhando para suas manifestações contemporâneas, nem discutir a alienação de uma forma que permaneça dentro dos limites de um arcabouço teórico já definido. O que ela propõe é uma análise dos conceitos e pressupostos que fundamentam o modelo interpretativo que caracteriza o conceito de alienação em suas várias manifestações. Assim, um diagnóstico de alienação pressupõe visões sobre a estrutura das relações do ser humano consigo mesmo e com o mundo, ou seja, um quadro denso e complexo do sujeito em suas relações com o mundo¹⁶⁸.

Para Jaeggi, a alienação é um conceito fundamental da teoria ética, pois articula diretamente as condições que impedem a atualização da liberdade e outras importantes categorias. Mas também é um conceito-chave na filosofia social, pois pode ser usado para diagnosticar patologias sociais (deficiências nas condições sociais de autorrealização individual), bem como um conceito basilar na teoria social, porque pode operar não apenas como um diagnóstico, mas também como uma categoria descritiva e explicativa.¹⁶⁹ Nesse sentido, uma forma de vida social é alienada (ou alienante) quando o sujeito não pode se identificar com ela, quando não pode se realizar nela, quando esta não conversa com ele e, especialmente, quando ele não sente aquela vida como sendo a sua. Portanto, como conceito da teoria social, a alienação funciona não apenas para diagnóstico, mas também para descrever e explicar, é a categoria que Marx, por exemplo, vai utilizar para a compreensão do funcionamento das sociedades capitalistas, descrevendo a economia burguesa em termos de um processo alienante e alienado¹⁷⁰.

Uma característica distintiva do conceito de alienação é seu duplo significado, de um lado a impotência e a falta de liberdade, mas também um definhamento característico da relação consigo mesmo e com o mundo. Isso permite compreender melhor o que Marx pretende transmitir quando descreve a alienação em termos da "dupla perda da realidade" do mundo e do ser humano: tendo se tornado irreal, o indivíduo deixa de se sentir eficaz; e o mundo, tendo se tornado irreal, deixa de ter sentido. Assim, quando se considera a alienação como uma

¹⁶⁸ JAEGLI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

¹⁶⁹ ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo. Introduction. In: ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo (ed.). *From alienation to forms of life: the critical theory of Rahel Jaeggi*, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018.

¹⁷⁰ JAEGLI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

relação perturbada ou inibida com o mundo e consigo, ilumina-se a conexão entre liberdade e alienação. Já que liberdade pressupõe que se poder fazer o que se faz, e as condições sob as quais se faz, superar a alienação é uma condição necessária para realizar a liberdade.

A discussão da categoria alienação para a autora assume a forma de um problema ético: a alienação aponta para as maneiras pelas quais as vidas dos sujeitos podem sair de rumo, ou seja, podem dar errado. Nesse caso, o sentimento de apatia e indiferença para com a vida ameaça minar a ideia de boa vida, afetando as condições de autonomia pessoal. Alienação é, portanto, um esquema interpretativo, um conceito com o qual o sujeito entende e articula sua relação consigo mesmo e com o mundo. Um esquema interpretativo desse tipo é produtivo quando permite perceber, julgar ou compreender aspectos do mundo que permaneceriam desconhecidos sem ele. O mérito de conceitos como alienação reside também em sua capacidade de permitir ver e pensar os fenômenos conjuntamente: uma teoria que se permite pensar a crítica da alienação descreve os fenômenos de maneiras que vão contra a natureza de como são normalmente descritos. A alienação está ligada ao problema de perda de significado; uma vida alienada é aquela que se tornou empobrecida ou sem sentido, mas é uma vida sem sentido entrelaçada com a impotência. A alienação é, portanto, uma relação de dominação, mas de um tipo que não é capturado por descrições padrão de falta de liberdade, é uma desconexão e não uma simples ausência de relacionamento.

A alienação é um conceito crítico que visa diagnosticar ou iluminar precisamente uma falha, ruptura ou impedimento das relações constitutivas dos agentes sociais, que permanentemente estão em relação com si e com o mundo. Quando se atenta para as explicações sobre alienação, ser alienado ou ser alienante, nota-se muitos apontamentos sobre perda de sentido e impotência e, por conseguinte, apontamentos sobre relações de dominação que tornam os indivíduos impotentes e subordinados e a modos de ser e sentir como se eles fossem estranhos em seus ninhos. Para Jaeggi, então, a alienação é um conceito diagnóstico que revela as maneiras pelas quais a autodeterminação e a autorrealização foram interrompidas, impedidas ou bloqueadas. A ideia central, o insight, mais especificamente, não é que a alienação seja exatamente essa interrupção, impedimento ou bloqueio, mas sim que alienação é um tipo de

relação que prejudica o retorno do sujeito a si mesmo e à sua relação que lhe é própria com si e com o mundo, uma relação sem relação.¹⁷¹

Para Jaeggi, desde Rousseau a alienação é concebida como um descompasso entre a natureza dos seres humanos e sua vida social. Assim, o retorno de uma condição alienada para uma não alienada significa um retorno a essa essência, ao propósito do ser humano. Nesse caso, a crítica da alienação deve pressupor uma forma de relação da qual o sujeito se distanciou na condição de alienado. Dizer que algo está alienado ou que alguém se torna alienado de algo sugere que há algo essencialmente próprio da relação “sujeito x mundo” do qual alguém se alienou. A vida não alienada não seria apenas uma vida feliz, talvez nem mesmo uma vida boa. Ao contrário, Jaeggi propõe que não ser alienado se refere a uma certa forma de viver a própria vida e a uma certa forma de se apropriar do mundo, isto é, uma forma de estabelecer relações consigo mesmo e com o mundo. Como já dito, a forma que Jaeggi encontra para explicitar o conceito é a seguinte: alienação é uma relação de ausência de relacionamento. Com essa formulação, fica fácil compreender como alienação não indica a ausência de uma relação, mas ela mesma é uma relação, só que deficiente. Por outro lado, a formulação também permite inferir que superar a alienação não significa retornar a um estado indiferenciado consigo mesmo e com o mundo, mas sim retornar para uma relação, que Jaeggi chama de relação de apropriação.

Com o objetivo de melhor compreender os comportamentos alienados e alienantes, a filósofa desenvolve o que seria uma forma de vida adequada: aquela em que é possível estabelecer relações de apropriação com o mundo. Basicamente, a categoria apropriação se torna o critério normativo – não há na crítica de Jaeggi uma concepção de essência humana, em contraposição aos comportamentos alienados, muito menos existe um ideal de reconciliação, livre de tensões, entre sujeito e mundo. O que existe é a defesa de que existem tensões do sujeito consigo mesmo e do sujeito com o mundo e que as contradições internas e externas podem ser superadas através de uma apropriação do que é estranho e alienado, daquilo que parece ser, à primeira vista, não apropriável. A incapacidade de apropriação é o sintoma de alienação, é o sintoma de um sujeito alienado que se percebe como um ser pequeno e passivo frente às forças

¹⁷¹ ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo. Introduction. In: ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo (ed.). *From alienation to forms of life: the critical theory of Rahel Jaeggi*, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018.

desconhecidas e não como alguém efetivamente ativo, capaz de transformar a realidade em que vive.¹⁷²

Jaeggi deixa claro que não advoga uma concepção existencialista do ser humano, na qual há algo que preexiste a relação e que então é distorcido pela alienação, nem é sua visão de que o sujeito é capaz de estabelecer uma relação autêntica ou não distorcida com algo que poderia ou deveria ser transparente e autenticamente próprio. Em vez disso, Jaeggi argumenta que sua concepção é os sujeitos são suas relações (ações) – elas constroem laços de auto-apropriação. A individualidade nunca é dada com antecedência, nem é completa. Ser alienado, então, é precisamente não ser capaz de se apropriar, de se tornar disponível a si mesmo.¹⁷³

Como colocado acima, se a alienação é uma relação de ausência de relação e não a mera ausência de relação, Jaeggi entende que isso torna a categoria especialmente complicada. A tese da autora, então, é que uma relação consigo mesmo é uma relação que pode ser perturbada de várias maneiras. E nesta relação também se encontra a característica de que quando o sujeito é alienado, ele é alienado de algo que é ao mesmo tempo seu e alheio, ele está envolvido em relações que o alienam, ele é, em certo sentido, ao mesmo tempo perpetrador e vítima da alienação. Diante disso, Jaeggi em sua obra aborda quatro olhares diferentes sobre o fenômeno da alienação.¹⁷⁴ São casos exemplares desenvolvidos pela autora para exemplificar e explicar como os indivíduos alienados vivem vidas alienígenas – sempre se relacionando sem se relacionar verdadeiramente com o mundo, ou melhor dizendo, apropriando-se de forma errada de si mesmos e do seu mundo.¹⁷⁵

O primeiro é o fenômeno das próprias ações assumindo uma existência independente e o sentimento resultante de impotência. Em outras palavras, quando a vida cai em uma dinâmica própria, quando o sujeito não se entende como autor da própria vida. Para Jaeggi, a alienação assume, portanto, um aspecto de auto-alienação: a sensação de impotência ou de perda de controle sobre a própria vida. É a impressão, não incomum para muitos, de que a vida é um evento independente sobre o qual não se tem influência sem, no entanto, ser capaz de se

¹⁷² BURIL, Bárbara. Apropriação, articulação e volições de segunda ordem: sobre um sujeito de volta a si mesmo. *Kinesis*, v. 10, n. 22, p.1-12, 2018.

¹⁷³ ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo. Introduction. In: ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo (ed.). *From alienation to forms of life: the critical theory of Rahel Jaeggi*, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018.

¹⁷⁴ JAEGLI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

¹⁷⁵ ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo. Introduction. In: ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo (ed.). *From alienation to forms of life: the critical theory of Rahel Jaeggi*, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018.

descrever como determinado por causas estranhas. A autora coloca que é possível o sujeito se tornar estranho a si mesmo, ou sua vida estranha a si mesmo, quando certos processos ou condições de rigidez o impede de se compreender como agente naquilo que faz (como o sujeito de suas ações e de sua vida).

Isso não é uma questão de familiaridade com a vida, a pessoa pode estar muito bem inserida na rotina de sua vida e completamente conhecedora de seu papel diário, mas ainda assim sentir-se estranha nela. Além disso, o sentimento de que a vida lhe é alheia também não significa que esta pessoa a rejeite de forma direta e direta. Apesar disso, o que ela sente é de que, em certo sentido, não é “dona, senhora” de sua própria vida, a pessoa o objeto, não o sujeito, do curso que sua vida tomou. Interessante a observação de Jaeggi de que embora exista o sentimento de que a vida que o sujeito leva não seja a sua, também não é de outra pessoa: parece não pertencer a ninguém. Pode-se dizer que o sujeito não está totalmente presente na sua vida, e é essa não-presença em suas próprias ações que torna sua vida em um aspecto crucial não sua, algo que assumiu uma existência independente e se opõe a ele.

Aqui Jaeggi entende que é possível observar uma gaiola de ferro na vida do sujeito: uma rigidez peculiar. A vida simplesmente segue seu curso. Eventos que seguem seu curso automaticamente e situações que se tornam rígidas são dois exemplos de como um processo pode assumir uma existência independente em relação ao agente envolvido nele, e cada um pode ser entendido como um aspecto de reificação. Em ambos os casos, um processo que realmente deveria ser resultado de ações - ou que por sua natureza é um processo de ação - aparece (ou deve aparecer) para os participantes como ocorrendo independentemente da ação humana¹⁷⁶.

Quebrar essa estrutura de reificação significa descobrir as possibilidades de ação: o que é, poderia, como resultado das ações, também ter sido diferente. Não se trata apenas de perceber que as relações em que se vive são, em princípio, maleáveis, mas também de perceber que as decisões já tomadas são fluidas e passíveis de revisão. A existência de um campo de possibilidades de ação significa não apenas que algo também poderia ser diferente de como é; um campo de possibilidades de ação existe precisamente quando algo pode (em princípio) sempre se tornar diferente de como é. O conceito de apropriação é adequado para ilustrar o caráter prático desse processo. A apropriação não é uma questão de fazer uma escolha de um ponto de vista desinteressado, nem é uma questão de simplesmente rejeitar ou concordar com

¹⁷⁶ JAEGGI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

o resultado de uma ação, para Jaeggi é um processo no qual a pessoa está envolvida. A apropriação é um processo de aprendizagem e experiência em que se negocia a relação entre liberdade e incontrolabilidade. Por outro lado, a alienação é uma interrupção desse processo.

O segundo olhar trata do comportamento do sujeito nos papéis sociais que ocupa como uma forma de inautenticidade e, portanto, da questão de em que condições estar imerso em certas relações sociais se manifesta como auto-alienação. Para Jaeggi, a ausência de alienação não possa ser entendida como uma condição existente antes ou fora da sociabilidade - como uma condição em que se é um “ser humano em geral” por trás de todos os papéis sociais. Partindo da ideia de que é nos papéis que o sujeito é, em certos aspectos, primeiro formado como pessoa, a auto-alienação aparece como um sintoma que surge na ausência de possibilidade de apropriação de papéis. O que é alienante não são os papéis em si, mas a impossibilidade de se articular adequadamente neles. Da perspectiva aqui proposta, os papéis sociais devem ser entendidos simultaneamente como limitadores e facilitadores. Na medida em que os papéis podem limitar o desenvolvimento individual, eles também tornam esse desenvolvimento possível. Na medida em que comprometem a integridade de um indivíduo, eles também possibilitam que ela adquira uma existência real. Isso significa que a superação da alienação requer a disponibilidade de papéis sociais e instituições que possibilitem a identificação e apropriação.

Os critérios com os quais se pode criticar os papéis como alienantes devem ser encontrados precisamente no potencial dos papéis como habilitadores ou produtivos: o caráter alienante ou não alienante de um papel social é medido de acordo com a extensão em que ele é capaz de formar um sujeito. Assim, quando os papéis geram alienação, é por causa de deficiências nos próprios papéis e na maneira como são apropriados. A apropriação bem-sucedida de papéis pode ser medida, por exemplo, pelo grau de interesse que uma pessoa tem no que faz, em seu grau de envolvimento. O crucial aqui é uma deficiência específica no tipo de interesse que resulta quando alguém se envolve em um comportamento com uma atitude meramente instrumental. Um interesse instrumental por algo é um interesse no qual o que alguém faz ou em que está interessado é meramente um meio para um fim.

Uma terceira forma de olhar o fenômeno da alienação é a discussão interna do sujeito, quando os próprios impulsos, desejos e ações parecem estranhos a si e onde, portanto, o sujeito parece dominado por um poder estranho. São comuns os relatos de que alguém experimenta seus próprios desejos e impulsos como estranhos: os casos em que o sujeito se vê dominado por desejos que possui, mas como se fosse de um outro estranho, ou casos em que seu próprio

comportamento o leva a se sentir um estranho para si mesmo. São situações em que o sujeito diz “esse não sou eu”, mas nas quais, ao mesmo tempo, é estranhamente incapaz de rejeitar o comportamento que vivencia como estranho ou de descartar os desejos dos quais se sente tão distante. Nesse sentido, estar alienado de si mesmo significa não ser capaz de se identificar consigo mesmo ou com o que se quer e faz. Para Jaeggi, existe um caráter emancipatório em se questionar a autenticidade dos desejos (ou de suspeitar que eles não sejam autênticos): a possibilidade de criticá-los pode fazer possível com que o sujeito modifique sua vida para algo que é mais decididamente seu, na qual ele se sinta mais livre para agir¹⁷⁷.

Finalmente, uma quarta forma de perceber o fenômeno da alienação é abordar a indiferença como um caso de alienação. Alguém que é indiferente com relação aos seus próprios projetos e planos, que não consegue se identificar com nada não está apenas alienado do mundo, mas também de si mesmo. Nesse sentido, está o fenômeno de alienação em que se percebe o mundo inteiro como estranho e indiferente, em que se perde sua relação com o mundo. Dentro dessa quarta forma é possível perceber duas interpretações da alienação: (1) como uma perda de relações (uma perda de envolvimento no mundo) e (2) uma perda de identificação (uma perda de ligações afetivas com o mundo). Embora esses dois aspectos da alienação estejam intimamente relacionados, eles iluminam diferentes aspectos do problema¹⁷⁸.

Contudo, a autora lembra que a capacidade de se distanciar de certos envolvimento no mundo também pode ser entendida como liberdade: a questão, portanto, é a relação entre o eu e o mundo, bem como a tese de que não é possível compreender a realização individual fora de uma relação bem-sucedida com o mundo. Isso leva a duas questões gerais: primeiro, por que alguém deveria se interessar pelo mundo? O que há de errado com a indiferença? E, em segundo lugar, o que justifica a afirmação de que, se alguém abandona seu interesse pelo mundo, também perde o interesse por si mesmo?

Para responder essas questões Jaeggi recorre ao estudo da liberdade em Harry Frankfurt para apontar que a retirada do interesse do mundo leva a uma perda de vitalidade ou um esvaziamento da vida que resulta na destruição da personalidade, uma dissolução da pessoa (ou do que constitui uma pessoa como tal). A discussão de Hegel sobre os estoicos também é interessante para a autora porque aponta as deficiências de uma concepção de liberdade baseada na indiferença. Desse modo, pode-se conceber a indiferença como alienante na medida em que

¹⁷⁷ *Ibid.*

¹⁷⁸ *Ibid.*

pode ser entendida como um modo deficiente do sujeito afirmar sua independência. É deficiente porque nele a independência real - que consistiria em ser capaz de se relacionar com os projetos que se estabeleceu para si mesmo no mundo de maneira apropriada - ainda não se realiza. A indiferença ameaça as possibilidades dos indivíduos de se realizarem¹⁷⁹. O fenômeno da indiferença caracteriza esse processo alienante na teoria de Jaeggi, trata-se de uma independência do indivíduo, mas que é deficitária, a indiferença representa uma perda de referencial, que ameaça a condição de ser do sujeito.¹⁸⁰

O aspecto da liberdade que faz parte da indiferença aponta, de maneira diversa, para o fato de que se deve realizar a si mesmo, em vez de alguma ideia objetiva. Isso pressupõe a possibilidade de se distanciar. Na medida em que a indiferença inclui a experiência de que um mundo de significados estabelecidos pode se tornar sem sentido – que alguém pode se distanciar não apenas das normas sociais às quais foi submetido, mas também de toda a rede de relações significativas nas quais alguém previamente encontrou sua orientação – é também uma experiência emancipatória. É ao ver que o mundo pode perder o sentido e que posso me distanciar dele que primeiro o sujeito experimenta que é ele mesmo quem dá ao mundo esse significado e que está ativamente, não apenas passivamente, envolvido. Nesse sentido, a indiferença não é apenas uma experiência de impotência, mas também de poder: o mundo não é significativo em si mesmo, mas apenas através do sujeito; as coisas não são importantes por si mesmas; em vez disso, o sujeito as faz importantes quando se identifica com elas. Essa percepção torna-se um exemplo de alienação quando não se consegue concluir a partir dela que se deve dar sentido ao mundo por si mesmo, isto é, quando a indiferença se transforma em um sentimento de que é impossível estar envolvido no mundo como um ser que o molda ativamente. Em outras palavras, o mundo se torna do sujeito quando ele (ativamente) se apropria dele. Por outro lado, se a indiferença é total, torna-se uma experiência de alienação. Tomando a consideração da alienação como uma relação de ausência de relacionamento, pode-se então argumentar que a separação do mundo que uma atitude de indiferença produz é ilusória: mesmo na indiferença ainda há uma relação com o mundo, uma relação de distanciamento e deficiente.

A tese da autora é que a alienação pode ser entendida como uma forma particular de perda da liberdade, como uma obstrução daquilo que Isaiah Berlin entende como liberdade

¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ MELO, Suzana Vasconcelos de. *Alienação (Entfremdung) e Estranheza (Fremdheit): dois paradigmas culturais do ocidente. Pandaemonium*, São Paulo, n. 17, p. 1-24, 2011.

positiva: uma liberdade que não se refere meramente à ausência de coerção externa, mas à capacidade de realizar fins valiosos. Compreendido desta forma, o conceito de alienação se preocupa com as condições complexas do sujeito conectar suas ações e desejos (ou, mais especificamente, a própria vida) consigo mesmo. Considerar que suas ações e desejos são próprios. Esclarecer as várias dimensões da alienação permite especificar as condições que permitem entender a própria vida como se fosse a própria (e, portanto, viver livremente em sentido amplo). Uma vida não alienada, de acordo com essa visão, não é aquela em que valores substanciais específicos são realizados, mas aquela que é vivida de uma maneira específica, a maneira não alienada. A crença de que todos deveriam ser capazes de viver sua própria vida não se opõe, então, ao projeto de crítica da alienação. Em vez disso, a ausência de impedimentos alienantes e a possibilidade de se apropriar de si mesmo e do mundo sem tais impedimentos é uma condição de liberdade e autodeterminação¹⁸¹.

Assim, os problemas em torno da liberdade e da alienação estão preocupados, centralmente, com as formas de apropriação da própria vida. O conceito de apropriação refere-se a uma forma de estabelecer relações consigo mesmo e com o mundo, uma forma de lidar consigo mesmo e com o mundo e de ter a si mesmo e o mundo sob seu comando. A alienação, como perturbação dessa relação, diz respeito à forma como se realizam esses atos de relação consigo mesmo e com o mundo, ou seja, se os processos de apropriação falham ou são impedidos. A alienação pode então ser entendida como um comprometimento dos atos de apropriação (ou como uma prática deficiente de apropriação). As relações de apropriação, então, são caracterizadas por vários traços: a apropriação é uma forma de práxis, uma forma de se relacionar praticamente com o mundo. Refere-se a uma relação de penetração, assimilação e internalização em que o que é apropriado é ao mesmo tempo alterado, estruturado e formado. O ponto crucial desse modelo (também de grande importância para Marx) é uma consequência dessa estrutura de penetração e assimilação: a apropriação sempre significa uma transformação de ambos os polos da relação. Num processo de apropriação, tanto o que é apropriado, quanto o apropriador se transformam.¹⁸²

A teoria de Rahel Jaeggi se aprofunda nos dilemas da modernidade, buscando abordagens que integrem perspectivas políticas, psicológicas, filosóficas e sociológicas em uma crítica que responda o que se sucedeu de errado na sociedade ocidental moderna. Um ponto

¹⁸¹ JAEGLI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

¹⁸² *Ibid.*

importante é que sua teoria não fica em discussões abstratas, mas se aprofunda com o que realmente acontece na sociedade nesse momento específico da Modernidade ocidental. Também, não se trata somente de críticas puramente negativa, mas buscam um modo diferente de existência, outra maneira de estar no mundo, explicando como isso poderia acontecer por relações de liberdade/apropriação. Assim, sua teoria e elaboração da categoria alienação possui a capacidade de ser tanto explicativa, esclarecendo a gramática social na modernidade, quanto críticas e normativas, colocando as categorias como ponto de referência avaliativo das patologias sociais. É perceptível sua preocupação em construir uma teoria crítica que permita pensar a partir da negação de sua categoria central, da não-alienação: ou seja, é a dinâmica de apropriação que possibilita pensar em uma outra forma de se relacionar com o mundo.

É importante lembrar que a principal questão levantada por Jaeggi¹⁸³ é: qual é o oposto da alienação? A busca pelo o que significa ser capaz de viver a própria vida de uma forma não alienada, uma vida de liberdade, em sentido amplo. A autora coloca que somente quando o sujeito experimenta a sua vida como própria é que se é livre. Alienação, em conclusão, refere-se aos processos e perturbações que impedem tal apropriação da própria vida pelos sujeitos. A conclusão da investigação de Rahel Jaeggi pode ser resumida da seguinte forma: levar a própria vida significa avançar na própria vida com projetos que se segue de forma autodeterminada, que se faz próprios ao fazê-lo, e que pode se identificar afetivamente. Isso, em primeiro lugar, traz a relação com o mundo para a frente do quadro, uma vez que implica que se experimenta o mundo e o que se faz nele como significativo. Em segundo lugar, produz uma compreensão complexa do que é ser o próprio mestre em relação a si mesmo, ou seja, o domínio sobre os próprios desejos e decisões. Terceiro, levanta a questão de como os projetos são realizados em conexão com o conceito de autorrealização. Em suma, do ponto de vista de uma teoria da alienação, essas são as condições materiais de realização da autonomia. Portanto, a reconstrução do conceito de alienação que Jaeggi realizou, acaba por demonstrar que é apenas quando o sujeito se relaciona apropriadamente com as práticas sociais que determina sua vida e não (para usar os termos de Hegel) negando-as abstratamente que uma relação não alienada com o seu eu é possível.

Por fim, estar envolvido no mundo - o fato de que os indivíduos estão entrelaçados em uma rede de significados sociais dentro dos quais agem e com base nos quais compreendem suas ações - é inelutável. Aqui é relevante apontar que a questão da indiferença levantada

¹⁸³ *Ibid.*

anteriormente: o sujeito precisa de uma relação não apenas com o que é "outro" em geral, mas também com outras pessoas. As coisas que o sujeito ama, com as quais se identifica e se empenha em realizar são o que são apenas contra o pano de fundo de significados compartilhados e socialmente moldados. Estar envolvido em projetos pressupõe a existência de outros seres humanos. Não se poderia entender o que é um pai competente, ou mesmo o que é um músico talentoso ou um bom padre, se não houvesse instituições sociais ou papéis definindo a paternidade, virtuosismo musical ou compromisso religioso. Assim, a identificação com os projetos - mesmo quando parecem completamente idiossincráticos - sempre ocorre em conexão com um mundo social que é compartilhado com os outros, mesmo quando isso assume a forma de distanciar-se desse mundo¹⁸⁴.

Da mesma forma, quando Hartmut Rosa aponta que alienação é uma forma de relação na qual mundo e sujeito se percebem com indiferença e hostilidade: ele também faz uso da ideia de Rahel Jaeggi, uma relação ausente de relacionamento. Assim, alienação pode ser entendida nos moldes expostos de uma sociedade tardo-moderna que emudece seus eixos de relação com o mundo. A lógica generalizada da competição mina a possibilidade de entrar em um modo de ressonância, não é possível competir e ressoar simultaneamente. A pressão aceleratória funciona, também, como um redutor de experiências de ressonância. Da mesma forma o medo: obriga o sujeito a erguer barreiras e se fechar para não ser tocado pelo mundo. O mundo se apresenta ao sujeito cada vez mais frio, rígido, repulsivo e não-responsivo.¹⁸⁵ A tese de Rosa é de que o a pretensão aceleratória da tardo-modernidade impede que processos de adaptação ocorram entre os sujeitos, entre o sujeito e o mundo e do sujeito para consigo mesmo. São esses processos que permitem ao sujeito se aclimatar rapidamente com as coisas que o rodeiam cercam, as pessoas com quem interage, os desejos e crenças que desenvolve e as experiências que ele atravessa em sua vida. Em uma dinâmica acelerada, o que o sujeito vive, em primeiro lugar, é a experiência do mundo (incluindo o mundo subjetivo) tornar-se cada vez mais estranha. Isto é para Rosa um fenômeno inevitável da modernidade tardia: a relação dos sujeitos da modernidade tardia com o mundo torna-se profundamente perturbada¹⁸⁶.

Como visto acima, a alienação é um conceito-chave da filosofia social na medida em que pode ser usada para diagnosticar patologias sociais (deficiências nas condições sociais de

¹⁸⁴ *Ibid.*

¹⁸⁵ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019

¹⁸⁶ DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut. *Sociology, capitalism, critique*. New York: Verso, 2015.

autorrealização individual). Nessa perspectiva, uma forma de vida social é alienada (ou alienante) quando os indivíduos não podem se identificar com ela, quando não podem se realizar nela, quando não podem torná-la "sua". Contudo, como aponta Rosa, e já mencionado anteriormente, isso também levou a uma queda no uso do conceito alienação: tanto a alienação ameaçou se tornar uma frase vazia, uma categoria do senso comum amplamente utilizada e sem conteúdo, quanto ela só poderia ser definida em relação a outro termo, ou seja, apenas quando se é capaz de especificar de que um sujeito está alienado, qual o “outro da alienação”¹⁸⁷. Para que a alienação seja analiticamente distinta como categoria crítica, é necessária alguma ideia do que é o não alienado e Rosa aqui contribui, ao afirmar que a teoria crítica nunca foi capaz de determinar com precisão o que distingue um estado de não alienação, ou seja, o que constitui a antítese da alienação. Para Rosa, o outro da alienação deve ser um tipo diferente de relação e aqui se torna importante a apresentação do conceito trabalhado por Hartmut Rosa, a ressonância é o outro da alienação. Uma vez que a alienação é um modo de se relacionar com o mundo no qual o sujeito encontra o mundo como indiferente ou repulsivo, a relação contrária, dita não alienada, é aquela que permite o desenvolvimento de eixos constitutivos de ressonância¹⁸⁸. O oposto da alienação é o estar em contato com algo que realmente afeta o sujeito, mas que ao mesmo tempo o permite tocar o lado oposto. Trata-se, portanto de ressonância, como algo que muda e que não pode ser completamente controlado ou previsível – nunca se sabe quando a ressonância ocorrerá¹⁸⁹.

O que a teoria de Rosa propõe é uma nova forma de crítica social que é uma crítica das condições de ressonância. Dentro dessa crítica, as condições alienantes da sociedade representam o obstáculo último para a realização de uma vida boa. Consequentemente, os esforços para aumentar e aguçar a sensibilidade individual, o desenvolvimento de políticas para incrementar as experiências e os espaços de ressonância, juntamente com a identificação de contextos institucionais alienantes, seriam de importância crucial para qualquer tentativa de estabelecer uma sociedade pós-aceleratória. Para Rosa, o impulso subjetivo e social por aceleração poderia desaparecer se, ao estabelecer e garantir espaços de ressonância, os sujeitos se sentissem capazes de se reapropriar do mundo. O foco político e filosófico, portanto, deveria

¹⁸⁷ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019

¹⁸⁸ *Ibid.*

¹⁸⁹ TZIMINADIS, João Lucas Faco. Modernidade dessincronizada: aceleração social, destemporalização e alienação: uma entrevista com Hartmut Rosa. *Estudos de Sociologia*. Araraquara v.22, n.43, p.365-383, jul.-dez. 2017.

estar na análise das condições que permitem a ressonância e evitam a alienação: essa mudança de atenção poderia de fato anunciar o início de uma alteração fundamental no tecido cultural, mas também estrutural e institucional, da modernidade.¹⁹⁰ Isso que será abordado na continuidade desse capítulo.

Uma teoria social crítica não deve apenas descrever os fenômenos sociais, mas acima de tudo buscar alinhar aos diagnósticos de época uma potência normativa. Nesse sentido, buscase estudar a nova categoria ressonância de Hartmut Rosa. Como visto acima, quando se define a alienação como um modo específico de se relacionar com o mundo, como uma relação de ausência de relacionamento, torna-se possível falar que esses relacionamentos são considerados como desprovidos de sentido, os sujeitos acabam por repelir ou ignorarem essas relações. Para que a alienação seja analiticamente distinta como categoria crítica, é necessária alguma ideia do que é o não alienado, o que distingue um estado de não alienação, ou seja, o que constitui a antítese da alienação.

Não parece ser tão fácil aceitar a visão de Hartmut Rosa de que o mais provável é o prosseguimento acelerado e sem freios em direção a um abismo de paralisia frenética, do colapso da moderna ordem de valores e do favorecimento dos inimigos da Modernidade, como está colocado no final do capítulo anterior. Por essa razão, o próprio autor, na continuidade de suas investigações desloca o foco de sua teoria, ele inicia um questionamento mais aprofundado sobre a forma que as pessoas se relacionam com o mundo, quando as relações são boas, felizes e estáveis ou quando elas são voláteis, infelizes e frias. Assim, em extenso livro, Rosa trata de investigar como o sujeito experiencia e se relaciona com o mundo¹⁹¹. Em primeiro lugar está um *insight* que é tanto premissa, quanto conclusão: se a aceleração é o problema, então a categoria ressonância pode ser a solução. Afinal, como colocado anteriormente não se trata de resolver tudo com mera desaceleração, a questão não é a velocidade, mas a dessincronização, a alienação. Para Rosa, o outro da alienação deve ser um tipo diferente de relação e aqui se torna importante a apresentação do conceito trabalhado por Hartmut Rosa, a ressonância é o outro da alienação. Uma vez que a alienação é um modo de se relacionar com o mundo no qual o sujeito encontra o mundo como indiferente ou repulsivo, a relação contrária, dita não alienada, é aquela

¹⁹⁰ DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut. *Sociology, capitalism, critique*. New York: Verso, 2015.

¹⁹¹ TZIMINADIS, João Lucas Facó. Modernidade dessincronizada: aceleração social, destemporalização e alienação: uma entrevista com Hartmut Rosa. *Estudos de Sociologia*. Araraquara v.22, n.43, p.365-383, jul.-dez. 2017.

que permite o desenvolvimento de eixos constitutivos de ressonância. O oposto da alienação é o estar em contato com algo que realmente afeta o sujeito, mas que ao mesmo tempo permite ser tocado. Trata-se, portanto de ressonância, como algo que muda e que não pode ser completamente controlado ou previsível – nunca se sabe quando a ressonância ocorrerá.¹⁹² A maneira como o sujeito se relaciona com o mundo é, portanto, o resultado de visões de mundo culturais e práticas sociais, tanto quanto de disposições físicas ou psicológicas individuais. É por isso mesmo que Hartmut Rosa se apresenta não como um filósofo da relação com o mundo, mas sim como um sociólogo das relações de ressonância.

Hartmut Rosa aponta que a questão da felicidade (como percepção subjetiva) e da boa-vida (como um modo de vida objetivamente definível) foi normalmente relegado na sociologia. É comum que os estudos sobre o assunto apontem para duas exigências: autonomia, a exigência que os sujeitos determinem suas próprias vidas; e a autenticidade, a garantia que a autonomia estaria se realizando adequadamente. Ou seja, a concepção moderna de uma vida de sucesso é moldada pela ideia de que os sujeitos são seres dotados de uma profundidade interior complexa, individual, que fornece critérios para distinguir entre decisões de vida certas e erradas – entre práticas autênticas que correspondem para seu ser interior e práticas inautênticas que são sugeridas ou impostas a eles de fora¹⁹³.

Contudo, como visto no primeiro capítulo desse trabalho, as sociedades modernas são capazes apenas de se estabilizarem dinamicamente. A competição acelerada é o motor crítico e a fonte de energia que motiva os indivíduos para cumprir os imperativos de crescimento. Assim, com isso em mente, entende-se como a questão de como os seres humanos deveriam orientar suas vidas agora praticamente se responde sozinha. Uma vez que não podem dizer com certeza o que é uma vida boa, os sujeitos são forçados a se concentrar em seu nível de recursos. Para Rosa, dinheiro, saúde e comunidade (no sentido de relações sociais estáveis e resilientes), são as três chaves para a felicidade, recursos fundamentais que constituem as pré-condições para uma vida boa. O objetivo de uma teoria da ressonância, portanto, deve ser apontar que a qualidade de uma vida humana (e das condições sociais) não pode ser medida simplesmente de acordo com os recursos disponíveis. O que define a diferença entre relacionamentos bem-sucedidos e malsucedidos com o mundo, não pode ser apenas a abundância relativa de recursos e oportunidades, mas o grau em que alguém está conectado e aberto a outras pessoas (e coisas).

¹⁹² *Ibid.*

¹⁹³ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019.

A boa vida também é mais do que apenas a maximização dos momentos felizes (ou minimização das experiências infelizes). É o resultado de uma relação com o mundo definida pelo estabelecimento e manutenção de eixos estáveis de ressonância que permitem que os sujeitos se sintam sustentados e conectados em um mundo receptivo¹⁹⁴.

Claro que essa sociologia das relações humanas com o mundo pressupõe definir adequadamente "sujeito" e "mundo". Rosa aponta que sujeito e mundo são formados por meio de sua relação mútua. O que é e como um sujeito só pode ser definido contra o pano de fundo de um mundo no qual ele está inserido e com o qual se encontra relacionado; nesse sentido, a relação de alguém consigo mesmo não pode ser separada de sua relação com o mundo. Os sujeitos aqui são definidos por duas características essenciais e invariáveis, apesar da variedade de relações possíveis com o mundo. Em primeiro lugar, os sujeitos são as entidades que têm experiências. Em segundo lugar, os sujeitos são o local no qual as energias psíquicas motivadas se materializam, ou seja, no qual o impulso de agir se torna operativo. Sujeitos são, portanto, entidades que encontram o mundo e que respondem ao mundo intencionalmente. O mundo parece para eles como inerentemente significativo, seja positivamente (no sentido de um desejo) ou negativamente (no sentido de um medo). O mundo, por sua vez, pode então ser concebido como tudo o que é encontrado (ou que pode ser encontrado). Nessa visão, a ressonância não aparece como algo que se desenvolve entre um sujeito autoconsciente e um mundo "pré-fabricado", mas como o evento através do qual ambos começam¹⁹⁵.

Como acontece essa relação com o mundo? De que forma o sujeito primeiramente sente e se posiciona sobre o mundo? Para Rosa a resposta mais simples é óbvia – com os pés – e aqui já aparece um meio que reifica essa experiência, o uso de sapatos. Claro que se trata apenas de uma provocação, ainda assim, é importante entender que as relações sensoriais corpóreas são a forma mais primitiva da relação do sujeito com o mundo. Para a sociologia das relações com o mundo, em primeiro lugar, não existe mundo sem corpo fenomenal, e nenhum corpo fenomenal sem mundo. Os processos de experienciar passivamente o mundo e dele se apropriar ativamente são ambos mediados pelo corpo. Tal sociologia é incorreta, entretanto, se corpo e mundo forem concebidos como existindo independentemente um do outro. O corpo físico constitui um órgão de ressonância. Sujeito e mundo se encontram constante e diretamente na pele – é a linha divisória que de certa forma protege e separa o sujeito do mundo. No mesmo

¹⁹⁴ *Ibid.*

¹⁹⁵ *Ibid.*

sentido, está a respiração, como ato mais básico da vida e processo fundamental de troca metabólica entre sujeito e mundo¹⁹⁶. A voz, por outro lado, produz efeito no mundo: por exemplo, a voz do bebê que chama sua mãe, pedindo amor, contato físico e alimentos, é uma voz clamando por uma relação ressonante¹⁹⁷.

A visão também opera um efeito importante, um único olhar é capaz de desencadear um efeito ressonante massivo. O autor aponta que por essa razão uma pessoa condenada à morte é vendada antes de ser executada, a venda serve como um bloqueador artificial de ressonância. O olhar do Outro contém sempre um chamado silencioso, que pode ser respondido com afeição ou agressão, mas nunca com indiferença. Somente suprimindo a ressonância é que o carrasco pode reagir com indiferença ao Outro. Não se deve ser rápido e pensar que todas as formas de relação sujeito e mundo devem estar direcionada para gerar ressonância. A modernidade, enquanto fenômeno bem-sucedido e eficiente, está baseada em relações de dominação e controle, que não se pode simplesmente abrir mão. Nesse sentido está o ato de um cirurgião, que precisa reificar o corpo de outro sujeito para exercer a medicina. A capacidade de suprimir a ressonância é, nessa linha de pensamento, uma técnica cultural essencial que não apenas não prejudica necessariamente a qualidade da relação dos seres humanos com o mundo, mas muitas vezes a melhora fundamentalmente. O problema está quando objetifica de tal modo prejudica qualquer capacidade de estabelecer eixos de ressonância.¹⁹⁸

Claro que o mero comportamento físico de uma pessoa não é reflexo de sua qualidade moral, mas é um indicativo de como elas se relacionam com o mundo. Ainda assim, Rosa entende que sua teoria prevê que as diferenças no modo que os sujeitos se relacionam fisicamente com o mundo são observadas entre os sexos, gerações, classes, culturas, religiões e regiões. Para o autor, uma diferença fundamental em entender essas diferenças de agir, está no modo que o sujeito se percebe o mundo. O sujeito entende que o mundo se aproxima dele o confrontando? Ou será que é o sujeito que sai para o mundo, em busca de uma experiência sedutora? Interessante neste contexto é o sono, especialmente o adormecer, ele requer que o sujeito esteja pronto e disposto a temporariamente modificar sua posição no mundo, entregando-se em uma posição horizontal indefesa. Adormecer é uma disposição de se deixar

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ *Ibid.*

¹⁹⁸ *Ibid.*

levar pelo mundo. Essa experiência de ressonância pode ser sentida fisicamente, na diferença entre um sono profundo e revigorante frente a um sono inquieto e tenso.¹⁹⁹

Rosa aponta que as experiências ressonantes não são simplesmente emoções. Ainda assim, rir e chorar geralmente são expressões de uma relação ressonante com o mundo. Entretanto, o riso é mais difícil de harmonizar com a teoria da ressonância do que o choro. Rir parece ser mais uma reação intelectual a estímulos cognitivos, ao passo que chorar representa uma reação emocional. É possível rir sem ressonância, por exemplo, em momentos de profundo desespero em que o riso dá expressão a um estado de profunda alienação, de si mesmo e do mundo diante de uma situação grave, ou ainda rir de outra pessoa - aqui, também, o riso expressa alienação na forma de falta de empatia. Se possível fosse imaginar um mundo (ou mesmo apenas uma pessoa) sem risos e lágrimas, então é possível ter uma boa ideia de um mundo sem ressonância. No entanto, o que se percebe hoje é que o riso se torna cada vez mais um produto da indústria cultural, ao mesmo tempo que a sociedade perde sua capacidade e suas instituições de luto.²⁰⁰

Além disso, as relações com o mundo geralmente ocorrem não por meio do contato físico direto com o mundo, mas sim por meio da linguagem. A linguagem não é simplesmente um meio de se relacionar instrumentalmente com as coisas do mundo, nomeando-as e definindo-as, mas ela mesma tem o caráter de revelar e mesmo constituir o mundo. Ler, por exemplo, representa um modo específico e especificamente moderno de se relacionar com o mundo. Infelizmente, nos últimos anos, grande parte das relações com o mundo estão sendo mediadas por telas. A tela é uma espécie de gargalo, através do qual a experiência e apropriação do mundo se desenrolam, levando a uma potencial uniformidade. O mundo responde ao sujeito e chega até ele sempre da mesma forma, pelo mesmo canal, com os mesmos movimentos dos olhos e dos polegares. Isso leva também a uma redução brusca da experiência física com mundo, a tela não cheira, não deixa sabor, não tem efeito gravitacional e não produz sensações táteis.

É essencial que uma sociologia das relações humanas com o mundo também leve em consideração as formas de se relacionar com o corpo: afinal, o corpo é inerentemente parte dessas relações. Para Rosa, o corpo físico é o instrumento e o recurso que o sujeito deliberadamente utiliza para realizar algo no mundo. É possível inclusive aumentar o valor do

¹⁹⁹ *Ibid.*

²⁰⁰ *Ibid.*

corpo como capital utilizável, como um recurso, quando o ele se torna mais atraente, forte e eficiente. A modernidade, contudo, demonstrou que todo corpo possui um limite. Ele se manifesta sempre que o corpo humano se torna lento demais para atividades que por causa da tecnologia são agora possíveis. Os sujeitos da modernidade tardia tendem a explorar demasiadamente seus recursos corporais para não se tornarem lentos demais para a modernidade. Claro que em momentos de tensão ou perigo, os seres humanos são e sempre foram compelidos a mudar sua relação com o corpo para um modo mudo ou instrumental, bloqueando completamente qualquer dor, fadiga ou outros impulsos físicos. A capacidade de assumir um certo “modo de alienação”, portanto, não é simplesmente uma técnica cultural, mas presumivelmente parte da constituição biológica (estado de choque, por exemplo, para não se sentir dor).²⁰¹

Porém, a sociedade acelerada levou a um modo muito diferente de alienação corporal, que não está sincronizado ou em sintonia com o biorritmo natural – é a constante tentativa de se manter acordado com café ou bebidas energéticas, de alongar as horas de trabalho com medicamentos e de produzir enquanto eles dormem. Nessa ideia, nem mesmo situações como apenas uma gripe ou uma perna quebrada, ou às vezes até um ataque cardíaco ou diagnóstico de câncer são capazes de libertar o indivíduo da espiral aceleratória vista no primeiro capítulo. Essa forma moderna de se relacionar com o mundo identificada por Hartmut Rosa pode cobrar um preço alto quando transportada para o nível institucional. O objetivo é sempre melhorar o desempenho do corpo como recurso, aumentando a velocidade com que ele se adapta e se torna pronto para a ação, mas os dois caminhos para atingir esse objetivo são fundamentalmente diferentes. O primeiro caminho é o de subjugar por dentro, o segundo de modificar por fora. Existem indivíduos que buscam atingir seus objetivos por meio de autodomínio e disciplina e outros que buscam recursos para otimizar artificialmente seu corpo. Ambas as estratégias para aumentar os recursos físicos são, em última análise, estratégias de reificação, tendendo a implicar em uma relação muda com o corpo. Percebe-se assim, como o *burnout* descreve, em última análise, um estado no qual todos os eixos de ressonância ficaram mudos e, portanto, constitui uma forma radical de alienação física e psicológica. O uso intensivo do corpo como recurso facilita formas alienantes de relacionamento.²⁰²

²⁰¹ *Ibid.*

²⁰² *Ibid.*

A relação dos seres humanos com o mundo não pode ser entendida apenas como uma relação física que só é interpretada e avaliada em termos cognitivos e afetivos. Em vez disso, a subjetividade sempre se desenvolve a partir de e em sua relação para com o mundo, o que inclui aspectos corporais e reflexivos, bem como cognitivos e emocionais, que estão inextricavelmente entrelaçados. Assim, surgem duas figuras importantes, medo e desejo. Este par parece ser o mais adequado para ajudar a descrever a dualidade entre atração e repulsão na relação do ser humano com o mundo, visto que expressa mais claramente seu caráter relacional. E esse par expressa uma ambiguidade, é possível desejar algo, embora exista medo. Na verdade, o medo pode até ser uma causa parcial do desejo. Medo e desejo constituem assim o ponto de partida para desenvolver uma relação cognitiva ou reflexiva com o mundo, bem como um sistema de valores correspondente, que permite desenhar mapas cognitivos e avaliativos do mundo, que revelam formas potenciais de ação. Medo e desejo estabelecem a base motivacional para querer conhecer o mundo. Pode-se falar que existem quatro formas de medo passíveis de causar alienação no modo como alguém se relaciona com o mundo: (1) um medo de se entregar completamente ou se perder em um relacionamento e, portanto, de uma perda de si mesmo como tal; (2) um medo de não ter qualquer vínculo ou relacionamento autêntico e, portanto, estar isolado e sozinho; (3) um medo de viver de modo rígido e excessivamente regulado que torna difícil respirar; e, (4) um medo do caos ou desordem, das mudanças erráticas na vida. Por exemplo, Rosa aponta que a forma mais negativa de experiência humana do mundo - a depressão - é frequentemente caracterizada por uma completa falta de medo e desejo por parte do sujeito e, portanto, também uma completa falta de atração e repulsão por parte do mundo. O enfraquecimento ou ausência do medo e do desejo pode ser indicativo de uma situação de alienação caracterizada pela indiferença e pela falta de conexão entre sujeito e mundo. A imagem contemporânea da depressão na medicina psiquiátrica é justamente é que ela se trata de uma condição de inação, o indivíduo deprimido é aquele incapaz de seguir o ideal normativo da individualidade na modernidade tardia - ela não busca estabelecer relações, sejam de dominação ou de ressonância. Para esse indivíduo não existe mais autonomia, mas letargia. Não há expectativa de futuro, a relação consigo é um fardo. Em outras palavras, o que impera é a imobilidade, a rigidez e, por fim, o isolamento.²⁰³

Rosa aponta que a qualidade relacional da relação com o mundo é estabelecida pelo fato de se desejar algo (sujeito) que *a priori* parece repulsivo (mundo), e cada determinação de

²⁰³ *Ibid.*

atração ou repulsão, por sua vez, forma os contornos do sujeito e mundo. Desse modo, em primeiro lugar, a forma como a relação com o mundo acontece não pode ser compreendida sem analisar as relações com o medo e o desejo, que são formadas não apenas por aquilo que o sujeito teme ou deseja, mas também como passivamente experimenta e ativamente confronta seus medos e desejos e, portanto, também pelas respectivas relações e intensidades de atração ou repulsa do mundo. Vendo do ponto de vista do sujeito, uma relação com o mundo pode falhar se o sujeito se fecha, tornando-se rígido e, portanto, incapaz de reagir ao mundo com empatia. Por outro lado, uma relação ressonante também pode se tornar impossível quando o sujeito se torna demasiadamente aberto, perdendo-se no mundo, perdendo sua frequência particular, e não mais falando com sua própria voz, tornando-se apenas um eco do mundo. Já do lado do mundo, os relacionamentos ressonantes podem falhar quando o próprio mundo se torna reificado ou, inversamente, quando os movimentos do mundo se tornam tão imprevisíveis e caóticos que se torna impossível discernir na cacofonia qualquer voz que permita o estabelecimento de um relacionamento ressonante.²⁰⁴

Entendendo o medo e o desejo como as forças motrizes fundamentais das relações humanas com o mundo, deve-se conceber de forma muito ampla, ou seja, como repulsão e atração básicas, com o primeiro potencialmente se manifestando como aversão ou repulsa e o último funcionando como uma espécie de energia libidinal. Estados emocionais como ódio e agressão seriam então entendidos como formas híbridas nas quais as energias atrativas e repulsivas se cruzam. Em qualquer caso, a hipótese central que Rosa elabora é que o medo e o desejo são forças motrizes fundamentais e modos existenciais de ser se forem entendidos como medo da alienação – ou seja, medo de o mundo se tornar hostil ou mudo, de ser um mundo sem relação – e o desejo de ressonância. Medos e desejos se tornam biograficamente específicos por meio de experiências de alienação e ressonância que acontecem ao longo da vida – eles fornecem uma espécie de bússola direcional. Nesse sentido, as memórias e as expectativas estão intrinsecamente ligadas nessa bússola, de modo que todo acontecimento biográfico talvez possa ser entendido como uma história de busca de espaços de ressonância e de evitar os desertos da alienação.²⁰⁵

A forma como o sujeito se relaciona com o mundo muda imperceptivelmente, mas significativamente, por exemplo, quando ele muda de emprego, ou quando nasceu seu filho, e

²⁰⁴ *Ibid.*

²⁰⁵ *Ibid.*

essa mudança contribui significativamente para compreender a disposição do sujeito em se relacionar com o mundo. Rosa aponta que são cinco as atitudes que podem ser ilustradas por um rápido exemplo: quando um professor requer alunos voluntários para explicar um novo assunto em sala de aula e a reação que eles esboçam: (1) o aluno que vê isso como uma ameaça, ele fará qualquer coisa para não ser chamado, ele dirá “é perigoso?”; (2) o aluno que percebe isso como um desafio a superar se oferecerá de forma imediata como voluntário, ainda mais quando o professor insinuar que a tarefa será intelectualmente exigente, ele perguntará “é difícil?”; (3) caso o professor aponte que ela será emocionante, um outro tipo de aluno será voluntário, aquele que vê o mundo menos como uma espécie de teste e mais como um campo de estimulação – esse aluno não quer superar desafios, mas estímulos divertidos, sua pergunta será “é legal?”; (4) um quarto tipo de aluno não procura desafios, nem emoções, mas novas experiência pessoais – ele está interessado no exótico, no desconhecido, sua pergunta será “essa experiência abre a minha mente?”; e, por fim (5), o quinto aluno não expressa nenhuma resposta, ele só quer se adaptar, visto que o mundo é um campo no qual ele é constantemente confrontado com expectativas sociais normativas que devem ser cumpridas, ele questionará “o que eu tenho que fazer?”.²⁰⁶

O modo como os sujeitos se relacionam está centrada na ideia que Rosa chama “autoeficácia” – é a capacidade do sujeito agir e aprender, de entrar e manter relações sociais e de estar satisfeitos na qualidade geral da sua relação com o mundo – em última análise, é a capacidade do sujeito de ser confiante em si mesmo, de saber poder vencer os desafios, influenciar o mundo e realizar seus objetivos. Segundo o autor, altos níveis de autoeficácia geram relações positivas no comportamento social, nas realizações de aprendizagem, no estado de saúde e na satisfação geral com a vida. Por outro lado, baixos níveis produzem efeitos negativos, incluindo, em particular, o aumento retirada para a vida privada, reduzida disposição para se envolver em situações sociais e crescente insatisfação. A autoeficácia se torna um indicador importante para avaliar ou criticar a qualidade das relações com o mundo como um todo. Uma pessoa com grandes expectativas de autoeficácia será muito mais inclinada a perceber o mundo como um campo de desafios emocionantes do que alguém que não tem essa confiança, ou seja, a autoeficácia influencia na já vista estrutura do medo e do desejo. Do mesmo modo, na visão de Rosa, parece existir uma correlação entre as baixas expectativas de autoeficácia e os sintomas clássicos associados à alienação. Seguindo a teoria do capítulo

²⁰⁶ *Ibid.*

anterior, pode-se interpretar o projeto aceleratório da modernidade como um programa para melhorar a autoeficácia dos sujeitos, impulsionados por expectativas de ressonância, embora com base em um mal-entendido fundamental. O erro da modernidade estaria, então, não na esperança de ser possível para o sujeito melhorar sua relação com o mundo, mas na confusão de um conceito de autoeficácia mudo orientado para uma visão tardo-moderna de expansão do indivíduo sobre o mundo. Os relacionamentos ressonantes são uma expressão da transformação adaptativa bem-sucedida do mundo, não de sua apropriação no sentido de expansão de recursos.²⁰⁷

A ressonância é uma relação cognitiva, afetiva e corporal com o mundo em que os sujeitos são tocados, mas ao mesmo tempo também estão eles próprios ativamente tocando o mundo, sentindo-se eficazes no processo. Sujeito e mundo não podem estar tão interconectados que o movimento de um provoca necessariamente uma reação mecânica do outro. A ressonância é produzida apenas quando a vibração de um corpo estimula o outro a produzir sua própria frequência: cada um fala com sua própria voz. Ou seja, é muito diferente do conceito de eco, que não tem voz própria, o que ressoa em um eco nunca é uma resposta, mas apenas a voz original. A ressonância também não deve ser confundida com a consonância da harmonia, e também a dissonância não significa alienação. A ressonância envolve necessariamente momentos de inacessibilidade e contradição, ela pressupõe a existência daquilo que é não assimilável; somente nesta base pode um Outro ser ouvido e responder sem que essa resposta seja um mero eco. Um bom exemplo é o amor em sua forma mais pura (na noção hegeliana de estar inteiramente consigo mesmo no outro).²⁰⁸

É uma forma de relação com o mundo, formada por a←feto e e→moção, transformação e indisponibilidade. A←feto, escrito dessa maneira, envolve a ideia de o sujeito ser afetado pelo mundo, ser tocado, movido, o sujeito “atende o chamado que vem de fora”. E→moção, também se escreve assim segundo Rosa, é que depois de o sujeito atender o chamado ele responde de forma eficaz, ou seja, ele realiza algo para alcançar e mover o mundo. E o elemento transformação é importante, significa que ambos os lados se convertem: sujeito e mundo não permanecem os mesmos de antes do encontro. Por fim, existe um quarto elemento importante para a relação de ressonância, a indisponibilidade: a ressonância tanto não pode ser

²⁰⁷ *Ibid.*

²⁰⁸ *Ibid.*

imposta (seu surgir e duração são incertos), quanto ela é imprevisível em relação aos resultados.²⁰⁹

Além disso, uma questão-chave passa a ser em quais contextos, em que condições e por meio de quais práticas um sujeito experimenta experiências de alienação e de ressonância. As condições materiais de existência desempenham, portanto, um papel crítico. Assim, parece quase óbvio afirmar que, na mesma sociedade ocidental, podem existir sérias diferenças entre as relações com o mundo de uma criança rica e de uma criança pobre. Como visto, o mundo se aproxima do sujeito que o experimenta, assim como o sujeito entra no mundo. As relações com o mundo podem, portanto, ser diferenciadas de acordo com esse movimento. Visões de mundo econômicas, jurídicas, científicas, estéticas e religiosas produzem diferentes medos e desejos – e revelam diferentes sensibilidades às relações de ressonância. Rosa diz que é possível apontar quatro formas cognitivo-culturais básicas de relacionamento com o mundo: dominação (protestantismo ocidental), contemplação (helenismo), adaptação (confucionismo) e retirada (certos grupos hindus). O ponto defendido por Rosa é de que forma a cultura ocidental moderna é definida por essa ideia de dominação do mundo, de conquistar, cada vez mais rápido, como o maior imperativo moral na sociedade moderna. Essa é a base do mapa moral/ético que o sujeito utiliza para avaliar o mundo. Também é importante ter em mente que a capacidade e as oportunidades de ressonância funcionam como capital na luta competitiva e, como todas as outras formas de capital, está distribuído de maneira altamente desigual.²¹⁰

A crítica das relações de ressonância passa, portanto, para as condições necessárias para estabelecer eixos estáveis de ressonância. Os eixos de ressonância ocorrem quando forma de relação que possibilita a repetição de tais experiências se estabelece e se estabiliza entre o sujeito e o mundo. Eixos de ressonância existem apenas onde o mundo ressoa no sujeito, onde o arranjo institucional facilita, encoraja e salvaguarda relações ressonantes. O silenciamento desses eixos representaria uma forma extrema de alienação, enquanto seu fortalecimento poderia gerar algo como uma relação de ressonância que perdura para além de qualquer experiência individual, de forma que ser descrita como ressonante, a relação com o mundo da vida como um todo.²¹¹

²⁰⁹ *Ibid.*

²¹⁰ *Ibid.*

²¹¹ *Ibid.*

Toda sociedade ou formação social é definida pelas formas como os sujeitos se relacionam com o mundo, estabelecendo esferas ou espaços de ressonância específicos, nos quais seus membros podem descobrir e consolidar eixos mais ou menos individuais de ressonância.²¹² Rosa aponta que existem eixos horizontais de ressonância (família, amizade e política) – onde os fenômenos ressonantes estão intimamente ligados aos processos e fenômenos de reconhecimento²¹³. Contudo, existem também relações com a natureza e outros aspectos do mundo. Quando as pessoas decidem tirar férias na praia, ler uma boa literatura, rezar ou ouvir uma música a teoria do reconhecimento encontra uma limitação. A teoria da ressonância supera, portanto, a teoria do reconhecimento em seu potencial explicativo. O reconhecimento é relacional e, de certa forma, é concedido ou revogado de forma competitiva, já a ressonância não é alocada ou distribuída de forma competitiva. Essa diferença entre reconhecimento e ressonância pode ser vista ainda mais em relação à amizade. Os amigos não são apenas importantes e talvez nem importantes principalmente porque reconhecem e valorizam, mas porque podem afetar uns aos outros. Essa diferença é ainda mais clara nas experiências coletivas: uma efervescência coletiva não é uma forma de reconhecimento coletivo, mas um evento ressonante no qual a atenção e as emoções daqueles que participam dela se juntam e se reforçam mutuamente, por exemplo o gol em um estádio ou um grande show. Ainda assim, a teoria da ressonância deve ser capaz de incorporar as reivindicações da teoria do reconhecimento, mesmo que as experiências de reconhecimento não sejam coextensivas às experiências de ressonância. Ademais, da mesma forma que para Honneth o não-reconhecimento é a experiência elementar que impulsiona a ação, para Rosa o anseio de ressonância e o desejo de evitar situações de alienação seriam os equivalentes.²¹⁴ A ideia, portanto, é examinar como e de que forma as esferas de ressonância foram institucionalizadas na sociedade moderna, na família, na amizade e na política.

Como visto, o modo dominante de alocação nas sociedades modernas é a competição. Ela que estabelece e institucionaliza relacionamentos repulsivos ou, na melhor das hipóteses, indiferentes com o mundo. Simultaneamente, a sociedade moderna estabeleceu a família nuclear burguesa como o ideal incomparável. O que se constrói é que a cultura da modernidade

²¹² *Ibid.*

²¹³ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

²¹⁴ ROSA, Hartmut. "Human beings are first and foremost resonant beings" Interview with Professor Hartmut Rosa of Universität Jena and director of Max-Weber-Kollegs. [Entrevista concedida a] CORRÊA, Diogo Silva; PETERS, Gabriel; TZIMINADIS, João Lucas. *Civitas*. v. 21, n. 1, p. 120-129, jan./abr. 2021.

coloca as pessoas sem parceiros românticos ou famílias nucleares como despojadas da oportunidade de entrar e experimentar relacionamentos ressonantes. Rosa lembra que o para Hegel, a relação ressonante essencial é a ideia de estar consigo mesmo no outro. Os relacionamentos íntimos foram ideologicamente concebidos e, de certa forma, sacralizados, transcendendo todas as restrições de classe e cálculos socioeconômicos, é o amor romântico dos relacionamentos íntimos que oferece à cultura moderna uma promessa não apenas de ressonância horizontal, mas também vertical.

Além disso, a institucionalização do amor no casamento pode ser entendida como a tentativa de transformar a experiência ressonante pura do amor ou estar apaixonado em um eixo estável de ressonância capaz de garantir ressonância mesmo nos pontos mais baixos da vida cotidiana. Nesse sentido, a família vai além e constitui um porto paradigmático de ressonância, não apenas para o casal, mas principalmente quando se trata de crianças. A família é um porto de ressonância em um mundo competitivo e indiferente, contudo, a vida diária pode diminuir a habilidade da família em ter encontros ressoantes. E a razão para isso reside menos em fracassos pessoais ou familiares, e mais no impulso por aceleração no seio familiar.

Avançando, tem-se que a amizade foi baseada na ideia de um certo acordo ou harmonia entre duas pessoas. Apenas existe amizade quando um fio ressonante de simpatia e confiança vibra entre as pessoas. Aqui deve-se apontar diferenças entre amizades e relacionamentos familiares. Primeiro, a amizade não é uma instituição legal ou política. Segundo, as amizades são geralmente organizadas e vivenciadas como encontros extraordinários que servem para aliviar os encargos do trabalho cotidiano e da vida familiar. Terceiro, a amizade geralmente implica em uma barreira à ressonância física. As amizades, diferentemente dos relacionamentos familiares, não implicam nenhuma obrigação a longo prazo de cuidar. Ao mesmo tempo, as amizades são entendidas como não exclusivas. Ainda assim, uma das principais tarefas da amizade é proteger e preservar o porto ressonante da família. Afinal, amizades de longo prazo, produzem um fio ressonante biográfico, bons amigos são capazes de colocar o sujeito de volta em contato com ele mesmo. Claro que isso não é um processo sempre fácil, as brigas são uma parte inevitável da amizade, nem por isso deixam de ser um evento de ressonância. Pois um novo elemento entra em jogo aqui: a capacidade e o processo de perdão. O perdão é o processo bilateral, pelo qual um relacionamento endurecido novamente se torna fluido; restabelecendo assim sua capacidade de ressonância. Isso requer que ambos os lados parem de calcular e julgar e desejem ressoar.

O potencial ressonante da política permanece largamente desarticulado no imaginário social da modernidade. Uma causa fundamental disso pode ser a predominância generalizada das sociedades modernas, de estilo ocidental, de um conceito liberal individualista de democracia, segundo o qual a política é antes de tudo uma arena muitas vezes antagônica para negociar e resolver conflitos de interesse. Nessa perspectiva, o modo de se relacionar com o mundo estabelecido pela política é mudo, indiferente, egoísta e nada ressonante. Ou seja, os sujeitos modernos não sentem que fazem parte de uma ordem ressonante de existência significativamente integrada. Nesse sentido, políticos e instituições políticas são frequentemente vistos como indiferentes. Ao mesmo tempo, os próprios políticos tomam suas próprias ações como não responsivas a um processo deliberativo de tomada de decisão coletiva, mas como reativas a pressões estruturais para se ajustar às realidades emergentes, por exemplo, da esfera econômica. Em outras palavras, atendendo às demandas aceleratórias, como visto anteriormente.

Essa conceituação da esfera pública representa um estágio fundamentalmente problemático do declínio da ordem democrática. A grande promessa da democracia é que as estruturas e instituições da vida pública possam ser transformadas e adaptadas por meio da política democrática e por meio de que seus representantes no poder sejam responsabilizados. Quando os cidadãos são capazes de se conceber não apenas como destinatários das leis, mas também como seus autores, eles experimentam a ordem política não apenas como um domínio heterônomo, mas também como uma zona de ressonância cívica. Rosa lembra que a democracia moderna é fundamentalmente baseada na ideia de que sua forma de política dá a cada indivíduo uma voz e permite que essa voz seja ouvida. E a própria palavra voz, serve aqui para importante explicação: a primeira ideia é que (1) existe uma concepção individualista liberal de voz política, a voz de alguém é equiparada ao voto que ele faz em uma eleição, que é então agregada aos outros como uma espécie de "voz muda". A voz do povo é uma questão de aritmética simples, ou seja, a contagem de votos. Por outro lado, (2) a concepção de política de Habermas²¹⁵ reconhece uma voz deliberada, razoável e verbalizada, destinada a argumentos racionais e ao exame crítico de interesses e posições. Contudo, segundo Rosa, esse conceito coloca todo o seu peso apenas na cognição, sendo de certa forma desassociada das instituições e relações sociais. Aí que entra em jogo (3) a música: quando se pensa a voz da democracia em

²¹⁵ HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

sentido mais amplo, não apenas em termos de votos expressos, nem mesmo como linguagem e discurso, mas como uma forma de música ou canto é possível compreender completamente a qualidade ressonante da democracia. Concebendo o processo democrático dessa maneira como uma forma de música: a democracia se tornará uma esfera viva de ressonância, na qual os sujeitos se fazem ouvir, mas também são tocados e transformados pelo canto dos outros. A democracia aqui não denota mais a negociação e solução de reivindicações legais e conflitos de interesses, mas refere-se a um processo contínuo de se tornar mais sensível a uma variedade de vozes no sentido de perspectivas, modos de existência e relações com os outros. Conceber a política democrática dessa maneira, como uma esfera vital de ressonância para a modernidade, deixa claro que ela não visa negar sua própria diversidade através do estabelecimento de harmonia identitária: a democracia ressoante requer contradições.²¹⁶

O sujeito político empoderado, entre as promessas fundamentais da modernidade, foi cada vez mais substituído pelo indivíduo impotente que se sente alienado não apenas das condições econômicas, mas também das condições políticas. O mundo político não é mais responsivo, suas ações potenciais e diretrizes estruturais são ditadas por restrições práticas, refletidas na política do suficiente, do possível e nas políticas que declaram que não há alternativa. Tais condições tendem a produzir câmaras de eco, minando a ressonância. Essas câmaras não formam uma voz democrática, pois muitas vozes são abafadas pelo barulho crescente e, também, as vozes em eco não superam a alienação produzida pelas condições sociais, mas alimentam a indiferença paralisante apenas com um maior grau de repulsa que, por sua vez, leva cada vez mais na promoção da violência.

Lembrando do que foi visto anteriormente, a alienação política, do ponto de vista de uma teoria da aceleração, tem como causa a problemática de que a formação da vontade democrática e a tomada de decisões são inerentemente demoradas se quiserem ser ressonantes, baseadas não em uma lógica de sintonia através do mero voto, mas em um processo responsivo de encontro deliberativo e argumentativo. Contudo, quanto mais pluralista uma sociedade se torna, mais demorado esse processo se torna. Como o tempo é escasso em uma sociedade de aceleração impulsionada pelas forças da concorrência e do mercado, a política deve contornar ou paralisar o genuíno processo democrático ressonante. Assim, a política não parece mais definir o ritmo dos desenvolvimentos sociais, mas se confunde ou fica atrás deles. Em todos os lugares, é possível encontrar pessoas que acham que não se sentem ouvidos e agora gritam

²¹⁶ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019.

contra, alienam a política que raramente lhes responde, e o fazem com repulsa e até violência. O que esses manifestantes querem, na verdade, é serem ouvidos. Para Rosa, o que une principalmente esses manifestantes na prática não é de forma alguma um programa político, mas um desejo por ressonância.²¹⁷

Assim, para o autor, não há dúvida de que o sucesso político do nazifascismo remonta precisamente ao fato de que esse movimento político sabe como apelar para o desejo humano difundido e profundamente enraizado de ressonância. Lá não existia uma relação política ressonante com o mundo, mas sim um excelente exemplo de uma patologia da ressonância. O movimento nazista estava ideologicamente enraizado não na ressonância, mas na alienação: o nazismo foi possível, pois era sustentado pela ideologia de um outro hostil. A falsa ressonância resultante, enraizada na crença correta e franca de que os outros eram fundamentalmente opostos aos nazistas, eram seus hostis inimigos. O nazifascismo entendeu o poderoso apelo de criar falsa ressonância, ele capitalizou a ansiedade do indivíduo moderno em querer relações ressonantes – claro que de uma forma antirracional e anti-intelectual, e nisso residia (reside?) seu apelo. Segundo Baumer²¹⁸, os alemães que sofriam da depressão econômica e se sentiam humilhados na derrota da Primeira Guerra, estavam cansados da ideia de liberdade (autonomia), eles ansiavam por pertencer (pode-se dizer estabelecer relações ressonantes). O que o nazismo fez foi proclamar que a vontade coletiva alcançaria o que o individualismo não poderia, o indivíduo seria incorporado em um grande todo coletivo. Para Baumer²¹⁹, em tais sistemas, a moralidade no sentido liberal individualista simplesmente desaparece - moralidade significa fazer tudo o que for necessário para realizar o Terceiro Reich. Em termos de uma teoria da ressonância é possível dizer que a voz do sujeito desaparece, mantendo-se apenas o eco do líder.

Na sequência de sua obra, Rosa apresenta os eixos diagonais de ressonância: a relação com objetos, com o trabalho, a escola e esportes. Para o autor, no Ocidente Moderno inexistia uma descrição teórica sobre relações ressoantes com objetos. Especialmente tendo como base as concepções racionalistas do esclarecimento: o mundo estabelecido pela ciência é um mundo mudo. Essa relação reificante das coisas se apresenta, justifica e realiza nas aulas de ciências e matemáticas, como uma forma natural de se relacionar com o mundo. Isso tem várias implicações na forma que o ser humano se relaciona com o mundo, desembocando em última

²¹⁷ *Ibid.*

²¹⁸ BAUMER, Franklin Le Van. *Main currents of western thought: readings in western European intellectual history from the middle ages to the present*. 3 ed. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1970.

²¹⁹ *Ibid.*

análise na crise ecológica. Essa visão se intensificou com o ritmo acelerado da modernidade: quando o sujeito troca rapidamente todos objetos que o cerca não há tempo para que ele modifique os objetos (ou para que os objetos o modifiquem). Rosa quer demonstrar que as relações ressonantes com objetos não são meramente um desejo poético, mas representam uma forma de experienciar o mundo e um modo de se relacionar com as coisas. É essencial que as experiências de ressonância não estejam apartadas do mundo real, mas sejam experiências cotidianas. Um objeto obtém uma qualidade de ressonância quando é incorporado na vida do sujeito, como a guitarra é incorporada por quem a toca, para citar um de infinitos exemplos.²²⁰

O trabalho, nesse sentido, existencial denota o que é inquestionavelmente um modo primário no qual os seres humanos se relacionam com o mundo. O trabalho é a base para estabelecer uma relação ativa entre sujeito e objeto. Cada trabalho sempre gera sua própria relação de ressonância com coisas. A ideia é que cada atividade tem seus próprios parâmetros de excelência: quem trabalha em algo e começa a “pegar o jeito”, percebe que o material trabalhado começa a responder – é o músico que começa a “tirar notas” até então escondidas na guitarra, para ficar no mesmo exemplo.

Porém, essas situações de trabalho ressonante são afetadas no capitalismo. O material responde não mais ao sujeito, mas ao capital, é a reificação do trabalho que retira o caráter ressonante do trabalho. Isso não pode ser lido apenas pelo lado de uma crítica ao pagamento: receber um valor pelo trabalho pode auxiliar em perceber o valor da atividade. A importância da ressonância no trabalho se percebe, especialmente, nas demandas sociais cada vez mais presentes por um “bom trabalho, um trabalho justo”. Ao passo que quando não é possível estar em um bom trabalho é comum se adotar uma postura desmotivada, indiferente e até cínica perante ele, ou entrar em um modo de trabalho acelerado que leva ao *burnout*. Também, é preciso citar que o medo do desemprego não significa apenas medo de perder o salário, mas medo de perder o significado, as relações que o trabalho propicia para com o mundo. Também importante apontar como atualmente existe uma tendência em conceber os locais de trabalho como “oásis de ressonância”. Existem até mesmo certificações para empresas que são consideradas locais ótimos para se trabalhar. Rosa aponta aqui, com certa ironia, a vantagem de você ser explorado sem se sentir: a vantagem de poder experimentar certas experiências criadas de pseudo-ressonância. Da mesma forma, a prática esportiva é um modo de relação que pode ser compreendida dentro da teoria da ressonância: quem pratica esportes se sente melhor,

²²⁰ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019.

mais feliz, pode-se até dizer que se sente mais livre. Para Rosa, o esporte é um fenômeno moderno que estabelece relações ressonantes com o *self*, além de também auxiliar no estabelecimento de eixos de ressonância horizontal (amizades). A ressonância do atleta, para o autor, costuma ser maior que a do trabalhador – talvez seja por isso que na sociedade Tardo-Moderna as pessoas busquem mais ressonância na prática esportiva do que no trabalho. Além disso, os esportes profissionais são capazes de criar grandes esferas de ressonância coletiva, unindo emoções ao redor de histórias de atletas e clubes (ressonância narrativa).²²¹

Indo além no eixo diagonal, importante mencionar que a maneira que um sujeito se relaciona com o mundo é substancialmente formada na e pela escola. Para Rosa, construir uma personalidade envolve confrontar o mundo, por exemplo, gostar de matemática diz muito sobre as aulas dessa matéria na escola. Afinal, é na escola que se descobre que parte do mundo canta e qual emudece. A escola, por ser um importante espaço de ressonância horizontal (amizade) é ponto crucial na formação do sujeito. Infelizmente, na modernidade tardia é possível perceber a escola como um local de alienação (as escolas transformando crianças cheias de capacidade de ressonância em jovens adultos com relações emudecidas com o mundo). Não se valoriza o conceito de construir o sujeito, *bildung*, de forma que ele se desenvolva do modo mais harmonioso possível. Construir o sujeito não significa treinar o jovem para o mercado de trabalho (aqui reside o potencial de alienação). A ideia é ter na educação o foco de uma teoria da ressonância, a educação deve estabelecer e cultivar relações ressonantes com o mundo: escolas devem formar espaços de ressonância entre alunos, professores e os conteúdos. Educação é sobre como os professores fazem o mundo se apresentar para os alunos, sobre como os estudantes se aproximam do objeto estudado e, também, sobre como alunos e professores se relacionam. Pode-se dizer que se deve buscar cultivar a disposição para ressonância, criar nos alunos o sentimento de confrontar o mundo, incluindo o que é estranho e novo, com interesse intrínseco e altas expectativas. O ponto é evitar a disposição para alienação, como uma atitude em relação ao mundo enraizada na experiência de que a maioria das coisas estranhas é entediante e desagradável ou até prejudicial e ameaçadora. O principal, assim, para o ambiente escolar não é fomentar exclusivamente inteligência, mas, antes, capacidade para ressonância.²²²

Por fim Rosa aborda os eixos verticais de ressonância (religião, natureza, arte e história). O primeiro, religião, deve ser entendido como o fundamento da ideia de que o mundo

²²¹ *Ibid.*

²²² *Ibid.*

é responsivo. A grande maioria das religiões afirma que dentro da ideia de Deus reside, no fundo, a noção de um mundo responsivo. A própria palavra religião (do latim *religare*, conectar, ligar) é de fato uma relação, que traz consigo promessas de que a forma primordial de existência é uma relação não de alienação, mas de ressonância. Religião é, então, a promessa de que o mundo fala para o sujeito, mesmo quando ele é incapaz de ouvir. Para o autor, a modernidade encontrou e institucionalizou outras formas de atender a esse desejo de ressonância que são funcionalmente equivalentes à religião, sem exigir um sistema metafísico de crença: a natureza, a arte e a história.²²³

A ideia de que os seres humanos vivem em ressonância com a natureza, parece não apenas óbvia, mas de uma certa forma natural. Os corpos e costumes dos povos originários, por exemplo, da região amazônica e do círculo polar ártico, estão intimamente ligados às respectivas condições climáticas, vegetativas e geológicas em que vivem. A natureza é uma contraparte ressonante que os sujeitos podem ouvir. Ou, de forma alienante, os sujeitos podem se aproximar, processar e experimentar a natureza instrumentalmente, no modo de uma relação muda e reificadora. Na primeira ideia, é importante respeitar a vontade da natureza, na segunda é apenas a vontade do ser humano que importa. Do ponto de vista da teoria da ressonância, o silenciamento da natureza a reduz a algo que é colocado à disposição, não algo com o qual o sujeito se relaciona, esse é o verdadeiro problema ambiental cultural das sociedades modernas tardias.

Em sequência, Rosa aborda que a arte, em sua emancipação como esfera autônoma, funcionalmente ocupou o lugar da religião na sociedade moderna. A capacidade de ressonância estética substituiu a capacidade de ressonância religiosa como demanda social coletivamente vinculante – isso se aplica principalmente a apresentações artísticas, quando relacionamentos ressonantes surgem entre os próprios artistas, bem como entre os artistas e seu público, produzindo um evento de ressonância coletiva. A arte é a expressão da possibilidade de uma relação ressonante com o mundo, um modo possível de ser-no-mundo em que sujeito e mundo respondem um ao outro. Sempre que os sujeitos experimentam a beleza na arte, eles experimentam a possibilidade de um relacionamento bem-sucedido com o mundo e, assim, a felicidade real. Uma obra de arte estabelece uma conexão entre um fenômeno construído do mundo externo e o mundo interno da pessoa que a percebe. O sujeito se sente tocado, comovido. Assim, na medida essa interpretação está correta, a estetização generalizada do mundo moderno

²²³ *Ibid.*

tardio pode muito bem ser entendida como parte de um esforço desesperado para pelo menos cobrir com flores um mundo que está petrificado. A própria ideia de fazer arte ou de admirar se traduz em uma relação ressonante: a arte exige do artista algo do artista, mesmo contra seus desejos e aspirações, e, também, em segundo lugar, a inspiração artística é essencialmente inacessível, a arte excede a habilidade e a técnica. Importante apontar que consumir arte, não é o mesmo que ressoar – a ressonância é meramente simulada, principalmente quando um desejo desesperado e coletivamente reforçado de ser afetado emocionalmente cria uma câmara de eco que obstrui a ressonância.²²⁴

Por fim, Rosa aponta que os eventos de ressonância estão sempre inseridos em um contexto histórico, somente a partir do qual eles podem ser devidamente compreendidos, ou seja, a ressonância tem uma dimensão temporal inevitável. Referências a eventos históricos mundiais são momentos que o sopro da história pode ser sentido, a história não é muda, mas fala com o sujeito – ele se vê como partícipe da história. Ela não é um fundo neutro contra o qual várias histórias se desenrolam, mas é experimentada enquanto se move. O encontro com a história se torna, portanto, um processo de transformação adaptativa que transmite um senso de obrigação. A história se transforma em um espaço de ressonância onde passado e futuro se encontram no presente, entrando em um diálogo em que o passado e futuro ganham vida e são percebidos como um Outro que de alguma forma nos preocupa.²²⁵

Após concluir o estudo dos eixos de ressonância, Rosa afirma que uma sociologia das relações humanas com o mundo e, especialmente, uma crítica das relações de ressonância não pode evitar as características específicas do modo tardo-moderno de ser-no-mundo. As relações de ressonância predominantes não são baseadas em uma antropologia, mas são historicamente contingentes e, portanto, mutáveis. A formação social da modernidade, como já visto, é definida estruturalmente pelo fato de ser capaz apenas de se estabilizar dinamicamente. A lógica aceleratória da modernidade tem consequências para as maneiras como os sujeitos se situam no mundo e que tipos de relações com o mundo eles são capazes de desenvolver. Essas consequências podem ser observadas principalmente em dois aspectos diferentes. Em primeiro lugar, a modernidade dinamizou a relação entre o eu e o mundo. A posição no mundo é

²²⁴ *Ibid.*

²²⁵ *Ibid.*

determinada no contexto de uma competição dinâmica, isto é, os sujeitos devem necessariamente se experienciar como relativamente isolados do mundo.²²⁶

No entanto, essa relação com o mundo é acompanhada, segundo lugar, por uma ansiedade fundamental dirigida para a qualidade ressonante das relações com o mundo – ela consiste no medo de que as relações do sujeito com o mundo mudem de modo a produzir uma alienação crescente, é o medo de ficar desconectado. Sobre ansiedade, Baumer aponta que se pode falar em três tipos de ansiedade de acordo com as três direções de ameaça: a ansiedade da morte, a ansiedade da falta de sentido, a ansiedade da condenação/culpa. Em todas as três formas, a ansiedade é existencial no sentido de que pertence à existência como tal e não a um estado de espírito anormal (como na ansiedade psicótica).²²⁷ Em relação direta com a ressonância, por exemplo, Baumer afirma que a ansiedade da falta de sentido é a ansiedade pela perda de uma preocupação última, de um significado que dá sentido a todos os significados – essa ansiedade é despertada pela perda de uma resposta, do mundo responder o sujeito – dando sentido à sua existência.²²⁸

Em outras palavras, o projeto de modernidade é definido pela estratégia de aumentar o domínio da humanidade sobre mundo, mas é motivado pela esperança de se relacionar com o mundo de forma ressonante. Isto é, as práticas cotidianas são moldadas tanto pelo anseio por ressonância, quanto pelas tendências à reificação. Afinal, é característico do processo moderno de individualização a promessa de que todos podem e têm permissão para encontrar seus próprios lugares ressonantes. Essa promessa significa algo mais e diferente do que liberdade negativa. Trata-se de indivíduos não apenas ganhando liberdade de movimento, mas também encontrando o complemento adequado dessa liberdade: um segmento de mundo que fala com eles.

Dessa forma, as relações e práticas cotidianas dos sujeitos da modernidade tardia são marcadas pelas estratégias aceleratória: uma exigência de que a cada passo o mundo seja cada vez mais apropriado. A princípio, parecem dois princípios distintos e potencialmente incompatíveis: o de aumentar sua participação no mundo e maximizar seus recursos, por um lado, e o de melhorar suas relações em termos de uma teoria da ressonância, por outro. Em outras palavras, em forma de pergunta, seria possível compreender o imperativo categórico da

²²⁶ *Ibid.*

²²⁷ BAUMER, Franklin Le Van. *Main currents of western thought: readings in western European intellectual history from the middle ages to the present*. 3 ed. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1970.

²²⁸ *Ibid.*

modernidade (tardia) como realizador de ressonância? Rosa afirma que a modernidade tardia é caracterizada por uma colonização da primeira estratégia pela segunda. A ressonância não pode ser aumentada ou acumulada. Ainda assim, a esperança e o desejo de ressonância são um motor motivacional para o sujeito buscar maximizar os próprios recursos. De certa forma, o indivíduo entende que ter mais mundo ao seu alcance levará a mais encontros e, logo, a mais encontros ressonantes. O que a cultura moderna tardia visa é tornar as relações ressonantes acessíveis e controláveis. Tenta-se transformar a ressonância em algo que tem um preço, com uma garantia de troca ou devolução do dinheiro. Contudo, essa espécie de desejo e a busca pela ressonância tendem a se tornarem nada mais do que uma corrida por câmaras de eco. Um bom exemplo, é o sujeito em férias, buscando por oásis de ressonância, fazendo isso apenas por saber que poderá acelerar mais na luta competitiva da sociedade capitalista quando janeiro acabar.²²⁹

Essa tentativa do sujeito em aumentar sua participação no mundo é motivada e legitimada pela promessa de ressonância da modernidade. É movida pela esperança de fazer o mundo falar. Essa orientação em direção à ressonância, porém, se torna uma estratégia para aumentar a objetificação do mundo, o domínio. Existe uma pressão para simular a ressonância, são pensados e construídos oásis comercializados em todas as esferas, a ressonância tende a ser reificada, tornando-se acessível como uma mercadoria e instrumentalizada como um recurso, ela deixa de ser determinante do modo de relacionamento do sujeito e da sociedade com o mundo. Na verdade, ela deixa de ser ressonância, tornando-se uma fantasmagoria de relações mudas com o mundo. A ressonância continua sendo a promessa da modernidade, mas a alienação é sua realidade.

É claro que condições sociais, estruturais e culturais não apenas predeterminam o que pode ser encontrado como voz responsiva de um Outro, mas também determinam a forma básica das relações subjetivamente possíveis com o mundo, ou seja, o tipo e o grau de ressonância ou alienação. Por exemplo, é difícil que relacionamentos ressonantes sejam estabelecidos em um ambiente hostil. Ademais, a predisposição para adotar um modo de relacionamento mudo aumenta com o grau de ansiedade e tensão relacionada ao estresse que se percebe em um determinado contexto de ação. Da mesma forma, uma pessoa de poucos meios que, também, se encontra em uma posição social associada ao desrespeito cultural ou mesmo ao desprezo, dificilmente experimentará o mundo que encontra como agradável e ressonante, mas será muito mais provável de experimentar como repulsivo e hostil.

²²⁹ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019.

Além disso, como visto no primeiro capítulo, o fator cultural que determina as relações modernas com o mundo é, principalmente, o modo de estabilização dinâmica que define a sociedade moderna: a lógica da aceleração produz uma compulsão ao sujeito quase inevitável para reificar, ou seja, de estabelecer relações mudas com o mundo. No mundo moderno, a chave para algo que se torne culturalmente alcançável está na expansão do alcance econômico, tecnológico e cultural. Ou seja, a orientação competitiva, as pressões de otimização e a aceleração das interações entre os seres humanos e o mundo minam as pré-condições estruturais para a ressonância. O esforço e as técnicas necessárias para que o sujeito amplie seu escopo sobre o mundo requerem atitudes e habilidades que estão associadas à reificação (de certa forma urbana, masculina e protestante) das formas de se relacionar com o mundo. Isto é, para os sujeitos da modernidade tardia que não adotam essas estratégias para expandir seu alcance, o mundo ameaça ficar distante e mudo.²³⁰

Em um nível macro e mais profundo, são as instituições que acabam por ancorar e estabelecer formas específicas da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo. Visto que, a maneira como uma pessoa está situada no mundo depende inteiramente dos tipos de práticas e dos contextos institucionais que moldam seu horizonte de ação. As instituições geram e obstruem as capacidades e sensibilidades potenciais para a ressonância, da mesma forma que geram e obstruem quanto à alienação. Um bom exemplo são as instituições militares, que na visão de Rosa se constituem como um polo oposto à ressonância – pelo seu caráter altamente hierárquico e não dialógico e, por outro lado, a Igreja, pelas suas características comunais e responsivas.²³¹

As instituições centrais da ciência-tecnologia, da economia e administração-burocrática, por exemplo, visam tornar o mundo legível no sentido de expandir alcance dos sujeitos: elas impõem uma forma predominantemente muda, distante e sem ressonância de se relacionar com o mundo. Ao mesmo tempo, existe uma espécie de ordem contrária que está manifestada particularmente no mundo da arte, mas também em locais de experiências ritualizadas com natureza ou como nos espaços religiosos, que visam tornar o mundo legível no sentido de transformá-lo de modo adaptativo, ou seja, visam estabelecer oásis de ressonância. A ordem institucional da modernidade, portanto, produz uma dicotomia estrita entre uma atitude reificadora dominante, na qual o mundo deve ser econômica e

²³⁰ *Ibid.*

²³¹ *Ibid.*

tecnologicamente acessível, cientificamente compreendido, matematicamente calculado e politicamente governado, e um regime do encontro, estabelecido, particularmente nas esferas da arte, da religião e da natureza, nas quais o mundo deve ser experimentado, tocado e vivido.

Portanto, compreende-se que os sujeitos, as organizações e as subculturas da modernidade tardia diferem uns dos outros na maneira como lidam ou reagem a essa contradição, buscar relações ressonantes por meio de estratégias de aceleração, em seus estilos de vida e modos de ação. Existe uma diferença resultante entre uma orientação primária em direção à ressonância e uma orientação predominante em direção à aceleração que é o pano de fundo tácito da divisão cultural e intelectual entre essas duas atitudes ocidentais modernas em relação ao mundo. Rosa aponta que existe, de certo modo, uma visão que busca novas descobertas, progresso, melhorias e incremento da participação no mundo sem levar em conta qualquer tipo de sensibilidade, e outra visão que se esforça por empatia, preservação e sintonia. Esta seria identificável, a grosso modo, na literatura, na arte e na história, enquanto aquela na ciência e na tecnologia. Exemplificando, para um grupo, os livros representam de certa forma a possibilidade de ler a essência do mundo, para o outro, são ferramentas que ensinam técnicas para conquistar o mundo.²³²

No entanto, o pensamento de Rosa é que sob as condições institucionais da modernidade tardia, tanto as pessoas inclinadas para ressonância quanto as orientadas para a aceleração correm o risco de serem dominados por relações mudas com o mundo por já estarem (ou correrem o risco de serem) iludidas pela promessa tardo-moderna de garantir ressonância. Como aponta Baumer, o indivíduo que é senhor de todas as coisas, não é senhor de si mesmo. Ele corre o risco de se sentir perdido em meio à sua própria abundância. Com mais meios à sua disposição, mais conhecimento, mais técnica do que nunca, verifica-se que o mundo segue um horrível caminho, ele simplesmente flutua. O que se apresenta, então é uma estranha combinação de uma sensação de poder e uma sensação de insegurança que se instalou na alma do indivíduo moderno.²³³ Em outras palavras, os imperativos da aceleração da modernidade fazem sentir sua presença em ambas as culturas institucionais como imperativos de reificação – seria, por consequência, importante investigar como esses imperativos são institucionalmente ancorados e naturalizados e identificar maneiras potenciais de superá-los. A alienação tornou-

²³² *Ibid.*

²³³ BAUMER, Franklin Le Van. *Main currents of western thought: readings in western European intellectual history from the middle ages to the present*. 3 ed. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1970.

se, portanto, o modo básico de relacionamento com o mundo. Desse modo, na visão de Rosa as crises da sociedade moderna tardia podem ser entendidas como crises generalizadas de ressonância – para o autor, a superação da aceleração social é essencial para preservar as esferas de ressonância e cumprir a promessa de ressonância da modernidade. O autor, porém, deixa claro que ver a história da modernidade (tardia) como a de uma catástrofe de ressonância é excessivamente simplista, para o autor a modernidade carrega em si, simultaneamente, a catástrofe e o auge da ressonância. Na primeira versão, a história da catástrofe prevalece, a obsessão da modernidade com a ressonância aparece como a parte mais radical da alienação – existem apenas ecos no mundo. Já na versão otimista, a situação é exatamente oposta, a modernidade criou justamente as condições para os indivíduos se tornarem sensíveis à ressonância e produziu os modos necessários para que essas relações se estabelecessem.²³⁴

Como visto, a ressonância é o resultado de um tipo específico de relação entre duas entidades, em particular entre um sujeito que experimenta e os segmentos do mundo que encontra. Se as relações que se desenvolvem em um determinado contexto interativo são ressonantes ou mudas por natureza, depende tanto do estado do sujeito quanto do mundo que ele encontra, bem como de sua correlação entre si. Este é o caso, não obstante o fato de que nem o sujeito nem o mundo são simplesmente dados, mas sim ambos devem ser entendidos como já sendo o resultado de relações (ressonantes e mudas). O ponto, já abordado, é que a opção padrão (*default*) é o favorecimento de um modo mudo ou reificante de relação. A ordem social não aparece mais como ressonante no sentido de uma grande ordem de existência dada por Deus ou naturalmente ordenada na qual os sujeitos estão inseridos, mas sim como coletivamente moldável de acordo com a lógica da competição e o princípio da realização individual.

Na modernidade tardia, essa compulsão de escalar resultante do modo de estabilização dinâmica corroe todos os nichos nos quais os sujeitos podem se sentir confortáveis e seguro (em casa no mundo), onde poderiam transformar o mundo de forma adaptativa. Ou seja, existe um incremento experimentado na modernidade tardia da capacidade do sujeito em ser confiante em criar e manter relações sociais (autoeficácia), embora com uma tendência inerente a formas instrumentais e reificantes. O que Rosa propõe é que transformar de modo adaptativo o mundo é um processo gradual – leva tempo para se ganhar a confiança de maneira não reificada, assim como é incompatível estar em ressonância e ao mesmo tempo desejar estar em outro lugar.

²³⁴ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019.

Do ponto de vista da teoria da ressonância, fica claro que a competição, como o modo central de socialização que permeia todas as esferas sociais, tende a promover, se não a força, o desenvolvimento da alienação como padrão. Assim, os sujeitos tardo-modernos são estruturalmente compelidos a adotar uma atitude em relação ao mundo orientada para torná-lo acessível como capital em uma luta competitiva, ou seja, para adotar uma perspectiva reificadora. Os sujeitos visam tornar o mundo comercializável (capital econômico) e, ao mesmo tempo, cognoscível, controlável e utilizável (capital cultural), aumentando sua própria participação no mundo por meio de mais relações economicamente interessadas com os outros (capital social) e, por fim, aumentam também sua atratividade, preparação física, saúde, criatividade e capacidade de desempenho (capital físico). Essa forma de se relacionar com o mundo não é simplesmente o resultado de uma concepção falsa do que é uma vida bem-sucedida. Em vez disso, é uma estratégia racional em uma formação social organizada competitivamente e orientada para a aceleração. Ele retira sua energia motivacional central não de um desejo por mais mundo, mais relações, mais chances de ressonância, embora isso certamente também desempenhe um papel, mas da ansiedade de ser deixado para trás e, assim, perder uma parte do mundo ou os recursos necessários para transformar. Ou seja, os sujeitos esqueceram que desejam a ressonância – melhor dizendo, esqueceram que deveriam correr atrás de ressonância, agora correm atrás dos recursos para estabelecer ressonantes.²³⁵

Concluindo, ressonância pode ser entendida como um conceito descritivo e normativo. Primeiro, o sujeito humano e a consciência humana necessariamente evoluem em e a partir de relações ressonantes entre um centro de experiência e algo que ele encontra. A ressonância é, portanto, um elemento central da existência social e cultural. Em segundo lugar, a atividade humana também pode ser entendida como motivada pelo anseio e busca por ressonância, bem como pelo medo de ser exposta a um mundo frio e hostil. A ressonância, portanto, pretende oferecer um padrão de vida bem-sucedido, que possibilite medir a qualidade de vida não indiretamente, pelo crescimento da prosperidade material, das oportunidades e dos recursos, mas diretamente, pela qualidade de nossa relação com o mundo. Uma vida boa, então, é aquela que é rica em experiências ressonantes e tem à sua disposição eixos de ressonância estáveis.²³⁶

Porém, a crise da modernidade (tardia) como um todo é uma crise da relação da humanidade com o mundo. O sujeito (tardo) moderno perdeu o mundo como uma contraparte

²³⁵ *Ibid.*

²³⁶ *Ibid.*

expressiva e responsiva na mesma medida em que expandiu sob o mundo o seu alcance instrumental. Ele não experimenta a autoeficácia como uma realização sensível à ressonância, mas como dominação reificadora. Em nível institucional, por exemplo, a esfera ressonante da política, central na modernidade, foi transformada em uma esfera de alienação crescente. Isto é, a crise da formação social moderna é uma crise de sua relação institucionalizada com o mundo, ou, mais precisamente, uma crise de ressonância resultante da compulsão cega de acelerar, uma vez que a lógica institucionalizada da aceleração se imunizou contra as orientações normativas dos sujeitos, resultando em ações que obstruem ainda mais a ressonância. O que a teoria da ressonância sugere é uma mudança de paradigma cultural. Não o alcance (quantidade), mas a qualidade de da relação com o mundo deve se tornar a medida da ação política e individual. Uma forma mais ressonante da relação institucionalizada da modernidade com o mundo não pode ser realizada a menos que seja substituída a máquina cega da aceleração por instituições capazes de unificar as decisões sobre a forma, meios e objetivos de produção com os critérios de uma vida de sucesso (uma vida de relações ressonantes). Uma sociedade “pós-aceleração” manifesta uma formação social que ultrapassa o modo de estabilização dinâmica, ela ainda é sempre capaz de crescer, acelerar ou inovar com o intuito de mudar o *status quo* na direção desejada (por exemplo, para superar uma escassez ou solucionar um problema, como uma pandemia), mas que não seja forçada (ou condenada) a acelerar apenas para manter seu *status quo* institucional e se reproduzir estruturalmente.²³⁷

No próximo capítulo pretende-se seguir o que o próprio Hartmut Rosa afirma: que a pandemia de Covid-19 como um experimento de laboratório para todas as questões-chave de seus livros. Em primeiro lugar, pois aconteceu uma desaceleração da sociedade modernidade sem paralelo na história.²³⁸ No entanto, é uma desaceleração diferente do que o autor havia imaginado em sua obra, porque em uma sociedade que só pode alcançar a estabilidade em crescimento constante, essa desaceleração não é uma solução, ela se assemelha a um acidente, pois causa dificuldades econômicas e ansiedades existenciais. Portanto, para Rosa, a pandemia criou um estado de coisas tal qual uma paralisação frenética: ocorreu uma redução significativa do movimento e velocidade no mundo material e físico, porém o número e a velocidade das conexões digitais aumentaram significativamente. As pessoas estavam grudadas em suas telas,

²³⁷ *Ibid.*

²³⁸ ROSA, Hartmut. Human beings are first and foremost resonant beings” Interview with Professor Hartmut Rosa of Universität Jena and director of Max-Weber-Kollejs. [Entrevista concedida a] CORRÊA, Diogo Silva; PETERS, Gabriel; TZIMINADIS, João Lucas. *Civitas*. v. 21, n. 1, p. 120-129, jan./abr. 2021.

ao mesmo tempo fisicamente fixadas e trancadas em uma posição quase imóvel.²³⁹ A pergunta central para Rosa é, será que isso aumentou ou diminuiu as relações ressonantes? O autor se coloca como cético: a pandemia sinaliza uma séria distorção no relacionamento com o mundo: a existência de um vírus traz alienação, o sujeito não se sente em casa, pois não se sente seguro no mundo.²⁴⁰ O foco, portanto, é ir além e investigar de que forma a pandemia ocasionou, primeiramente, uma suspensão da aceleração social para, posteriormente, levar a um estímulo para a retomada dessa aceleração social, ao mesmo tempo que gerava um estímulo para a alienação: o objetivo é investigar se o governo federal brasileiro agiu perante a pandemia buscando uma maior aceleração social, desequilibrando as possibilidades de experiência alienantes e ressonantes, produzindo mais violência.

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ *Ibid.*

3 ACELERAÇÃO, ALIENAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO DA PANDEMIA DE COVID-19

*Feche a porta, esqueça o barulho
Feche os olhos, tome ar
É hora do mergulho!*

Como aponta o professor Fabrício Pozzebon, o ambiente acadêmico já estava mais ou menos acostumado à liquidez, à aceleração, ao risco, a uma nova percepção de tempo. Em outras palavras, a uma sociedade complexa, “pós-algo”. Entretanto, a ruptura, a surpresa não vieram de conceitos filosóficos ou sociológicos, mas de elementos da biologia.²⁴¹ No final de dezembro de 2019, médicos da cidade de Wuhan, na China, começaram a expressar preocupação com pacientes sofrendo de um tipo pouco comum de pneumonia. No dia 20 de janeiro foram identificados os primeiros casos de transmissão humana na cidade e foi alertada a Organização Mundial da Saúde (OMS) ²⁴². Diante do rápido aumento de casos, da disseminação geográfica combinada à letalidade do vírus, em 30 de janeiro a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde atribuiu ao novo coronavírus Sars-COV-2 e à doença denominada Covid-19, a categoria de Pandemia. Esse vírus que surgiu em meados de dezembro se espalhou rapidamente pelo mundo globalizado e acelerado. Enquanto os países asiáticos agiram rapidamente para controlar a disseminação do vírus, especialmente devido à experiência com surtos anteriores ocorridos na região – por exemplo, os surtos de síndrome respiratória aguda grave (Sars) entre 2002 e 2004 –, os países ocidentais minimizaram as consequências e demoraram a agir para proteger as populações e as economias de seus países. Claro que, como coloca Macedo²⁴³, essa deve ser considerada uma pandemia contemporânea, a Covid-19 veio para expor que existe sim uma globalização do vírus e que as nações necessitam repensar suas políticas públicas de saúde para que não aconteça um extermínio dos mais

²⁴¹ POZZEBON, Fabrício Dreyer de Ávila. Apresentação. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

²⁴² SÁ, Edvaldo Batista de. *A saúde pública e o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus*. Nota técnica número 68. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. abr. 2020.

²⁴³ MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. COVID-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada?. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade*. Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-10, jan./dez. 2020.

fragilizados. Trata-se, portanto, de uma necessidade premeditada, não de uma fantasia ou fetiche governamental. Infelizmente,

As políticas neoliberais que se estenderam pelo mundo desde os anos 1980 enfatizaram a redução do Estado a uma estrutura mínima, promoveram a privatização de serviços e empresas públicas, exaltavam o lucro das empresas privadas no setor da saúde, criaram tarifas sobre os serviços sociais estatais; tudo com o falso pretexto de que assim criariam bem-estar para todos. Com as mudanças neoliberais, muitos sistemas de saúde adotaram um mal-entendido “gerencialismo” e passaram a empregar termos que até então eram desconhecidos na área da saúde, por exemplo, referindo-se a pacientes como “clientes” a quem tinham de satisfazer com “eficiência”, “qualidade” e “produtividade”. Mais graves ainda foram as ideias de que as intervenções na área da saúde tinham que ser “custo-efetivos” e uma clara contribuição ao crescimento econômico o que questionava o conceito da saúde como um direito cidadão e uma obrigação do Estado. Isso induziu ao abandono de programas abrangentes nos sistemas de saúde. A prevenção, a equidade, a cobertura e a vigilância epidemiológica já não foram prioridades nos sistemas de saúde.²⁴⁴

Os perigos da Covid-19 só são globais porque o capitalismo tornou-se, ele mesmo, cada vez mais global. Foi graças a suas aceleradas conexões que o vírus pôde circular por toda Terra com extrema velocidade.²⁴⁵ Nessa conjuntura, a Organização Mundial da Saúde orientou os países a adotarem medidas para evitar o contágio de forma acelerada, sugerindo o distanciamento social como medida para achatar a curva de contágio. A ideia tinha como fundamento para evitar o colapso dos sistemas de saúde dos países, garantindo o acesso à saúde pela população.²⁴⁶ Desde que o vírus demonstrou sua letalidade, a grande maioria dos países seguiu a orientação da Organização Mundial da Saúde, adotando estratégias de isolamento social, isto é, orientando os cidadãos a permanecerem o maior tempo possível em seus domicílios, determinando o fechamento de escolas, universidades, comércio e atividades não essenciais, como forma de tentar impedir o avanço da pandemia. Alguns países, como China, Alemanha, Nova Zelândia e Argentina se destacaram pela capacidade de implementar essas sugestões da OMS e minimizaram o contágio nesses primeiros meses da pandemia. Desse modo, não ocorreu a temida sobrecarga do sistema de saúde, possibilitando atendimento

²⁴⁴ CUETO, Marcos. O que um historiador da saúde tem a dizer sobre a pandemia do novo coronavírus (Covid-19)? Entrevista de Marcos Cueto a Bruno Leal. *Café História: história feita com cliques*. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/umhistoriador-da-saude-fala-sobre-novo-coronavirus/>>. Acesso em: 12 abr. 2020a.

²⁴⁵ BUENO, Arthur. A crise dentro da crise: aceleração e pandemia. *Pléyade*. n. 27, p. 27-41, jun. 2021.

²⁴⁶ SOTERO, Ana Paula da Silva; VIEIRA, Rebeca de Souza; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza. O impacto do coronavírus no sistema prisional brasileiro: entre a necropolítica e a necrojurisdição. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 75-82.

adequado aos contaminados que necessitaram de tratamento intensivo. Por outro lado, alguns países que demoraram para seguir as orientações da OMS, os exemplos na Europa fora da Itália, Espanha e Inglaterra. Esses países passaram por situações de colapso em determinadas cidades ou mesmo regiões, com elevado número de mortes. Alguns países, como Suécia, optaram por um distanciamento social menos severo, acreditando que a manutenção do funcionamento normal (em estabilização dinâmica) da economia e a livre circulação de pessoas seria a melhor estratégia. O que ocorreu, e contudo, foi que esses países acabaram pagando um preço alto nessa primeira fase da pandemia, tanto em termos de saúde pública, quanto em termos de impacto na economia.²⁴⁷ Como apontava Krastev em 2020: a mensagem que os líderes tinham de espalhar para conter a pandemia é de que as pessoas deviam mudar drasticamente o seu modo de vida e, por isso, as recomendações para seguir a vida normalmente seria, na época, a mensagem errada.²⁴⁸

Necessário pontuar que não existia (e não existe) uma fórmula, ou regra geral, a ser seguida pelos governos para o controle de pandemias, pois, as realidades diferem entre os países. A transmissão varia de acordo com alguns fatores, como densidade populacional, composição etária, distribuição de renda, condições climáticas e até mesmo a cultura do local. A epidemiologia divide em duas as estratégias básicas de controle de pandemias: contenção, mitigação e supressão. A supressão são as medidas de distanciamento social ampliado, com regras rígidas para reduzir o contato entre as pessoas, impondo o fechamento de serviços não essenciais, a proibição de aglomerações de pessoas e o fechamento das fronteiras. A mitigação não busca interromper completamente o espalhamento da doença, mas sim reduzir a velocidade, com regras menos rígidas que a supressão, isolamento de grupos vulneráveis e das pessoas sintomáticas, com possibilidade de abertura de serviços não essenciais.²⁴⁹

Como visto, os governantes tiveram que escolher entre duas opções básicas frente a pandemia: (1) alterar radicalmente a vida cotidiana e pedir à maioria dos cidadãos para ficar em casa; ou (2) mudar minimamente o cotidiano. A primeira opção tenta salvar vidas humanas,

²⁴⁷ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. Pandemia, encarceramento e democracia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

²⁴⁸ KRASTEVA, Ivan. *Seven early lessons from the coronavirus*. The European Council for Foreign Relations. 2020. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/commentary_seven_early_lessons_from_the_coronavirus/>. Acesso em 08 jun. 2021.

²⁴⁹ SÁ, Edvaldo Batista de. A saúde pública e o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus. Nota técnica número 68. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. abr. 2020.

reduzindo as relações econômicas e sociais diretas, tanto quanto possível e a segunda opção mantém as relações.²⁵⁰ Independente das escolhas dos governos, é inegável que o frenesi causado pelo vírus, paradoxalmente, desacelerou o mundo.²⁵¹ Entre o final de março e começo de abril de 2020 ninguém estava preparado para se deparar com uma situação tão radical quanto a imposta pela pandemia: o cotidiano de milhões de pessoas se modificou radicalmente.²⁵² Esperar se tornou uma prática cotidiana dominante, uma experiência nova para as pessoas acostumadas à aceleração, à velocidade, esperar para entrar no mercado, esperar para fazer um teste rápido, esperar a próxima entrega de papel higiênico ou a tão esperada data de vacinação.²⁵³ O diagnóstico comum dos teóricos no começo da pandemia foi que se tratava de um momento histórico de desaceleração, como se freios gigantes parassem as rodas da sociedade.²⁵⁴ Nessa linha, o professor José Carlos Moreira afirma que apenas a pandemia do Covid-19 conseguiu, nos tempos modernos, a façanha de puxar o freio de emergência, utilizando termos conhecidos da crítica. A frenética dinâmica econômica do capitalismo neoliberal foi interrompida de modo significativo, com a interrupção na circulação de mercadorias, interrupção na circulação das pessoas e fechamento de fronteiras. Isso gerou, por exemplo, na ótica ambiental, no início da pandemia, uma redução sem precedentes na emissão de gases à atmosfera e animais selvagens foram vistos em ambientes urbanos²⁵⁵. Ou ainda, nas palavras de Laval, o mundo parou como nenhuma greve geral revolucionária foi capaz de parar.²⁵⁶ Fazendo uso de termos de uma sociologia da aceleração social, a pandemia representou uma desaceleração forçada pelo choque limites naturais, a doença é uma barreira física, que

²⁵⁰ FUCHS, Christian. Vida e comunicação cotidianas no capitalismo da coronavírus. *Matrizes*. v.14, n. 2, maio/ago. 2020.

²⁵¹ FONSÊCA, Flaviano Oliveira; SANTOS, Jorgenaldo Calazans dos; SANTOS, Bruno Dias dos. O pós-pandemia em perspectiva – olhar da ética. *Revista expressão científica*. v. 6, n. 1, p. 45-55, 2021.

²⁵² DUGNANI, Patricio. Hipermodernidade e a desaceleração do ritmo de vida provocada pela pandemia de Covid-19, *Comunicação & Inovação*, v.21, n. 47, p. 216-231. 2020.

²⁵³ SUCKERT, Lisa. *Eine Neuordnung der Zeit? Zum Verhältnis von Zeitlichkeit, Kapitalismus und Staat im Zeichen der Pandemie*. Berliner Journal für Soziologie. 2022.

²⁵⁴ FONSÊCA, Flaviano Oliveira; SANTOS, Jorgenaldo Calazans dos; SANTOS, Bruno Dias dos. O pós-pandemia em perspectiva – olhar da ética. *Revista expressão científica*. v. 6, n. 1, p. 45-55, 2021.

²⁵⁵ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

²⁵⁶ LAVAL, Christian. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. *Mediações*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, mai-ago. 2020.

reduz as experiências vividas presencialmente.²⁵⁷ Embora Rosa²⁵⁸ não aborde quem tem o controle do “freio de emergência” da sociedade não é difícil imaginar que esse instrumento está, principalmente, mas não exclusivamente, nas mãos dos Estado. Latour também deduz assim.

Havia de fato no sistema econômico mundial, mas que passava despercebido, um sinal de alarme vermelho, e junto dele uma grande alavanca de aço que cada chefe de Estado podia puxar para fazer parar bruscamente “a locomotiva do progresso”, com um estridente guincho dos freios²⁵⁹.

Contudo, essa “locomotiva do progresso” que é parada bruscamente na visão de Latour não saiu dos trilhos e continua queimando carvão para manter a pressão do vapor. A freada, como já dito, não representa uma fuga do projeto da Modernidade Tardia, no máximo uma tentativa de retorno a ideia de progresso da Modernidade Clássica: um ajustar do ritmo, em vez de um descer na estação. Desse modo, para outros autores, essa desaceleração provocada pela pandemia não ocorreu. é possível contra-argumentar que os freios do mundo até foram puxados, mas os corpos continuaram em movimento pela inércia (como ocorre quando são acionados os freios de um carro). Esse exemplo explica como os indivíduos tardo-modernos sentiram a desaceleração do mundo, eles continuaram desejan-tes de se manter em movimento acelerado.²⁶⁰ Nesse sentido, a pandemia até pode ter diminuído as relações sociais diretas, os deslocamentos, mas isso não implica necessariamente na desaceleração da vida social. Como visto no primeiro capítulo, a questão é a quantidade de experiências por unidade de tempo –para grande parte da sociedade a pandemia significou uma aceleração da vida enquanto se estava sentado na cadeira em frente ao computador. Ou seja. o distanciamento social não anulou as relações sociais, apenas normalizou a comunicação mediada por tecnologias (à distância).²⁶¹ Também, a pandemia acelerou o uso de tecnologias de informática e de comunicação, da inteligência artificial e dos algoritmos, o desenvolvimento de tecnologias de (bio)vigilância e

²⁵⁷ DUGNANI, Patricio. Hipermodernidade e a desaceleração do ritmo de vida provocada pela pandemia de Covid-19, *Comunicação & Inovação*, v.21, n. 47, p. 216-231. 2020.

²⁵⁸ ROSA, Hartmut. Wir sind in einem Versuchslabor. *TAZ*, 25 mar. 2020a. Disponível em <<https://taz.de/Soziologe-Hartmut-Rosa-ueber-Corona!/5673868/>>. Acesso em 05 abr. 2020.

²⁵⁹ LATOUR, Bruno. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. Trad. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. N-1 Edições. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/008-1>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

²⁶⁰ DUGNANI, Patricio. Hipermodernidade e a desaceleração do ritmo de vida provocada pela pandemia de Covid-19, *Comunicação & Inovação*, v.21, n. 47, p. 216-231. 2020.

²⁶¹ FUCHS, Christian. Vida e comunicação cotidianas no capitalismo da coronavírus. *Matrizes*. v.14, n. 2, maio/ago. 2020.

(bio)controle.²⁶² Como afirma a professora Ruth Gauer, em períodos de catástrofes coletivas, todas as inovações que eram testadas, se aceleram causado grandes transformações.²⁶³ Portanto, apesar da pandemia tornar o impensável, realidade: uma desaceleração significativa da segmentos do mundo econômico, ao mesmo tempo, em outras áreas, especialmente na saúde, a demanda foi por mais aceleração.²⁶⁴

Abstraindo o diagnóstico primeiro da pandemia, desaceleração ou continuidade da aceleração, é certo afirmar que a Covid-19 manifestou fraturas sociais já existentes, afinal nenhuma epidemia é só um problema médico, mas econômico, jurídico e político. Para o professor Nereu Giacomolli, a pandemia desnuda a vulnerabilidade do ser humano, dos sistemas políticos e econômicos e, também, da própria democracia apesar do vírus ser capaz de paralisar a economia e gerar manifestações de comunhão, de solidariedade universais e de reciprocidade social, o professor manifestava o temor que o passar do pandemia poderia revelar insuficiências e consolidar algumas fraturas, especialmente com a não superação do individualismo. Em outras palavras, já alertava, no início da pandemia, do o risco do retorno à mesmice, à continuação da exploração e da distância entre os degraus do bem-estar social, das desigualdades e das exclusões, do incremento do populismo político e de totalitarismos. Isto é, ele alertava que a pandemia poderia resultar tanto na priorização da vida, quanto da morte, tanto da exclusão, quanto inclusão do outro²⁶⁵: essa seria a escolha que a modernidade tardia faria. Segundo Teixeira, existem crises superpostas (crise sanitária, crise econômica e crise política) que entrelaçadas e em permanente ciclo de retroalimentação convidaram a refletir sobre os limites da modernidade no contexto da pandemia. Ao mesmo tempo, está firme no horizonte desse projeto a promessa de realização da felicidade²⁶⁶, de relações ressonantes em um mundo estabilizado dinamicamente. A pandemia não trouxe uma ruptura – ela se apresentou sim como uma crise, como uma catástrofe. Contudo, ela apenas intensificou os sintomas que já foram descritos no primeiro capítulo – ela apenas expôs as crises da modernidade. A pandemia

²⁶² GIACOMOLLI, Nereu José. Acerca do processo penal a partir do covid-19: reflexões. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

²⁶³ GAUER, Ruth Maria Chittó. Catástrofes e tragédias coletivas. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

²⁶⁴ BUENO, Arthur. A crise dentro da crise: aceleração e pandemia. *Pléyade*. n. 27, p. 27-41, jun. 2021.

²⁶⁵ GIACOMOLLI, Nereu José. Acerca do processo penal a partir do covid-19: reflexões. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

²⁶⁶ TEIXEIRA, João Paulo Allain. Palavras iniciais: ao que o dia nos convida. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 9-10.

aprofundou as tendências de um modelo de sociedade que é excludente, elitista, desigual, opressor, explorador e violento. Ao contrário do que foi sustentado por alguns autores, a Covid-19 não é democrática: ela é o naufrágio do Titanic, com maior privilégio para sobreviver aqueles mais privilegiados, ou, pode-se dizer, aqueles capazes de sincronizarem seu ritmo com o ritmo do mundo. Nas palavras de Dornelles são os que podem transitar pela turbulência do coronavírus com algum (ou muito) conforto, com possibilidade real de isolamento social e boas condições de acesso à saúde, o que não é a realidade da maioria da população brasileira.²⁶⁷ Na visão de Emerique, a doença exigia respostas à altura de sua complexidade, não sendo possível o tratamento com meias medidas, pois os contextos sociais e culturais estruturam o paradigma da epidemia, condicionando as formas de reação da sociedade à doença. Essas reações iluminam as tensões sociais que podiam estar escondidas na paisagem social.²⁶⁸ As crises agravam as incertezas, favorecem os questionamentos, estimulam a busca por novas soluções e provocam reações patológicas, segundo Edgar Morin crises são profundamente ambivalentes.²⁶⁹ Portanto, é necessário agora adentrar nas escolhas adotadas pelo governo federal, nos meses iniciais da pandemia.

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no dia 25 de fevereiro 2020, e o primeiro óbito três semanas depois, em 17 de março. Conforme expõe Mandetta²⁷⁰, ministro da Saúde na época, as opções políticas tomadas nos primeiros dias de março foram decisivas e determinaram os rumos da pandemia no país. As primeiras medidas oficiais de contenção foram anunciadas no dia 13 de março — momento que o Brasil registrava apenas 151 casos. Ou seja, era possível imaginar que existiam possibilidades de implementar um plano efetivo para mitigar o contágio. Essas medidas determinavam, por exemplo, o cancelamento de cruzeiros turísticos e a obrigatoriedade de quinze dias de isolamento para todos vindos do exterior. Ainda que criticadas por especialistas da época por serem limitadas e insuficientes, essas medidas expressavam a intenção de mitigar, reduzir o ritmo de contaminação. Entretanto, as medidas foram revogadas no mesmo dia.

²⁶⁷ DORNELLES, João Ricardo. A peste não é democrática: a construção do inimigo, a luta antifascista e anticapitalista no Brasil atual. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 275-281.

²⁶⁸ EMERIQUE, Lilian Balmant. Enfermidade democrática na pandemia da covid-19. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 296-305.

²⁶⁹ MORIN, Edgar. *Como viver em tempo de crise?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

²⁷⁰ MANDETTA, Luiz Henrique. *Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020

Menos de duas horas depois da publicação do documento começou uma gritaria promovida pelo lobby do setor de turismo, reclamando dos prejuízos que a medida traria para os operadores de cruzeiros. O presidente Jair Bolsonaro imediatamente me ligou querendo explicações e pedindo que eu cancelasse o boletim. Segundo ele, se acabassem com os cruzeiros, seria muito ruim para a economia, e começaria a correr a notícia de que o Brasil estava se fechando. Na sequência, me ligaram o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, e o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, todos querendo derrubar o texto.²⁷¹

Em outras palavras, o governo federal brasileiro seguiu o caminho da Suécia, apresentando um discurso de tentativa de minoração da problemática, o que atrasou o do combate à doença, diminuindo a eficácia das medidas adotadas posteriormente²⁷². Houve semelhança, também, com o caminho traçado pelos Estados Unidos.²⁷³ O relato de Mandetta transcrito acima evidencia, portanto, que houve esse momento no qual a posição negacionista de Bolsonaro e de outros setores do governo federal se consolidou, interferindo aberta e diretamente nas medidas de contenção, isolamento social e no trabalho desenvolvido no Ministério da Saúde. Essas opções políticas foram, de certa forma, expostas melhor publicamente nos pronunciamentos oficiais ou informais do presidente Jair Bolsonaro, de conteúdo explicitamente negacionista.

Por exemplo, no dia 03 de março, o presidente afirmou em entrevista à rádio Tupi que acreditava que “uma nação como o Brasil só estará livre quando certo número de pessoas for infectado e criar anticorpos”.²⁷⁴ Em discurso proferido no dia 20 de março afirmou que uma “gripezinha” não iria fazer o Brasil parar.²⁷⁵ Em pronunciamento oficial no dia 24 de março de 2020, o presidente voltou a relativizar a pandemia instaurada no mundo, contrariando as

²⁷¹ *Ibid.*

²⁷² SOTERO, Ana Paula da Silva; VIEIRA, Rebeca de Souza; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza. O impacto do coronavírus no sistema prisional brasileiro: entre a necropolítica e a necrojurisdição. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 75-82.

²⁷³ SÁ, Edvaldo Batista de. A saúde pública e o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus. Nota técnica número 68. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. abr. 2020.

²⁷⁴ REIS, Rossana Rocha; VENTURA, Deysi; AITH, Fernando. Assédio institucional na saúde: o impacto da política de disseminação da covid-19. In: SANDIM, Tatiana Lemos *et al* (orgs.). *Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea - EDUEPB, 2022, p. 555-579.

²⁷⁵ TAVARES, L.P.; OLIVEIRA JR, F.L.; MAGALHÃES, M.. Analysis of President Jair Bolsonaro's speeches in the midst of the pandemic: is the coronavirus just a “little flu”? *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1-19, 2020.

recomendações dos especialistas e do ministro Mandetta de isolamento social²⁷⁶ – na oportunidade, o presidente afirmou que “o sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa”.²⁷⁷ Em 29 de março, o presidente fez uma espécie de campanha corpo a corpo contra o isolamento social, publicando um vídeo conversando com um vendedor de churrasquinho “eu defendo que você trabalhe, que todo mundo trabalhe, lógico, quem é de idade fica em casa”, dizia o presidente, enquanto o rapaz respondia: “a morte está aí, mas seja o que Deus quiser. Só não pode ficar é parado, com medo de morrer. Se não morrer de doença, morre de fome”.²⁷⁸ Outras frases impactantes da presidência foram: “Está sendo superdimensionado o poder destruidor desse vírus”, “é muito mais fantasia a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala”.²⁷⁹ No mesmo período, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou em videoconferência com a Confederação Nacional de Municípios: “eu, como economista, gostaria que nós pudéssemos manter a produção e voltar mais rápido”.²⁸⁰ Último exemplo, no domingo de Páscoa, 12 de abril, em uma transmissão feita com líderes religiosos do país o presidente relatou que o vírus “parece estar desaparecendo”. A declaração ia contra os dados oficiais do próprio governo, uma vez que na época os casos e óbitos aumentavam diariamente.²⁸¹

²⁷⁶ *Ibid.*

²⁷⁷ REIS, Rossana Rocha; VENTURA, Deysi; AITH, Fernando. Assédio institucional na saúde: o impacto da política de disseminação da covid-19. In: SANDIM, Tatiana Lemos *et al* (orgs.). *Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea - EDUEPB, 2022, p. 555-579.

²⁷⁸ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Até Trump recua, mas Bolsonaro segue na campanha contra isolamento. REVISTA IHU ON-LINE. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597611-ate-trump-recua-mas-bolsonaro-segue-na-campanha-contr-isolamento>>. Acesso em 27 mar. 2021.

²⁷⁹ OLIVEIRA, Rodrigo Moraes de. A pandemia da covid-19 no cárcere impactos e intervenções democráticas esperadas. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

²⁸⁰ INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Até Trump recua, mas Bolsonaro segue na campanha contra isolamento. REVISTA IHU ON-LINE. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597611-ate-trump-recua-mas-bolsonaro-segue-na-campanha-contr-isolamento>>. Acesso em 27 mar. 2021.

²⁸¹ TAVARES, L.P.; OLIVEIRA JR, F.L.; MAGALHÃES, M.. Analysis of President Jair Bolsonaro's speeches in the midst of the pandemic: is the coronavirus just a “little flu”? *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1-19, 2020.

Em resumo, o presidente, já em março de 2020, apresentava as bases da estratégia desenhada pelo governo federal para “combater” a pandemia: 1) a negação da gravidade; 2) a rejeição às medidas não-farmacológicas indispensáveis para contenção do vírus, como o distanciamento social e, em casos mais graves, as quarentena; 3) a propaganda de medicamentos ineficazes, como a cloroquina; 4) a subordinação das questões de saúde aos imperativos econômicos; e, 5) a manipulação equivocada (e imoral) da ideia de imunidade de rebanho.²⁸² Entende-se que essa postura estimulou o cidadão a não aderir ao isolamento social, confrontando as recomendações da Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde, que informavam para que quem conseguisse deveria permanecer em casa.²⁸³ Como aponta Deysi Ventura, “toda essa verbosidade veio acompanhada de medidas bastante concretas no plano de iniciativas normativas, vetos presidenciais e atos de governo com o objetivo de promover a circulação do vírus e dessa forma promover a chamada imunidade de rebanho”.²⁸⁴ A título de exemplo das medidas concretas que a autora se refere, cita-se o boletim *Direitos na Pandemia*²⁸⁵ - a nível federal, mais de uma a cada cinco normas relacionadas à pandemia foi emitida pelo Ministério da Economia – para as autoras do boletim este volume de normas pode ser um indicativo do protagonismo da pasta entre os atores do governo, mas também, um indicativo da ênfase na economia que foi dada pelo governo federal no enfrentamento da pandemia.

Apesar do relatado acima, necessário pontuar que foram adotadas medidas de contenção do contágio no Brasil. A introdução das medidas de distanciamento social ocorreu de maneira descentralizada no país, com estados e municípios as implementando em datas e formatos variados, o que foi comum de observar em outros países federativos, como Canadá e Estados Unidos. Segundo nota técnica do IPEA²⁸⁶, as primeiras medidas amplas de

²⁸² REIS, Rossana Rocha; VENTURA, Deysi; AITH, Fernando. Assédio institucional na saúde: o impacto da política de disseminação da covid-19. In: SANDIM, Tatiana Lemos *et al* (orgs.). *Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea - EDUEPB, 2022, p. 555-579.

²⁸³ TAVARES, L.P.; OLIVEIRA JR, F.L.; MAGALHÃES, M.. Analysis of President Jair Bolsonaro's speeches in the midst of the pandemic: is the coronavirus just a “little flu”? *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1-19, 2020.

²⁸⁴ REIS, Rossana Rocha; VENTURA, Deysi; AITH, Fernando. Assédio institucional na saúde: o impacto da política de disseminação da covid-19. In: SANDIM, Tatiana Lemos *et al* (orgs.). *Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea - EDUEPB, 2022, p. 555-579, p. 556.

²⁸⁵ ASANO, Camila Lissa *et al*. *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 2. São Paulo: Cepedisa, 23 jul. 2021.

²⁸⁶ MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Covid-19 e medidas legais de distanciamento social: Tipologia de políticas

distanciamento foram introduzidas no país entre os dias 20 e 23 de março de 2020, tendo sido implementadas em dias relativamente próximos por quase todos os estados brasileiros, ou sejam, eram na época medidas preventivas (antes que acontecesse uma ampla disseminação do vírus). Nesse estudo, afirma-se que as medidas mais rigorosas estiveram correlacionadas com níveis mais altos de isolamento social. Ou seja, o grau de rigor das medidas de fato influenciou o quanto as pessoas ficaram em casa. Contudo, a associação entre estas variáveis não foi constante: ao longo do tempo, as medidas de distanciamento passaram a ter cada vez menos efeito sobre o comportamento da população, ainda que o número de novos casos e de óbitos de Covid-19 decorrentes aumentasse.²⁸⁷ Além disso, a ausência de coordenação federal fez com que os estados adotassem políticas de forma independente, relaxando medidas com base em critérios diversos, que por vezes não eram epidemiológicos. Por exemplo, alguns estados as relaxaram de forma significativa apenas algumas semanas depois delas serem implementadas (Santa Catarina e Goiás), enquanto outros mantiveram um grau elevado de rigor por pouco mais de três meses (Ceará e Pernambuco).²⁸⁸ Em outras palavras, segundo Moraes, no período inicial da pandemia não existiu uma única política de distanciamento social no país, mas sim diversas políticas, cujos graus de rigor e formatos variavam entre estados e municípios – todo o processo foi descentralizado. Essa descentralização teve um efeito positivo, pois as medidas eram mais adaptadas às necessidades locais, mas, por outro lado, a falta de coordenação não permite o melhor uso dos recursos e leva à ausência de critérios²⁸⁹

Rapidamente, esclarece-se algumas terminologias da pandemia: (1) Quarentena é uma restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus. Isolamento é a separação de pessoas doentes ou contaminadas, de maneira a evitar a contaminação de outras pessoas e a propagação do coronavírus. (2) Distanciamento físico é o afastamento entre indivíduos, prescrito em geral em dois metros, obstando locais de aglomeração de pessoas, a fim reduzir a transmissão de um vírus. O distanciamento físico deve fazer parte de uma estratégia mais ampla que inclui: medidas de higiene, a circulação de ar nos

estaduais e análise do período de 13 a 26 de abril de 2020. Nota técnica número 18. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. abr. 2020.

²⁸⁷ *Ibid.*

²⁸⁸ *Ibid.*

²⁸⁹ *Ibid.*

espaços físicos e o uso equipamentos de proteção apropriado, como as máscaras.²⁹⁰ Segundo Asano e Ventura, o que houve no Brasil foi a adoção de medidas quarentenárias com diferentes graus de restrição, entre elas a recomendação de distanciamento físico e a suspensão de atividades não essenciais, o que foi popularmente (e erroneamente) chamado de isolamento social, distanciamento social ou *lockdown*.²⁹¹

O surgimento de epidemias normalmente resulta em perdas humanas e econômicas e leva a grandes dificuldades políticas em gerir os desafios que se apresentam – necessário, pois, uma resposta coordenada do governo aos impactos complexos e multidimensionais da pandemia, e não uma resposta desorganizada.²⁹² A informação correta parecia (e ainda é), para alguns autores, o principal fator para a luta contra a pandemia, especialmente por se tratar de uma doença nova e de uma situação inédita para a atual geração.²⁹³ Nesse sentido, Moraes, em nota técnica do IPEA, expõe que uma comunicação efetiva era (é) essencial, apresentando para a população a importância de serem seguidas normas de distanciamento para frear o avanço da pandemia, em outras palavras, a desinformação e falta de transparência produzia desconfiança, colocando em dúvida as diretrizes governamentais e reduziam a resposta da população às medidas.²⁹⁴ Assim, diante de questões complexas como taxa de letalidade, potencial de transmissão, pesquisa sobre tratamentos, é dever dos governantes assumirem uma posição informativa, baseada mais no consenso científico e no respeito às instituições. Porém, como visto, em tempos de crise, sempre existem os comportamentos que podem envolver sectarismo, o recurso ao mágico e ao irracional, assumindo contornos de movimentos messiânicos.²⁹⁵

Hoje se pode afirmar com relativa segurança que a recomendação científica já no mês de março de 2020 era de que inclusive seria necessário parar mais do que o Brasil parou.²⁹⁶

²⁹⁰ ASANO, Camila Lissa *et al.* *Direitos na Pandemia*: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil. Boletim número 6. São Paulo: Cepedisa, 30 set. 2020.

²⁹¹ *Ibid.*

²⁹² SÁ, Edvaldo Batista de. A saúde pública e o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus. Nota técnica número 68. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. abr. 2020.

²⁹³ BUFREM, Leilah Santiago. A pandemia da Covid-19 no Brasil. *P2P & INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 101-120, set. 2020/fev. 2021.

²⁹⁴ MORAES, Rodrigo Fracalossi de. A covid-19 e as medidas legais de distanciamento dos governos estaduais: análise comparativa do período de março a julho de 2020. Nota técnica número 23. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. jul. 2020.

²⁹⁵ WIEVIORKA, Michel. Crise financeira ou mutação social?. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 131-158.

²⁹⁶ BAHIA, Lígia. Brasil toma medidas homicidas ao mudar de rumo na hora que a curva de casos aumenta. [Entrevista concedida a] BRITO, Gabriel. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 29 mar. 2020. Disponível em:

Naquele mês já se sabia que a estratégia de distanciamento social era a mais efetiva em todos os países do mundo.²⁹⁷ Assim, as ideias propagadas, no final do mês de março, de retomar a economia eram consideradas por especialistas uma irresponsabilidade completa. Como aponta Lígia Bahia, as autoridades pareciam não entender a magnitude da tragédia ou realmente não consideravam que as vidas humanas importam. A estratégia de reabertura naquele momento da pandemia levaria a mortes que poderiam ser evitadas.²⁹⁸ Para a médica, o Brasil até acenou com políticas acertadas, mas mudou de rumo, exatamente no início da curva de crescimento dos casos, uma medida que ela classificava como indubitavelmente homicida.²⁹⁹ Apesar da rápida expansão da Covid-19 no contexto inicial da pandemia no Brasil, é enganoso, na opinião de Deisy Ventura, considerar o fracasso da resposta do país como um resultado natural e esperado de suas peculiaridades econômicas e políticas de um país não desenvolvido. A autora afirma que o Brasil foi considerado o país em desenvolvimento mais bem preparado para enfrentar esse tipo de emergência por diversas organizações internacionais.³⁰⁰ Ou seja, os números no início da pandemia sugerem que as vantagens estruturais podem ser amplamente suplantadas por uma governança inadequada durante a crise, ainda mais quando aliada ao negacionismo populista.³⁰¹ Pode-se dizer, portanto, que nos primeiros momentos da pandemia o cenário no Brasil era insólito, o próprio presidente promovia aglomerações, sem fazer uso de máscara. Além disso, dois Ministros da Saúde, médicos, que tentaram atuar em observância às recomendações científicas internacionais deixaram o cargo por conta da incompatibilidade com a linha de ação desejada pela presidência, que pregou a abertura, com a retomada da atividade econômica no país.³⁰²

As medidas de isolamento social foram motivo de intensa polarização e debate: os dois lados se agarram em estudos científicos e princípios normativos para defender a adoção de medidas mais ou menos rigorosas. De um lado, posições embasadas em estudos científicos de

<<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597582-brasil-toma-medidas-homicidas-ao-mudar-de-rumo-na-hora-que-a-curva-de-causos-aumenta-entrevista-com-ligia-bahia>>. Acesso em 05 jan. 2022.

²⁹⁷ *Ibid.*

²⁹⁸ *Ibid.*

²⁹⁹ *Ibid.*

³⁰⁰ VENTURA, Deisy de Freitas Lima; MARTINS, Jameson. Between Science and populism: the Brazilian response to COVID-19 from the perspective of the legal determinants of Global Health. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 66-83, 2020.

³⁰¹ *Ibid.*

³⁰² OLIVEIRA, Rodrigo Moraes de. A pandemia da covid-19 no cárcere impactos e intervenções democráticas esperadas. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

instituições prestigiadas apontavam a necessidade de maior rigidez de medidas para impedir o contágio em massa, enquanto o outro lado centrava a preocupação nos efeitos das medidas na economia, elencando mais argumentos pertinentes à liberdade individual do que argumentos médico-epidemiológicos.³⁰³ Em outras palavras, ocorreu um confronto entre a ciência e o “saber” do presidente, entre o “ficar em casa” e o “Brasil não pode parar”.³⁰⁴ Gutiérrez aponta que essa dinâmica de controvérsia se relaciona com agravamento da pandemia.³⁰⁵ Essa falsa dicotomia entre saúde pública e economia, segundo Sá, explica o desempenho dos países mais afetados pela pandemia – são os países onde os dirigentes políticos minimizaram as consequências da doença, priorizando a economia. São esses países que perderam, logo nos primeiros meses, o controle da disseminação do vírus e acabaram com seus sistemas de saúde sob intensa pressão, sem que suas economias apresentassem bons indicadores. Os melhores exemplos para o autor são o Reino Unido, os Estados Unidos e o Brasil.³⁰⁶ Observa-se, portanto, que as medidas adotadas no Brasil foram alvos de intensa disputa política por seus impactos econômicos, o país foi dividido em dois times, um favorável e outro contrário a elas. Contudo, Asano e Ventura afirmam que bastava um conhecimento mínimo sobre a evolução da doença para avaliar a irracionalidade desta polarização.³⁰⁷

De qualquer modo, sabe-se hoje que a estratégia brasileira a nível federal foi contrariar a OMS, negar a doença, indicar remédios sem comprovação científica, não incentivar o isolamento social e o uso da máscara, bem como a minimizar as mortes e a incitar o medo do desemprego e do caos econômico, tudo isso segundo diversos autores pode ter contribuído com o comportamento de risco dos sujeitos, possibilitando o aumento do contágio da população e

³⁰³ GUTIÉRREZ, Eduardo Prado. “O Brasil não pode parar”? Disputas judiciais sobre a ideia de risco em torno de uma peça publicitária anti-isolamento do governo brasileiro. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 101-30, 2020.

³⁰⁴ GIBIN, Fernando Curtti; RUIZ, Marco Antonio Almeida. “Fique em casa” e “o Brasil não pode parar”: a polêmica nos discursos em tempos da pandemia da covid-19. In: SILVA, Mariana Morales; CARVALHO, Lílian Pereira de; SANTOS, Júlio Antonio Bonatti (orgs.). *Pandemia em (Dis)Curso*. Catu: Bordô-Grená, 2022, p. 15-33.

³⁰⁵ GUTIÉRREZ, Eduardo Prado. “O Brasil não pode parar”? Disputas judiciais sobre a ideia de risco em torno de uma peça publicitária anti-isolamento do governo brasileiro. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 101-30, 2020.

³⁰⁶ SÁ, Edvaldo Batista de. A saúde pública e o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus. Nota técnica número 68. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. abr. 2020.

³⁰⁷ ASANO, Camila Lissa *et al.* *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 6. São Paulo: Cepedisa, 30 set. 2020.

até mesmo a morte.³⁰⁸ Essa repostagem brasileira à pandemia foi classificada por observadores externos como uma das piores do mundo: o Brasil seria o pária da pandemia³⁰⁹, o país estaria sem governo e sujeito à ignorância, ao autoritarismo neoliberal³¹⁰ e o presidente Jair Bolsonaro seria uma ameaça à saúde pública brasileira³¹¹. Quem analisava o Brasil no período inicial da pandemia percebia que a preocupação com os danos econômicos parecia ser a única em questão para o Executivo Federal, promovendo um clima de permanente confronto com os outros poderes, governadores e prefeitos, que tentavam utilizar as medidas indispensáveis (e impopulares) de restrição ao comércio e a circulação de pessoas.³¹² Ou, como apontou o professor Rodrigo de Oliveira, ao brasileiro foi negado naquele período o aquele mínimo de paz de espírito que se esperaria de qualquer liderança democrática em tempos de tormenta.³¹³

Retomando a linha de pensamento exposta há pouco, de que as medidas mais rigorosas contra a pandemia deviam ser revertidas, pois prejudicam a economia, de que devia ocorrer apenas o isolamento de idosos e certos grupos de risco e que a proteção da economia justificaria a morte de um número considerável de pessoas (em sua maioria idosos, quase-mortos)³¹⁴, recorda-se que em 26 de março de 2020, a Secretaria da Comunicação (SECOM) do governo federal lançou a campanha “O Brasil não pode parar”, veiculando desinformação³¹⁵ e incitando à desobediência das medidas quarentenárias³¹⁶. Ou seja, o governo federal pretendia propagar

³⁰⁸ CARVALHO, Priscila Ramos; CASTRO, Paulo César; SCHNEIDER, Marco André Feldman. Desinformação na pandemia de Covid-19: similitudes informacionais entre Trump e Bolsonaro Em *Questão*, v. 27, n. 3, p. 15-30, 2021

³⁰⁹ OSBORN, Catherine. Bolsonaro dá ao Brasil a pandemia pariah: can local leaders restore the country's reputation for health leadership? *Foreign Affairs*. jul. 2020.

³¹⁰ ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michael. Governing COVID-19 without government in Brazil: ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. *Global Public Health*, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020.

³¹¹ THE LANCET. COVID-19 in Brazil: “So what?”. *The Lancet*, v. 395, mai. 2020.

³¹² OLIVEIRA, Rodrigo Moraes de. A pandemia da covid-19 no cárcere impactos e intervenções democráticas esperadas. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

³¹³ *Ibid.* p. 42.

³¹⁴ VENTURA, Deisy de Freitas Lima; MARTINS, Jameson. Between Science and populism: the Brazilian response to COVID-19 from the perspective of the legal determinants of Global Health. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 66-83, 2020.

³¹⁵ ASANO, Camila Lissa *et al.* *Direitos na Pandemia*: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil. Boletim número 10. São Paulo: Cepedisa, 20 jan. 2021.

³¹⁶ REIS, Rossana Rocha; VENTURA, Deysi; AITH, Fernando. Assédio institucional na saúde: o impacto da política de disseminação da covid-19. In: SANDIM, Tatiana Lemos *et al.* (orgs.). *Assédio Institucional no Brasil*: avanço do autoritarismo e desconstrução do estado. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea - EDUEPB, 2022, p. 555-579.

um pedido para que a população retomasse o trabalho, ignorando as medidas de isolamento social³¹⁷, com forte inspiração no anúncio da Associação de Bares e Restaurantes da Itália.³¹⁸ A campanha foi divulgada nas redes sociais da SECOM – na forma de um vídeo-texto.³¹⁹ A título de curiosidade, nome semelhante possuiu a campanha veiculada em maio de 2020 pelo Ministério da Educação denominada “A vida não pode parar” com o objetivo de manter as datas previstas para a realização do ENEM daquele ano.³²⁰ Importante e interessante transcrever o que é narrado ao longo do vídeo de “O Brasil não pode parar”:

Para os quase 40 milhões de trabalhadores autônomos, #oBrasilNãoPodeParar. Para os ambulantes, engenheiros, feirantes, arquitetos, pedreiros, advogados, professores particulares e prestadores de serviço em geral, #oBrasilNãoPodeParar. Para os comerciantes do bairro, para os lojistas do centro, para os empregados domésticos, para milhões de brasileiros, #oBrasilNãoPodeParar. Para todas as empresas que estão paradas e que acabarão tendo de fechar as portas ou demitir funcionários, #oBrasilNãoPodeParar. Para dezenas de milhões de brasileiros assalariados e suas famílias, seus filhos e seus netos, seus pais e seus avós #oBrasilNãoPodeParar. Para os milhões de pacientes das mais diversas doenças e os heroicos profissionais de saúde que deles cuidam, para os brasileiros contaminados pelo coronavírus, para todos que dependem de atendimento e da chegada de remédios e equipamentos, #oBrasilNãoPodeParar. Para quem defende a vida dos brasileiros e as condições para que todos vivam com qualidade, saúde e dignidade, o Brasil definitivamente não pode parar”.³²¹

Observa-se que a campanha se dirige claramente contra a prática de isolamento social, defendida pela OMS, ou seja, ela cristaliza o posicionamento do governo federal que contesta os custos econômicos da prevenção da pandemia.³²² A campanha defendia o chamado isolamento vertical, isto é, alguns grupos deveriam ficar em isolamento e para os demais a volta à normalidade pré-pandêmica, ou seja, na contramão das recomendações e protocolos adotados

³¹⁷ VENTURA, Deisy de Freitas Lima; MARTINS, Jameson. Between Science and populism: the Brazilian response to COVID-19 from the perspective of the legal determinants of Global Health. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 66-83, 2020.

³¹⁸ CASTRO MOURA, Julia. “o Brasil não pode parar”: um movimento enunciativo/discursivo que pode contaminar o direito fundamental à saúde em tempos de pandemia. *Revista Linguagem*, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem, 2021, p. 213-226.

³¹⁹ *Ibid.*

³²⁰ REIS, Rossana Rocha; VENTURA, Deysi; AITH, Fernando. Assédio institucional na saúde: o impacto da política de disseminação da covid-19. In: SANDIM, Tatiana Lemos *et al* (orgs.). *Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea - EDUEPB, 2022, p. 555-579.

³²¹ GUTIÉRREZ, Eduardo Prado. “O Brasil não pode parar”? Disputas judiciais sobre a ideia de risco em torno de uma peça publicitária anti-isolamento do governo brasileiro. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 101-30, 2020.

³²² *Ibid.*

em quase todo o mundo. Diante da necessidade das medidas sanitárias, as rotinas de trabalho seriam afetadas e as projeções econômicas do governo não se realizariam. Por essa razão, a campanha produzia uma narrativa direcionada aos trabalhadores com o objetivo de convencer a população de que a economia do país precisava de ajuda e que o Brasil não poderia parar de produzir e consumir, pois os efeitos do isolamento social causariam mais danos do que a própria pandemia.³²³ Esse pedido de ajuda vem na figura de um narrador que faz uso de uma voz esperançosa e comovente, citando as várias categorias profissionais reforçando ao final de cada uma que o Brasil não pode parar.³²⁴

Em artigo analisando a campanha, Julia Castro Moura aponta que a repetição da oração “para os [citação da categoria profissional], o Brasil não pode parar” fornece à propaganda a impressão de uma quase-ordem que está sendo emitida pelo enunciador, no caso o Governo Federal. Essa quase-ordem pode soar como uma reprimenda aos ouvintes, pois está declarando e endereçando a não paralisação para certas categorias específicas de trabalhadores da sociedade brasileira, que são singularmente citados.³²⁵ Também se observa que a repetição do enunciado reduz todos os trabalhadores à categoria de não-pessoa, um objeto, parte de uma categoria laboral, que não é visto como um sujeito vivo que está sendo afetado pela pandemia (quem está posicionado na condição de sujeito é o Brasil).³²⁶ Praticamente a categoria, e o indivíduo lá dentro, é apenas uma peça na engrenagem necessária para a estabilização dinâmica da sociedade tardo-moderna. Ademais, aponta-se que o sentido do verbo parar na campanha é trazido de forma negativa (não pode parar). Afinal, na voz do narrador, percebe-se a filiação a uma formação discursiva de uma economia liberal (ou, nos termos do primeiro capítulo, como parte do círculo aceleratório) que coloca no centro da preocupação a continuação da produtividade, colocando nas costas dos trabalhadores a responsabilidade em não interromper o motor da aceleração. Uma outra interpretação que a autora realiza é da semiose das imagens reproduzidas no vídeo: são imagens de pessoas ora sorridentes, ora concentradas em seu labor diário e ora em casas pobres. Os dizeres são de uma esperança por rápida aceleração da

³²³ SANCHES, Julio Cesar, MOISÉS, Raika Julie Moisés, Rhayller Peixoto da Costa SOUZA, “O Brasil não pode parar”: racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 96-113, jul./dez. 2020

³²⁴ CASTRO MOURA, Julia. “o Brasil não pode parar”: um movimento enunciativo/discursivo que pode contaminar o direito fundamental à saúde em tempos de pandemia. *Revista Linguagem*, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem, 2021, p. 213-226.

³²⁵ *Ibid.*

³²⁶ *Ibid.*

economia, de progresso eminente, de desenvolvimento imediato, as imagens, porém, são de um país subdesenvolvido, com uma economia periférica, que sustenta sua produção ainda na utilização/exploração de mão de obra assalariada.³²⁷ A conclusão do artigo é de que a campanha estava centrada na defesa da economia liberal, com a não paralisação dos processos produtivos na sociedade brasileira, em detrimento da adoção de medidas sanitárias que visavam proteger a vida dos trabalhadores, claramente reforçando a colocação da economia em primeiro lugar e da saúde em segundo lugar, como se houvessem vidas que não merecem ser vividas e resguardadas.³²⁸

Por óbvio que a possibilidade do governo federal veicular a campanha citada foi questionada judicialmente, foram duas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs), números 668 e 669, ajuizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e pelo partido Rede Sustentabilidade contra o ato de divulgar e contratar a campanha publicitária designada “O Brasil Não Pode Parar”.³²⁹ Nas ações foi alegada a violação a bens e valores constitucionais, como o direito fundamental à vida, à saúde e à informação, bem como a ofensa aos princípios que regem a Administração Pública (moralidade, probidade, transparência e eficiência), pois, em tese, o ato administrativo atua de forma contrária às medidas necessárias contra a pandemia.³³⁰ Na visão de Deisy Ventura a campanha violava, também, os princípios da precaução e prevenção.³³¹ Vale recordar que na mesma época o Supremo Tribunal Federal já havia julgado importante questão sobre as possibilidades de atuação dos entes municipais, estaduais e federais. As ações foram recebidas e em decisão liminar, o Ministro Luís Roberto Barroso entendeu que a campanha conclama a população a retomar as suas atividades, transmitindo a impressão de que a pandemia mundial não representa grave ameaça à vida e à saúde. Contudo, as orientações da Organização Mundial de Saúde, do próprio Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina, da Sociedade Brasileira de Infectologia, assim como a experiência dos demais países, apontavam para a

³²⁷ *Ibid.*

³²⁸ *Ibid.*

³²⁹ MOURA, Emerson Affonso da Costa. “O Brasil não pode parar”: análise dos limites do ativismo judicial no controle dos atos da administração pública em razão do princípio da legalidade à luz do julgamento da medida cautelar nas ADPFs 668 e 669 pelo Supremo Tribunal Federal. *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano 2020*. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2020.

³³⁰ *Ibid.*

³³¹ VENTURA, Deisy de Freitas Lima; MARTINS, Jameson. Between Science and populism: the Brazilian response to COVID-19 from the perspective of the legal determinants of Global Health. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 66-83, 2020.

imprescindibilidade de medidas de distanciamento social voltadas a reduzir a velocidade de contágio.³³²

Por se tratar de decisão liminar, o Ministro apontou a necessidade urgente de evitar a divulgação de informações que possam comprometer o engajamento da população nas medidas necessárias a conter o contágio da Covid-19, bem como importância de evitar dispêndio indevido de recursos públicos escassos em momento de emergência sanitária.³³³ Sobre o outro requisito, a plausibilidade do direito alegado, estava presente justamente no reconhecimento técnico-científico, por parte das principais autoridades mundiais e nacionais, sobre a gravidade da pandemia e a imprescindibilidade de medidas de redução da circulação social, sob pena de se colocar em risco a saúde e a vida da população. Em outras palavras, a necessidade de tais medidas constitui opinião unânime da comunidade científica. Portanto, na visão do julgador nada recomendava que as medidas de contenção fossem flexibilizadas, ao contrário, tais medidas, em cenários de baixa renda, são urgentes e devem ser rigorosas, dado que as condições de vida no Brasil – grandes aglomerações e falta de condições sanitárias adequadas – favorecem o contágio e a propagação do vírus. Do mesmo modo, o sistema público do país tende a apresentar menor capacidade de resposta do que sistemas públicos de países desenvolvidos que, mesmo assim, experimentavam a exaustão de sua capacidade.³³⁴ A campanha, portanto, não era voltada ao fim de informar ou orientar no interesse da população, mas uma propaganda que incita a população ao inverso – é desinformativa. O governo federal estaria conclamando os cidadãos a voltar ao trabalho, desinformando sobre a existência de uma grave ameaça para a saúde, levando os trabalhadores a tomar decisões sobre bases inverídicas acerca das reais condições de segurança e de saúde.

O Ministro ainda apontou a existência de falsa dicotomia entre proteção à saúde da população e proteção à economia e aos empregos da mesma população, tal como estava sendo alegado. Na sua visão, a demora na tomada de medidas de contenção da propagação do vírus aumenta os riscos, também, para a economia. Ou seja, a ideia é de que a economia precisa que a saúde pública seja protegida para que volte a funcionar em situação de normalidade.³³⁵ Por

³³² SANCHES, Julio Cesar, MOISÉS, Raika Julie Moisés, Rhayller Peixoto da Costa SOUZA, “O Brasil não pode parar”: racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 96-113, jul./dez. 2020

³³³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ministro Luís Roberto Barroso. Arguições de descumprimento de preceito fundamental 668/DF. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. 2020.

³³⁴ *Ibid.*

³³⁵ *Ibid.*

fim, o julgador sustenta que a campanha não se trata uma decisão política do Presidente da República acerca de como conduzir o país durante a pandemia, só haveria uma decisão política se a autoridade estivesse diante de duas medidas capazes de produzir o mesmo resultado: o bem-estar da população. Na visão do Ministro não era esse o caso, a supressão das medidas de distanciamento social não produziria resultado favorável à proteção da vida e da saúde da população.³³⁶

A resposta da Procuradoria-Geral da República foi no sentido que o vídeo foi produzido em caráter experimental, sem avaliação e aprovação da SECOM (apesar de ter sido divulgado nas redes sociais). Entretanto, é interessante notar que a Procuradoria aponta na petição que existe, igualmente, preocupação, com os efeitos do isolamento social em relação a saúde mental e emocional das pessoas, mas sobretudo considerados os impactos para economia local, nacional e global.³³⁷ Sobre as medidas adotadas pelos países, a PGR afirma que as incertezas da época não permitem um juízo seguro quanto ao acerto ou desacerto de maior ou menor medida de isolamento social.³³⁸ Após a resposta, com a informação de que a União não pretendia deflagrar a campanha “O Brasil não pode parar” o Relator extingui as ações por perda de objeto.

Em resumo, na opinião de Gibin e Ruiz, a campanha colocou em xeque os esforços para conter o avanço da doença, levando a um impasse, pois polarizou as duas expressões: “fique em casa” e “o Brasil não pode parar”, ou seja, opôs os efeitos da pandemia na saúde e na economia.³³⁹ Como colocam Pereira e Picelli³⁴⁰, a expressão de existir uma escolha entre morte por Covid-19 ou por fome (em razão do desemprego) é uma da leitura de mundo pela ótica da racionalidade do “empresário-de-si” – ou, de uma vida guiada sob os imperativos aceleratórios. A fome, nessa ótica, aparece como a face suicidária daqueles que se tornam lentos demais na pandemia. É necessário ressaltar que esta divisão agressiva entre as duas posições

³³⁶ *Ibid.*

³³⁷ BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer SFCONST/PGR nº único 100822/2020. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. Arguições de descumprimento de preceito fundamental 668/DF. 2020.

³³⁸ *Ibid.*

³³⁹ GIBIN, Fernando Curtti; RUIZ, Marco Antonio Almeida. “Fique em casa” e “o Brasil não pode parar”: a polêmica nos discursos em tempos da pandemia da covid-19. In: SILVA, Mariana Morales; CARVALHO, Lílian Pereira de; SANTOS, Júlio Antonio Bonatti (orgs.). *Pandemia em (Dis)Curso*. Catu: Bordô-Grená, 2022, p. 15-33.

³⁴⁰ PEREIRA, Diogo Valmor; PICELLI, Pedro de Castro. Para além da necropolítica: pandemia, neoliberalismo e o homem médio. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 12-30, 2020.

não se criou espontaneamente. Como coloca Gutiérrez, o vírus não tem agência, mas os sujeitos sim. Essa contestação ao isolamento que viu no Brasil tem origem nos interesses que foram atingidos pelas medidas sanitárias. Contudo, isso não bastaria para transformar a necessidade de retomar a aceleração (normalidade) em uma dinâmica divisionária, com setores declarando aceitável a perda de vidas. Isso só foi possível porque houve um sistemático esforço de campanha neste sentido por quem tem grande legitimidade na vida pública do país – com a campanha publicitária “o Brasil não pode parar” foram mobilizados politicamente recursos de forma a fomentar essa divisão em torno das medidas.³⁴¹

Essa mobilização dos recursos para a campanha publicitária governamental, como toda operação de desinformação, tinha um público bem definido: populações socialmente vulneráveis, que não poderiam usufruir do privilégio do isolamento social, do home office, de acesso à saúde, do transporte privado – revelando o incentivo de um espalhamento do vírus para determinados grupos sociais. Segundo Moraes, o governo federal fomentou a lógica aceleratória dominante da modernidade tardia – ou seja, a condução da crise sanitária impôs uma dicotomia inconstitucional entre vida e economia, manifestada no negacionismo da pandemia e nas tentativas de promover essa desordem informacional. Para a autora, a campanha pode ser considerada como parte verdadeira epidemia de desinformação a respeito da Covid-19, descrita pela autora como uma “desinfodemia”.³⁴² No segundo capítulo foi visto que medo e desejo são motores poderosos para gerar relações alienantes e ressonantes. Nesse sentido, segundo Moraes, quando se está diante de uma pandemia global como a pandemia de Covid-19, os sujeitos tendem a aumentar o compartilhamento de informações, pois os motores levam a tentativas de tentar ajudar, alertar e preservar os entes amados.³⁴³ As informações, entretanto, nem sempre ajudam, a autora lembre, que no contexto de uma pandemia, a desinformação tem efeitos letais. Ela cita como exemplo a morte de dezenas no Irã nas primeiras semanas de pandemia pelo uso de álcool contrabandeado, ou nos Estados Unidos, que ocorrem mortes por uso inadequado de hidroxiquina.³⁴⁴ Assim, em um cenário de desigualdade social, os

³⁴¹ GUTIÉRREZ, Eduardo Prado. “O Brasil não pode parar”? Disputas judiciais sobre a ideia de risco em torno de uma peça publicitária anti-isolamento do governo brasileiro. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 101-30, 2020.

³⁴² MORAIS, Rane Ferreira Rios Hollanda Cavalcante de. Aceleração social e fake news: a desinfodemia de Covid-19 no Brasil. In: NUNES, César Augusto *et al* (orgs.). *Anais de Artigos Completos do VI Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*. 2021, p. 86-94.

³⁴³ *Ibid.*

³⁴⁴ *Ibid.*

sentimentos coletivos de stress, impotência e negatividade (em suma, medo) fazem ressoar discursos conspiratórios e negacionistas. Ser convocado a voltar ao trabalho, como se isso não representasse nenhum risco à saúde se torna, na verdade, um chamado para que os sujeitos retomem o ritmo acelerado típico da modernidade tardia, mas cobrando um preço letal.³⁴⁵ Para Richmann há um negacionismo que rejeita que o ser humano é vulnerável, não entende a finitude humana, sua corporeidade e mortalidade³⁴⁶. Também há o negacionismo que rejeita a real gravidade da situação e confia na possibilidade de soluções dentro do sistema, sem desafiar o capitalismo: a salvação só seria possível acelerando ainda mais a corrida prometeica.³⁴⁷ Dessa forma, é possível perceber que durante a pandemia, o discurso político está repleto de mensagens para os apoiadores da manutenção da normalidade, do pensamento anticientífico, do negacionismo – entendendo a pandemia como uma guerra, fica fácil compreender que a informação foi uma importante arma³⁴⁸ e a (des)informação que estimulava uma volta precoce à normalidade foi uma arma violenta. Aliás, uma vez que a estratégia pensada para enfrentar a pandemia, foi uma estratégia de guerra, já está pressuposto que haverá morte, sacrifício e violência.³⁴⁹

O que se percebe, portanto, que aquilo que deveria ser uma questão de saúde enfrentada pela sociedade se torna um problema jurídico e social. Assim, na linha da professora Ruth Gauer, entende-se que a complexidade da pandemia pode ser analisada pelo viés da violência, a qual se manifesta de inúmeras formas.³⁵⁰ Porém, como alerta Antônio Ribeiro em trabalho sobre a violência em tempos de pandemia, deve-se primeiro pensar bem sobre o conceito de violência, essa percepção deve ser de um entendimento amplo, que abarque as dimensões multifacetadas da categoria. Quando se pretende olhar para a violência no contexto da pandemia não se pode optar por uma definição estreita, ela cegará diversidade das

³⁴⁵ *Ibid.*

³⁴⁶ RIECHMANN, Jorge. La crisis del coronavirus y nuestros três niveles de negacionismo. In: GARCÍA, Fernando. *Capitalismo y Pandemia*. Filosofía Libre, 2020, p. 21-24.

³⁴⁷ *Ibid.*

³⁴⁸ LOPES, Fernando Cruz; BRITO, Tânia Regina de; SANTOS, Beatriz Andreotti dos. Discursos de Jair Bolsonaro durante a pandemia de covid-19 e sua relação com a desinformação: um olhar pela análise de discurso. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, p. 01-22, 2022

³⁴⁹ SANTOS, Jádía L. Timm dos. *Criminologia e contemporaneidade: escritos sobre os tempos que vivemos*. São Paulo: Blimunda, 2022.

³⁵⁰ GAUER, Ruth Maria Chittó. Catástrofes e tragédias coletivas. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

manifestações da violência que ocorreram durante a Covid-19.³⁵¹ Por essa razão, entende-se relevante, ainda que de forma breve, tratar da categoria violência.

A palavra violência está naturalizada: ela pode ser usada para se referir a diversas situações, com significados diferentes, ou seja, tal qual com a alienação, ocorre uma generalização do termo. Ainda assim, a violência é um dos grandes temas de discussão do cotidiano – sempre presente nos meios de comunicação, que por rotina apresentam um balanço da violência, com informações (sensacionalistas por vezes) sobre os recentes crimes, guerras, mortes *etc.*³⁵² A violência é um objeto escorregadio, que abrange uma infinidade de coisas, é um objeto que escapa à objetificação.³⁵³ Por tratar-se de uma categoria complexa, a compreensão da violência necessita da articulação de conceitos variados, quando se busca seu entendimento. Mas, de qualquer forma, nas palavras de Walby, a violência importa, precisa ser estudada, é um fenômeno que destrói e abrevia vidas, causa dor e sofrimento e muitas vezes faz parte de uma rápida mudança social, é uma questão de debate público e intervenção dos Estados e outros atores sociais.³⁵⁴

A dificuldade em definir o que é violência e de que violência se fala está no fato do termo ser polifônico desde a sua própria etimologia³⁵⁵. Violência vem do latim *violentia*, que faz referência a *vis*: compreendido como força, vigor, emprego da força física, mas com uma conotação dessa força e vigor estar ligada a um caráter violento ou bravio e também significa potência, abundância, quantidade.³⁵⁶ Relaciona-se, também, violação, *violare*. Na própria etimologia da palavra é possível notar o duplo sentido: (1) a sua raiz latina aponta uma força vital, no sentido de vigor e potência; e (2) o emprego da força sobre um outro introduz a destrutividade, fazendo então da violência essa força que impele para a ruptura de limites.³⁵⁷

³⁵¹ RIBEIRO, António Sousa. A violência em tempos de pandemia. In: REIS, José (coord.). *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2020, p. 113.

³⁵² BONAMIGO, Irme Salette. Violências e contemporaneidade. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 204-213, jul./dez. 2008.

³⁵³ SCHINKEL, Willem. *Aspects of Violence: a critical theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

³⁵⁴ WALBY, Sylvia. Violence and society: Introduction to an emerging field of sociology. *Current Sociology Monograph*, v. 61, n. 2, p. 95-111, 2012.

³⁵⁵ ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Em Perspectiva*. v. 13, n. 3, 1999.

³⁵⁶ BONAMIGO, Irme Salette. Violências e contemporaneidade. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 204-213, jul./dez. 2008.

³⁵⁷ SILVA Jr., Jurandy do Nascimento. Violência: sintoma contemporâneo? Tese Doutorado em Psicologia UFRJ/IP. 2007.

Segundo Zaluar, a força se torna violência quando ultrapassa um limite ou viola que ordenam as relações, adquirindo carga negativa. É a percepção do limite, da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia cultural e historicamente.³⁵⁸ O termo não pode ser definido sem critérios e pontos de vista que podem ser institucionais, jurídicos, sociais e até mesmo pessoais. Engessar o conceito com uma definição fixa e simples significaria reduzir a tal ponto que a categoria deixaria de compreender diversas situações e singularidades que caracterizam as diferentes sociedades e suas transformações. Diante disso, existe a possibilidade da existência de inúmeras formas de violência relacionadas às inúmeras situações e espécies de normas estabelecidas.³⁵⁹ O conceito de violência se amplia com a ampliação do significado do que seja civilizado e pacífico.³⁶⁰ Segundo Paul Ricoeur, “a violência é exercida por um homem para outro homem, fazer mal é, de modo direto ou indireto, prejudicar alguém; o mal cometido por alguém encontra sua intersecção no mal sofrido por outrem”³⁶¹, para Michel Wieviorka, é aquilo que afeta existências singulares, pessoais e coletivas.³⁶² Na concepção de Yves Michaud, a violência acontece quando

um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais³⁶³

Essa conceituação contribui no sentido de que o comum entre as práticas está na ocorrência de um dano: que pode envolver diversos sujeitos, grupos, instituições e Estados e que pode agir sobre os corpos, a psiquê e a forma que os sujeitos se identificam e se relacionam com o mundo, seus os bens, seus recursos e, também, de modo geral, seus direitos e suas expectativas de direitos.³⁶⁴

³⁵⁸ ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Em Perspectiva*. v. 13, n. 3, 1999.

³⁵⁹ BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 204-213, jul./dez. 2008.

³⁶⁰ MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 23-38, 2019

³⁶¹ RICOEUR, Paul. *O mal um desafio à filosofia e à teologia*. São Paulo: Papyrus, 1988, p. 25.

³⁶² WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

³⁶³ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 10.

³⁶⁴ BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 204-213, jul./dez. 2008.

Na opinião de Misse, o primeiro cuidado que se deve ter em mente ao trabalhar a categoria violência é justamente lembrar que ao dizer de algo que ele é violento, não se está apenas descrevendo um evento, mas intervindo nele. Dizer que alguém é violento é agir sobre esse sujeito, é demandar que sobre ele se aplique algo parecido com a violência, o poder, para interromper a violência dessa pessoa³⁶⁵. Portanto, quem define o ato violento é quem detém o poder. E define o ato violento como aquele que transgrede as regras criadas pelo poder. Assim, em decorrência lógica, as regras que o próprio poder cria não são regras violentas, e os atos delas decorrentes não são caracterizados violentos. Por exemplo, os salários injustos que não permitem uma vida digna não são, em primeira análise, considerados uma violência. Ou, a abertura das academias e centros comerciais em meio a uma pandemia também não o são. É uma violência silenciosa, segundo Zaluar, é a chamada violência estrutural, um conceito utilizado para distinguir essa violência das que acontecem de outras formas, sem deixar de lembrar que isso leva a uma dificuldade, pois a violência se torna um sinônimo de desigualdade e exploração.³⁶⁶

Uma das questões centrais na definição de violência é se ela inclui, necessariamente, a fisicalidade na ação ou no efeito. Hartmann³⁶⁷ discorre que diversos teóricos propõem conceber a violência em termos de redução do corpo, ela deve ser entendida como primariamente física. Bobbio³⁶⁸ conceitua a violência por intervenção física de um sujeito ou grupo contra outro sujeito ou grupo. Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária e tenha por finalidade destruir, ofender e coagir. Em caráter exemplificativo, ele afirma que é violência a intervenção do torturador que mutila sua vítima; mas não a operação médica que busca curar o paciente. Na contramão dessa redução, entende-se que isso gera diversos pontos escuros no mundo – pontos que não podem ser bem compreendidos senão pela categoria violência. Assim, a centralidade na fisicalidade da violência acaba sendo, para o autor, uma opção próxima da noção de senso comum da violência – um dano físico intencional infligido por uma pessoa a outra. Pearce³⁶⁹ lembra que essa redução da violência à sua

³⁶⁵ MISSE, Michel. Dizer a Violência. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 165-166, jul./dez. 2008, p. 165.

³⁶⁶ ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Em Perspectiva*. v. 13, n. 3, 1999.

³⁶⁷ HARTMANN, Eddi. Violence: Constructing an Emerging Field of Sociology. *International Journal of Conflict and Violence*. v. 11, 2017, p. 1–9.

³⁶⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale, et al. 12. ed. Brasília: UnB, 1999.

³⁶⁹ PEARCE, Jenny. The Demonic Genius of Politics? Social Action and the Decoupling of Politics from Violence. *International Journal of Conflict and Violence*. v. 11, 2017, p. 1–9.

fisicalidade leva ao não reconhecimento de fenômenos que repetidamente causam danos como violência. Ainda assim pode-se argumentar que até mesmo a violência simbólica, por exemplo, gera danos psíquicos e, também, somáticos. A violência estrutural resulta em muitas formas de dano físico, por exemplo, quando uma criança sofre de desnutrição evitável. Contudo, essas violências nem sempre se manifestam nos corpos. Ela pode se manifestar nos símbolos e cultura, e não necessariamente por meio de sua fisicalidade – como a dominação dos poderosos por meio dos símbolos³⁷⁰. É uma violência na linguagem e em suas formas: das relações de dominação social que as formas de discurso habituais reproduzem, da imposição de um certo universo de sentido. Uma violência que consiste nas consequências do funcionamento regular dos sistemas econômico e político. Importante, pontuar que apesar dos esforços teóricos, o debate sobre os parâmetros mais amplos e mais restritos da violência permanece sem solução. No entanto, a busca para além do senso comum e da fisicalidade da violência tem levado a esforços para dar à categoria seu peso e significado distintos como fenômeno.³⁷¹

Porém, essa ideia de que violência é uma redução do corpo pode ser bem explorada quando se insiste na violência como uma severa forma de redução, não apenas do corpo, mas do ser. Isto é, a violência como uma pré-condição ontológica do ser – tal qual a alienação. Afinal, nessa linha de pensamento as relações entre sujeito e mundo sempre implicam em conflitos e, necessariamente, alguma redução do ser. A violência é precisamente aquele aspecto da interação humana que consiste na redução do ser. Ou, colocando em termos de uma teoria da aceleração, a redução da capacidade de sincronização do ser e, avançando, em termos de uma teoria da ressonância é a redução da possibilidade do ser estar sincronizado com o mundo e estabelecer relações significativas. Segundo Zaluar, ao longo das décadas, surgiram diferentes definições de violência, todas trazendo novos elementos e perspectivas para o debate, por exemplo: a violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro; a violência como a negação da dignidade humana; a violência como a ausência de compaixão; a violência como a palavra emparedada ou o excesso de poder. O que Zaluar entende de comum nessas definições é o pouco espaço existente para o aparecimento do sujeito que fica diminuído pela exibição da força física de seu oponente ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos

³⁷⁰ WALBY, Sylvia. Violence and society: Introduction to an emerging field of sociology. *Current Sociology Monograph*, v. 61, n. 2, p. 95-111, 2012.

³⁷¹ PEARCE, Jenny. The Demonic Genius of Politics? Social Action and the Decoupling of Politics from Violence. *International Journal of Conflict and Violence*. v. 11, 2017, p. 1–9.

que se negam ao diálogo.³⁷² Em termos de uma teoria da ressonância poderíamos dizer que o comum é o abafamento da voz do sujeito pelo Outro. Existe uma redução do sujeito e do mundo, a violência impede que sujeito e mundo existam um para o outro de forma ressonante, ela não é a destruição da relação, mas a destruidora dos eixos de ressonância e das capacidades necessárias para se ingressar em relações ressonantes. Quando Wendy Brown³⁷³ afirma que as famílias se tornam conchas, os casamentos se deterioram, a depressão, a ansiedade e outras formas de doença mental são onipresentes, a religião é comercializada e o patriotismo é reduzido ao apoio xenófobo, ela está falando de forma muito próxima da perda de eixos de ressonância. Na visão da autora a família e demais eixos (para ficar nos termos de Rosa) sofrem por causa da razão neoliberal (ou, pode-se dizer da aceleração social), sendo reduzidos a restos afetivos – ou, voltando para termos de Rosa, oásis de ressonância. Nesse sentido, tenta-se oferecer uma explicação da violência que leve em conta à sua multiplicidade como fenômeno social: a violência sempre produz suas próprias distinções, e sempre haverá divisões entre os aspectos da violência³⁷⁴, entender ela como fenômeno que não impede as relações, mas sim, que impede a estruturação dos eixos de ressonância, leva em conta essa multiplicidade, afinal para cada requisito e em cada eixo a violência poderá se manifestar de diferentes formas.

Para Ribeiro, quando se faz uso de expressões como “a violência da pandemia” ou “a violência da natureza”, o conceito de violência está sendo utilizado em sentido impróprio. Como visto, a violência, em sentido estrito, só existe nas relações entre indivíduos em contextos sociais específicos. A “violência da pandemia” é, portanto, uma violência social, com sua raiz nas relações que existem (ou passam a existir com a pandemia).³⁷⁵ Para Mauro Iasi, as dimensões da violência e da pandemia se encontram em um contexto histórico de pleno desenvolvimento de relações alienantes e reificadoras, que alterou a atitude dos indivíduos perante a morte, produzindo um estranhamento e anestesiando os sujeitos diante das diferentes

³⁷² ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Em Perspectiva*. v. 13, n. 3, 1999.

³⁷³ BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.

³⁷⁴ HARTMANN, Eddi. Violence: Constructing an Emerging Field of Sociology. *International Journal of Conflict and Violence*. v. 11, 2017, p. 1–9.

³⁷⁵ RIBEIRO, António Sousa. A violência em tempos de pandemia. In: REIS, José (coord.). *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2020, p. 113.

formas de manifestação da violência nesse período.³⁷⁶ Alienadas as relações humanas, é mais fácil compreender como, no início da pandemia, para alguns grupos era mais importante a recuperação da economia do que a vida dos trabalhadores, a volta às aulas presenciais do que a saúde dos professores, a reabertura do comércio do que a faltas de leitos intensivos.³⁷⁷ Para Iasi, a transformação da violência em rotina educou os indivíduos a ignorarem os mortos e a conviverem com a violência em suas diferentes formas de manifestação.³⁷⁸ A violência da pandemia é, portanto, uma violência que já habitava a modernidade. A insensibilização dos indivíduos diante das mortes da pandemia ilumina, para Mauro Iasi, um elemento ainda mais perturbador: o padrão da modernidade rompe os laços, permitindo que a morte seja de um Outro que não atinge o sujeito. As mortes na pandemia não geram solidariedade ou, mesmo, desconforto, mas sim indiferença. O autor aponta que se rompeu a identidade que liga os sujeitos uns aos outros.³⁷⁹ Em outras palavras, rompeu-se as relações de ressonância, mantendo-se apenas as relações desprovidas de relação (alienação).

Em relação à indiferença, é esclarecedor o relato de reportagem³⁸⁰ que narra fato do dia 11 de junho de 2021. Na ocasião, Maria Clara Gama, 27 anos, esperava Jair Bolsonaro e a comitiva presidencial com uma camiseta preta em homenagem ao SUS e um cartaz com os dizeres “Bem-vindo 500.000”, em referência ao número de óbitos registrados até aquele momento. A manifestante foi atacada com xingamentos pelos apoiadores do presidente e, aos gritos de piranha, cachorra e vagabunda, teve seu cartaz arrancado de suas mãos e rasgado.³⁸¹ Interessante, também, seu relato ao jornalista.

Estou respeitando o distanciamento social desde o início da pandemia, fazendo tudo o que posso. Vejo essas coisas acontecendo e parece que não é realidade. E eu não posso fazer nada. Sinto que morri também, não estou mais viva. Meu corpo está vivo, mas minha alma morreu junto com as pessoas. Todo mundo fala que um dia isso vai acabar, que vamos voltar à vida normal. Mas a gente nunca vai deixar de ser alguém

³⁷⁶ IASI, Mauro Luís. Pandemia e violência. *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n. especial, p. 655-666, 2020.

³⁷⁷ *Ibid.*

³⁷⁸ *Ibid.*

³⁷⁹ *Ibid.*

³⁸⁰ MATHIAS, Lucas. ‘Sabia do risco de levar até porrada’, diz jovem ofendida por bolsonaristas no Espírito Santo. *O Globo*, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/sabia-do-risco-de-levar-ate-porrada-diz-jovem-ofendida-por-bolsonaristas-no-es-25057313>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

³⁸¹ LOPES, Fernando Cruz; BRITO, Tânia Regina de; SANTOS, Beatriz Andreotti dos. Discursos de Jair Bolsonaro durante a pandemia de covid-19 e sua relação com a desinformação: um olhar pela análise de discurso. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, p. 01-22, 2022

que viu essa barbárie, essa indiferença com a vida. Nunca vamos voltar ao estado de antes. Vamos viver o resto das nossas vidas marcados por isso.³⁸²

A frase de Maria Clara: “mas a gente nunca vai deixar de ser alguém que viu essa barbárie, essa indiferença com a vida”, pode ser lida pelo conceito de indiferença moral que procura captar o silêncio ou inércia moral das sociedades capitalistas modernas face ao sofrimento humano causado pela sua própria estrutura. Um bom exemplo, são os eventos de 11 de setembro de 2001, quando o mundo inteiro lamentou a trágica perda de vidas humanas, ao mesmo tempo que poucas dessas lágrimas foram derramadas pelas vítimas da economia global que também morreram naquele dia, como as crianças que morrem de fome ou de doenças facilmente vacináveis/curáveis. A ideia é que enquanto muitos no mundo ocidental percebem os ataques terroristas como violência, poucos consideram o sofrimento habitual daqueles no mundo subdesenvolvido como algo além de um desastre natural. Isso demonstra que a sociedade moderna está presa em um processo de legitimação desse sofrimento para a sociedade civil, os danos causados pelas relações de produção (pelo círculo aceleratório) devem ser justificados.³⁸³

Segundo Dornelles³⁸⁴, diversas ações de negação da alteridade estão na base das políticas que buscam inventar inimigos, para gerar medo e indignação, possibilitando as políticas de exceção contra esses tais inimigos. Uma das características importantes no processo de construção da imagem do inimigo da sociedade é exatamente a não individualização de tal imagem, mas sim a construção de uma imagem abstrata e abrangente: o herege, a bruxa, o judeu, o comunista, o bandido, o terrorista e, na pandemia, pode-se dizer que é quem quer ficar em casa, o covarde, quem não quer voltar à normalidade e “fica de mimimi”. Há a criação de um movimento de construção discursiva de identidades coletivas em oposição – o Eu e o Outro. No contexto da pandemia brasileira, o Outro é todo aquele contrário ao progresso do país (em uma perspectiva econômica). Portanto, o Outro seriam os grupos que pregam o “fique em casa”,

³⁸² MATHIAS, Lucas. ‘Sabia do risco de levar até porrada’, diz jovem ofendida por bolsonaristas no Espírito Santo. *O Globo*, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/sabia-do-risco-de-levar-ate-porrada-diz-jovem-ofendida-por-bolsonaristas-no-es-25057313>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

³⁸³ PEMBERTON, Simon. A theory of moral indifference: understanding the production of harm by capitalist society. In: HILLYARD, Paddy *et al* (ed.). *Beyond criminology: taking harm seriously*. Londres: Pluto Press, 2004, p. 67-83.

³⁸⁴ DORNELLES, João Ricardo. A peste não é democrática: a construção do inimigo, a luta antifascista e anticapitalista no Brasil atual. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 275-281.

quem não questiona a mortalidade do vírus, os governantes que apoiam as medidas sanitárias e a mídia que noticia o avanço da doença³⁸⁵. Diante deste cenário, a alienação se caracteriza pela perda de significado nas relações entre os sujeitos que passam a se tratar com pura indiferença. Assim, os lentos, os fracos, os velhos são aqueles a quem se destina a violência – os indivíduos se perdem no meio da aceleração imposta violentamente na pandemia – são incapazes de acompanhar a modernidade, e por isso se tornam os indesejados, fracos demais e lentos demais para viver. É a perversidade que trata essa parcela de sujeitos como merecedores da violência. Por conta disso, uns devem sofrer na pandemia ante a impossibilidade de se colocarem sobre o ritmo do mundo, perecer como culpados por não conseguirem manter a velocidade, são culpados por desejarem parar e “quebrar a economia”. O mecanismo de violência como alienação é operado por uma figura carismática que emerge da insatisfação generalizada e se coloca como paladino da ruptura – ele rompe as possibilidades de relações ressonantes, as substituindo por câmaras de eco. As relações passam por uma redução da complexidade, o que sobrevive é o código binário amigo-inimigo (ou no caso saúde-economia), que visa construir e estabilizar um sistema de relações de ausência de relações.

Nesse contexto, a epidemia também permite entender as medidas que foram aplicadas de forma violenta contra aqueles que foram considerados lentos e obsoletos. O vírus atua conforme a imagem e semelhança da sociedade tardo moderna, replicando, materializando e intensificando para toda a população as formas dominantes de gestão necropolítica e biopolítica.³⁸⁶ Como coloca o professor Augusto Jobim, em vez de tratar individualmente a doença em cada pessoa, os dispositivos de segurança administram o risco, fazendo a gestão da mortalidade em uma quantidade aceitável. Não se trata de salvar os doentes, mas minorar as consequências da doença, sem prejudicar a circulação (ou melhor, a aceleração). O objetivo é administrar os resultados, gerir as mortes a um nível aceitável, deixando a circulação ocorrer. O professor apontava, no contexto inicial da pandemia, que era esperado o levantamento das quarentenas, com a administração das mortes vindouras, que seriam normalizadas em planilhas e gráficos.³⁸⁷ Segundo Renato Bittencourt, dentro do sistema capitalista, os trabalhadores são

³⁸⁵ ALAHMAR, Luana. “*O Brasil não pode parar*”: Necroliberalismo e convite à desobediência civil nos discursos Bolsonaroistas durante a Pandemia COVID-19. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021.

³⁸⁶ PRECIADO, PAUL. Aprendiendo del vírus. In: AMADEO, Pablo. (Org.). *Sopa de Wuhan*. ASPO, 2020, p. 163-185.

³⁸⁷ AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. Pandemia, vigilância e os perigos do “solucionismo” tecnológico. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

meros servos que devem enfrentar os riscos de contaminação para garantir os lucros. Caso seja inevitável a morte, que seja para o trabalhador precário, descartável e substituível, há uma relativização da morte pelo ultraliberal, em favor da manutenção da produtividade.³⁸⁸ Para o professor José Carlos, a questão é que as sociedades modernas não têm como principal objetivo a vida das pessoas, ao que tudo indica elas visam o aumento da margem de lucro (ou conforme o primeiro capítulo, as sociedades visam se estabilizar dinamicamente), para o professor brilha a evidência que o capitalismo se apoia em uma lógica assassina.³⁸⁹ Žižek³⁹⁰, além disso, afirma que o espalhamento do coronavírus também faz espalhar grandes epidemias de vírus ideológicos que estavam latentes na sociedade: novas práticas de desinformação, paranoicas teorias conspiratórias e racismos. Outro ponto é de Latour, que entende que existe na pandemia uma grande oportunidade para aqueles que querem implodir o “resto do Estado de bem-estar social, da rede de segurança dos mais pobres, do que ainda sobrou da regulamentação contra a poluição e, mais cinicamente ainda, de se livrarem de toda essa gente em excesso que atulha o planeta”.³⁹¹ Dornelles, de forma mais radical, afirma que desde a crise global do capitalismo, iniciada em 2008, percebe-se o surgimento e o crescimento de diferentes movimentos ultrarreacionários, com a respectiva ascensão de governos fundamentados nesses movimentos. Essa guinada não pode ser desvinculada da sua intrínseca relação com o capitalismo e o liberalismo, o que o autor chama de necrocapitalismo.³⁹² O autor aponta que o uso dessa palavra serve para expressar uma característica da lógica das práticas sociopolíticas contemporâneas, onde as dimensões da biopolítica e da necropolítica estão presentes mecanismos de dominação e controle social: a expressão da morte, a exploração, a opressão e a destruição de toda forma de vida, pois o seu objetivo não é o bem comum ou o bem-estar da humanidade, mas sim a acumulação ampliada do capital, o aumento da taxa de lucros e a sua contínua reprodução. Para

³⁸⁸ BITTENCOURT, Renato Nunes. Pandemia, isolamento social e colapso global. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 221, p. 168-178, mar./abr. 2020.

³⁸⁹ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

³⁹⁰ ŽIŽEK, Slavoj. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 21-28.

³⁹¹ LATOUR, Bruno. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. Trad. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. N-1 Edições. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/008-1>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

³⁹² DORNELLES, João Ricardo. A peste não é democrática: a construção do inimigo, a luta antifascista e anticapitalista no Brasil atual. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 275-281.

o autor aconteceu um rompimento com o pensamento liberal clássico, com o bem-estar social, com a preservação ambiental, com os direitos humanos e com a democracia. Afirma, portanto, que se vive a era do capitalismo de barbárie, o capitalismo da morte, o necrocapitalismo.³⁹³ A percepção de gestão da vida é reposicionada para uma compreensão dos modos de gestão da morte: dizer quem vive ou morre, definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Percebe-se a necropolítica na escolha dos indivíduos que irão ter acesso à saúde, quais poderão permanecer em isolamento e quais deverão retomar o trabalho. A promessa da autonomia individual não é mais o ponto central, ainda que subsista como promessa, o que importa é a instrumentalização generalizada do ser humano, com a reificação da vida e a banalização da existência.³⁹⁴

Contudo, há algo além, que o vírus explicitou, talvez até mesmo sublimou, a gestão individual da própria saúde. Como bem aponta Harvey³⁹⁵, em todas as partes do mundo é socializada uma visão aos trabalhadores de que eles devem se comportar como bons sujeitos neoliberais (culpar a si mesmos, quem sabe até Deus, caso algo de errado aconteça, mas nunca ousar sugerir que talvez seja culpa do capitalismo). É o que Baschet³⁹⁶ percebe entre a união do imediatismo, para o qual nada existe além do agora, com o modo neoliberal de gestão hospitalar, com seus frios cálculos. “Este ideal baseia-se na suposição de que é preciso fazer render e deixar perecer aqueles que não acompanham o ritmo altamente acelerado e concorrencial”³⁹⁷. Percebe-se esse ideal quando Rosa³⁹⁸ trata do limite do corpo humano na sociedade de aceleração: o corpo doente não acompanha o ritmo, as pessoas preferem não parar e sofrer a com a doença, o ideal da aceleração é o objetivo a (nunca) ser alcançado. Nesse sentido, a crise pandêmica, essa parada do capitalismo (do círculo aceleratório) não advém de fatores financeiros/econômicos/estruturais. A crise é do corpo humano, é o corpo que decidiu (ou melhor, necessitou) desacelerar. Bernardi fala aqui do corpo como à função biológica, uma vez

³⁹³ *Ibid.*

³⁹⁴ NEVES, Ciani Sueli das; FREIRE, Phablo. Vulnerabilização social e necropolíticas públicas no Brasil pós-2016: trabalho doméstico, pandemias e outras tragédias sociais em terrae brasilis. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 140-150.

³⁹⁵ HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 79-96.

³⁹⁶ BASCHET, Jérôme. *COVID-19: o século XXI começa agora*. Trad. Ana Luiza Braga. N-1 Edições. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/017>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

³⁹⁷ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Lavar as mãos, descolonizar o futuro*. N-1 Edições. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/006>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

³⁹⁸ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019.

que não é apenas o corpo físico que adocece, mas também à mente que entrou em uma fase de profunda passivação.³⁹⁹ Ainda assim, mesmo o sujeito *born and raised* no neoliberalismo consegue vislumbrar que existe algo de errado na resposta de algumas sociedades para a pandemia. “A gestão autônoma de si parece abrir falência durante a pandemia”⁴⁰⁰. A escrita da historiadora é precisa

Em meio à pandemia, aquela autonomia que parecia tão fácil e vencedora, pregada pelos empreendedores da autoajuda, não se sustenta sem o trabalho coletivo dos mais variados tipos humanos, dedicados a manter a vida de todos. A concorrência e o “cada um por si” também não aguentam sozinhos o tranco da pandemia, cujos efeitos pedem ciência, mas também empatia, sentimento impossível de ser contabilizado numa planilha de custos e gastos.⁴⁰¹

E continua de forma intensa,

Como suportar se ver totalmente dependente dos outros se, nos últimos anos, há um insistente elogio à responsabilidade individual pela própria saúde e pela própria felicidade? De que valem a concorrência e a autonomia promovidas no ideal empresarial contemporâneo – presentes no trabalho e nas relações familiares – quando se está com febre alta e falta de ar, ou quando há entes queridos nesse estado e o serviço de saúde colapsa?⁴⁰²

Como coloca Samuel Radaelli, o discurso meritocrático do mercado se sustenta pela reiteração, pois o mercado não seleciona os melhores, mas sim os mais baratos (aqueles que produzem mais em menos tempo), sejam produtos ou sejam pessoas, as quais necessitam abrir mão da sua dignidade e dos seus direitos. Os indivíduos são reificados, devem se encaixar nos cálculos de custo-benefício. Para o autor, essa lógica, aplicada na pandemia, leva a uma catástrofe. Segundo o autor, observa-se essa ideia até mesmo nos curados da Covid-19 que, ao sair dos hospitais, carregam cartazes com a frase “eu venci o Covid-19” – o verbo singular traz a crença de uma vitória individual, apesar de todos os envolvidos no cuidado com o paciente. Ao tratar como uma vitória pessoal, por mais que seja um comportamento irrisório, se tem uma pequena, e até inocente, mostra do quanto o cisão entre vencedores e perdedores orienta a percepção dos sujeitos, uma lógica onde a própria sobrevivência é vista como uma questão de

³⁹⁹ BERARDI, Franco Bifo. Crónica de la psicodéflación. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 35-44.

⁴⁰⁰ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Lavar as mãos, descolonizar o futuro*. N-1 Edições. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/006>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

⁴⁰¹ *Ibid.*

⁴⁰² *Ibid.*

força e mérito (e acrescenta-se, capacidade de voltar a ser veloz).⁴⁰³ Para Boltanski e Chiapello, a pessoa valorizada é aquela dotada de recursos que possibilitem que seja ativa para além trabalho. O indivíduo deve possuir a adaptabilidade necessária para ajustar suas expectativas e competências às demandas de um mundo que está em estabilização dinâmica, a autonomia para formular seus próprios projetos, a disposição para assumir riscos necessários da profissão, em razão do aumento da autonomia.⁴⁰⁴

Segundo Byung-Chul Han, o sujeito de desempenho é livre na medida em que não está exposto a qualquer tipo de repressão por instâncias de domínio externas. Contudo, ele também não é livre, pois existe uma pressão interna. Desse modo, o sujeito de desempenho desenvolve uma depressão e a violência vem de dentro.⁴⁰⁵ Ele não está submisso a ninguém, ele se positiva, ele se liberta para um projeto, mas ele só imagina ser livre. A autoexploração é muito mais eficiente, seu desempenho é muito mais intenso, pois ela se apresenta como liberdade. A sociedade de desempenho é uma sociedade de autoexploração. O sujeito explora a si mesmo até se consumir totalmente (*burnout*), além disso, surge a agressividade contra si, que pode levar ao suicídio. O que parecia ser um projeto de si se revela um projétil contra si.⁴⁰⁶ Para Pereira e Picelli, as políticas federais no combate à Covid-19 representaram a expressão da lógica competitiva generalizada. Para os autores, a gestão de Bolsonaro da pandemia transforma todos em potenciais vítimas de disposições sacrificiais em nome do capital (em nome da manutenção da velocidade). É um salve-se quem puder.⁴⁰⁷ Os indivíduos são constantemente influenciados a tomar a realidade apenas pela perspectiva da utilidade – o sujeito neoliberal precisa estabelecer um modo de comportamento de constante esforço que lhe garanta bem-estar financeiro, ou seja, uma forma de autosserviço em favor de sua prosperidade econômica que está diretamente entrelaçada com o sucesso na vida como um todo. Há uma chamada para a população de que somente o trabalho é solução para o problema, até mesmo os de ordem

⁴⁰³ RADAELLI, Samuel Mânica. A pandemia encontra a peste: o contentamento perverso e a covid-19. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 501-508.

⁴⁰⁴ BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *The new spirit of capitalism*. London: Verso, 2007.

⁴⁰⁵ HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Petrópolis, RJ :Vozes, 2017.

⁴⁰⁶ *Ibid.*

⁴⁰⁷ PEREIRA, Diogo Valmor; PICELLI, Pedro de Castro. Para além da necropolítica: pandemia, neoliberalismo e o homem médio. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 12-30, 2020.

sanitária (como uma pandemia).⁴⁰⁸ Enquanto o “fique em casa” prometia solidariedade e cuidado, o “Brasil não pode parar” elevava os cidadãos atomizados acima de qualquer empreitada coletiva e os liberava para expressarem sua mais completa vontade por meio de suas escolhas particulares: simplicidade com aparente lógica, idealismo com radicalismo.

Um bom exemplo é o estudo de Sarah Banet-Weiser, em sua análise dos casos da Levi's e da Chrysler pós-crise de 2008. A autora percebe que há um elemento de perigo na estética e nas narrativas poéticas dos anúncios publicitários, que é justamente um apelo implícito à aventura corajosa. Os anúncios capitalizam o desconhecido e a ansiedade. Eles suplicam ao público que se salve, como neoliberais otimistas e corajosos, reforçando a naturalidade dos perigos de um capitalismo empresarial neoliberal desregulamentado, posicionando o indivíduo empreendedor como a personagem central na narrativa da marca. Os anúncios mostram a crise como um momento perigoso e inevitável, colocando o indivíduo no centro da responsabilidade, como um salvador responsável, mesmo que o Estado ou a nação tenha abdicado do seu papel na crise.⁴⁰⁹ A crise econômica de 2008, assim como a pandemia, foi vista como um obstáculo inevitável na marcha progressiva do capitalismo, um obstáculo que os indivíduos foram chamados a superar como a uma obrigação moral e nacional. Foram usadas retóricas de esperança e meritocracia para manter a narrativa, bem como foi usado o mandamento neoliberal para os indivíduos para tomarem conta de si próprios. Em outras palavras, a cultura empresarial foi apresentada como o meio para que os indivíduos resgatassem a economia avariada.⁴¹⁰ Assim, em vez de chamar a atenção para as grandes falhas estruturais que contribuíram para a crise econômica global, ela foi enquadrada como uma oportunidade – na verdade, uma obrigação moral – para o indivíduo trabalhador.

A necessidade de tentar manter a aceleração social – especialmente na esfera da economia, acaba exigindo dos indivíduos uma aceleração demasiada da sua performance individual. É essa aceleração da necessidade de uma performance cada vez mais rápida que acaba por desenvolver um senso competitivo nos indivíduos – por conseguinte, eles abandonam seus projetos de vida, o que importa é correr para aumentar a produção, isso leva a um processo

⁴⁰⁸ FONSECA, André Dioneu; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020

⁴⁰⁹ BANET-WEISER, Sarah. O branding da crise. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p.163-196.

⁴¹⁰ *Ibid.*

de alienação.⁴¹¹ Ao contrário do sujeito estabelecer uma relação significativa consigo mesmo (focando na própria saúde e na realização de práticas de autocuidado), com o mundo (compreendendo o vírus como um Outro que exige atenção e respeito) e com os outros (entendendo que distanciamento não é indiferença, mas reconhecimento), ele acaba estabelecendo relações vazias de significado consigo (percebe-se como máquina que pode acelerar sem limites, “acha uma frescura” ficar em casa sem fazer nada), com o mundo (vê o vírus como um inimigo que deve ser derrotado para manutenção do sistema e a si como um soldado dessa guerra ou vê o vírus com total indiferença, seja porque considera ele uma “gripezinha”, seja porque acha que é tudo invenção da mídia), com os outros (vê quem se isola como medrosos, contrários ao progresso do país). A indiferença, o egoísmo, o narcisismo aparecem como expressão do individualismo. Portanto, de um lado há o individualismo como força positiva, vinculado às ideias de liberdade e igualdade e, de outro, o individualismo como produtor de situações de desagregação e anomia sociais.⁴¹² Como aponta Renato Bittencourt, no contexto da pandemia o anseio narcísico pela individualidade se torna uma violação do interesse comum, a pretensão de se manter a vida descompromissada com o tecido social é um delito.⁴¹³ Pode-se tomar essa ideia afirmando que manter a vida acelerada é uma violência, estimular a manutenção dessa vida acelerada é um crime.

Como coloca André Fonseca, o presidente Jair Bolsonaro constantemente terceirizou a responsabilidade de proteção contra o vírus aos próprios indivíduos.⁴¹⁴ Para o presidente, o problema do vírus era justamente a necessidade de utilizar medidas que desacelerariam a economia, causando o desemprego. O posicionamento do governo, portanto, segue o dogma neoliberal de responsabilizar os indivíduos pelas crises, o neoliberalismo incentiva os indivíduos a orientarem suas vidas pela perspectiva empresarial, oferecendo a compensação de uma participação mais direta nas decisões estratégicas sobre os assuntos – claro que isso não aumenta o poder dos indivíduos nas decisões relevantes, ainda que passe a responsabilidade

⁴¹¹ DUGNANI, Patricio. Hipermodernidade e a desaceleração do ritmo de vida provocada pela pandemia de Covid-19, *Comunicação & Inovação*, v.21, n. 47, p. 216-231. 2020.

⁴¹² VELHO, Gilveto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

⁴¹³ BITTENCOURT, Renato Nunes. Pandemia, isolamento social e colapso global. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 221, p. 168-178, mar./abr. 2020.

⁴¹⁴ FONSECA, André Dionei; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020.

pelos fracassos.⁴¹⁵ Assim, na perspectiva do presidente, para que a pandemia fosse rapidamente mitigada, o trabalhador (agente mais vulnerável à contaminação, por estar na linha de frente do trabalho) deveria ter suas atividades normalizadas. A ideia foi fazer uso do princípio da liberdade de “ir e vir”, da liberdade de mercado.⁴¹⁶ É o que se vê, por exemplo, na fala do presidente no dia 22 de abril de 2020, na saída do Palácio do Planalto, ele afirmou que o funcionamento das atividades comerciais seria a solução para o que de pior o novo vírus poderia causar à população: uma crise econômica e disse que: “o Estado não tem como zelar por todo mundo, lamento as mortes, mas é a realidade. Todo mundo vai morrer aqui. Não vai sobrar ninguém”.⁴¹⁷ Essa última frase exemplifica a falsa dicotomia entre vida e emprego, normalmente usando expressões de grande desumanidade, por exemplo, “morrer de vírus ou morrer de fome”, só a morte está presente no horizonte, como se não existissem outras possibilidades. As carreatas e manifestações pela volta à normalidade demonstraram a sintonia de parte da população com essa dicotomia.⁴¹⁸ Para André Fonseca, quando o presidente apresentou à população a ideia de que o isolamento é contrário à produtividade, nota-se um discurso orientado a fortalecer o princípio da concorrência (da aceleração). Como esse pensamento foi reproduzido por uma liderança política de enorme representatividade, parte da população passou a defender esse posicionamento de forma militante, enquanto outra parcela passou a relativizar as medidas de isolamento social, já que se encontrava no fogo cruzado da incoerência entre o prefeito, o governador e presidente, ou seja, os discursos do presidente e algumas posições do governo federal (como a campanha “o Brasil não pode parar”) animaram e levaram parte significativa da população a se colocar contra, ou simplesmente não praticar, as medidas de isolamento social.⁴¹⁹

Nessa lógica, o tempo que passou, passou, ficou para trás, não é mais produtivo. A rota é necessariamente ascendente e infinita. Na narrativa oficial e nos seus múltiplos tentáculos tudo se passa como se a cada minuto a humanidade estivesse melhor do que antes, como se a dor e as vítimas do processo, chamado de civilizatório, fossem

⁴¹⁵ *Ibid.*

⁴¹⁶ *Ibid.*

⁴¹⁷ BRASIL DE FATO. Bolsonaro volta a minimizar mortes por coronavírus: "É natural, é a vida". Brasil de Fato, 22 mai. 2020. In: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/bolsonaro-volta-a-minimizar-mortes-por-coronavirus-e-natural-e-a-vida>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

⁴¹⁸ SILVA, Ivandilson Miranda. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 05, n. 16, p. 1478-1488, Edição Especial, 2020.

⁴¹⁹ FONSECA, André Dione; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020

apenas um custo necessário, ou na melhor das hipóteses um sacrifício. Quando a dor, a morte, a barbárie, são assumidas como custo, elas passam a ser justificadas, e até desejadas e buscadas.⁴²⁰

Bolsonaro, segundo Lindner e Turtelli, segue a linha da necropolítica, subestimando a letalidade provocada pela doença, ao dizer “que alguns vão morrer pelo novo coronavírus, mas não se pode parar uma fábrica de automóveis porque tem mortes no trânsito”.⁴²¹ Para Vlafimir Safatle, foi um governo que trabalhava com afincamento e dedicação para a consolidação de uma lógica sacrificial e suicidária com foco nas classes vulneráveis do país. Um governo que não chora pela morte dos seus, mas que fomenta a indiferença.⁴²² E, por fim, como aponta Michel Löwy, caso Bolsonaro conseguisse impor sua orientação, o resultado seriam dez milhões de brasileiros mortos, um genocídio.⁴²³ Na condução da crise pandêmica foi possível perceber que o governo federal permitiu que as questões de saúde pública fossem ditadas pelas opiniões pessoais do presidente. Assim questões como pós-verdade e desinformação que já eram o cerne da política bolsonarista, passaram a fazer parte da gestão federal, claramente agravando a pandemia.⁴²⁴ Para Pereira e Picelli, projeto brasileiro no contexto da pandemia é suicidário, o país serve de laboratório para os limites do próprio sistema capitalista (de uma modernidade em aceleração social). O governo não mais se limita a administrar a morte de parcelas da população, mas levado pela racionalidade neoliberal, passa a cultivá-la.⁴²⁵ Segundo Norberto Bobbio, o ditador recorre a essas apresentações em público para demonstrar a sua potência, o seu público é uma multidão anônima, chamada apenas para ouvir e aclamar, não para expressar

⁴²⁰ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 28.

⁴²¹ LINDNER, Julia; TURTELLI, Camila. “Infelizmente, algumas mortes terão. Paciência”, diz Bolsonaro ao pedir o fim do isolamento. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/infelizmente-algumas-mortes-terao-paciencia-diz-bolsonaro-ao-pedir-o-fim-do-isolamento/>>. Acesso em: 27 mar. 2021

⁴²² SAFATLE, Vladimir. Este governo tem que cair: preservá-lo é ser cúmplice. *El País*. 20 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-03-20/este-governo-tem-que-cair-preserva-lo-e-ser-cumplice.html>>. Acesso em 21 mar. 2021.

⁴²³ LÖWY, Michel. *Isto se chama genocídio*. Instituto Humanitas Unisinos. 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/598470-isto-se-chama-genocidio-artigo-de-michael-loewy>>. Acesso em 23 jan. 2022.

⁴²⁴ LOPES, Fernando Cruz; BRITO, Tânia Regina de; SANTOS, Beatriz Andreotti dos. Discursos de Jair Bolsonaro durante a pandemia de covid-19 e sua relação com a desinformação: um olhar pela análise de discurso. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, p. 01-22, 2022

⁴²⁵ PEREIRA, Diogo Valmor; PICELLI, Pedro de Castro. Para além da necropolítica: pandemia, neoliberalismo e o homem médio. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 12-30, 2020.

uma opinião contrária, mas a cumprir um ato de fé.⁴²⁶ Assim, quando o presidente faz pronunciamentos apelando à aceleração e à desinformação como estratégia política central ele está, na verdade, criando câmaras de eco. Ele não busca uma resposta da sociedade, mas deseja que os dogmas da aceleração sejam altos o suficiente para abafar e alienar as vozes que buscam ressonância. Diante do avançar da pandemia, os discursos do presidente e alguns posicionamentos do governo federal demonstraram um negacionismo profundo: abertamente contra o isolamento social e ignorando todas as medidas de segurança definidas por instituições de saúde, a justificativa é de que “o país não vai pra frente, vai complicar a vida de muita gente. Quanto mais desemprego, mais violência”.⁴²⁷

O negacionismo é um fenômeno tanto social, quanto político – ele acarreta a produção e propagação de teses contrárias ao consenso científico, impactando no comportamento dos indivíduos. Simultaneamente, o negacionismo é conectado com interesses de grupos que buscam vantagens ao negar ou questionar esses consensos. Por exemplo, é de interesse da indústria do cigarro incentivar o negacionismo, pois o consenso científico levaria para práticas mais saudáveis dos sujeitos. Da mesma forma, alguns setores da indústria apoiam o negacionismo climático. Desse modo, o negacionismo não põe em xeque apenas os conhecimentos e métodos científicos, ele deslegitima os cientistas, as instituições, a própria ideia de autoridade. Em decorrência disso, o negacionismo leva a formas de associação coletiva caracterizadas por comportamentos radicalizados, hostis à crítica e à argumentação – esses grupos são verdadeiras câmaras de eco, em termos de uma teoria da ressonância, afinal não há espaço para voz do sujeito, o único som audível é do negacionismo conspiratório que não permite dissonância (a realidade). O negacionismo, portanto, dissemina opiniões desconfiadas ou indiferentes quanto ao valor social da ciência, produzindo efeitos no comportamento dos indivíduos, que passam a tomar decisões (por vezes vitais) para suas vidas com base apenas naquilo que lhes parece mais conveniente ou útil em cada momento – pode-se dizer que o negacionismo estimula a aceleração, pois normalmente fornece uma resposta pronta para que o indivíduo rapidamente saiba como agir, dispensando a reflexão sobre o que sua ação individual acarretará. Assim, para Duarte e César, não se pode desconsiderar os efeitos oriundos da coesão social formada pelos negacionistas, pois eles se tornam parte de um universo paralelo: o

⁴²⁶ BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

⁴²⁷ FONSECA, André Dionei; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020

negacionismo cria uma atmosfera social onde tudo se passa como se a negação coletiva os tornasse imunes à dúvida – uma espécie de ressonância negativa. No contexto da pandemia, o negacionismo gestou um ambiente caótico e favorável para que os indivíduos tomassem as decisões individualmente, sem saber em quem confiar, ou confiando em quem não deviam.⁴²⁸

A forte pressão para que a população se exponha à doença se choca contra todo o conhecimento técnico sobre o assunto. Deisy Ventura afirma que se tratando de saúde pública, palavras matam. A comunicação durante emergências é decisiva para a evolução de uma epidemia, cujo controle muito depende do comportamento dos indivíduos – a comunicação de risco durante a emergência é um dos principais pilares de enfrentamento. O primeiro passo é os sujeitos confiarem nas autoridades sanitárias, o segundo é uma comunicação clara. Assim, na comunicação a intencionalidade presidencial de não deixar a população se proteger como deveria é clara.⁴²⁹ Portanto, para a autora, é comprovável o impacto da propaganda federal sobre a propagação da doença no Brasil, em razão dos consistentes estudos internacionais sobre os efeitos do negacionismo.⁴³⁰ Deisy Ventura afirma que ocorreram tanto a negação, quanto a banalização dos efeitos nefastos da doença. As autoridades federais recorreram para essas duas técnicas, com uso de dados incorretos e versões infundadas gerando falsas polêmicas que vão convertendo o certo em duvidoso. Assim, há tanto o constante questionamento sobre os dados relativos à dimensão da pandemia, quanto falsas justificativas para o aumento do número de casos e óbitos.⁴³¹ Segundo ela, desde o início da pandemia o governo federal assumiu de um lado o negacionismo em relação à doença e, de outro, uma ação objetiva contra os governos locais que tentaram dar uma resposta efetiva. Foi, nas palavras da pesquisadora, uma política de extermínio, porque as populações mais atingidas foram as populações mais vulneráveis, existiu um perfil claríssimo das pessoas que foram mais atingidos pela doença, isso foi

⁴²⁸ DUARTE, André de Macedo; CESAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.

⁴²⁹ VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Há indícios significativos para que autoridades brasileiras, entre elas o presidente, sejam investigadas por genocídio. [Entrevista concedida a] INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601239-ha-indicios-significativos-para-que-autoridades-brasileiras-entre-elas-o-presidente-sejam-investigadas-%E2%80%A6>>. Acesso em 27 mar. 2021.

⁴³⁰ VENTURA, Deisy de Freitas Lima; PERRONE-MOISÉS, Cláudia; MARTIN-CHENUT, Kathia. Pandemia e crimes contra a humanidade: o “caráter desumano” da gestão da catástrofe sanitária no Brasil. *Revista Direito e Praxis*. v. 12, n. 3, p. 2206-2257, 2021.

⁴³¹ *Ibid.*

intencional em sua visão, uma política de extermínio como resposta geral da pandemia.⁴³² A autora também se preocupa em pontuar que não foi o caso de um governo federal que agiu no sentido de conter a pandemia mas fracassou. Existiu, sim, uma obstrução reiterada, com a justificativa de proteger a economia brasileira.⁴³³

Em outras palavras, para o presidente, a crise estabelecida pela pandemia não deve interferir nas atividades econômicas, mesmo que pessoas sejam expostas à doença. O mercado deve pensar em soluções para que a produção continue de maneira acelerada e a austeridade fiscal deve permanecer como baliza das decisões – ou seja, o presidente e o governo apostam na defesa dos interesses neoliberais, baseando o combate à pandemia na lógica da competitividade e do mercado.⁴³⁴ Essa escolha por aceleração afetou até mesmo o Poder Judiciário, em especial no que diz respeito às medidas de isolamento. Diversos julgadores negligenciaram as melhores evidências científicas e o dever de proteger a saúde pública, aderindo ao discurso presidencial e privilegiando as liberdades individuais e os interesses econômicos em detrimento das recomendações das autoridades sanitárias. Essas decisões, como coloca Deisy Ventura, levaram à exposição e ao contágio grupos vulneráveis, normalmente empregados que eram constrangidos a retomar o trabalho em atividades não essenciais.⁴³⁵ Os imperativos aceleratórios, também, influenciaram os governos locais. Em nota técnica para o IPEA, Bolívar Pêgo *et al* estudaram as tendências nas tomadas de decisão nos estados em relação às diretrizes quarentenárias, os autores afirmam que as medidas e as ações foram sendo elaboradas menos pela prevenção e atenção à saúde da população do que pela expectativa em atender a demandas sociais que aliviassem o impacto na economia. Segundo o documento, há evidências de que os diversos planos de retomada da economia cederam à pressão dos segmentos econômicos, dos trabalhadores desempregados querendo retomar seus empregos e, especialmente, pela sinalização do governo federal de que saúde e economia precisam caminhar

⁴³² VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Há indícios significativos para que autoridades brasileiras, entre elas o presidente, sejam investigadas por genocídio. [Entrevista concedida a] INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601239-ha-indicios-significativos-para-que-autoridades-brasileiras-entre-elas-o-presidente-sejam-investigadas-%E2%80%A6>>. Acesso em 27 mar. 2021.

⁴³³ *Ibid.*

⁴³⁴ FONSECA, André Dionei; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020

⁴³⁵ VENTURA, Deisy de Freitas Lima; MARTINS, Jameson. Between Science and populism: the Brazilian response to COVID-19 from the perspective of the legal determinants of Global Health. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 66-83, 2020.

juntas, com estabelecimento de protocolos que viabilizem a retomada gradual da economia, afinal, nas palavras do presidente, o desemprego pode ser mais fatal do que o vírus. Isso fez com que o número de óbitos voltasse a crescer em locais onde estava controlado, demonstrando como a opção pela “volta à normalidade” está associada com as mortes.⁴³⁶

Nesse sentido, uma chave de leitura para a atuação do governo federal está dois interessantes trabalhos^{437,438} que abordam o caso brasileiro de tratamento à pandemia como um *executive underreach* – quando o Poder Executivo deixa de abordar, dolosamente, um problema público, apesar de ser legalmente obrigado a isso. De acordo com os autores, essa prática é favorecida pela erosão da democracia liberal, pela desinformação e intensa polarização institucional. A ideia de *executive underreach* não trata de esforços infrutíferos, incapacidade técnica ou omissão: é necessariamente intencional. Em outras palavras, parte-se do pressuposto de que há recursos que possibilitam e normas que determinam a ação. A questão seria, então, o porquê o Executivo, praticar de certa forma uma contradição. Afinal, a tendência em crises é o Executivo buscar aumentar sua influência, para se manter no poder. Sobre isso, os autores apontam que o chefe do Executivo poderia estar apenas desinformado, resignado com a certeza da perda do cargo no futuro, buscando distrair a oposição, transferir as responsabilidades para outros atores políticos ou, pior, propositalmente se omitindo para alienar os eleitores. Para os autores, não há dúvidas sobre a omissão dolosa de obrigações constitucionais e legais inerentes ao cargo ocupado por Jair Bolsonaro. O governo federal, ao não ter um plano de ação concreto ou intenção de assumir responsabilidade, acaba por minimizar a gravidade da doença e contrariar as autoridades de saúde pública. Um bom exemplo das tentativas federais para obstruir as medidas adotadas por governadores e prefeitos foi a Medida Provisória número 926, de 20 de março de 2020, que centralizou os poderes para decidir sobre o funcionamento de rodovias, portos e aeroportos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A questão foi levada ao STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade número 6341, sendo decidido que a competência é concorrente entre os entes federativos na adoção das medidas de saúde pública. Interessante lembrar que o conteúdo da decisão foi constantemente distorcido pelo presidente,

⁴³⁶ PÊGO, Bolívar *et al.* Oito meses de pandemia no Brasil: medidas para o enfrentamento federativo e perspectivas com as vacinas. Nota técnica número 21. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. jan. 2021.

⁴³⁷ LOPES, Mariana Tormin Tanos; MEYER, Emilio Peluso Neder; LINHARES, Emanuel Andrade. Pandemia e Erosão da Democracia Constitucional: uma Análise dos Ataques à Transparência no Brasil. *RDP*, Brasília, v, 17, n. 96, p. 93-122, nov./dez. 2020.

⁴³⁸ POZEN, David; SCHEPPELE, Kim Lane. Executive underreach, in pandemics and otherwise. *The American Journal of International Law*, v. 114, n. 4, p. 608-617, 2020.

ele afirma que o julgado dispensou o governo federal de qualquer obrigação ou responsabilidade no enfrentamento do coronavírus.⁴³⁹ Assim, observando todas as ações deliberadas do governo federal (especialmente do presidente), oficiais ou não, entende-se como foi criado o cenário propício para omissão deliberada, *executive underreach*. Para os autores, esses atos possuem efeito cumulativo e contribuíram para o aprofundamento das crises política, sanitária e econômica.⁴⁴⁰

Essas opções políticas e governamentais restaram bem documentadas. No relatório final da CPI da Pandemia, a conclusão, pelas provas obtidas, é de que o Presidente da República assessorado por um gabinete paralelo defendia o atingimento da imunidade de rebanho por meio da contaminação coletiva pelo vírus. A estratégia era favorecer a propagação do novo coronavírus, contrapondo a adoção das medidas sanitárias, sobretudo o distanciamento social – apesar de toda a informação disponível apontando o alto risco e custo dessa estratégia. Dessa forma, o governo federal, de maneira reiterada, estimulou a população brasileira a seguir normalmente com suas vidas, sem tomar as cautelas necessárias com sua saúde. Para defender esse ponto de vista, invocava a proteção da economia, com uso de campanhas publicitárias com foco na economia e em detrimento da saúde, apregoando que o Brasil não podia parar.⁴⁴¹ Outro exemplo, foi a afirmação em acórdão Tribunal de Contas da União que a opção política do governo federal foi priorizar a proteção econômica, o relator até aponta a necessidade de se manter um ambiente econômico minimamente preparado para a retomada do seu crescimento no pós-pandemia, mas ressalta que a manutenção da integridade física e da preservação da vida não pode ser enxergada apenas pelo seu viés econômico, mas pelo direito de todo cidadão à vida e à saúde, garantias constitucionais que devem ser respeitadas.⁴⁴²

Sugerir a quarentena, isolamento físico e social e a suspensão das atividades produtivas, apesar de serem medidas agressivas do ponto de vista do desenvolvimento econômico, foram as soluções mais viáveis para que se pudesse evitar a infecção pelo vírus até então muito desconhecido. Incitar aglomerações, incentivar à retomada das

⁴³⁹ LOPES, Mariana Tormin Tanos; MEYER, Emilio Peluso Neder; LINHARES, Emanuel Andrade. Pandemia e Erosão da Democracia Constitucional: uma Análise dos Ataques à Transparência no Brasil. *RDP*, Brasília, v, 17, n. 96, p. 93-122, nov./dez. 2020.

⁴⁴⁰ *Ibid.*

⁴⁴¹ SENADO FEDERAL. *CPI da Pandemia*. Relatório Final. 2021

⁴⁴² TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório do Acórdão número 1.616/2020 do Processo TC 016.708/2020-2. Brasília: TCU, 2020.

atividades e acreditar na fatalidade do contágio são movimentos antipolíticos que remetem a vida à morte sem que isso cause responsabilidade.⁴⁴³

Claro que existiram (e existem) tentativas de responsabilização, apenas a título de exemplo, ainda em 2 de junho de 2020, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) enviou representação endereçada ao Tribunal Penal Internacional em razão do que entendem ilícitos perpetrados pelo governo federal e pelo Presidente da República no contexto da pandemia. A tese proposta na representação é de que foi privilegiado o interesse econômico em detrimento da vida e da saúde da população, com a incitação do cidadão brasileiro a descumprir todas as formas de distanciamento social para forçar a volta à normalidade – isso era feito especialmente pelas falas irresponsáveis proferidas ao longo dos primeiros meses da pandemia que acabaram por influenciar o comportamento dos cidadãos para o descumprimento das medidas necessárias ao combate do vírus, com o consequente aumento de casos e óbitos.⁴⁴⁴ De um ponto de vista criminológico, os esforços dos governos para reduzir o impacto nocivo da pandemia nas sociedades são igualmente importantes. Segundo Toine Spapens⁴⁴⁵, a negligência pode ser considerada como causadora de danos condenáveis na seara penal. Nessa linha de pensamento, o professor José Carlos, por exemplo, quando se questiona como qualificar as ações do governo federal durante a pandemia pondera se deveria ser utilizada a palavra crime, ou então, danos sociais.⁴⁴⁶ Afinal, não é possível ignorar essas ações, não se pode permanecer indiferente – especialmente porque esses crimes costumam permanecer invisíveis, é difícil combater crimes de Estado a partir das suas próprias estruturas institucionais.⁴⁴⁷ Para o professor, diante da pandemia, demonstra-se necessário pensar no Estado como um ator que deve ser reconhecido em suas responsabilidades, ou seja, é preciso enfrentar a realidade dos massivos danos sociais que foram produzidos pelo governo.⁴⁴⁸ Claro que esse difícil movimento de responsabilização demanda não apenas um saber criminológico voltado aos grandes danos sociais, mas também

⁴⁴³ AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Jair Bolsonaro e a pandemia: notas sobre práticas idiotas. *Almanaque de Ciência Política*, Vitória, vol. 5, n. 1, p. 01-12, 2021, p. 10.

⁴⁴⁴ AGRA, Walber de Moura. Bolsonaro e o TPI: relato sobre a representação formulada durante a pandemia de covid-19. In: ASANO, Camila Lissa *et al.* *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 4. São Paulo: Cepedisa, 27 ago. 2020.

⁴⁴⁵ SPAPENS, Toine. Is COVID-19 a Crime? A Criminological Perspective. In: AARTS, Emile *et al.* (ed.). *The new common: how the Covid-19 pandemic is transforming society*. Springer, 2021.

⁴⁴⁶ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁴⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁴⁸ *Ibid.*

políticas e estratégias institucionais globais capazes prevenir e combater esses danos.⁴⁴⁹ Além disso, na esfera individual, como aponta Deisy Ventura⁴⁵⁰, seria possível, na seara penal, responsabilizar os atores por dois crimes: (1) artigo 267, “causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos”⁴⁵¹; e (2) artigo 268 “infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”⁴⁵². De qualquer forma, o governo brasileiro ao estimular condutas aceleratórias da população, abstém-se politicamente de controlar o ritmo da vida, facilitando um flerte coletivo com a morte. Nesse sentido, o aprofundamento da racionalidade aceleratória e neoliberal, de generalização da concorrência como forma de conduta e da gestão de si como forma de subjetivação foi transformada em política pública pelo presidente. Para Pereira e Picelli, parece que a população brasileira é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma.⁴⁵³

Conforme o boletim *Direitos na Pandemia*, a estratégia de disseminação da doença promovida pelo governo federal, com a promoção do relaxamento irresponsável de medidas de contenção a nível local, o avanço do negacionismo científico, a omissão ou cumplicidade das instituições democráticas de controle diante de crimes continuados contra a saúde pública, e a banalização social da pandemia foram os grandes responsáveis pelo recrudescimento da doença.⁴⁵⁴ Em importante trabalho de compilação e crítica, o boletim *Direitos na Pandemia*, construiu uma linha do tempo em sua décima edição que demonstra a relação direta entre os atos normativos federais, a obstrução constante às respostas locais e a propaganda contra a saúde pública promovida pelo governo federal.⁴⁵⁵ As autoras afirmam que ao longo do ano de 2020, no âmbito federal, a pesquisa revelou a existência de uma estratégia institucional de

⁴⁴⁹ *Ibid.*.

⁴⁵⁰ VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. *Revista Direito e Praxis*. v. 12, n. 1, p. 102-138, 2021.

⁴⁵¹ BRASIL, Código Penal. Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 02 jan. 2022.

⁴⁵² *Ibid.*

⁴⁵³ PEREIRA, Diogo Valmor; PICELLI, Pedro de Castro. Para além da necropolítica: pandemia, neoliberalismo e o homem médio. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 12-30, 2020.

⁴⁵⁴ ASANO, Camila Lissa *et al.* *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 9. São Paulo: Cepedisa, 26 nov. 2020.

⁴⁵⁵ ASANO, Camila Lissa *et al.* *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 10. São Paulo: Cepedisa, 20 jan. 2021.

propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República.⁴⁵⁶ Em outras palavras, há uma correlação entre: (1) os atos normativos da União, como decretos e vetos presidenciais e; (2) a propaganda contra a saúde pública, o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de desinformação, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às medidas de saúde pública e promover o ativismo contra as ações necessárias para conter o avanço da Covid-19. Os resultados afastam a interpretação de que seria apenas incompetência ou negligência do governo federal na gestão da pandemia. Muito pelo contrário, as autoras entendem que a sistematização dos dados revela o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, com o objetivo confesso de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo. Para as pesquisadoras, essa foi uma violação sem precedentes do direito à vida e do direito à saúde dos brasileiros. Um dos exemplos que o boletim traz, por óbvio, é a campanha “o Brasil não pode parar”.⁴⁵⁷ Claro que a campanha desinformativa “o Brasil não pode parar” não é um caso isolado, antes reflete a própria continuidade de uma razão aceleratória, que se sobrepõe a uma ideia ressonante de sincronização com o ritmo do mundo. Ela conduz ao imperativo de crescimento e lógica sacrifício, em que os vulneráveis e incapazes (mais lentos) devem ser deixados para morrer para que os mais produtivos (mais rápidos) sobrevivam. É nesse tipo de posicionamento que se percebe os elementos da biopolítica: a racionalidade econômica como princípio de análise para todas as áreas do cotidiano.⁴⁵⁸ De certa forma, apostou-se em uma doutrina do choque.

Naomi Klein ensina que o neoliberalismo aprimorou a estratégia de esperar uma crise para dismantlar o Estado enquanto os cidadãos ainda se recuperam do choque. Ou seja, explorar crises e desastres é o *modus operandi* do neoliberalismo —precisa do desastre para prosseguir. A doutrina do choque, nas palavras da autora, buscar transformar em institucional o que a tortura faz individualmente nas celas de interrogatório. O melhor exemplo, para Klein, é o choque do 11 de Setembro, quando o “normal” de milhões de pessoas sumiu e o que existia era uma grande desorientação. A administração Bush explorou isso com maestria, transformando a consciência coletiva pós-trauma: expressões como “eixo do mal”, “fascismo

⁴⁵⁶ *Ibid.*

⁴⁵⁷ *Ibid.*

⁴⁵⁸ FONSECA, André Dione; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020

islâmico” e “segurança nacional” viraram máximas. Com uma população absorvida pela nova cultura, foi possível implementar todas as medidas desejadas. É assim que a doutrina do choque funciona: o desastre original — como uma pandemia — põe toda a população em estado de choque coletivo. O choque amansa uma sociedade inteira: como o preso aterrorizado que entrega os nomes de seus companheiros, as sociedades em estado de choque desistem de direitos que em outras situações teriam defendido com toda a força.⁴⁵⁹ Aqueles que acreditam na doutrina do choque estão convencidos de que somente uma grande ruptura — uma inundação, uma guerra, um ataque terrorista, uma pandemia — pode criar o tipo de tela branca que os economistas tanto procuram. São nesses momentos maleáveis, quando os indivíduos estão psicologicamente fragilizados e fisicamente esgotados, que esses “artistas” esfregam as mãos e buscam refazer o mundo conforme seus dogmas econômicos e aceleratórios.⁴⁶⁰ Em suma, como afirma Naomi Klein, primeiro os países sofrem o choque — guerras, ataques terroristas, golpes de Estado, desastres naturais, pandemia. Depois sofrem um segundo choque — com as corporações e os políticos, que exploram o medo e a desorientação do primeiro impacto para impor uma terapia de choque econômico. Por fim, as pessoas que se atrevem a resistir ao choque político são colocadas em choque uma terceira vez, se necessário — pela polícia, pelos soldados.⁴⁶¹ Citando um exemplo, quando Naomi Klein comenta a experiência no Chile de Pinochet, ela lembra que diante de números negativos na economia, os economistas afirmaram (em um padrão típico de Chicago) que o problema não estava na sua teoria, mas no fato de que ela não estava sendo aplicada com rigor suficiente. A economia chilena havia falhado no sentido de corrigir a si mesma e voltar ao equilíbrio harmonioso porque ainda existiam distorções: para que o experimento funcionasse, Pinochet deveria eliminar essas distorções — mais cortes, mais privatizações, maior velocidade.⁴⁶² Essa parece uma questão interessante, para solucionar uma crise a regra é continuar apostando na doutrina do choque, ou seja, para resolver a pandemia, que aflige uma sociedade estabilizada dinamicamente, continua-se apostando na aceleração.

Nessa linha, a pandemia da Covid-19 é, como aponta Arthur Bueno e esta tese, uma crise da aceleração. Afinal, sua ideia é de que é possível ler as diferentes posturas adotadas

⁴⁵⁹ KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

⁴⁶⁰ *Ibid.*

⁴⁶¹ *Ibid.*

⁴⁶² *Ibid.*

pelos governos como reações à interrupção forçada da aceleração.⁴⁶³ Nos primeiros momentos da pandemia o avanço do vírus exigiu, como visto no início desse capítulo, uma “desaceleração forçada” de amplos setores da sociedade. A doença “desacelerou forçadamente” uma sociedade que tinha como fundamentado a estabilização dinâmica.⁴⁶⁴ Isso não é apenas uma pisada no freio, mas um choque, uma brecha que o governo federal utilizou para apostar na ideia que a população continuaria a trabalhar apesar de existir uma doença grave em escala pandêmica assolando todo o globo. Arthur Bueno entende que isso pode ser compreendido em termos de uma “reaceleração exasperada”.⁴⁶⁵ Como visto anteriormente, na comunicação do governo e presidencial, presenciou-se a defesa de uma aceleração exasperada: o indivíduo não pode parar, o Brasil não pode parar, pois é preciso ser contra tudo aquilo que seja barreira à volta da normalidade. Para Bueno, quanto mais a continuidade da lógica da aceleração se torna inquestionável, tanto mais qualquer tentativa de desaceleração passa a ser visto com desconfiança, como exagero, até mesmo como conspiração.⁴⁶⁶ O pânico (o choque, o não saber refletir, só saber correr) da situação imprime velocidade à vida, submete a uma reaceleração exasperada.⁴⁶⁷ É a urgência em retornar o mais rápido possível à vida anterior e, principalmente, ao modo normal das atividades econômicas. Pouco importa que milhares morrem, é preciso acalmar o nervosismo do mercado e manter a economia girando a todo custo. Aqui é possível recordar do primeiro capítulo, o forte elo entre aceleração e capitalismo: o mundo parece ser constituído por entidades eternas, abstraídas dos processos concretos que as sustentam. Há um fetichismo capitalista que submete a vida ao ritmo incessante da acumulação infinita, um ritmo que não é imposto de fora, mas internalizado. Assim, para os indivíduos que se acostumaram com a velocidade, a desaceleração durante a pandemia é angustiante. E, para superar essa angústia, reacelerar, voltar para a normalidade, aparece como a melhor (ou única) escolha. A afirmação do presidente Bolsonaro de que “economia é vida” demonstra que não se trata de reconhecer os fundamentos vivos do sistema econômico, mas de forçar a continuação da única vida que deve ser mantida: a vida da economia. O autoritarismo do governo está na radicalidade com que se procura levar adiante o projeto neoliberal, com suas implicações fetichistas e aceleradoras, não se importando com a violência gerada por essa escolha. A reaceleração

⁴⁶³ BUENO, Arthur. A crise dentro da crise: aceleração e pandemia. *Pléyade*. n. 27, p. 27-41, jun. 2021.

⁴⁶⁴ *Ibid.*

⁴⁶⁵ *Ibid.*

⁴⁶⁶ *Ibid.*

⁴⁶⁷ *Ibid.*

exasperada é uma ação compulsiva para encobrir a própria impotência, segue-se a todo custo a vida normal para evitar o reconhecimento do caráter contemplativo das próprias ações.⁴⁶⁸

Parece importante, então, compreender primeiro como os sujeitos se encontraram após o choque inicial da pandemia – com a desaceleração e a imposição para voltar à normalidade, a imposição por mais aceleração. Para o professor Fabio Castro, o isolamento é um freio abrupto que atinge não apenas a produção, mas a própria sociabilidade, com eventuais dessincronizações e perdas de ressonância nas relações sociais.⁴⁶⁹ Esse *insight* é norte, a pandemia dessincronizou ainda mais os sujeitos. A pandemia atingiu uma sociedade em aceleração, lastreada na figura do empresário de si mesmo: para alguns, a irrupção da crise foi sentida até como alívio, apesar de forçada, a desaceleração foi libertadora, uma possibilidade de repensar os rumos da aceleração característica da subjetividade neoliberal.⁴⁷⁰ Claro que isso se aplica para uma minoria privilegiada de profissionais que pôde, respirar – por exemplo, uma alta classe média que pode apreciar a desaceleração como uma libertação do rígido regime de tempo capitalista. No entanto, é mais difícil esperar pacientemente a pandemia passar se a redução de velocidade é acompanhada pela queda na renda. Ou seja, o excesso de tempo disponível não foi considerado igualmente gratificante por todos.⁴⁷¹ O professor José Carlos afirma que a suspensão do mundo no início da pandemia pode ser lida como dois estados de ânimo, centrais no pensamento heideggeriano: o tédio e a angústia.⁴⁷² Para Dugnani, a desaceleração da pandemia causa no sujeito uma sensação de estagnação, incerteza e medo. O sujeito está acostumado com a competitividade e com as exigências de um mundo em aceleração social – ele precisou, entretanto, diminuir sua velocidade. Essa diminuição, segundo o autor, produz dor, um mal-estar nesse sujeito frente ao imperativo de aceleração.⁴⁷³ Entretanto, o autor aponta que os níveis de sofrimento estão, especialmente, nas pessoas que

⁴⁶⁸ *Ibid.*

⁴⁶⁹ CASTRO, Fabio Caprio Leite de. Reflexões sobre a pandemia, a crise brasileira e um possível horizonte de ação. In: KLINGER, Scoralick. (Org.). *Filosofia em Confinamento*. 1ed. Rio de Janeiro: Bataque, 2020, v. 1, p. 97-104.

⁴⁷⁰ BUENO, Arthur. A crise dentro da crise: aceleração e pandemia. *Pléyade*. n. 27, p. 27-41, jun. 2021.

⁴⁷¹ SUCKERT, Lisa. *Eine Neuordnung der Zeit? Zum Verhältnis von Zeitlichkeit, Kapitalismus und Staat im Zeichen der Pandemie*. Berliner Journal für Soziologie. 2022.

⁴⁷² SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁴⁷³ DUGNANI, Patricio. Hipermodernidade e a desaceleração do ritmo de vida provocada pela pandemia de Covid-19, *Comunicação & Inovação*, v.21, n. 47, p. 216-231. 2020.

não conseguiram reduzir sua velocidade (não puderam ficar em casa).⁴⁷⁴ Para o autor, portanto, não somente a desaceleração do ritmo de vida, nem sua manutenção em aceleração, são os responsáveis pelo aumento do mal-estar da população durante a pandemia, mas, a tensão entre os dois ritmos. O autor aponta que a falta de sincronia entre aceleração e desaceleração pressionou a saúde mental, levando ao aumento de doenças psíquicas.⁴⁷⁵ A conclusão, do autor, é que o sujeito da modernidade tardia sentiu falta de sincronia entre o tempo acelerado do mundo anterior, com o tempo desacelerado do mundo perante a pandemia de Covid-19. Essa falta de sincronia tem levado o humano hipermoderno a desenvolver, por exemplo, sintomas de estresse e ansiedade, além de apresentar quadros de depressão e *burnout*.⁴⁷⁶

Dunker afirma que a pandemia aumenta os traços psíquicos dos sujeitos, pois há um aumento da tensão e do conflito social, além disso, a pandemia pode trazer para a realidade o que antes era vivido somente como fantasia e possibilidade. Para o autor, a pandemia criou três perfis de sujeitos – o tolo, o desesperado e o confuso – (1) o tolo é quem sente tanto medo que precisa negar o que está acontecendo, falta capacidade ao tolo para ter medo, ele não entende que ter medo é importante, ela nega os acontecimentos, assim não precisa ser corajoso ou covarde; (2) o desesperado é o contrário: ele substitui o medo do que vem pelo exagero das angústias que já sente. Ele acha se sente impotente, a ameaça é tão poderosa que ele está condenado, só resta angústia e desamparo; entre esses dois polos existe (3) o confuso, transitando entre o tolo e o desesperado, ele não entende direito o que está acontecendo e não sabe direito como agir.⁴⁷⁷ Para Byung-Chul Han, a pandemia é um espelho que reflete as crises da sociedade – faz com que os sintomas das doenças sociais se destaquem com ainda mais força. O autor cita, por exemplo, o cansaço: a pandemia cansou e extenuou a todos, até mais do que antes, mesmo a inatividade do confinamento cansa. É um cansaço fundamental, que acompanha de forma permanente a vida como se fosse uma sombra. Segundo o autor, não é o ócio, mas o cansaço, que impera em tempos de pandemia. Na sua visão, os indivíduos se exploram voluntária e apaixonadamente, acreditando que na autorrealização – o que cansa não é uma coerção externa, mas o imperativo interno de ter que render cada vez mais. Os indivíduos, antes e durante a pandemia, se matam para se otimizarem, terem um melhor desempenho e formar uma boa imagem de si. Han coloca que há uma assimilação do mantra neoliberal, quem

⁴⁷⁴ *Ibid.*

⁴⁷⁵ *Ibid.*

⁴⁷⁶ *Ibid.*

⁴⁷⁷ DUNKER, Christian Ingo Lenz. *A arte da quarentena para principiantes*. São Paulo: Boitempo, 2020

fracassa, o faz por sua culpa. O vírus radicalizou esse delírio pela otimização que deixa todos frenéticos – algumas parcelas da vida podem ter parado na pandemia, mas o frenesi transformou a vida em sobrevivência. E, para o filósofo, a sociedade da mera sobrevivência perde completamente a capacidade de valorizar a qualidade de vida.⁴⁷⁸ A vida nunca foi tão transitória quanto é na modernidade tardia, diante da falta de ser, o que surge é o nervosismo. Nesse contexto, a aceleração do processo de vida seria uma tentativa de sair do vazio que anuncia a morte.⁴⁷⁹

Portanto, o indivíduo acostumado com a aceleração é dependente do ritmo frenético, e deixa de refletir sobre o caminho, ele apenas corre, sem olhar para onde, ele está mais interessado na sensação da velocidade do que na linha de chegada, ele é levado de maneira alienada pela sensação veloz das mudanças intensas e contínuas. Ele vive em vertigem, em incerteza, sempre com medo da queda.⁴⁸⁰ Esse foi o drama diário dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil terem que ir trabalhar, colocando em risco sua vida e dos seus familiares⁴⁸¹ Nesse sentido, como visto no segundo capítulo, o sujeito alienado está em busca constante para estabelecer relações ressonantes (o trabalhador deseja estar em sincronia com o ritmo do mundo), porém a alienação é o *default* na modernidade tardia – ele acaba entregando-se aos simulacros rápidos e instantâneos de prazer, que simulam a ressonância (ele pensa que acelerar para voltar à normalidade é sincronização e não violência). Recorda-se aqui outra parte do relato de Maria Clara: “Vejo essas coisas acontecendo e parece que não é realidade. E eu não posso fazer nada. Sinto que morri também, não estou mais viva. Meu corpo está vivo, mas minha alma morreu junto com as pessoas”. Ela não morreu, mas também não está viva – parece que vive em outro tempo, em outro mundo: a imposição pela aceleração fez o mundo passar rápido e ela que tentou sincronizar seu ritmo, tomando os cuidados devidos, ficou perdida, ficou alienada, não se reconhece no mundo, pois morreu junto com as pessoas.

A pandemia revela o quanto a sociedade é determinada por um futuro abstrato: o de uma acumulação capitalista girando em ritmo cada vez mais veloz. O sinal apocalíptico de uma

⁴⁷⁸ HAN, Byung-Chul. Teletrabalho, Zoom e depressão: o filósofo Byung-Chul Han diz que exploramos a nós mesmos mais do que nunca. *El País*. 22 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/cultura/2021-03-23/teletrabalho-zoom-e-depressao-o-filosofo-byung-chul-han-diz-que-nos-exploramos-mais-que-nunca.h%E2%80%A6>>. Acesso em 24 mar. 2021.

⁴⁷⁹ HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Petrópolis, RJ :Vozes, 2017,

⁴⁸⁰ YOUNG, Jock. *The vertigo of late modernity*. Los Angeles: Sage, 2012.

⁴⁸¹ SILVA, Ivandilson Miranda. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 05, n. 16, p. 1478-1488, Edição Especial, 2020.

singela desaceleração de partes do sistema, mesmo que momentânea, mostra em que medida essa forma de vida depende se estabilizar dinamicamente. Um mundo regido pela estabilização dinâmica não pode diminuir sua velocidade sem correr o risco de se desintegrar tal como existe. No entanto, a pandemia forçou exatamente a isso. Em outras palavras, os fundamentos aceleratórios da modernidade foram perturbados por uma contingência concreta, material e que não pode ser administrada pelas normas da aceleração.⁴⁸² Portanto, nesse momento da história, foi possível vislumbrar algo quase como uma superação da aceleração social. Como afirma o professor José Carlos, a pandemia oportunizou ver de maneira mais nítida e impactante, a imensidão do abismo para o qual o motor sem freios do progresso moderno está levando a humanidade.⁴⁸³ É inegável que pandemia representou um forte abalo na nova razão do mundo, possibilitando a visualização da falácia da competição meritocrática e seu individualismo patológico. Ela possibilita pensar novas práticas e modos de pensar, o resgate de modos de vida comunitários e uma compreensão ressonante (e não instrumental) da natureza.⁴⁸⁴

Para Christian Laval, a pandemia revela que a sociedade real não funciona por concorrência, mas, por cooperação/solidariedade social. E essa solidariedade não é apenas econômica, é uma solidariedade, que nos termos do segundo capítulo, é base para relações de ressonância. Para o autor, a pandemia revela a inutilidade do imaginário individualista, mostrando a dependência universal entre os corpos individuais, por meio palavra, do contato físico, do compartilhamento do espaço comum, ou seja, por meio de relações significativas.⁴⁸⁵ A pandemia iluminou o trabalho que realmente importa em uma sociedade, apesar de ser aquele normalmente mal pago e desprezado – não são os heróis do imaginário neoliberal, mas sim os técnicos de enfermagem, entregadores, funcionários da limpeza, caminhoneiros, professores, coletores de lixo e todos os trabalhadores invisíveis do cotidiano que produzem as condições básicas para exista uma vida comum.⁴⁸⁶ Nesse sentido, na opinião do professor Rodrigo Ghiringhelli, as lideranças políticas que agiram com responsabilidade, orientando suas decisões pelo consenso científico e reconhecendo a importância da liderança mundial da OMS como

⁴⁸² BUENO, Arthur. A crise dentro da crise: aceleração e pandemia. *Pléyade*. n. 27, p. 27-41, jun. 2021.

⁴⁸³ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁴⁸⁴ *Ibid.*

⁴⁸⁵ LAVAL, Christian. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. *Mediações*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, mai-ago. 2020.

⁴⁸⁶ *Ibid.*

fonte de respostas para a condução da crise, contribuíram para recolocar o debate político em seu devido lugar, ou seja: fora da política, não há salvação. As organizações da sociedade civil se destacaram também por sua capacidade de atuação em rede, tendo como base a solidariedade social para com populações vulneráveis ou o enfrentamento das desigualdades aprofundadas pela pandemia.⁴⁸⁷ Para o professor Manuel Valente, seria caso de emergir uma consciência coletiva de que cada um é responsável por si, pelos seus atos, e, no contexto da pandemia, mais do que nunca, é responsável pelo Outro, pelos Outros e, acima de tudo, pelo Nós.⁴⁸⁸

Assim, uma divisão foi imposta a todo instante na pandemia, sendo a primeira a da estabilização dinâmica (manutenção da aceleração) e a segunda a direção da busca por relações ressonantes (respeito ao ritmo do mundo, na tentativa de sincronizar o tempo). Frente a tudo isso, seria importante empreender esforços para manter eixos constitutivos de ressonância em detrimento de um cego determinismo na direção da estabilização dinâmica (aceleração).⁴⁸⁹ Logo, durante crise da Covid-19, o conceito de ressonância se associa à desaceleração para garantir que a vida fosse preservada na pandemia. Enquanto os aceleradores pregavam maior foco na economia e na volta à normalidade, a ressonância pedia cautela, ela requer respeito ao ritmo do mundo. É possível sim acelerar em alguns pontos, mas sem que essa aceleração impeça a relação ressonante, sem que ela emudeça o mundo, sem que cause alienação e violência. Claro que, como visto no segundo capítulo, não se defende uma ressonância total e duradoura com o próprio mundo, afinal isso acaba sendo uma tendência subjetivamente patológica, alienante e, em termos políticos, totalitária. Afinal, a alienação não apenas inevitável, mas também necessária para o desenvolvimento subsequente de relacionamentos ressonantes.⁴⁹⁰

Como visto acima, na crise da coronavírus, vendeu-se a ideia de que o mais saudável, o mais ativo, para não dizer o mais veloz e mais alienado, venceria. Entretanto, olhando sob o viés da teoria da ressonância fica aparente que é deveria ser valorizado um perfil mais

⁴⁸⁷ AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. Pandemia, encarceramento e democracia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁴⁸⁸ VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. Direitos e deveres em tempos de pandemia: reflexões intrinsecamente diversas e unitárias. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁴⁸⁹ FONSÊCA, Flaviano Oliveira; SANTOS, Jorgenaldo Calazans dos; SANTOS, Bruno Dias dos. O pós-pandemia em perspectiva – olhar da ética. *Revista expressão científica*. v. 6, n. 1, p. 45-55, 2021.

⁴⁹⁰ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019

moderado, mais reflexivo, mais ressonante. Ficar em casa não era preguiça,⁴⁹¹ mas sim resistência ao processo de aceleração social estimulado pelo governo federal durante a pandemia, uma tentativa de se sincronizar com um mundo que demandava um ritmo mais lento. Nessa linha de pensamento, segundo a teoria de Rosa, quando as pessoas afirmavam que queriam parar/desacelerar na pandemia, na verdade elas queriam um modo diferente de estar e se relacionar com o mundo. A velocidade só não é desejada quando leva à alienação: os sujeitos querem a chance de entrar em ressonância com pessoas, coisas e lugares.⁴⁹² Infelizmente, como visto no segundo capítulo, as relações de ressonância acontecem de forma particular com cada sujeito, nesse sentido alguns possuíam mais condições de manter essas relações de ressonância do que outras, no contexto pandêmico. Isso se deu, principalmente, pelo acesso a determinadas ações e possibilidades, como por exemplo, de poder realizar os trabalhos de forma remota, e assim poder conviver com a família (um eixo de ressonância) sem colocar em risco sua vida e de seus próximos.⁴⁹³ Portanto, nem todos tiveram a possibilidade de ficar em casa, condições materiais definiram quem seria mais afetado pela pandemia e pelos imperativos aceleratórios do governo federal – alguns estavam mais expostos tanto à doença causada pelo vírus quanto à doença informacional causada pelo presidente e seu governo (estavam mais propensos a serem alienados pela campanha “o Brasil não pode parar”).⁴⁹⁴

Assim, como aponta Arthur Bueno, a figura ausente, nas manifestações e opções do governo federal brasileiro, é de uma prática realmente transformadora, constituída por ações que confrontassem a pandemia, reconhecendo suas ameaças sem, contudo, sucumbir a elas ou as negar.⁴⁹⁵ Nas palavras do autor, seria necessário um esforço planejador capaz de equilibrar as exigências de desaceleração estabelecidas pela crise sanitária e os imperativos aceleradores próprios à sociedade capitalista. A pandemia tornava urgente a atuação do Estado, em uma coordenação internacional eficiente, com condições de estabelecer, em grande escala, medidas

⁴⁹¹ BITTENCOURT, Renato Nunes. Pandemia, isolamento social e colapso global. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 221, p. 168-178, mar./abr. 2020.

⁴⁹² SCHIERMER, Bjørn. Acceleration and Resonance: an Interview with Hartmut Rosa. *Acta Sociologica*, v. 47, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/page/asj/collections/virtual-special-issues/critical-theory>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

⁴⁹³ MALLMANN, Rafaela Weber. Relações ressonantes na pandemia: como o vírus afeta a dinamização da vida? *Revista Opinião Filosófica*. v. 12, 2021.

⁴⁹⁴ MORAIS, Rane Ferreira Rios Hollanda Cavalcante de. Aceleração social e fake news: a desinfodemia de Covid-19 no Brasil. In: NUNES, César Augusto *et al* (orgs.). *Anais de Artigos Completos do VI Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*. 2021, p. 86-94.

⁴⁹⁵ BUENO, Arthur. A crise dentro da crise: aceleração e pandemia. *Pléyade*. n. 27, p. 27-41, jun. 2021.

de desaceleração planejada.⁴⁹⁶ Desaceleração planejada, nesse sentido, seria ressonância, respeitar o ritmo adequado entre sociedade e mundo, seria sincronização. Como aponta Lisa Suckert, isso significaria o ressurgimento do Estado como um poder regulador político do tempo, intervindo ativamente na ordem cronológica da economia e da sociedade, não deixando as questões para a "mão invisível do mercado".⁴⁹⁷ Afinal, como observa Rosa, foi o Estado e não o vírus que paralisou as ligas de futebol e impediu que aviões cruzassem os céus.⁴⁹⁸ A interrupção da ordem temporal estabelecida, portanto, foi causada menos pela do que pelas intervenções governamentais destinadas a reduzir a disseminação rápida da Covid-19.⁴⁹⁹ O Estado teve que lidar, então, com essa tensão, essa colisão de diferentes lógicas temporais: a da normalidade que insistia na volta do acelerar e a da pandemia que necessitava o esperar. Em vez de aceleração, surgiram novos imperativos de desaceleração.⁵⁰⁰

Nesse sentido, algumas medidas estatais tinham como objetivo suavizar essa tensão entre diferentes lógicas temporais, parando temporariamente o tempo, por assim dizer. Bons exemplos no Brasil são as medidas que interromperam as prescrições, aumentaram prazos contratuais, modificaram data de vencimento no pagamento de impostos e impediram despejos. Percebe-se como a ideia é declarar o tempo pandêmico como um tempo diferente, há uma tentativa de sincronizar o mundo social com o mundo natural do vírus. Essas sincronizações demonstram como o Estado podia claramente definir segmentos da sociedade que seriam desvinculados do tempo antigo, tornando esses segmentos verdadeiros esferas capazes de absorver, pelo menos parcialmente, as convulsões causadas pela pandemia.⁵⁰¹ Nessas esferas, a lógica da aceleração foi substituída pela lógica da paciência (da desaceleração). Ainda que em um contexto específico e de forma limitada, isso demonstra como o Estado pode reorganizar o tempo social.⁵⁰² A questão que se colocava na época para Lisa Suckert⁵⁰³ e Hartmut Rosa⁵⁰⁴

⁴⁹⁶ *Ibid.*

⁴⁹⁷ SUCKERT, Lisa. *Eine Neuordnung der Zeit? Zum Verhältnis von Zeitlichkeit, Kapitalismus und Staat im Zeichen der Pandemie.* Berliner Journal für Soziologie. 2022.

⁴⁹⁸ ROSA, Hartmut. Pfadabhängigkeit, Bifurkationspunkte und die Rolle der Soziologie. Ein soziologischer Deutungsversuch der Corona-Krise. *Berliner Journal für Soziologie.* v. 30, p. 191-213, 2020.

⁴⁹⁹ SUCKERT, Lisa. *Eine Neuordnung der Zeit? Zum Verhältnis von Zeitlichkeit, Kapitalismus und Staat im Zeichen der Pandemie.* Berliner Journal für Soziologie. 2022.

⁵⁰⁰ *Ibid.*

⁵⁰¹ *Ibid.*

⁵⁰² *Ibid.*

⁵⁰³ *Ibid.*

⁵⁰⁴ ROSA, Hartmut. Pfadabhängigkeit, Bifurkationspunkte und die Rolle der Soziologie. Ein soziologischer Deutungsversuch der Corona-Krise. *Berliner Journal für Soziologie.* v. 30, p. 191-213, 2020.

era se essa reorganização perduraria para depois da pandemia. Rosa era confiante, via na desaceleração imposta pelo Estado uma oportunidade para uma mudança sustentável do rumo da sociedade. Por outro lado, Lisa era mais cética, e aqui se segue essa linha. Primeiro, deve-se lembrar, como dito nesse capítulo, que a desaceleração não foi experimentada uniformemente pelos sujeitos, enquanto para uns foi uma desaceleração agradável, para outros foi um abalo dramático. Para esse último grupo, a pandemia não representou tempo livre, mas perda de tempo – tudo que esses indivíduos queriam era recuperar o atraso, um retornar ao mais rápido possível à normalidade.⁵⁰⁵ E, em segundo lugar, as intervenções do Estado devem ser entendidas muito mais como medidas de curto prazo para mediar entre a lógica temporal da aceleração social dentro de um contexto de crise pandêmica do que, propriamente, uma reformulação sustentável do tempo.⁵⁰⁶

Melhor explicando, o Estado não estava pensando em quais esferas desacelerar, mas quais poderiam manter a velocidade, ou retomá-la o mais rápido possível. Isso se verifica nas políticas adotadas durante a pandemia, quais serviços são essenciais, quais as capacidades para eventos, quais medidas de prevenção, quem será vacinado primeiro. Todas essas escolhas simbolizam o Estado decidindo quem ficaria em ritmo de pandemia e quem retornaria à lógica da aceleração capitalista.⁵⁰⁷ Percebe-se, portanto, que a atuação do Estado em “parar a economia”, dito de forma simplória, não foi contra o capitalismo, não era contra o mercado, mas era sobretudo reivindicado pelos representantes do capital. Uma pandemia desenfreada, segundo o cálculo, seria muito mais cara e prejudicaria o crescimento econômico de forma mais permanente. Os países que ignoraram essas certezas científicas, como o Brasil, experimentaram sistemas de saúde sobrecarregados, mais mortes que a média global, e também recessões econômicas significativas. Ou seja, até se pode dizer em uma análise crua que as medidas sanitárias para combater a pandemia desafiaram a lógica da aceleração social, mas em uma análise mais profunda, tudo isto se deu pela expectativa de um regresso à normalidade o quanto antes.⁵⁰⁸ Dito de outra forma, a ideia era apenas mediar as lógicas temporais de combate a uma

⁵⁰⁵ SUCKERT, Lisa. *Eine Neuordnung der Zeit? Zum Verhältnis von Zeitlichkeit, Kapitalismus und Staat im Zeichen der Pandemie*. Berliner Journal für Soziologie. 2022.

⁵⁰⁶ *Ibid.*

⁵⁰⁷ *Ibid.*

⁵⁰⁸ *Ibid.*

pandemia com as da aceleração para, assim, manter o capitalismo salvo.⁵⁰⁹ Embora longa a citação, parece necessária a leitura da percepção de Byung-Chul Han

A China agora poderá vender seu estado policial digital como um modelo de sucesso contra a pandemia. A China exibirá a superioridade de seu sistema com ainda mais orgulho. E após a pandemia, o capitalismo continuará ainda mais vigorosamente. E os turistas continuarão a atropelar o planeta. O vírus não pode substituir a razão. É possível que até o estado da polícia digital no estilo chinês também chegue até nós no Ocidente. Como Naomi Klein já disse, a comoção é um momento propício que permite o estabelecimento de um novo sistema de governo. O estabelecimento do neoliberalismo também foi frequentemente precedido por crises que causaram choques. Foi o que aconteceu na Coreia ou na Grécia. Felizmente, após o choque causado por esse vírus, um regime policial digital como os chineses não chegará à Europa. Se isso acontecesse, como teme Giorgio Agamben, o estado de exceção se tornaria a situação normal. Então o vírus teria conseguido o que nem o terrorismo islâmico conseguiu. O vírus não derrotará o capitalismo. A revolução viral não vai acontecer. Nenhum vírus é capaz de fazer revolução. O vírus nos isola e nos individualiza. Não gera nenhum sentimento coletivo forte. De alguma maneira, cada um se importa apenas com sua própria sobrevivência. A solidariedade que consiste em manter distâncias mútuas não é uma solidariedade que nos permite sonhar com uma sociedade diferente, mais pacífica e justa.⁵¹⁰

Para o professor Augusto Jobim⁵¹¹, os governos e sociedades reagiram frente ao coronavírus buscando criar as soluções mais inovadoras para impedir qualquer transformação no modo de vida que causou a catástrofe (pode-se dizer que buscaram acelerar para permanecer no mesmo lugar). O capitalismo não entrou em suspensão, ele apenas diminuiu o ritmo das engrenagens: quem ficou em isolamento trabalhou à distância com metas duplicadas, porém a estabilização dinâmica produziu níveis diferenciados de sujeitos, alguns não podiam simplesmente acelerar remotamente. O objetivo era atender às exigências de combate à pandemia no curto prazo, sem renunciar à lógica da aceleração capitalista no longo prazo.⁵¹² Não foi ouvido o chamado de Bruno Latour, quando ele dizia que “é agora que devemos lutar para que, uma vez terminada a crise, a retomada da economia não traga de volta o mesmo velho

⁵⁰⁹ *Ibid.*

⁵¹⁰ HAN, Byung-Chul. La emergência viral y el mundo de mañana. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 97-112.

⁵¹¹ AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. Pandemia, vigilância e os perigos do “solucionismo” tecnológico. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁵¹² SUCKERT, Lisa. *Eine Neuordnung der Zeit? Zum Verhältnis von Zeitlichkeit, Kapitalismus und Staat im Zeichen der Pandemie*. Berliner Journal für Soziologie. 2022.

regime climático que temos tentado combater, até hoje em vão”⁵¹³ – ou ainda, que “à exigência do bom senso: retomemos a produção o mais rápido possível, temos de responder com um grito: De jeito nenhum!. A última coisa a fazer seria voltar a fazer tudo o que fizemos antes”⁵¹⁴. Essa foi a vitória da cultura da aceleração, a crença de que a manutenção do padrão normal de reprodução social resolveria as grandes questões apresentadas na pandemia. No caso, a aceleração é tida como certa e livre questionamento. Como aponta Christian Laval, um vírus não foi suficiente para mudar o mundo, não foi o fim do neoliberalismo: para o autor, as oligarquias neoliberais já estão no poder há muito tempo e desejam nele permanecer. Por isso, farão de tudo para se manter no poder, independentemente de qualquer pandemia.⁵¹⁵ Afinal, nenhum modo de pensamento se torna dominante sem a presença de todo um aparato conceitual que mobilize as ações, valores e desejos dos sujeitos.⁵¹⁶ O ideário do progresso também não desacelerou na pandemia – em outras palavras, pensando em termos de ressonância, a ideia do que é uma vida de sucesso (maior apropriação do mundo) também não desacelerou. Conforme apontava o professor Augusto Jobim ainda no alvorecer da pandemia, não parecia que seria uma crise derradeira do capitalismo ou que a pandemia significaria a chegada de um novo mundo. Pelo contrário, tudo indicava o recrudescimento do capitalismo mediante a abertura de novas rotas para o lucro, legitimadas pela recorrente ideia de que não existe alternativa.⁵¹⁷ Em outras palavras, não há alternativa para a estabilização dinâmica, não há outra modernidade, senão a modernidade em aceleração.

Não se quer com isso dizer que a aceleração social na pandemia foi uma vilã caricata, pois tal perspectiva não coaduna com os objetivos deste trabalho; ao contrário, partiu-se da ideia (primeiro capítulo) de que a aceleração social é um elemento intrínseco da modernidade – é o que define a sociedade moderna. A violência resultante dos impulsos aceleratórios, os reflexos negativos da aceleração na pandemia, não ocorre pelo o que aceleração é em si, mas sim pelas relações alienantes com o mundo que foram geradas na pandemia pelo fato do

⁵¹³ LATOUR, Bruno. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. Trad. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. N-1 Edições. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/008-1>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

⁵¹⁴ *Ibid.*

⁵¹⁵ LAVAL, Christian. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. *Mediações*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, mai-ago. 2020.

⁵¹⁶ HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁵¹⁷ AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. Pandemia, vigilância e os perigos do “solucionismo” tecnológico. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

governo federal brasileiro (e o presidente) não buscarem qualquer sincronização do ritmo da sociedade com o ritmo do mundo (mais lento, em razão do vírus). Ou seja, deveriam ser estimuladas relações com o mundo em um ritmo até mesmo pró-capitalismo, não é essa a questão, mas que fosse um ritmo que as pessoas não fossem alienadas e estimuladas à contrair à doença (e talvez morrer) o mais rápido possível como único destino (ou como único “remédio” para a economia). Assim, a violência que se apresentou durante a pandemia não é a pura violência produzida pela doença, mas sim a violência da indiferença, da competitividade, da exploração de si, do negacionismo, do fatalismo, em suma, da alienação. A pandemia expõe o que está (apenas sob certas lentes) escondido na estrutura social. A violência na pandemia é menos sobre o vírus, mas mais sobre a sociedade que ele encontra.

Sobre esse assunto, o professor Nereu Giacomolli se questionava no começo da pandemia: estaria o vírus revelando a ignorância, o analfabetismo vital, idiotias políticas, totalitarismos enrustidos, a tolice contagiosa da negação do perigo?⁵¹⁸ Parece que é possível dizer que a resposta é sim. Os sujeitos, no contexto da pandemia, conectaram-se partir de seu vazio (de seu desejo de manter a velocidade do mundo), em uma relação de vácuo, individualista, competitiva e narcisista. Isso já seria próprio da modernidade em aceleração que torna *default* relações de alienação (como visto no segundo capítulo), porém essa opção foi estimulada por um presidente e pelo seu governo, na forma de discurso, propaganda, mas também de atos normativos, como sustentado anteriormente. Desse modo, a alienação invadiu as relações na pandemia como um fenômeno de violência, cimentando indiferença e morte. A sociedade testemunhou a imposição de uma lógica aceleratória que foi utilizada para impedir a sincronização dos sujeitos com o mundo. Há um fatalismo, embutido nessa lógica. A aceleração levou à dessincronização e conseqüentemente para a alienação e à violência, o que já vinha sendo gestado na modernidade tardia. Isso se demonstra como espelho nas falas presidenciais: “vai todo mundo morrer”, “se não morrer de doença, morre de fome”, “a morte está aí, mas seja o que Deus quiser”, “só não pode ficar é parado, com medo de morrer”. Essa visão impede qualquer tentativa de sincronização e ressonância, ela é fatalista, não há saída. A violência, a morte, contudo, não eram uma fatalidade fruto exclusivo do vírus, é fruto do estímulo pela aceleração. Os imperativos aceleratórios, portanto, levados ao extremo impossibilitam qualquer capacidade de ressonância (qualquer possibilidade de Eros). Na aceleração que tem apenas fim

⁵¹⁸ GIACOMOLLI, Nereu José. Acerca do processo penal a partir do covid-19: reflexões. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

em si mesma, somente persiste uma lógica de aniquilação da própria humanidade (Tânatos). Segundo Eduardo Bittar, quando Tânatos ecoa, a condição hodierna se vê marcada pela marca da ressonância (negativa) do medo, do temor, da violência, de cujas ondulações os indivíduos não conseguem se libertar: essas ressonâncias tornam inaudíveis as vozes que falam a favor de Éros.⁵¹⁹ Quando se ecoou que o Brasil não podia parar se tornaram inaudíveis as vozes a favor da vida.

⁵¹⁹ BITTAR, Eduardo. C. B. Violência e realidade brasileira: civilização ou barbárie? *Rev. Katál.* Florianópolis v. 11 n. 2 p. 214-224 jul./dez. 2008, p. 222.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se este trabalho afirmando que parecia, no começo da pandemia de Covid-19, que existia a possibilidade do Brasil, ser um país referência no combate à pandemia – ou pelo menos, sofrer o mesmo destino de todos os países que aderiram às orientações das organizações internacionais e dos manuais científicos, isto é, sincronizar o ritmo da economia, com o ritmo do mundo – não abdicaram da aceleração, apenas escolheram quais esferas poderiam ou não manter a velocidade. Não foi o caso, hoje se sabe que o Brasil, com quase setecentas mil mortes foi um dos grandes epicentros da doença, mais mortes que a média global (ou de países com mesma realidade). A questão era investigar o porquê: nesse sentido foi proposta e vislumbrou-se nesse trabalho a confirmação da tese que a violência estrutural da modernidade, fruto do desequilíbrio da dialética entre alienação e ressonância gerado pela aceleração social (dessincronização), é agravada e explicitada no contexto brasileiro da pandemia de Covid-19. Mais precisamente, essa violência, dentro do contexto brasileiro da pandemia de Covid-19, é decorrência da forma dos atores sociais se relacionarem com o mundo, e que a opção política do governo federal pela aceleração social nos primeiros meses dessincronizou sujeitos e mundo produzindo mais violência na pandemia.

Como visto no primeiro capítulo, para Hartmut Rosa o nascimento da modernidade está caracterizado na emancipação do tempo em relação ao espaço. A modernidade é um processo de dinamização. Uma sociedade é moderna apenas quando consegue se estabilizar dinamicamente; quando é sistematicamente disposta ao crescimento/aceleração como meio de manter e reproduzir sua estrutura. Dessa forma, o verdadeiro motor da história (moderna) é o *aumento da velocidade*. Para compreender como a aceleração social se apresenta na sociedade moderna, Rosa recorre a uma divisão em três dimensões fundamentais: aceleração técnica, aceleração do ritmo da vida e aceleração das mudanças sociais. A primeira delas, a aceleração técnica, é a mais fácil de ser percebida, como no caso da aceleração dos transportes e das comunicações no último século. Ela ocorre no desenvolvimento tecnológico que possibilita reduzir o intervalo temporal necessário para realizar alguma atividade. Ela é uma aceleração intencional de processos direcionados a um objetivo, por exemplo viajar mais rápido.

A aceleração da transformação social se refere à velocidade na qual, de um lado, práticas e orientações de ação, e, de outro, estruturas associativas e modelos de relação se modificam. Para entender melhor essa dimensão, Rosa faz uso do conceito de *contração do presente*, o processo da diminuição da extensão de espaços de tempo para os quais os sujeitos

podem calcular suas condições de vida. O presente se torna cada vez menor e mais restrito, sofrendo pressão de acontecimentos do passado e, especialmente, dos que rapidamente virão do futuro. O sujeito vive sob a percepção de se estar em um declive escorregadio, ou seja, os diante de um presente cada vez mais contraído e de uma sociedade cada vez mais acelerada ele deve tomar decisões cada vez rápidas para, no mínimo, acompanhar as mudanças.

Isso leva a uma terceira dimensão da aceleração social, que é a aceleração do ritmo da vida. Essa dimensão se caracteriza pela reação subjetiva a percepção de escassez de recursos temporais. Ela se manifesta tanto pela experiência de “falta de tempo” e de “estresse”, quanto pelo aumento do número de episódios de ação e vivência por unidade de tempo. Essa terceira forma de aceleração pode ser definida por meio de um componente objetivo e um componente subjetivo. De forma objetiva, a aceleração do ritmo de vida implica em um encurtamento ou um adensamento de episódios de ação, como a diminuição do tempo de refeições, de sono, ou de conversa no interior das famílias, executa-se tarefas em um tempo menor, acelerando os processos ou encurtando o tempo disponível. A aceleração do ritmo de vida implica, também, na redução do intervalo de tempo entre o término de uma atividade e o início de outra (eliminação de tempo livre), ou pela sobreposição simultânea de tarefas (*multitask*). Por outro lado, subjetivamente, ela se manifesta em um aumento do sentimento de falta de tempo, de pressão temporal, da estressante obrigação por mais aceleração, além do medo de não conseguir acompanhar o ritmo do mundo.

Ao mesmo tempo, foi estudado que a aceleração social também se apresenta como enrijecimento social, em inércia. Para o sociólogo alemão, existem cinco categorias de inércia dentro da teoria da aceleração social: (1) os limites naturais de velocidade, como os limites do corpo humano; (2) as ilhas de desaceleração, locais que escapam dos processos aceleradores da modernidade; (3) a lentificação como efeito colateral disfuncional, como o congestionamento do trânsito (todos dentro de seus carros querendo se locomover mais rapidamente, literalmente parados); (4) desaceleração intencional, como movimentos ambientalistas ou retiros espirituais; e, por fim (5) o enrijecimento estrutural e cultural, a percepção cultural e filosófica que, apesar da dinamização constante das e nas sociedades modernas, persiste uma rigidez estrutural, uma cristalização dos movimentos, uma paralisação da história, que nenhuma aceleração será capaz de transformar.

Para compreender melhor essa união dos contrários, Rosa propõe o uso do termo *paralísia frenética*, tudo está paralisado, ao mesmo tempo que em constante frenesi. Isso que diferencia Modernidade e Modernidade Tardia, o “novo” está no fato de que a velocidade da

transformação social ultrapassou um limiar crítico “além do qual não se pode mais preservar a ambição de sincronização da sociedade como um todo e da integração social”⁵²⁰. A alta velocidade leva a uma não integração de acontecimentos paralelos, fragmentando, gerando perda de controle e capacidade de compreensão dos atores tanto no nível individual quanto no nível sociopolítico. Paralisia frenética significa, então, que nada permanece como é sem, no entanto, que haja a transformação de algo fundamental.

Estudou-se também que a aceleração social na Modernidade se tornou um processo autopropulsor, que coloca as três áreas da aceleração (técnica, mudança social e ritmo da vida) em uma interação circular, na qual se relacionam em um sentido de aumento. Aquilo que, de uma perspectiva micro aparenta ser a solução do problema da escassez temporal, por exemplo, a aceleração técnica de processos (criação de software para auxiliar na redação de artigos científicos, acelerando a produção acadêmica) se revela no plano macro, um elemento fundamental da aceleração da mudança social (aceleração da produção acadêmica como um todo) e, por sua vez do ritmo da vida (ler mais rápido os artigos produzidos para não ficar academicamente ultrapassado), que, por fim, levará ao desenvolvimento de uma nova aceleração técnica (softwares que fazem a leitura em voz alta dos artigos enquanto o sujeito realiza outra tarefa, por exemplo, dirige).

Além disso, existem três forças sociais motrizes, externas, que podem ser ordenadas como motores primários de cada uma das três dimensões da aceleração: o motor econômico, o motor estrutural e o motor cultural. O primeiro motor, o motor econômico representa a lógica capitalista e sua tendência à transformação do tempo em um bem escasso. O segundo motor externo do círculo aceleratório é o motor cultura, a cultura da Modernidade também está orientada para a aceleração, existe uma poderosa proibição moral de desperdício de tempo, que é o *éthos* da ética protestante. Ademais, na cultura ocidental moderna, a alternativa hegemônica como resposta ao problema da morte é, atualmente, *usufruir as opções terrenas em ritmo acelerado*, de modo mais claro, viver o máximo possível. Por fim, o terceiro motor apresentado pelo autor é o motor socioestrutural, o mecanismo de aumento de velocidade dos processos produtivos e desenvolvimentos sociais, uma vez que, com e a partir dela, perspectivas externas ao sistema e tendências à inércia são eliminadas. Em conclusão, essa relação se revela, primeiro, *economicamente*, como resultado da lógica de valorização do capital, *culturalmente*, como

⁵²⁰ ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 42.

consequência de uma imagem de mundo na qual a aceleração se torna o substituto secular da ideia de eternidade e uma estratégia para o reajuste entre tempo do mundo e tempo da vida, e, por fim, *estruturalmente*, como ligação entre aumento e temporalização da complexidade.

Depois de analisar como a aceleração social se apresenta na Modernidade Tardia e quais as causas para que ela continue acelerando, foram estudadas as consequências dessa aceleração. Compreendeu-se que a promessa fundamental da modernidade está sendo traída. Os espaços individuais e políticos de autonomia estão sendo drenados pela compulsão de acelerar e escalar. Na Modernidade Tardia na qual prevalece a paralisia frenética, a compulsão à aceleração obriga sujeitos, organizações e governos a se situarem de modo sempre reativo em vez de um conduzirem ativamente a vida individual e coletiva. Autodeterminação requer que as opções de ação permaneçam estáveis por um determinado tempo, que as condições de ação sejam suficientemente duradouras para que possam ser compreendidas e que haja tempo suficiente para se configurar a vida e a sociedade. Entretanto a sociedade em aceleração ultrapassou qualquer capacidade de estruturação e integração de sujeitos e sociedades, levando, assim, o projeto cultural e o processo estrutural de modernização a uma contradição insolúvel. O aumento constante da aceleração estaria levando a nada mais do que a “liquidação do mundo”, para a realização da única ideia original que o Ocidente produziu: o nada, o vazio.

No segundo capítulo foram investigadas, dentro da teoria crítica, as relações dos sujeitos com o mundo. Primeiramente, o foco se deu nas relações de alienação em torno da obra de Rahel Jaeggi. Foi visto que para a autora o conceito de alienação se refere a todo um acervo de categorias interligadas: alienação significa indiferença e divisão, mas também impotência em relação a si mesmo e a um mundo experimentado como indiferente e estranho, é a incapacidade de estabelecer uma relação com outros seres humanos, com as coisas, com as instituições sociais e consigo mesmo. Um mundo alienado se apresenta aos sujeitos como insignificante e sem sentido, como rígido e sem cor, um mundo que não é deles, ou seja, um mundo em que não se está "em casa" e sobre o qual se pode ter nenhuma influência. O sujeito alienado é um estranho para si mesmo, não se sente um sujeito capaz de dispor efetivamente do mundo, mas um mero espectador passivo à mercê de forças desconhecidas.

A alienação deve ser interpretada como uma relação inadequada que o sujeito estabeleceu consigo mesmo, com outros sujeitos ou com o mundo. O indivíduo, quando alienado, experencia sofrimentos como impotência, perda de controle, perda de autenticidade, conflitos internos e indiferença. Assim, uma forma de vida social é alienada (ou alienante) quando o indivíduo não pode se identificar com ela, quando não pode se realizar nela, quando

não podem tornar essa forma de vida “sua”. Segundo a autora, deve-se atentar que importa na alienação o fato de o indivíduo vivenciar os acontecimentos como se fossem um filme – o indivíduo não é ator da sua vida, nada decide. Igualmente, um mundo alienado se apresenta aos sujeitos como insignificante e sem significado, como rígido e empobrecido, como um mundo que não é seu, um mundo onde não se está em casa e sobre o qual não se tem influência.

Verificou-se que para Jaeggi, a alienação é um conceito fundamental da teoria ética, pois articula diretamente as condições que impedem a atualização da liberdade e outras importantes categorias. Mas também é um conceito-chave na filosofia social, pois pode ser usado para diagnosticar patologias sociais (deficiências nas condições sociais de autorrealização individual), bem como um conceito basilar na teoria social, porque pode operar não apenas como um diagnóstico, mas também como uma categoria descritiva e explicativa.⁵²¹ Nesse sentido, uma forma de vida social é alienada (ou alienante) quando o sujeito não pode se identificar com ela, quando não pode se realizar nela, quando esta não conversa com ele e, especialmente, quando ele não sente aquela vida como sendo a sua. Uma característica distintiva do conceito de alienação é seu duplo significado, de um lado a impotência e a falta de liberdade, mas também um definir característico da relação consigo mesmo e com o mundo. A ideia central, o insight, mais especificamente, é que a alienação não é interrupção, impedimento ou bloqueio, mas sim que alienação é um tipo de relação que prejudica o retorno do sujeito a si mesmo e à sua relação que lhe é própria com si e com o mundo, uma relação sem relação.

Além disso, estudou-se que para que a alienação seja analiticamente distinta como categoria crítica, é necessária alguma ideia do que é o não alienado e se apontou a obra de Hartmut Rosa. Para Rosa, o outro da alienação deve ser um tipo diferente de relação, a ressonância é o outro da alienação. Uma vez que a alienação é um modo de se relacionar com o mundo no qual o sujeito encontra o mundo como indiferente ou repulsivo, a relação contrária, dita não alienada, é aquela que permite o desenvolvimento de eixos constitutivos de ressonância. O oposto da alienação é o estar em contato com algo que realmente afeta o sujeito, mas que ao mesmo tempo o permite tocar o lado oposto. Trata-se, portanto de ressonância,

⁵²¹ ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo. Introduction. In: ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo (ed.). *From alienation to forms of life: the critical theory of Rahel Jaeggi*, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018.

como algo que muda e que não pode ser completamente controlado ou previsível – nunca se sabe quando a ressonância ocorrerá.

Para compreender a categoria ressonância é importante entender que, para Rosa, o modo como os sujeitos se relacionam está centrada na ideia de “autoeficácia” – a capacidade do sujeito agir e aprender, de entrar e manter relações sociais e de estar satisfeitos na qualidade geral da sua relação com o mundo – em última análise, é a capacidade do sujeito de ser confiante em si mesmo, de saber poder vencer os desafios, influenciar o mundo e realizar seus objetivos. Segundo o autor, altos níveis de autoeficácia geram relações positivas no comportamento social, nas realizações de aprendizagem, no estado de saúde e na satisfação geral com a vida. Por outro lado, baixos níveis produzem efeitos negativos, incluindo, em particular, o aumento retirada para a vida privada, reduzida disposição para se envolver em situações sociais e crescente insatisfação. A autoeficácia se torna um indicador importante para avaliar ou criticar a qualidade das relações com o mundo como um todo. Uma pessoa com grandes expectativas de autoeficácia será muito mais inclinada a perceber o mundo como um campo de desafios emocionantes do que alguém que não tem essa confiança, ou seja, a autoeficácia influencia na já vista estrutura do medo e do desejo. Do mesmo modo, na visão de Rosa, parece existir uma correlação entre as baixas expectativas de autoeficácia e os sintomas clássicos associados à alienação. Assim, é possível interpretar o projeto aceleratório da modernidade como um programa para melhorar a autoeficácia dos sujeitos, impulsionados por expectativas de ressonância, embora com base em um mal-entendido fundamental. O erro da modernidade estaria, então, não na esperança de ser possível para o sujeito melhorar sua relação com o mundo, mas na confusão de um conceito de autoeficácia muito orientado para uma visão tardo-moderna de expansão do indivíduo sobre o mundo. Os relacionamentos ressonantes são uma expressão da transformação adaptativa bem-sucedida do mundo, não de sua apropriação no sentido de expansão de recursos.

A ressonância é uma relação cognitiva, afetiva e corporal com o mundo em que os sujeitos são tocados, mas ao mesmo tempo também estão eles próprios ativamente tocando o mundo, sentindo-se eficazes no processo. Sujeito e mundo não podem estar tão interconectados que o movimento de um provoca necessariamente uma reação mecânica do outro. A ressonância é produzida apenas quando a vibração de um corpo estimula o outro a produzir sua própria frequência: cada um fala com sua própria voz. Ou seja, é muito diferente do conceito de eco, que não tem voz própria, o que ressoa em um eco nunca é uma resposta, mas apenas a voz original. A ressonância também não deve ser confundida com a consonância da harmonia, e

também a dissonância não significa alienação. A ressonância envolve necessariamente momentos de inacessibilidade e contradição, ela pressupõe a existência daquilo que é não assimilável; somente nesta base pode um Outro ser ouvido e responder sem que essa resposta seja um mero eco. Um bom exemplo é o amor em sua forma mais pura (na noção hegeliana de estar inteiramente consigo mesmo no outro).

Examinou-se que uma crítica das relações de ressonância passa pelas condições necessárias para estabelecer eixos estáveis de ressonância. Os eixos de ressonância ocorrem quando forma de relação que possibilita a repetição de tais experiências se estabelece e se estabiliza entre o sujeito e o mundo. Eixos de ressonância existem apenas onde o mundo ressoa no sujeito, onde o arranjo institucional facilita, encoraja e salvaguarda relações ressonantes. O silenciamento desses eixos representaria uma forma extrema de alienação, enquanto seu fortalecimento poderia gerar algo como uma relação de ressonância que perdura para além de qualquer experiência individual, de forma que ser descrita como ressonante, a relação com o mundo da vida como um todo. Rosa divide os eixos em horizontais (família, amizade e política), diagonais (relação com objetos, trabalho, escola e esportes) e verticais (religião, natureza e história).

Após o estudo dos eixos, foi visto que o projeto de modernidade é definido pela estratégia de aumentar o domínio da humanidade sobre mundo, mas é motivado pela esperança de se relacionar com o mundo de forma ressonante. Isto é, as práticas cotidianas são moldadas tanto pelo anseio por ressonância, quanto pelas tendências à reificação. Afinal, é característico do processo moderno de individualização a promessa de que todos podem e têm permissão para encontrar seus próprios lugares ressonantes. Dessa forma, as relações e práticas cotidianas dos sujeitos da modernidade tardia são marcadas pelas estratégias aceleratória: uma exigência de que a cada passo o mundo seja cada vez mais apropriado. A princípio, parecem dois princípios distintos e potencialmente incompatíveis: o de aumentar sua participação no mundo e maximizar seus recursos, por um lado, e o de melhorar suas relações em termos de uma teoria da ressonância, por outro. Rosa afirma que a modernidade tardia é caracterizada por uma colonização da primeira estratégia pela segunda. A ressonância não pode ser aumentada ou acumulada. Ainda assim, a esperança e o desejo de ressonância são um motor motivacional para o sujeito buscar maximizar os próprios recursos. De certa forma, o indivíduo entende que ter mais mundo ao seu alcance levará a mais encontros e, logo, a mais encontros ressonantes. O que a cultura moderna tardia visa é tornar as relações ressonantes acessíveis e controláveis. Tenta-se transformar a ressonância em algo disponível. Contudo, essa espécie de desejo e a

busca pela ressonância tendem a se tornarem nada mais do que uma corrida por câmaras de eco. A ressonância continua sendo a promessa da modernidade, mas a alienação é sua realidade.

Verificou-se que, do ponto de vista da teoria da ressonância, fica claro que a competição, como o modo central de socialização que permeia todas as esferas sociais, tende a promover, se não a força, o desenvolvimento da alienação como padrão. Assim, os sujeitos tardo-modernos são estruturalmente compelidos a adotar uma atitude em relação ao mundo orientada para torná-lo acessível como capital em uma luta competitiva, ou seja, para adotar uma perspectiva reificadora. Os sujeitos visam tornar o mundo comercializável (capital econômico) e, ao mesmo tempo, cognoscível, controlável e utilizável (capital cultural), aumentando sua própria participação no mundo por meio de mais relações economicamente interessadas com os outros (capital social) e, por fim, aumentam também sua atratividade, preparação física, saúde, criatividade e capacidade de desempenho (capital físico). Essa forma de se relacionar com o mundo não é simplesmente o resultado de uma concepção falsa do que é uma vida bem-sucedida. Em vez disso, é uma estratégia racional em uma formação social organizada competitivamente e orientada para a aceleração. Ele retira sua energia motivacional central não de um desejo por mais mundo, mais relações, mais chances de ressonância, embora isso certamente também desempenhe um papel, mas da ansiedade de ser deixado para trás e, assim, perder uma parte do mundo ou os recursos necessários para transformar. Ou seja, os sujeitos esqueceram que desejam a ressonância – melhor dizendo, esqueceram que deveriam correr atrás de ressonância, agora correm atrás dos recursos para estabelecer ressonantes.

No terceiro e último capítulo, analisou-se como a pandemia de Covid-19 ocasionou uma suspensão da aceleração social. Isso aconteceu, especialmente, pelo rápido avanço da doença. Ela foi descoberta no final de dezembro de 2019, em Wuhan, na China, e já no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde atribuiu a categoria de Pandemia. Diante de uma pandemia, de proporções não vistas no último século, foi pontuado que não existia (e não existe) uma fórmula, ou regra geral de como os países devem agir. Assim, como visto, os políticos tiveram que escolher entre duas opções básicas frente a pandemia: (1) alterar radicalmente a vida cotidiana e pedir à maioria dos cidadãos para ficar em casa; ou (2) mudar minimamente o cotidiano. A primeira opção tenta salvar vidas humanas, reduzindo as relações econômicas e sociais diretas, tanto quanto possível e a segunda opção mantém as relações. Independente das escolhas dos governos, é inegável que o frenesi causado pelo vírus, paradoxalmente, desacelerou o mundo. Entre o final de março e começo de abril de 2020 cotidiano de milhões de pessoas se modificou radicalmente.

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no dia 25 de fevereiro 2020, e o primeiro óbito três semanas depois, em 17 de março. As primeiras medidas oficiais de contenção foram anunciadas no dia 13 de março — momento que o Brasil registrava apenas 151 casos. Ou seja, era possível imaginar que existiam possibilidades de implementar um plano efetivo para mitigar o contágio. Contudo, verificou-se que as opções políticas tomadas no início da crise foram decisivas e determinaram os rumos da doença no país. O foco do capítulo se deu, dentro disso, nessas escolhas do governo federal, na demanda por mais aceleração ou retomada da aceleração anterior no contexto brasileiro dos primeiros meses da pandemia: o objetivo foi analisar se o governo federal brasileiro (e o presidente) agiu perante a pandemia buscando uma maior aceleração social, desequilibrando a sincronia entre sujeitos e mundo, alienando as relações e produzindo mais violência.

Constatou-se que o governo federal brasileiro apresentou um discurso de tentativa de minoração da problemática, o que atrasou o do combate à doença, diminuindo a eficácia das medidas adotadas. Essas opções políticas foram expostas melhor publicamente nos pronunciamentos oficiais ou informais do presidente Jair Bolsonaro, de conteúdo explicitamente negacionista. Em resumo, o presidente, já em março de 2020, apresentava as bases da estratégia desenhada pelo governo federal para “combater” a pandemia: 1) a negação da gravidade; 2) a rejeição às medidas não-farmacológicas indispensáveis para contenção do vírus, como o distanciamento social e, em casos mais graves, as quarentena; 3) a propaganda de medicamentos ineficazes, como a cloroquina; 4) a subordinação das questões de saúde aos imperativos econômicos; e, 5) a manipulação equivocada (e imoral) da ideia de imunidade de rebanho. Ou seja, o Brasil até acenou com políticas acertadas, mas mudou de rumo, exatamente no início da curva de crescimento dos casos. Apesar da rápida expansão da Covid-19 no contexto inicial da pandemia no Brasil, foi observado que seria enganoso, como coloca Deisy Ventura, considerar o fracasso da resposta do país como um resultado natural e esperado de um país não desenvolvido. Afinal, o Brasil era considerado o país em desenvolvimento mais bem preparado para enfrentar esse tipo de emergência por diversas organizações internacionais.

Consequentemente, as medidas de isolamento social foram motivo de intensa polarização. De um lado, posições embasadas em estudos científicos de instituições prestigiadas apontavam a necessidade de maior rigidez de medidas para impedir o contágio em massa, enquanto o outro lado centrava a preocupação nos efeitos das medidas na economia, elencando mais argumentos pertinentes à liberdade individual do que argumentos médicos. Apurou-se que a estratégia brasileira a nível federal foi contrariar a OMS, negar a doença, indicar remédios

sem comprovação científica, não incentivar o isolamento social e o uso da máscara, bem como a minimizar as mortes e a incitar o medo do desemprego e do caos econômico, tudo isso contribuiu para comportamento de risco dos sujeitos, possibilitando o aumento do contágio da população e até mesmo a morte. Essa resposta brasileira à pandemia foi classificada por observadores externos como uma das piores do mundo: o Brasil seria o pária da pandemia.

Como marco dessa estratégia desastrosa, examinou-se de modo mais detalhado a campanha “O Brasil não pode parar”, que veiculava desinformação e incitava à desobediência das medidas quarentenárias. Com ela, demonstrou-se que houve um sistemático esforço de impor imperativos aceleratórios por quem tem grande legitimidade na vida pública do país e foram mobilizados politicamente recursos para fomentar essa divisão em torno das medidas. Sob outro prisma, entendendo a pandemia como uma guerra, fica fácil compreender que a informação foi uma importante arma e a (des)informação que estimulava uma volta precoce à normalidade foi, portanto, uma arma violenta. Aliás, uma vez que a estratégia pensada para enfrentar a pandemia, foi uma estratégia de guerra, já está pressuposto que haverá morte e violência. O que se percebe, portanto, que aquilo que deveria ser uma questão de saúde enfrentada pela sociedade se torna um problema jurídico e social. Seguiu-se, então, diante da complexidade da pandemia fazer a análise viés da violência.

Verificou-se que a violência acontece quando um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. Essa conceituação contribui no sentido de que o comum entre as práticas está na ocorrência de um dano: que pode envolver diversos sujeitos, grupos, instituições e Estados e que pode agir sobre os corpos, a psiquê e a forma que os sujeitos se identificam e se relacionam com o mundo, seus bens, seus recursos e, também, de modo geral, seus direitos e suas expectativas de direitos. Somado a isso, foi analisada a ideia de violência como uma redução do corpo, que foi explorada como uma severa forma de redução do ser. Isto é, a violência como uma pré-condição ontológica do ser – tal qual a alienação. Nessa linha de pensamento, a violência é precisamente aquele aspecto da interação humana que consiste na redução do ser. Ou, colocando em termos de uma teoria da aceleração, a redução da capacidade de sincronização do ser e, avançando, em termos de uma teoria da ressonância é a redução da possibilidade do ser estar sincronizado com o mundo e estabelecer relações significativas. Em termos de uma teoria da ressonância pode dizer que o comum é o abafamento da voz do sujeito pelo Outro: a violência impede que sujeito e mundo existam um para o outro

de forma ressonante, ela não é a destruição da relação, mas a destruidora dos eixos de ressonância e das capacidades necessárias para se ingressar em relações ressonantes.

Após, constatou-se que a modernidade rompe os laços, fazendo com que as mortes na pandemia não gerem solidariedade, mas sim indiferença. Em outras palavras, rompeu-se as relações de ressonância, mantendo-se apenas as relações desprovidas de relação (alienação). Assim, percebeu-se que as ações de negação do Outro são a base das políticas que buscam inventar inimigos, para gerar medo e indignação, possibilitando as políticas de exceção contra esses inimigos: pode-se dizer que, no caso da pandemia, é quem quer ficar em casa, o covarde, quem não quer voltar à normalidade e “fica de mimimi”. Diante deste cenário, a alienação se caracteriza pela perda de significado nas relações entre os sujeitos que passam a se tratar com pura indiferença. Assim, os lentos, os fracos, os velhos são aqueles a quem se destina a violência – os indivíduos se perdem no meio da aceleração imposta violentamente na pandemia – são incapazes de acompanhar a modernidade, e por isso se tornam os indesejados, fracos demais e lentos demais para viver. A questão para o governo federal não foi, portanto, salvar os doentes, mas minorar as consequências da doença, sem prejudicar a aceleração. O objetivo é administrar os resultados, gerir as mortes a um nível aceitável, mantendo a velocidade. Além disso, o vírus explicitou a gestão individual da própria saúde, as pessoas preferem não parar e sofrer a com a doença. Isto é, os indivíduos são reificados, devem se encaixar nos cálculos de custo-benefício. Porém, observou-se que essa lógica aplicada na pandemia levou a uma catástrofe. Esse sujeito não sofre apenas uma pressão externa para continuar mantendo a velocidade, a pressão é, sobretudo, interna: a violência vem de dentro. O sujeito explora a si mesmo até se consumir totalmente (*burnout*), ou até morrer de Covid-19.

Isto posto, a gestão de Bolsonaro da pandemia transformou todos em potenciais vítimas de disposições sacrificiais em nome da manutenção da velocidade na economia. Essa forte pressão para que a população se exponha à doença se choca contra todo o conhecimento técnico sobre o assunto. A comunicação durante emergências é decisiva para a evolução de uma epidemia: palavras matam. Conforme o boletim Direitos na Pandemia, a estratégia de disseminação da doença promovida pelo governo federal, com a promoção do relaxamento de medidas de contenção, o negacionismo científico e a banalização social da pandemia foram os grandes responsáveis pelo recrudescimento da doença. Seguindo o exposto no boletim, demonstrou-se a relação direta entre os atos normativos federais, a obstrução constante às respostas locais e a propaganda contra a saúde pública promovida pelo governo federal. Afastou-se a interpretação de que seria apenas incompetência ou negligência do governo federal

na gestão da pandemia, muito pelo contrário, os dados revelam o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, com o objetivo confesso de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo. Um dos exemplos é, por óbvio, a campanha “o Brasil não pode parar”.

Alegou-se que, em vez de o sujeito estabelecer uma relação significativa consigo mesmo (focando na própria saúde e na realização de práticas de autocuidado), com o mundo (compreendendo o vírus como um Outro que exige atenção e respeito) e com os outros (entendendo que distanciamento não é indiferença, mas reconhecimento), ele acaba estabelecendo relações vazias de significado consigo (percebe-se como máquina que pode acelerar sem limites, “acha uma frescura” ficar em casa sem fazer nada), com o mundo (vê o vírus como um inimigo que deve ser derrotado para manutenção do sistema e a si como um soldado dessa guerra ou vê o vírus com total indiferença, seja porque considera ele uma “gripezinha”, seja porque acha que é tudo invenção da mídia), com os outros (vê quem se isola como medrosos, contrários ao progresso do país).

Nessa linha, apontou-se que a pandemia da Covid-19 é uma crise da aceleração. No início a doença exigiu uma “desaceleração forçada” da sociedade, porém o governo federal utilizou quase como uma doutrina do choque para apostar na ideia que a população continuaria a trabalhar apesar de existir uma doença grave, em outras palavras, uma aceleração exasperada. É a urgência em retornar o mais rápido possível à vida anterior e, principalmente, ao modo normal das atividades econômicas. Pouco importa que milhares morrem, é preciso acalmar o nervosismo do mercado e manter a economia girando a todo custo. Portanto, o indivíduo acostumado com a aceleração é dependente do ritmo frenético, e deixa de refletir sobre o caminho, ele apenas corre, sem olhar para onde, ele está mais interessado na sensação da velocidade do que na linha de chegada, ele é levado de maneira alienada pela sensação veloz das mudanças. O sujeito alienado está em busca constante para estabelecer relações ressonantes (o trabalhador deseja estar em sincronia com o ritmo do mundo), porém a alienação é o *default* na modernidade tardia – ele acaba entregando-se aos simulacros rápidos e instantâneos de prazer, que simulam a ressonância (ele pensa que acelerar para voltar à normalidade é sincronização e não violência).

Por fim, foi visto que, mesmo na desaceleração inicial da pandemia, o Estado estava menos preocupado em quais esferas desacelerar, mas sim com quais poderiam manter a velocidade, ou retomá-la o mais rápido possível. Analisou-se, então, que a atuação do Estado em “parar a economia”, não foi contra o capitalismo, mas era sobretudo reivindicado pelos

representantes do capital, pois uma pandemia desenfreada seria muito mais prejudicial ao crescimento econômico (e de forma mais permanente). Os países que ignoraram isso, como o Brasil, experimentaram tanto sistemas de saúde sobrecarregados, com mais mortes que a média global, quanto recessões econômicas significativas. Ou seja, até se pode dizer em uma análise crua que as medidas sanitárias para combater a pandemia desafiaram a lógica da aceleração social, mas em uma análise mais profunda, tudo isto se deu pela expectativa de um regresso à normalidade o quanto antes. Dito de outra forma, a ideia era apenas mediar as lógicas temporais de combate a uma pandemia com as da aceleração (sincronizar sociedade e mundo) para, assim, manter o capitalismo salvo.

Não foi objetivo desta tese apontar que a aceleração social na pandemia foi uma vilã caricata, ao contrário, partiu-se da ideia de que a aceleração social é um elemento intrínseco da modernidade – é o que define a sociedade moderna. A violência resultante dos impulsos aceleratórios, os reflexos negativos da aceleração na pandemia, não ocorre pelo o que aceleração é em si, mas sim pelas relações alienantes com o mundo que foram geradas na pandemia pelo fato do governo federal brasileiro (e o presidente) não buscarem qualquer sincronização do ritmo da sociedade com o ritmo do mundo (mais lento, em razão do vírus). Ou seja, deveriam ser estimuladas relações com o mundo em um ritmo até mesmo pró-capitalismo, não é essa a questão, mas que fosse um ritmo que as pessoas não fossem alienadas e estimuladas à contrair à doença (e talvez morrer) o mais rápido possível como único destino (ou como único “remédio” para a economia). Assim, a violência que se apresentou durante a pandemia não é a pura violência produzida pela doença, mas sim a violência da indiferença, da competitividade, da exploração de si, do negacionismo, do fatalismo, em suma, da alienação.

E agora, o que resta dizer? Passado o contexto pandêmico (é possível falar isso quando ainda se noticiam mortes nos jornais?) é preciso convocar a consciência histórica para evitar que sejam repetidos os mesmos erros do recente passado.⁵²² Não se pode permitir que essa violência durante a pandemia faça um corte entre o passado e o futuro, não pode ser inviabilizada a memória, um passado com fraturas que cria um futuro vazio.⁵²³ A sociedade não pode perder sua capacidade de (e instituições de) luto, pois isso pode ser um ponto de partida

⁵²² VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. Direitos e deveres em tempos de pandemia: reflexões intrinsecamente diversas e unitárias. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁵²³ SILVA, Ivandilson Miranda. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 05, n. 16, p. 1478-1488, Edição Especial, 2020.

para construção de relações de ressonância, aqueles que choram em conjunto pelos seus que partiram estão em uma relação repleta de conteúdo, estão em ressonância⁵²⁴ e esse é o primeiro passo para uma reflexão crítica do porquê estão chorando em conjunto. Para o professor José Carlos, há uma tendência na modernidade ao esquecimento e à invisibilidade, da imposição de um retorno ao considerado normal.⁵²⁵ É preciso um dever de memória constante e a reforma das instituições públicas e sociais para que se mantenha a capacidade de se ver nítido no horizonte o que não pode se repetir.⁵²⁶ Por essa razão que a estratégia de manutenção do progresso, da lógica da aceleração, é justamente sufocar a voz das vítimas, primeiro com a morte física, e depois com a morte hermenêutica, repetidamente.⁵²⁷ As milhares de pessoas morrendo e o sofrimento de seus familiares têm que ser incorporados aos registros da violência, pois não se deve esquecer que no mesmo momento que o Brasil registrava cento e treze mil mortos, um número que hoje se sabe é pequeno perto da totalidade, o governo realizava uma atividade em Brasília cujo nome era significativamente “O Brasil vencendo a Covid-19”.⁵²⁸ Por isso, para o professor José Carlos a maior revolução seria parar essa incessante fábrica de ruínas e puxar o freio de emergência do progresso, impedindo que a sociedade corra em ritmo acelerado para um futuro no qual cabe qualquer tragédia disfarçada de progresso. É preciso reconhecer o caminho percorrido, livrando-se do encantamento, para que se revelem os destroços no caminho.⁵²⁹ Para que essa interrupção possa ocorrer é preciso considerar a potencialidade de uma categoria fundamental: a memória. Especialmente a memória da violência, negada, ocultada, minimizada, justificada. Só é possível evitar a repetição com o reconhecimento pessoal, social e público da violência, do sofrimento e da injustiça.⁵³⁰

Caso todos estejam alienados, ninguém lembrará, pois só restarão as relações vazias de conteúdo. É como Enrique Dussel escreve, a revelação do Outro por seu grito desesperado em busca de justiça, depois por sua palavra que parte de si e não de um ser alheio é o momento

⁵²⁴ ROSA, Hartmut. *Resonance: a sociology of four relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019b.

⁵²⁵ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁵²⁶ *Ibid.*

⁵²⁷ *Ibid.*

⁵²⁸ IASI, Mauro Luís. Pandemia e violência. *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n. especial, p. 655-666, 2020.

⁵²⁹ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

⁵³⁰ *Ibid.*

em que o sujeito é despertado para a existência desse outro, que é outro e não o mesmo. Justamente por ser uma palavra através da qual o outro se diz, ela é uma provocação ao ouvinte que, impossibilitado de justificar tal palavra, ruma em busca ao emissor da palavra. Nessa busca, nessa resposta à provocação, o ser é obrigado a transcender a fim de encontrar o que é que grita, e encontra, ao transcender, não o que, mas quem grita. Encontra uma pessoa, um outro como sujeito autônomo, livre e distinto (não só igual ou diferente).⁵³¹ A pandemia surgiu como a possibilidade de uma repactuação ética, que não ocorreu naquele momento, mas que subsiste, dependendo da capacidade de um compreender o desamparo do outro como manifestação do desamparo do mundo.⁵³² Como coloca Marcel Baumann⁵³³, é necessário que sociedade alcance um entendimento comum, e não dividido, do passado violento para que possa seguir em frente. Nesse ponto, o reconhecimento e a ressonância entram em jogo como categorias que permitem pensar que os dois lados reconhecerão seus sofrimentos e perdas, pois todos serão ouvidos e poderão tocar o Outro. Se a esfera ressonante da política democrática é a única que possui vocação para ouvir os ecos dos ressentimentos⁵³⁴, buscando a superação dos ódios que lá se encontram, também pode ser ela responsável por ouvir os ecos dos imperativos aceleratórios, buscando superar as violências que lá se encontram. A pandemia, assim, mostrou que é possível uma reorganização temporária do tempo, foi um momento no qual muitas pessoas e instituições se tornaram mais conscientes de como a sociedade lida com o tempo. Esta circunstância oferece o potencial para uma reflexão mais aprofundada. No entanto, se a crise é de fato entendida como uma oportunidade para uma reorganização mais sustentável do tempo, a solução não pode residir em um simples retorno da lógica aceleratória anterior à Covid-19.⁵³⁵ É preciso discutir, por conseguinte, no futuro, as “formas de vida” dos sujeitos na sociedade moderna (em aceleração social), pois as formas de vida comportam a reprodução cultural e social da vida humana.⁵³⁶ Dito de outra maneira, necessário analisar o conjunto de

⁵³¹ DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 374.

⁵³² *Ibid.*

⁵³³ BAUMANN, Marcel M. Understanding the Other's "Understanding" of Violence: Legitimacy, Recognition, and the Challenge of Dealing with the Past in Divided Societies. *International Journal of Conflict and Violence*. v. 3. n. 1. 2009, p. 107–123.

⁵³⁴ ANSART, Pierra. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.

⁵³⁵ SUCKERT, Lisa. *Eine Neuordnung der Zeit? Zum Verhältnis von Zeitlichkeit, Kapitalismus und Staat im Zeichen der Pandemie*. *Berliner Journal für Soziologie*. 2022.

⁵³⁶ JAEGLI, Rahel. Rumo à crítica imanente das formas de vida. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 10. n. 4, p. 77-98, 2019.

práticas sociais que os sujeitos, por vezes, tomam parte sem refletir. Ou seja, as práticas sociais que se materializam nas instituições, de forma complexa e conexas, delimitando e permitindo as opções de ação. Os sujeitos tomam parte nessas práticas, vivem essas “formas de vida”, mas poderiam agir, poderiam viver de outra maneira. Por isso a crise é importante, ela permite refletir sobre as práticas e a readequá-las, a criticar e recriar formas de vida que até então eram tomadas como únicas e certas.⁵³⁷ Claro que para isso, o primeiro ato de resistência contra o terror da velocidade (contra a violência da aceleração) consistiria em levar mais tempo, também, e principalmente, para pensar.⁵³⁸

⁵³⁷ JAEGGI, Rahel. Um conceito amplo de economia. *Civitas*. Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 503-522, set./dez. 2018.

⁵³⁸ BREUR, Stefan. The Nihilism of Speed: On the Work of Paul Virilio. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 215-241.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. Bolsonaro e o TPI: relato sobre a representação formulada durante a pandemia de covid-19. In: ASANO, Camila Lissa *et al.* *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 4. São Paulo: Cepedisa, 27 ago. 2020.

ALAHMAR, Luana. “O Brasil não pode parar”: Necroliberalismo e convite à desobediência civil nos discursos Bolsonaroistas durante a Pandemia COVID-19. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021.

ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo. Introduction. In: ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo (ed.). *From alienation to forms of life: the critical theory of Rahel Jaeggi*, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018.

AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho. Pandemia, vigilância e os perigos do “solucionismo” tecnológico. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Jair Bolsonaro e a pandemia: notas sobre práticas idiotas. *Almanaque de Ciência Política*, Vitória, vol. 5, n. 1, p. 01-12, 2021, p. 10.

ANDRADE NETO, João. Participante ou observador? Uma escolha entre duas perspectivas metodológicas de estudo e aplicação do direito. *Revista Direito GV*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 869-891, set./dez. 2016.

ANSART, Pierra. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASANO, Camila Lissa *et al.* *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 2. São Paulo: Cepedisa, 23 jul. 2021.

_____. *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 6. São Paulo: Cepedisa, 30 set. 2020.

_____. *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 9. São Paulo: Cepedisa, 26 nov. 2020.

_____. *Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. Boletim número 10. São Paulo: Cepedisa, 20 jan. 2021.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. Pandemia, encarceramento e democracia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

- BAHIA, Lígia. Brasil toma medidas homicidas ao mudar de rumo na hora que a curva de casos aumenta. [Entrevista concedida a] BRITO, Gabriel. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 29 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597582-brasil-toma-medidas-homicidas-ao-mudar-de-rumo-na-hora-que-a-curva-de-causos-aumenta-entrevista-com-ligia-bahia>>. Acesso em 05 jan. 2022.
- BANET-WEISER, Sarah. O branding da crise. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p.163-196.
- BASCHET, Jérôme. *COVID-19: o século XXI começa agora*. Trad. Ana Luiza Braga. N-1 Edições. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/017>>. Acesso em: 09 abr. 2020.
- BAUMANN, Marcel M. Understanding the Other's "Understanding" of Violence: Legitimacy, Recognition, and the Challenge of Dealing with the Past in Divided Societies. *International Journal of Conflict and Violence*. v. 3. n. 1, p. 107–123, 2009.
- BAUMER, Franklin Le Van. *Main currents of western thought: readings in western European intellectual history from the middle ages to the present*. 3 ed. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1970.
- BERARDI, Franco Bifo. Crónica de la psicodéflición. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 35-44.
- BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- BITTAR, Eduardo. C. B. Violência e realidade brasileira: civilização ou barbárie? *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 214-224 jul./dez. 2008, p. 222.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. Pandemia, isolamento social e colapso global. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 221, p. 168-178, mar./abr. 2020.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale, et al. 12. ed. Brasília: UnB, 1999.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *The new spirit of capitalism*. London: Verso, 2007.
- BONAMIGO, Irme Salette. Violências e contemporaneidade. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 204-213, jul./dez. 2008.
- BRASIL DE FATO. *Bolsonaro volta a minimizar mortes por coronavírus: "É natural, é a vida"*. Brasil de Fato, 22 mai. 2020. In: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/bolsonaro-volta-a-minimizar-mortes-por-coronavirus-e-natural-e-a-vida>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 02 jan. 2022.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Parecer SFCONST/PGR nº único 100822/2020. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. Arguições de descumprimento de preceito fundamental 668/DF. 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ministro Luís Roberto Barroso. Arguições de descumprimento de preceito fundamental 668/DF. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. 2020.

BREUR, Stefan. The Nihilism of Speed: On the Work of Paul Virilio. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 215-241.

BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.

BUENO, Arthur. A crise dentro da crise: aceleração e pandemia. *Pléyade*. n. 27, p. 27-41, jun. 2021.

BUFREM, Leilah Santiago. A pandemia da Covid-19 no Brasil. *P2P & INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 101-120, set. 2020/fev. 2021.

BURIL, Bárbara. Apropriação, articulação e volições de segunda ordem: sobre um sujeito de volta a si mesmo. *Kínesis*, v. 10, n. 22, p.1-12, 2018.

CARAÇA, João. A separação de culturas e o declínio da modernidade. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 81-96.

CARVALHO, Priscila Ramos; CASTRO, Paulo César; SCHNEIDER, Marco André Feldman. Desinformação na pandemia de Covid-19: similitudes informacionais entre Trump e Bolsonaro Em *Questão*, v. 27, n. 3, p. 15-30, 2021

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTRO MOURA, Julia. “o Brasil não pode parar”: um movimento enunciativo/discursivo que pode contaminar o direito fundamental à saúde em tempos de pandemia. *Revista Linguagem*, São Carlos, v.40, Número temático. Covid-19: uma pandemia sob o olhar das ciências da linguagem, 2021, p. 213-226.

CASTRO, Fabio Caprio Leite de. Reflexões sobre a pandemia, a crise brasileira e um possível horizonte de ação. In: KLINGER, Scoralick. (Org.). *Filosofia em Confinamento*. 1ed. Rio de Janeiro: Batuque, 2020, v. 1, p. 97-104.

CEPEDISA. *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil*. 20 jan. 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

CHARI, Anita Sridhar. *A political economy of the senses: neoliberalism, reification, critique*. New York: Columbia University Press, 2015.

CICHELERO, César Augusto. *Eticidade Democrática: a liberdade social no consumo para o enfrentamento da crise ambiental e a proteção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Caxias do Sul.

COUPLAND, 1991, apud ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 93.

CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CRODA, Julio Henrique Rosa; GARCIA, Leila Posenato. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. *Epidemiologia e Serviço de Saúde*, v. 29, n. 1, 23 mar. 2020.

CUETO, Marcos. O Covid-19 e as epidemias da Globalização. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 2020. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/o-covid-19-e-as-epidemias-da-globalizacao/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____. O que um historiador da saúde tem a dizer sobre a pandemia do novo coronavírus (Covid-19)? Entrevista de Marcos Cueto a Bruno Leal. *Café História: história feita com cliques*. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/umhistoriador-da-saude-fala-sobre-novo-coronavirus/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORNELLES, João Ricardo. A peste não é democrática: a construção do inimigo, a luta antifascista e anticapitalista no Brasil atual. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 275-281.

DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan; ROSA, Hartmut. *Sociology, capitalism, critique*. New York: Verso, 2015.

DUARTE, André de Macedo; CESAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.

DUGNANI, Patricio. Hipermodernidade e a desaceleração do ritmo de vida provocada pela pandemia de Covid-19, *Comunicação & Inovação*, v.21, n. 47, p. 216-231. 2020.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *A arte da quarentena para principiantes*. São Paulo: Boitempo, 2020

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

EMERIQUE, Lilian Balmant. Enfermidade democrática na pandemia da covid-19. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 296-305.

FONSECA, André Dioneu; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. *Ágora* (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 58-75, julho-dezembro, 2020

FONSÊCA, Flaviano Oliveira; SANTOS, Jorgenaldo Calazans dos; SANTOS, Bruno Dias dos. O pós-pandemia em perspectiva – olhar da ética. *Revista expressão científica*. v. 6, n. 1, p. 45-55, 2021.

FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FUCHS, Christian. Vida e comunicação cotidianas no capitalismo da coronavírus. *Matrizes*. v.14, n. 2, maio/ago. 2020.

GAUER, Ruth M. Chittó. Conhecimento e aceleração: (mito, verdade e tempo). *Revista de História das Ideias*, v. 23, p. 85-96, 2002, p. 87.

_____. *Catástrofes e tragédias coletivas*. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

GIACOMOLLI, Nereu José. Acerca do processo penal a partir do covid-19: reflexões. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

GIBIN, Fernando Curtti; RUIZ, Marco Antonio Almeida. “Fique em casa” e “o Brasil não pode parar”: a polêmica nos discursos em tempos da pandemia da covid-19. In: SILVA, Mariana Morales; CARVALHO, Lílian Pereira de; SANTOS, Júlio Antonio Bonatti (orgs.). *Pandemia em (Dis)Curso*. Catu: Bordô-Grená, 2022, p. 15-33.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002, p. 21.

_____. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

GUTIÉRREZ, Eduardo Prado. “O Brasil não pode parar”? Disputas judiciais sobre a ideia de risco em torno de uma peça publicitária anti-isolamento do governo brasileiro. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 101-30, 2020.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAN, Byung-Chul. La emergência viral y el mundo de mañana. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 97-112.

_____. Teletrabalho, Zoom e depressão: o filósofo Byung-Chul Han diz que exploramos a nós mesmos mais do que nunca. *El País*. 22 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/cultura/2021-03-23/teletrabalho-zoom-e-depressao-o-filosofo-byung-chul-han-diz-que-nos-exploramos-mais-que-nunca.h%E2%80%A6>>. Acesso em 24 mar. 2021.

_____. *Topologia da violência*. Petrópolis, RJ :Vozes, 2017,

HARTMANN, Eddi. Violence: Constructing an Emerging Field of Sociology. *International Journal of Conflict and Violence*. v. 11, 2017, p. 1–9.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 79-96.

HONNETH, Axel. Introduction. In: JAEGGI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

_____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. *O Direito da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

IASI, Mauro Luís. Pandemia e violência. *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n. especial, p. 655-666, 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Até Trump recua, mas Bolsonaro segue na campanha contra isolamento. REVISTA IHU ON-LINE. 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597611-ate-trump-recua-mas-bolsonaro-segue-na-campanha-contra-isolamento>>. Acesso em 27 mar. 2021.

JAEGGI, Rahel. *Alienation*. New York: Columbia University Press, 2014.

_____. Rumo à crítica imanente das formas de vida. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 10. n. 4, p. 77-98, 2019.

_____. Um conceito amplo de economia. *Civitas*. Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 503-522, set./dez. 2018.

JAPPE, A.; ROSA FILHO, S. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Revista Limiar*, v. 1, n. 2, p. 4–29, 2014.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KRASTEV, Ivan. *Seven early lessons from the coronavirus*. The European Council for Foreign Relations. 2020. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/commentary_seven_early_lessons_from_the_coronavirus/>. Acesso em 08 jun. 2021.

LATOURE, Bruno. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. Trad. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. N-1 Edições. Disponível em: <<https://n1edicoes.org/008-1>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

LAVAL, Christian. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. *Mediações*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, mai-ago. 2020.

LINDNER, Julia; TURTELLI, Camila. “Infelizmente, algumas mortes terão. Paciência”, diz Bolsonaro ao pedir o fim do isolamento. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/infelizmente-algumas-mortes-terao-paciencia-diz-bolsonaro-ao-pedir-o-fim-do-isolamento/>>. Acesso em: 27 mar. 2021

LOPES, Fernando Cruz; BRITO, Tânia Regina de; SANTOS, Beatriz Andreotti dos. Discursos de Jair Bolsonaro durante a pandemia de covid-19 e sua relação com a desinformação: um olhar pela análise de discurso. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 18, p. 01-22, 2022

LOPES, Mariana Tormin Tanos; MEYER, Emilio Peluso Neder; LINHARES, Emanuel Andrade. Pandemia e Erosão da Democracia Constitucional: uma Análise dos Ataques à Transparência no Brasil. *RDP*, Brasília, v, 17, n. 96, p. 93-122, nov./dez. 2020.

LÖWY, Michel. *Isto se chama genocídio*. Instituto Humanitas Unisinos. 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/598470-isto-se-chama-genocidio-artigo-de-michael-loewy>>. Acesso em 23 jan. 2022.

LÜBBE, Hermann. The Contraction of the Present. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 159-177.

MA, Josephine. Coronavirus: China’s first confirmed Covid-19 case traced back to November 17. *South China Morning Post*, Hong Kong, 13 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/society/article/3074991/coronavirus-chinas-first-confirmed-covid-19-case-traced-back>>. Acesso em 13 abr. 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. COVID–19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada?. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa*, v. 2, p. 01-10, jan./dez. 2020.

MACIEL, Fabrício. A patologia da normalidade: Erich Fromm e a crítica da cultura capitalista contemporânea. *aSociologias*, Porto Alegre, ano 22, n. 55, p. 262-288, set-dez 2020.

MALLMANN, Rafaela Weber. Relações ressonantes na pandemia: como o vírus afeta a dinamização da vida? *Revista Opinião Filosófica*. v. 12, 2021.

MANDETTA, Luiz Henrique. *Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

MANRIQUE, Patricia. Hospitalidad e inmunidad virtuosa. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 145-162.

MARINETTI, Filippo Tommaso. The New Religion-Morality of Speed. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 77-111.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATHIAS, Lucas. ‘Sabia do risco de levar até porrada’, diz jovem ofendida por bolsonaristas no Espírito Santo. *O Globo*, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/sabia-do-risco-de-levar-ate-porrada-diz-jovem-ofendida-por-bolsonaristas-no-es-25057313>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MELO, Suzana Vasconcelos de. Alienação (Entfremdung) e Estranheza (Fremdheit): dois paradigmas culturais do Ocidente. *Pandaemonium*, São Paulo, n. 17, p. 1- 24, jul. 2011.

MENESES, Paulo. Entfremdung e Entäusserung. *Síntese*. v. 27, n. 89, p. 307-319, 2000.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 10.

MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 23-38, 2019

_____. Dizer a Violência. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 165-166, jul./dez. 2008, p. 165.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. A covid-19 e as medidas legais de distanciamento dos governos estaduais: análise comparativa do período de março a julho de 2020. Nota técnica número 23. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. jul. 2020.

_____. Covid-19 e medidas legais de distanciamento social: Tipologia de políticas estaduais e análise do período de 13 a 26 de abril de 2020. Nota técnica número 18. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. abr. 2020.

_____. Covid-19 e medidas legais de distanciamento social: isolamento social, gravidade da epidemia e análise do período de 25 de maio a 7 de junho de 2020 (boletim 5). Nota técnica número 22. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. jun. 2020.

MORAIS, Rane Ferreira Rios Hollanda Cavalcante de. Aceleração social e fake news: a desinfodemia de Covid-19 no Brasil. In: NUNES, César Augusto *et al* (orgs.). *Anais de Artigos Completos do VI Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*. 2021, p. 86-94.

MORIN, Edgar. *Como viver em tempo de crise?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulinas, 2005.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. “O Brasil não pode parar”: análise dos limites do ativismo judicial no controle dos atos da administração pública em razão do princípio da legalidade à luz do julgamento da medida cautelar nas ADPFs 668 e 669 pelo Supremo Tribunal Federal. *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano 2020*. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2020.

NEVES, Ciani Sueli das; FREIRE, Phablo. Vulnerabilização social e necropolíticas públicas no Brasil pós-2016: trabalho doméstico, pandemias e outras tragédias sociais em terrae brasilis. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 140-150.

OLIVEIRA, Rodrigo Moraes de. A pandemia da covid-19 no cárcere impactos e intervenções democráticas esperadas. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michael. Governing COVID-19 without government in Brazil: ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. *Global Public Health*, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020.

OSBORN, Catherine. Bolsonaro made Brazil a pandemic pariah: can local leaders restore the country's reputation for health leadership? *Foreign Affairs*. jul. 2020.

PEARCE, Jenny. The Demonic Genius of Politics? Social Action and the Decoupling of Politics from Violence. *International Journal of Conflict and Violence*. v. 11, 2017, p. 1–9.

PÊGO, Bolívar *et al*. Oito meses de pandemia no Brasil: medidas para o enfrentamento federativo e perspectivas com as vacinas. Nota técnica número 21. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. jan. 2021.

PEMBERTON, Simon. A theory of moral indifference: understanding the production of harm by capitalist society. In: HILLYARD, Paddy *et al* (ed.). *Beyond criminology: taking harm seriously*. Londres: Pluto Press, 2004, p. 67-83.

PEREIRA, Diogo Valmor; PICELLI, Pedro de Castro. Para além da necropolítica: pandemia, neoliberalismo e o homem médio. In: CASTRO, Barbara (org.). *Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp IFCH, p. 12-30, 2020.

POZEN, David; SCHEPPELE, Kim Lane. Executive underreach, in pandemics and otherwise. *The American Journal of International Law*, v. 114, n. 4, p. 608-617, 2020.

POZZEBON, Fabrício Dreyer de Ávila. Apresentação. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

PRECIADO, PAUL. Aprendiendo del vírus. In: AMADEO, Pablo. (Org.). *Sopa de Wuhan*. ASPO, 2020, p. 163-185.

RADAELLI, Samuel Mânica. A pandemia encontra a peste: o contentamento perverso e a covid-19. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 501-508.

REIS, Rossana Rocha; VENTURA, Deysi; AITH, Fernando. Assédio institucional na saúde: o impacto da política de disseminação da covid-19. In: SANDIM, Tatiana Lemos *et al* (orgs.). *Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea - EDUEPB, 2022, p. 555-579.

RIBEIRO, António Sousa. A violência em tempos de pandemia. In: REIS, José (coord.). *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2020, p. 113.

RICOEUR, Paul. *O mal um desafio à filosofia e à teologia*. São Paulo: Papirus, 1988, p. 25.

RIECHMANN, Jorge. La crisis del coronavirus y nuestros três niveles de negacionismo. In: GARCÍA, Fernando. *Capitalismo y Pandemia*. Filosofía Libre, 2020, p. 21-24.

ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Trad. SILVEIRA, Rafael. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

_____. "Human beings are first and foremost resonant beings" Interview with Professor Hartmut Rosa of Universität Jena and director of Max-Weber-Kollegs. [Entrevista concedida a] CORRÊA, Diogo Silva; PETERS, Gabriel; TZIMINADIS, João Lucas. *Civitas*. v. 21, n. 1, p. 120-129, jan./abr. 2021.

_____. Pfadabhängigkeit, Bifurkationspunkte und die Rolle der Soziologie. Ein soziologischer Deutungsversuch der Corona-Krise. *Berliner Journal für Soziologie*. v. 30, p. 191-213, 2020.

_____. *Resonance: a sociology of our relationship to the world*. Cambridge: Polity Press, 2019

_____. Social Acceleration: Ethical and Political Consequences of a Desynchronized High-Speed Society. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 77-111.

_____. Wir sind in einem Versuchslabor. *TAZ*, 25 mar. 2020a. Disponível em <<https://taz.de/Soziologe-Hartmut-Rosa-ueber-Corona/!5673868/>>. Acesso em 05 abr. 2020.

SÁ, Edvaldo Batista de. *A saúde pública e o enfrentamento da crise causada pelo coronavírus*. Nota técnica número 68. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. abr. 2020.

SAFATLE, Vladimir. Este governo tem que cair: preservá-lo é ser cúmplice. *El País*. 20 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-03-20/este-governo-tem-que-cair-preserva-lo-e-ser-cumplice.html>>. Acesso em 21 mar. 2021.

SANCHES, Julio Cesar, MOISÉS, Raika Julie Moisés, Rhayller Peixoto da Costa SOUZA, “O Brasil não pode parar”: racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 96-113, jul./dez. 2020.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Lavar as mãos, descolonizar o futuro*. N-1 Edições. 2020. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/006>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

SANTOS, Jádía L. Timm dos. *Criminologia e contemporaneidade: escritos sobre os tempos que vivemos*. São Paulo: Blimunda, 2022.

SANTOS, Milton. *Elogio Da Lentidão*. Folha de São Paulo. 11 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SCHEUERMAN, William E. Citizenship and Speed. In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 287-305.

SCHIERMER, Bjørn. Acceleration and Resonance: an Interview with Hartmut Rosa. *Acta Sociologica*, v. 47, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/page/asj/collections/virtual-special-issues/critical-theory>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SCHINKEL, Willem. *Aspects of Violence: a critical theory*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

SENADO FEDERAL. *CPI da Pandemia*. Relatório Final. 2021

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A oportunidade e o abismo – deslocamentos criminológicos em tempos de pandemia. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

SILVA Jr., Jurandyr do Nascimento. *Violência: sintoma contemporâneo?* Tese Doutorado em Psicologia UFRJ/IP. 2007.

SILVA, Ivandilson Miranda. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 05, n. 16, p. 1478-1488, Edição Especial, 2020.

SOTERO, Ana Paula da Silva; VIEIRA, Rebeca de Souza; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza. O impacto do coronavírus no sistema prisional brasileiro: entre a necropolítica e a necrojurisdição. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 75-82.

SPAPENS, Toine. Is COVID-19 a Crime? A Criminological Perspective. In: AARTS, Emile *et al* (ed.). *The new common: how the Covid-19 pandemic is transforming society*. Springer, 2021.

SUCKERT, Lisa. *Eine Neuordnung der Zeit? Zum Verhältnis von Zeitlichkeit, Kapitalismus und Staat im Zeichen der Pandemie*. Berliner Journal für Soziologie. 2022.

TAVARES, L.P.; OLIVEIRA JR, F.L.; MAGALHÃES, M.. Analysis of President Jair Bolsonaro's speeches in the midst of the pandemic: is the coronavirus just a “little flu”? *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1-19, 2020.

TEIXEIRA, João Paulo Allain. Palavras iniciais: ao que o dia nos convida. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain (org.). *Pensar a pandemia: perspectivas críticas para o enfrentamento da crise*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 9-10.

TEIXEIRA, Vinícius Modolo. O impacto da crise da covid-19 no setor aeronáutico. *Boletim De Conjuntura*. ano II, vol. 2, n. 4, Boa Vista, 2020.

THE LANCET. COVID-19 in Brazil: “So what?”. *The Lancet*, v. 395, mai. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório do Acórdão número 1.616/2020 do Processo TC 016.708/2020-2. Brasília: TCU, 2020.

TZIMINADIS, João Lucas Facó. Modernidade dessincronizada: aceleração social, destemporalização e alienação: uma entrevista com Hartmut Rosa. *Estudos de Sociologia*. Araraquara v.22, n.43, p.365-383, jul.-dez. 2017.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. Direitos e deveres em tempos de pandemia: reflexões intrinsecamente diversas e unitárias. In: GIACOMOLLI, Nereu José (org.). *Ciências criminais e COVID-19*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

VELHO, Gilverto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Há indícios significativos para que autoridades brasileiras, entre elas o presidente, sejam investigadas por genocídio. [Entrevista concedida a] INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 23 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601239-ha-indicios-significativos-para-que-autoridades-brasileiras-entre-elas-o-presidente-sejam-investigadas-%E2%80%A6>>. Acesso em 27 mar. 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil. *Revista Direito e Praxis*. v. 12, n. 1, p. 102-138, 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; MARTINS, Jameson. Between Science and populism: the Brazilian response to COVID-19 from the perspective of the legal determinants of Global Health. *Revista de Direito Internacional*, Brasília, v. 17, n. 2, p. 66-83, 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; PERRONE-MOISÉS, Cláudia; MARTIN-CHENUT, Kathia. Pandemia e crimes contra a humanidade: o “caráter desumano” da gestão da catástrofe sanitária no Brasil. *Revista Direito e Praxis*. v. 12, n. 3, p. 2206-2257, 2021.

VIANA, Nildo. A Alienação como Relação Social. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*, v. 1, n. 2, p. 23-42, jul/dez, 2012.

VIRILIO, Paul. *Polar inertia*. London: Sage Publications, 2000.

WALBY, Sylvia. Violence and society: Introduction to an emerging field of sociology. *Current Sociology Monograph*, v. 61, n. 2, p. 95-111, 2012.

WIEVIORKA, Michel. Crise financeira ou mutação social?. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 131-158.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

WILLIAMS, Rosalind. O apocalipse incessante da história contemporânea. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. (orgs.). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 45-80.

YOUNG, Jock. *The vertigo of late modernity*. Los Angeles: Sage, 2012.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Em Perspectiva*. v. 13, n. 3, 1999.

ŽIŽEK, Slavoj. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill. In: AMADEO, Pablo (Ed.). *Sopa de Wuhan*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 21-28.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br